

Este livro foi composto e impresso nas oficinas da
EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" S.A.,
à Rua Conde de Sarzedas, 38,
para a
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
em 1961

UM JORNALISTA DO IMPÉRIO

(*Firmino Rodrigues Silva*)

61

981
3823
v. 309



FIRMINO RODRIGUES SILVA

Retrato existente na galeria de grandes figuras do Império de Luís Aleixo Boulanger, 1853.

BRASILIANA

Volume 309

NELSON LAGE MASCARENHAS

UM JORNALISTA
DO IMPÉRIO

(*Firmino Rodrigues Silva*)

BIBL. UNIV. SÃO PAULO

387
B823
v. 309

3261

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

BIBLIOTECA CENTRAL	UNIVERSIDADE DO BRASIL
	SEÇÃO REGISTRO
ANO	1961 N 51

Exemplar Nº 0381

no. 194035
ed. de 1961

1961

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

Printed in the United States of Brazil
Impresso nos Estados Unidos do Brasil

À MEMÓRIA DE
MEUS PAIS.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
I — Ingresso no jornalismo. O <i>Cronista</i> . A Imprensa da época da Regência. Luta contra Feijó. Triunfo do Partido Conservador chefiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Tentativa de entrevista em moldes modernos. Ingratidão dos Ministros. Paralelo entre Firmino e Justiniano	7
II — O <i>Brasil</i> e a campanha da maioridade. Luta com os Andradas. Linguagem desabrida dos jornais da oposição e do Governo. Eleições do cacête. Jornalistas agredidos na rua. O escandaloso caso da distribuição de escravos. Juiz de Barbacena	27
III — A revolta liberal de 1842 em Minas Gerais. Apreciações militares de um jornalista. Violências praticadas contra os vencidos. O país dos empenhos. Dificuldades no julgamento dos rebeldes. A <i>Ordem</i> . Solicitudude do malcriadom do Império. O juiz	47
IV — Eleição de deputado. Obstáculos à candidatura de Firmino e os apuros de Justiniano. Intrigas políticas da Córte. Dissensões internas no Partido. Perfidia eleitoral e sua influência na votação. A Câmara dos Deputados de 1843	65
V — Causas reais da queda do Gabinete. Nos bastidores da Política. Divergências entre dirigentes conservadores. Volta de Paulino ao	

Ministério. Arranjos e cambalachos. Calúnia contra o juiz. Incidente grave na Câmara dos Deputados entre Firmino e Melo Franco 86

VI — O *Publicador Mineiro*. Caem os conservadores e vão à forra os liberais. Obsessão política em Minas Gerais. Firmino na Assembléa Provincial. Eleições sangrentas. Perseguição aos réus da lealdade. Remoção para comarca inóspita 109

VII — Os reposteiros da Joana, ou a facção áulica e sua influência no Governo. Panfleto que abalou a posição liberal. Retratos dos ministros e outros figurões. Defesa do princípio da preeminência das maiorias parlamentares. Influência oculta de Aureliano .. 128

VIII — Candidato de opposição. Exílio. Retôrno dos conservadores ao poder. A Ordem de Cristo e a remoção para Sapucaí. As fôlhas de pequeno formato. Sua linguagem aspérrima. Duelo espantoso de descomposturas desabridas e descabeladas 152

IX — Como se faziam as eleições e o papel que nelas representava a policia. Depolimento estarrecedor de Paulino. Deputado Geral mais votado. A Justiça no banco dos réus. Discurso de estréia. A Instituição do júri e seu aspecto político. Embates com Sousa Franco e com Melo Franco 170

X — Mineiro por livre escolha. Casamento. O *Conciliador* e o *Bom-Senso*. Paulino e as negociações do Prata. Otaviano e suas exigências políticas. Mariano Procópio e a União e Indústria. Os sucessos do Imperador na Europa, contados por Bom Retiro. O poeta Bernardo Guimarães. Segrêdo da escolha de correspondentes dos jornais 190

XI — Defensor dos brios da provincia de Minas Gerais. Rompimento ruidoso de Justiniano com o Marquês do Paraná. Porque o *Brasil*

deixou de circular. Surprêsas das eleições por círculos em 1856. Vitória das mediocridades. Firmino retira sua candidatura. A pena de ouro	211
XII — Ingresso no Senado do Império. Interêsse dos chefes conservadores na eleição do jornalista. Disputa terrível por detrás das cortinas. Confidências de Caxias. Cartórios, causas de divergências no Govêrno. A estátua de D. Pedro I e a resposta aos que a denominaram de "mentira de bronze"	235
XIII — Queda do Gabinete de Caxias e a vitória da Liga. O <i>Constitucional</i> . A morte de Justiniano. Desaba a borrasca sôbre os conservadores puros. Defecção de correligionários. "Cratera de vulcão aberta a despedir lavas estupendas."	255
XIV — A grande e a pequena imprensa. Curiosidades da seção de anúncios. A propaganda. Doença do Imperador. <i>Frutas do Tempo</i> . El-Rei do Fogo. Escaramuças no Senado. As alcunhas dos partidos. O <i>Constitucional</i> e o nacionalismo. Atentado contra o jornalista	280
XV — Os liberais consolidam sua posição no poder. Atitude da imprensa francesa em face do conflito armado. Elisée Reclus e seu rancor ao Brasil. O desastre de Curupaiti obriga o Govêrno liberal a entregar o comando a Caxias. Discussões azêdas no Senado entre Firmino e o Presidente do Conselho	299
XVI — Na direção do <i>Correio Mercantil</i> . O recrutamento como arma eleitoral do Govêrno. Entrelinhados do <i>Jornal do Comércio</i> . Definição da doutrina do Partido Conservador. Zaccarias e a serventia da sinêta dos padres do Paraguai. Tentativa para caiar o jornal conservador	318
XVII — Pedido de demissão de Caxias do comando supremo, provocado pelos ataques da impren-	

	sa ministerial. Como o Visconde de Inhaúma reagia a êsses ataques. Zacarias contra o vencedor do Paraguai. A <i>Revue des Deux Mondes</i> . Resposta de Firmino ao escritor francês Xavier Raymond. O desafio de Satanás	339
XVIII	— O grande discurso de Firmino. Defesa da atuação de Caxias na guerra do Paraguai. O trôco às perfídias de Zacarias. Intriga dos que queriam atribuir ao Conde d'Eu as glórias da vitória. Ainda a <i>Revue des Deux Mondes</i> . Contra-ataque aos liberais na pessoa de Nabuco	360
XIX	— Formatura do filho em São Paulo. Reminiscências... O poeta. Romantismo e Classicismo. Gonçalves Dias, o "Astro Luminoso". A nênia "Niterói". Precursor da poesia americana	403
XX	— Incidente com o Visconde do Rio Branco no Senado. Súmula do pensamento político de Firmino sôbre o papel do Partido Conservador e do Partido Liberal. Discurso sôbre a questão religiosa. O velho Saquarema e a maçonaria do Presidente do Conselho de Ministros	416
XXI	— Monarquismo constitucional do senador por Minas Gerais. Convite para chefe do Partido Católico. A enfermidade. Partida para a Europa em busca de cura. Dedicção da espôsa. O fim	430
	POESIAS	439
	BIBLIOGRAFIA	465

INTRODUÇÃO

Quem percorre com os olhos o mapa de Minas Gerais, ao deter-se na chamada Zona da Mata, encontra o Município de Senador Firmino. Firmino Rodrigues Silva, ou abreviadamente, Firmino Roiz Silva, poeta, magistrado, político, foi dos maiores jornalistas do Império.

Violenta durante a Regência, imoderada na campanha da maioridade, sempre polêmica daí por diante, a imprensa do tempo de Firmino teve como expoentes Justiniano José da Rocha, Francisco de Sales Tôrres Homem, José Maria da Silva Paranhos, Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Firmino em nada lhes ficava a dever. Machado de Assis o apontava entre os maiores jornalistas da época.

Jornalista conservador desde a juventude, privou com os homens do partido que por tão largos anos, em períodos alternados, governou o Império. Seu arquivo é opulento. Guardados por tantos anos, são agora publicados neste livro, que procura fixar-lhe o perfil e mostrar a vida da imprensa vibrátil daquela época de ardências partidárias, documentos na maioria velhos de mais de um século, reveladores da maneira de se fazerem ministros, deitá-los abaixo, elegerem-se deputados, dos conchavos do Governo, das artimanhas da oposição, tudo contado no abandono das confidências de amigos em cartas escritas sem reservas.

Lendo-as, é como se mergulhássemos no passado tão distante, e penetrássemos em um daqueles sóbrios salões

do Império, onde os homens se moviam à luz amortecida dos candelabros, e, escondidos por detrás de um reposteiro, ouvíssemos vozes antigas sussurrando:

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA: “Entrar já em luta com as nulidades palacianas? E dessa luta quem colherá as vantagens? As nulidades parlamentares e seus afilhados? Entre nulidades e nulidades não tenho preferência.”

EUSÉBIO DE QUEIRÓS: “Entretanto, é agora que começam as maiores dificuldades. Castigar os criminosos sem excesso, mas também sem considerações humanas é tão difícil no país dos empenhos!”

GABRIEL MENDES DOS SANTOS: “A princípio todos eram cabeças, agora, nem mesmo o Ottoni o será? Faltava esta lição para acabar de convencer-se a população que o melhor cálculo entre nós é ser criminoso!”

DOMINGOS DE ANDRADE FIGUEIRA: “Não compreendendo a política geográfica que tanto combatem os da oposição e por isso deliberei-me a apeiar os liberais de Barbacena. . . . Repugna-me profundamente deixar posições oficiais, que são armas, em poder de adversários para voltá-las contra mim. É um gênero de inépcia a que não posso condenar-me.”

VISCONDE DO URUGUAI: “A oposição disputou aqui a eleição com grande fúria, e com grandes meios. Batemo-la completamente porque estamos no Govêrno. Se ela estivesse no Govêrno, teria vencido completamente. Assim está o país, e assim é o sistema. Ando muito enjoado do tal sistema. . . . o que aborreço é uma cloaca a que chamarei *parlamentarismo*, excelente coisa para os ambiciosos, turbulentos, faladores, audazes, sem-vergonhas, trapalhões, etc., etc.”

FRANCISCO OTAVIANO: "A minha adesão ao Ministério só se tornará firme, se vir o Dr. Basílio enxotado."

BERNARDO GUIMARÃES: "Eu não escrevo para ganhar; mas quero ganhar para poder escrever poesias; é essa a minha paixão."

DUQUE DE CAXIAS: "Vejo estas nossas coisas muito malparadas, e tanto, que me não surpreenderá se me disserem que o Nabuco foi chamado para organizar o Ministério. O Imperador já não fala na viagem à Europa, e por isso creio que êsse projeto ficará, por ora, adiado."

FIRMINO ROIZ SILVA: "Dizem que sou impôsto pela oligarquia da Côrte! Entretanto fui em junho de 1842 para essa província como Juiz de Direito de Barbacena, residi nela cêrca de 15 anos, servi em cinco comarcas, fui Chefe de Polícia, Deputado Provincial, Geral em duas Legislaturas, em uma das quais o primeiro votado e em outra o quarto; entrei a primeira vez em lista de senador, e todos os meus filhos são mineiros."

BARÃO DE COTEGIPE: "Isto por aqui vai de mal a pior. O pobre Azambuja servirá para copista de Secretaria; para Presidente, nem do Espírito Santo."

VISCONDE DE INHAÚMA: "Digam o que quiserem os homens políticos, os diplomatas e todos os mais que *fingem* não fazer caso de descomposturas; cá por mim declaro que quando elas me tocam por casa, a minha vontade é largar amarra por mão, ir esconder-me na obscuridade da minha casa, e deixar que o diabo leve tudo para o seu santo reino, e que venha comandar a esquadra algum Subrá, ou outro que tal. Meu caro Senador, desculpa-me; se não abro de quando em vez a válvula da expansão, arrebento."

Esta biografia do jornalista não é escrita dentro dos padrões clássicos. Apresenta falha evidente. É feita à base de cartas recebidas pelo biografado e não das que por êle eram escritas, pois delas não guardava cópia. É precisamente neste defeito é que está o mérito que o livro possa ter. A rigor será, então, um documentário. Mas um documentário profundamente humano, mostrando as virtudes e não escondendo os pecados, onde os personagens, para comporem o quadro histórico, entram em cena abruptamente, sem apresentação, e põem-se a falar como se estivessem pensando alto. São, afinal, cartas dirigidas a Firmino, e dêle também tratam. Tratam em pinceladas que apenas sugerem, ao modo dos impressionistas. Os traços assim esboçados servem, no conjunto geral, para dar o contorno de seu feitio.

Cartas há que não se ousou mutilar para delas transcreverem-se apenas os trechos interessantes e apropriados. Assim, por exemplo, são as de Justiniano José da Rocha. Porque nelas tudo é interessante e tudo é apropriado. Coloridas, vivíssimas, tratando de tudo, mas sobretudo de política, não poderiam ter períodos suprimidos. Seria como cortar de quadro fino um pedaço da tela, prejudicando a harmonia da composição do artista, apenas para obrigá-lo a entrar na moldura.

De Firmino não existem êsses documentos pessoais, íntimos, e que tanto espelham a personalidade de cada um. Há, todavia, seus escritos na imprensa, na qual foi, no dizer de Joaquim Manuel de Macedo, "cratera de vulcão aberta a despedir lavas estupendas". E como o trabalho tem em vista, principalmente, mostrar o jornalista que êle foi e a imprensa tal como era, seus artigos e os dos adversários políticos, combinados com a correspondência dos amigos, bastam para indicar o lugar que ocupou na paisagem humana de seu tempo e de seu meio.

O livro é menos obra do autor do que dos próprios personagens que nêle figuram. Por isso mesmo em suas páginas sente-se, algumas vêzes, fremindo, a intensidade das paixões que a política acendia no coração dos homens, e que êles punham nas palavras e nas ações.

Rio de Janeiro, dezembro de 1959.

N. L. M.

CAPÍTULO I

“Marchai avante, prole de esperança,
A glória, à glória, que o futuro é nosso...”

*Ingresso no jornalismo. O CRONISTA. A
Imprensa da época da Regência. Luta
contra Feijó. Triunfo do Partido Con-
servador chefiado por Bernardo Pereira
de Vasconcelos. Tentativa de entrevista
em moldes modernos. Ingratidão dos
Ministros. Paralelo entre Firmino e
Justiniano.*

Até o fim do reinado de D. João VI não existia pròpriamente imprensa, a não ser a oficial. Com os primeiros movimentos da Independência, deu-se a explosão da verbosidade latina, por tanto tempo reprimida, e que só encontrava válvula nas lojas maçônicas. Quase sem exceção os periódicos vinham redigidos em termos de violência. No *Tamoio* os Andradas desancavam os adversários com rancor e silenciavam-nos com pancadaria. Não obtendo a capitulação do inimigo com a primeira sova, repetiam a dose. Luís Augusto May criticara-os na *Malagueta*. Teve a casa invadida e foi moído a pau, não escapando nem os convidados ali reunidos. Tempos depois, como persistisse, mais bordoadada recebeu, apesar de ser, então, deputado. Fi-

cou aleijado da mão esquerda pelo resto da vida. Era o chamado tempo do cacetismo. As duas surras, entretanto, não impediram que mais tarde aparecesse êle “de braço dado com os Andradas”.¹

Evaristo da Veiga trouxera sôpro de aragem no feticio virulento do jornalismo da Regência. Na *Aurora Fluminense* guardava sobriedade. Raras vêzes saíria da moderação. Difícil, ante a vibração reinante, ficar imune à tentação de desanear os contendores à moda da casa. Isso não evitou que, como May, sofresse atentado em que por um triz não perdeu a vida. Um tiro de pistola o atingiu pouco abaixo do olho esquerdo. Evaristo não acreditou ter sido José Bonifácio o mandante. Mas de Martim Francisco, “cuja alma rancorosa todos conhecem — escrevia êle —, temos mais de uma razão para suspeitá-lo”.²

As freqüentes agressões pessoais durante a Regência e mesmo — porém mais atenuadas — no Segundo Reinado, como consequência de polêmicas, surtiam do ambiente borbulhante. Não punham têrmo à contenda. Antes a exacerbavam. A tendência para a personalização do debate é o friso característico da imprensa da época. Duravam apenas quatro meses as sessões do Parlamento. Pouco tempo para os representantes do povo extravasarem as diferenças políticas na tribuna. A Côrte não oferecia muitas diversões. Ocupavam-se todos de política. Ela lhes fornecia os principais motivos de interêsse. Familiarizara-se o povo com o palco, os atôres e os papéis, que desempenhavam os políticos. Adivinhando o gôsto do público, os jornais o alimentavam como podiam. Basta dizer que, de 1821 a 1836, em apenas 15 anos, apareceram na Côrte nada

1. GONDIM DA FONSECA, *Biografia do Jornalismo Carioca*, pág. 102.

2. *Aurora Fluminense*, de 19 de novembro de 1832.

menos de 297 periódicos, a maioria de vida efêmera. Chulos, gaiatos, raros bons, todos engolfados em polémicas. Oscilando a gangorra do poder ora para um, ora para outro dos dois partidos alternadamente no Governo, as guinadas da imprensa acompanhavam a pêndula. Diferindo pouco o conteúdo ideológico, as medidas por um tomadas, quando no poder, eram idênticas às do outro. O jornal oposicionista atacava o que antes defendera como ministerialista. E êste sufragava, como oposicionista, o que invectivara quando no poder. A confusão espalhava-se, fumegando. Examinavam-se detidamente as atitudes pessoais de cada figurante da peça, viravam-nas do avêso, e desabavam artigos de quatro colunas. Repositórios de diálogos, as gazetas resvalavam para o doesto e a verrina.

Todo político de projeção possuía sua fôlha. Pela importância adquirida desde os pródromos da Independência, a imprensa constituía arma necessária à disputa do poder. Formava-se a opinião não tanto pelos debates parlamentares, como pela discussão na imprensa, que, ampliando idéias e explorando as divergências entre os graudões, mantinha aceso o fogo da paixão partidária. Gabinetes caíam menos em consequência das lutas travadas no Parlamento do que pelas campanhas dos jornais.

Destabocada, sem medida, elevando a decompostura à categoria de sistema, surgiam, todavia, artigos de boa doutrina. Poucos anos de vida política como Nação livre, regime constitucional liberal praticamente anulado pela vontade autoerática do príncipe que o outorgou, as constantes perturbações da ordem, pondo em risco a unidade do Império após a abdicação de D. Pedro I, exigiam doutrinação para aperfeiçoamento do sistema administrativo. Apesar dos excessos, a im-

prensa do período regencial e do Segundo Reinado, como expressão política, jamais foi mais livre no Brasil.

* * *

Surge o *Cronista* no segundo semestre de 1836, quando se avolumava a oposição à regência de Feijó. Justiniano José da Rocha, que já adquirira renome como jornalista pelas campanhas do *Atlante* contra o tráfico de escravos e a manobra dos liberais para fazerem da princesa Januária regente do Império, convencera Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva para, com êle, fundarem o jornal.

Haviam-se conhecido em São Paulo, contemporâneos de Academia. Firmino, quando a Academia contava apenas cinco anos de existência, nela se matriculara em 29 de março de 1833. Viera do Rio de Janeiro, onde nascera a 23 de outubro de 1815, filho de Firmino Rodrigues Silva. Pertencendo a família de posição social modesta, não poderia, no regime anterior, sonhar sequer em estudar em Coimbra, para onde iam apenas alguns privilegiados. O avô, Manuel Rodrigues Silva, emigrara para o Brasil na segunda metade do século XVIII. Era natural do Couto do Baldreu da Comarca de Viana, onde o pai, João Pereira da Silva, casado com D. Maria Rodrigues, exerceu o cargo de Mestre Régio de Primeiras Letras e Gramática Latina por mais de 40 anos. Manuel Rodrigues Silva e o filho viviam com economia e singeleza. Possuíam, todavia, o gosto das letras, que na pequena aldeia portuguesa por tanto tempo ensinou João Pereira da Silva. Fernando, irmão mais velho do estudante de São Paulo, dedicar-se-á, como o bisavô português, ao magistério.

Os que escreveram sobre Firmino costumam dá-lo como nascido em Niterói. O erro tem origem na interpretação dos dois primeiros versos de sua *Elegia*:

*“Ainda ontem, Niterói, teu céu brilhante
Feriu meus olhos pela vez primeira.”*

Seu filho, o terceiro Firmino, informa, entretanto, ter êle nascido “na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em uma casa da Rua Sete de Setembro, outrora Rua do Cano”.³ Viera ao mundo em condições tão precárias de saúde, que foi batizado às pressas, em perigo de vida. Sua mãe, D. Ana Joaquina, dadas as condições do parto, sofreu pelo resto da vida as conseqüências de grave lesão cardíaca.

De temperamento poético, poderosos eram para êle os atrativos da cidade de São Paulo, o convívio com os moços estudantes, a vida acadêmica intensa. Durante o tempo em que cursou as aulas, entre outros foram seus companheiros Augusto Queiroga, Inácio Silveira da Mota, José Maria do Amaral, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, João da Silva Carrão, José Ricardo de Sá Rêgo, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Francisco Bernardino Ribeiro e Justiniano José da Rocha.

O curso jurídico na escola não ocupava muito o tempo dos estudantes. A grande atividade da mocidade era a política, e principalmente a poesia. Firmino, entretanto, “foi contado entre os acadêmicos mais distintos; aos dotes de inteligência vigorosa e brilhante, e de imaginação viva, sabia ajuntar o patente auxílio de aturada aplicação; mas, senhor esclarecido das lições de seu curso, estudava com amor a literatura nos melhores prosadores e poetas das línguas de Bernardes, de Racine, de Byron e de Dante”. É a informação de Joaquim Manuel de Macedo, que ainda acrescenta: “Ti-

3. FIRMINO RODRIGUES JÚNIOR, *A Pátria*, de 21 de dezembro de 1923.

nha em subido grau aquella faculdade privilegiada, de que zombam às vêzes os invejosos que a não têm, o dom, a flama, o sentimento e a música da poesia.”⁴

O *Cronista* não toma partido desde logo. Mantém-se em atitude de independência. Significativo o lema adotado: “Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais fôrça que Napoleão — é o povo.”

Bernardo Pereira de Vasconcelos oferecera projeto para revogarem-se os seis primeiros artigos da lei, que vedava o tráfico de escravos. Se vingasse a proposição, tornar-se-ia novamente lícito o infame comércio. Com indignação, sem fé no juízo de Vasconcelos, afirmavam os redatores do *Cronista* não conceber “como os votos dos senhores deputados poderão, sem incorrer na cumplicidade de um crime abominável, privar os africanos livres, que o crime submeteu ao jugo do cativo, da sua liberdade, que as leis garantiam”.⁵

Não obstante o combate ao projeto de Vasconcelos, ocupado em reorganizar o Partido Conservador, tachavam o jornal de oposicionista. “Quando tomamos a nosso cargo a redação desta fôlha” — declaram seus redatores —, “sentimos que uma voz imparcial se devia fazer ouvir no meio da luta tão grave de interêsses malogrados, de amor-próprio ofendido, que então se desenvolvia no Brasil.” Não pertenciam à opposição, porque não havia no Brasil opposição como entendiam se deve fazer aos governos de qualquer nação do mundo, “opposição que procure substituir um princípio, uma idéia por outra, e não um homem, um Ministério por outro”. Governistas também não eram, porque o Ministério “não tem uma idéia, não tem um princípio administrativo”, e seu único fim é “repelir os ataques que

4. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 42, parte II, 1879, pág. 334.

5. O *Cronista*, de 2 de julho de 1836.

lhes são dirigidos, suas armas são as mesmas que tem usado a opposição".⁶

Em tópicos sobre eleições, escrito há mais de século, sem perder, contudo, a atualidade, melhor revela o *Cronista* a linha de imparcialidade e o propósito de moralização dos hábitos políticos que o animam: "É a época das eleições a que mais baixezas, adulações — perfídias, traições — ódios, inimizades faz nascer no meio de um povo. E depois, no fim de contas que se segue? Louvado seja Deus! o merecimento, os serviços prestados ficam aí, para um canto — o charlatanismo, e a impostura, escudados pela intriga sobe à tribuna do legislador — e ei-lo reformando, reformando e reformando." A lambada no Governo vinha a seguir: "E o Governo que faz? também cabala, também corteja e adula o povo; também enreda e intriga, e como a sua sustentação é o único objeto que lhe interessa, quer a Câmara seja composta de gente que lhe deva empregos ou fortuna, e vai por seu lado fazendo o que pode."⁷

Acesa ia a luta entre Vasconcelos e o regente Feijó.

Autoritário e obstinado, o padre de Itu queria governar sem dar atenção à maioria da Câmara. Frio, com agudíssimo senso da realidade, maleável, Vasconcelos, "o Mirabeau brasileiro", no dizer de Armitage,⁸ batia-se pela instituição de um governo que, como o padrão inglês, fôsse a expressão da maioria parlamentar. Irritado com os ataques, Feijó, na fala de encerramento dos trabalhos, a 31 de outubro de 1836, foi brutal: "Seis meses de sessão não bastaram para descobrir remédios adequados aos males públicos. Eles,

6. *O Cronista*, de 13 de agosto de 1836.

7. *O Cronista*, de 17 de setembro de 1836.

8. JOÃO ARMITAGE, *História do Brasil*, pág. 229.

infelizmente, vão em progresso. Oxalá que na futura sessão o patriotismo e sabedoria da Assembléia Geral possam satisfazer as urgentíssimas necessidades do Estado. Está fechada a sessão.”

Acinte frontal aos Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação! “Ao lermos essa peça” — comenta o *Cronista* — “nós nos supusemos voltados ao ano de 1829, quando em 3 de setembro o Imperador encerrou as Câmaras com estas palavras: *Está fechada a sessão...*” E pergunta: “Não tinha o Governo na Câmara quatrienal uma maioria em seu favor, não é a êle que se devem as decisões daquela Câmara, por que não procurou remediar os males que pesam sobre o Brasil?”⁹

Desde o início do mês de outubro suprimira-se a legenda singular. Pelo visto, os redatores convenceram-se de que Bernardo Pereira de Vasconcelos possuía mais juízo do que Voltaire, e tanto quanto o povo. Abandonando a velha divisa, deslizaram discretamente para o movimento de opposição ao regente. Honório Hermeto Carneiro Leão e Joaquim José Rodrigues Tôrres formavam com Vasconcelos o triunvirato conservador. Não se atirava, porém, às cegas nos braços dos chefes. Se acusava o Governo de não saber o que queria, increpava a opposição de ter marchado “sem chefe e sem princípios”. Todos frouxos: “nem a administração teve essa opposição, enquanto as Câmaras estão encerradas, nem a opposição se importa com a marcha administrativa de nossos negócios”:¹⁰

Ao regente poupara. Ao Ministério não concedia trégua. “O atual Ministério..... agredido por todos

9. O *Cronista*, de 2 de outubro de 1836.

10. O *Cronista*, de 15 de fevereiro de 1837.

os lados..... sem um soldado no jornalismo que combatesse por êle..... desacreditou-se.”¹¹

O *Sete de Abril*, de Vasconcelos, em linguagem sôlta, ia às do cabo contra o Govêrno. Sales Tôrres Homem, no *Jornal de Debates*, engrossava a opposição. A favor de Feijó surgia o *Parlamentar*, suspeito de ser redigido por Montezuma e Limpo de Abreu, vazado em linguagem de arrepiar. Assim conceitua os que combatiam o Govêrno: “mais semelhante a um possesso do que a um ente racional, a opposição no Brasil é uma fúria que só engendra calamidades e promete convulsões e horrores”.¹² Em outro número chama-os de “súcia de balofos”, e seu jornalismo de “assalariado por uma facção ignóbil e turbulenta”.¹³ Bernardo de Vasconcelos é o *trinchador* dos ministros de D. Pedro, despeitado por não ter sido escolhido senador. Caprichando na injúria, acrescenta: “Feito senador, ei-lo Ministro da Fazenda! Que de serviços então não poderia êle fazer em *pagar dívidas atrasadas!*”¹⁴ Com grifos e exclamações feriam a honorabilidade do político mineiro. Na sua própria província os governistas tangiam a mesma nota. Em São João del-Rei, o *Astro de Minas*, redigido pelo padre José Antônio Marinho, com a colaboração de Teófilo Ottoni, dêle dizia “que não era muito acreditado em transações financeiras”.¹⁵ Chama-o de “mostrengo” e afirma não existir no Brasil “um coração mais sequioso de sangue”. Numa tirada bem pouco condizente com a temperança canônica, dizia o clérigo aludindo aos acontecimentos de Rio Pardo, onde pereceram 65 pessoas: “Homem perverso!..... os

11. *O Cronista*, de 22 de fevereiro de 1837.

12. *O Parlamentar*, de 17 de junho de 1837.

13. *O Parlamentar*, de 29 de julho de 1837.

14. *O Parlamentar*, de 17 de junho de 1837.

15. *O Astro de Minas*, de 22 de abril de 1837.

nefandos estupro, cometidos nas virgens de 10, e 11 anos, agradam-te, o roubo agrada-te, igualmente agradam-te o pranto, a orfandade, a viuvez.....”¹⁶

Homem singular, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Escritor de espírito, assim o pintou: “Foi o mais agressivo, o mais agredido, o mais invejado e o mais invejoso dos políticos militantes. A ninguém poupava; ninguém o poupou.”¹⁷ Retrato exagerado. Falta aí dizer ter sido êle o político mais sagaz, mais esclarecido e mais realizador, surgido após o 7 de Abril.

No seu jornal dava trôco às agressões, quando não as iniciava, com redobrado furor. Depois de perguntar o que faziam os tais *parlamentares* [do *Parlamentar*], responde: “Mentem, intrigam, zurram, caluniando, difamando; e êles, *limpos de brios!* mas abastados em perversidade e protêrvia, mudam de bordo, não tocam mais em suas infâmias demonstradas, inventam novas.”¹⁸ Limpo de Abreu, imediato de Feijó na chefia dos liberais, era “energúmeno” — “decidido protetor das tretas e jurado antagonista das letras”.¹⁹

Nesse tom, arrepiados como porcos-espinho, polemizavam os grandes políticos. O estilo apreciado era assim: grosserias primárias cuspinhadas por cima dos muros baixos na mesquinhez de terreiro.

Acossado, o Govêrno regencial multiplica processos contra os jornais adversos. O *Sete de Abril* várias vezes é levado à barra do Tribunal. Em tôdas o júri por unanimidade o absolve. As decisões fazem o *Parlamentar* bufar de indignação. Invocando encíclica de Gregório XVI, datada de 15 de agosto de 1832, na

16. O *Astro de Minas*, de 27 de maio de 1837.

17. MARTIM FRANCISCO, *apud* GONDIM DA FONSECA, *ob. citada*, pág. 139.

18. O *Sete de Abril*, de 10 de janeiro de 1838.

19. O *Sete de Abril*, de 13 de janeiro de 1838.

qual o Papa condenava os excessos da imprensa, saturados de malícia, os livros suspeitos e nocivos quando falsos e injuriosos à Santa Sé, escreve a fôlha de Limpo de Abreu: “O Santíssimo Padre acaba de proscrever pelo modo mais explícito e enérgico a liberdade de imprensa. Entretanto, um dos deputados que mais têm advogado a causa da Cúria [o Sr. Vasconcelos], tem-se pronunciado, ainda depois da encíclica, pela ampla liberdade da imprensa.” Afinal, indaga: “Estará a oposição em contradição com a Santa Sé?”²⁰ A que exageros conduzia a paixão política!

Agravando a brutalidade das medidas, surge o Decreto de 18 de março, impondo estreitos limites à liberdade de expressão. Lei de rigor. A repulsa é imediata. Declara o *Cronista*: “o dobre de agonia que prediz ao povo a morte próxima do Ministério, é o último esforço do moribundo”.²¹ Aguilar Pantoja, Ministro da Justiça, seu autor, foi mais tarde denunciado à Câmara pelo Deputado Henriques de Resende. A comissão designada acolheu a denúncia. Triunfara o novo Partido Conservador nas eleições de 1836. O antagonismo entre Feijó, que exagerava os limites de suas prerrogativas, e a Câmara, que reivindicava o poder para a maioria parlamentar, cada dia mais se acentuava. Inamovível nas convicções, não queria o padre regente ceder às reivindicações dos deputados. Apreciando a situação singular, acentuava o *Cronista*: “No sistema representativo — govêrno sem maioria — é frase absurda que não tem explicação alguma. O Brasil, porém, que tem tomado a peito demonstrar todos os absurdos, a falsear todos os princípios do sistema representativo, nos tem dado exemplo dum govêrno sem maioria.” Adiante examina a atuação atribiliária do regente:

20. O *Parlamentar*, de 22 de julho de 1837.

21. O *Cronista*, de 1º de maio de 1837.

"A lei da regência, feita sob a influência imediata da revolução, assaz explica a maneira por que a Nação, simbolizada pela Câmara dos Deputados, queria entender o Poder Executivo; entretanto o Poder Executivo reage, quer livrar-se das disposições dessa lei, ditada pela desconfiança; pretende sujeitar a Câmara a seu alvedrio, e exige que este ramo do poder se curve às suas vontades." 22

Denúncia velada de aspiração à ditadura. A agitação ganha o público. Rumores fazem recear motins, movimentos armados. Torna-se precária a situação de Feijó. Não querendo, por índole, transigir, nomeia Araújo Lima Ministro do Império a 18 de setembro de 1837. No dia seguinte passa-lhe a Regência, enviando a renúncia às duas Casas Legislativas. Prefere retirar-se a vergar. A administração caíra, sustentava o *Cronista*, "não aos golpes do Poder Legislativo, mas sim à eloquência dos oradores da oposição, e à vigilância do seu jornalismo". 23

Organizado o novo Gabinete, declara o jornal terem os ministros, quando deputados, merecido suas simpatias pela atuação na luta. Cumprissem as promessas feitas. Passasse o Governo a ser "de algum círculozinho de amigos e afilhados, de protegidos e protetores e não Governo dos brasileiros", faria decidida oposição. Advertia-os: "Não mudeis que não mudaremos." 24

Em outubro Justiniano, na direção do *Correio Oficial*, deixa a redação do *Cronista*. O emprêgo, com ordenado anual de três contos e seiscentos mil réis, provoca injúrias. "Traz o seu preço na testa, valor por que foi comprado", esbraseava legenda de caricatura

22. O *Cronista*, de 9 de agosto de 1837.

23. O *Cronista*, de 23 de setembro de 1837.

24. *Idem*.

anônima. Nada havia de censurável. O Ministério das "capacidades", onde Vasconcelos sobressaía, subira ao poder graças, em parte, à atuação do *Cronista*.

A saída do companheiro, Firmino e Josino, em declaração assinada, lamentam a perda. Contam como o Governo de Feijó, adivinhando na imprensa a causa principal de sua derrocada, tentara sufocá-la, enredando-a "em processos, e acabar com ela nas cadeias, ou sentando praça aos que se atreviam responsabilizar-se pelas doutrinas emitidas pela imprensa". Não se acovardara o *Cronista* e censurara-lhe os desregramentos, "mas esse govêrno não se atreveu a acusar-nos, que nós nunca transpusemos os limites da lei".²⁵

• • •

Chegado ao Govêrno, mantinha o jornal conduta independente. Faria oposição quando fôsse oportuna, "porque a oposição é elemento de ordem nos Governos representativos, porque é a oposição que tempera com exame e espírito de reforma o estacionamento e conservação do constituído, que domina ou deve dominar o espírito dos Governos".²⁶

Advertira o Ministério sôbre influências de círculos-zinhos. Sales Tôrres Homem, redator-político do *Jornal de Debates*, disputava, com apoio de Joaquim José Rodrigues Tôrres, Ministro da Marinha, a legação em Paris. Houve resistência. Tôrres Homem agitou-se. Os comentários ganharam a rua. Glosando o empenho, as reclamações e o barulho do jornalista, que por conhecer Paris, ali queria voltar como ministro, o *Cronista* atirava a farpa do improviso famoso de Chapelle:

25. O *Cronista*, de 10 de outubro de 1837.

26. O *Cronista*, de 25 de novembro de 1837.

“*Marion pleure, Marion crie,
Marion veut qu'on la marie.*”

A maldade dos versos seguia-se a perversidade do comentário: “E por fim tanto chorou, tanto gritou Mariquitas, que não houve remédio senão casá-la. E dizem já estar despachado para importante missão diplomática. O Ministério irá nomeando e nós examinando.”²⁷

Em Sales Tôrres Homem — o *Timandro* —, Firmino terá o mais ferrenho adversário na imprensa. A animadversão entre êles seria fruto do comentário ferino? Gorou a designação. Pouco depois o futuro Visconde de Inhomirim alistava-se nas fileiras da opposição. A luta entre ambos sòmente cessará quando o autor do *Libelo do Povo*, deixando o Partido Liberal, regressar novamente para o Conservador, logo após haver passado pelas águas lustrais da Conciliação do Marquês do Paraná, e experimentado as seduções do poder.

Conseguira o *Cronista* posição de relêvo. Seus artigos eram transcritos pelos jornais, principalmente pelo de Vasconcelos, o *Sete de Abril*. Pagava caro a importância. Zurziam-no os periódicos contrários ao Gabinete. O *Parlamentar* chama a seus redatores “assalariados do Ministério” e outros epítetos contundentes. Assalariados — replicam — eram, então, não sòmente os jornalistas que defendiam o Govêrno, mas todos os eleitores que lhe haviam dado maioria na Câmara. A linguagem dos antagonistas reparavam: “Por que fazer renascer em nossa terra os impuros escritos dos *Matracas*, e *Fado dos Chimangos?*”²⁸ O jornal de Firmino podia orgulhar-se de usar linguagem limpa.

27. O *Cronista*, de 16 de dezembro de 1837.

28. O *Cronista*, de 25 de janeiro de 1838.

“Redigido com eloquência e mestria, disputando primazia ao *Jornal de Debates*”, dêle dizia Joaquim Manuel de Macedo.²⁹ E os outros? Continuavam a velha tradição da descompostura rasgada, comprazendo-se nos ascos do calão. A notícia de só ter entrada no Paço o jornal de Vasconcelos, Ministro da Justiça, opunha o próprio *Sete de Abril* desmentido peremptório: “Que interêsse tem a educação do jovem Príncipe na leitura de periódicos? Em que casa de educação é permitida a leitura de periódicos à mocidade inexperta e destituída do necessário critério?”³⁰ As fôlhas não eram flor de se cheirar.

Veja-se o tópico do *Filho do Sete de Abril*, criado para enfrentar a gazeta designada como de frei Bernardo, a propósito dos bacharéis de Olinda e São Paulo: “Meteram-se alguns no jornalismo. . . . Mas, pergunta-se, têm êles adquirido crédito de homens de letras, ou ao menos brilha nos seus escritos alguma centelha de talento? Fala-se, é verdade, no *Cronista*, fala-se no *Jornal de Debates*: mas ninguém citou ainda uma lembrança, uma idéia feliz dêsses moços, que a tudo aspiram, tudo querem devorar; apenas se distinguem pela baixeza com que cortejam um Gabinete governado pelo homem mais corrompido, e mais perverso de que temos notícia; por um ministro acusado à face do Brasil de vergonhosas ladroeiras, e que não cuidou de justificar-se. E como querem êsses moços salvar-se da suspeita de vendidos ao poder, se êles se aviltam ao ponto de tomar calorosamente a defesa de um ministro, por excelência corrompido e corruto? Tal o jovem do *Jornal de Debates*, tais os jovens do *Cronista*.”³¹

29. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 336.

30. O *Sete de Abril*, de 10 de fevereiro de 1838.

31. O *Filho do Sete de Abril*, de 4 de setembro de 1838.

Estraçalhavam o burel de frei Bernardo e amarravam o canudo de bacharel dos moços jornalistas. Por não cortejar o poder, nem a oposição, tornara-se alvo das setas e das fúrias. “Eis a posição do *Cronista*” — exclama. “Qual o jornal que o não tenha batido! qual o ministro, qual o oposicionista, que o não haja amaldiçoado! O *Correio Oficial* não nos poupa, o *Sete de Abril* de vez em quando lá nos arremete, o *Parlamentar* e o *Jornal de Debates*. . . . nos supõem vendidos ao ouro do poder, o eco descompassado e rouco do jornalismo de Minas repete estas insolências, o *Diário do Rio* dá-nos ferroadas. . . . e ultimamente um *Arquivista* raciocinador e desmemoriado supõe-nos democratas.”³²

Democrata era imputação feia. O vocábulo possuía, então, outro sentido. . .



Quando das eleições para Regente, tiveram os *jo-vens* do *Cronista* idéia inusitada. Não se faziam entrevistas como hoje. Quem tinha alguma coisa para publicar mandava artigo ou comunicado. Ninguém prestava declarações a repórter. Sob o título “Franqueza Política” pedem a Araújo Lima, a Holanda Cavalcânti, e a todos os mais candidatos, responder às seguintes perguntas: “As atuais instituições podem salvar o Brasil? — É mister modificá-las? — Em que sentido, centralizador ou federal? — Que pensam sobre a imprensa? — Que segurança dão às suas promessas?” E aduziam: “O *Cronista* oferece suas páginas para publicação das respostas, e sustentará o candidato que concordar em pensamento com os redatores.”³³ Tudo es-

32. O *Cronista*, de 1º de março de 1838.

33. O *Cronista*, de 27 de fevereiro de 1838.

crito em letras enormes, no alto da primeira página, com destaque. Nenhum dos candidatos enviou respostas. Foram das primeiras tentativas de entrevista feitas por jornal brasileiro, mediante apresentação de questionário. Coube-lhe, ainda, a primazia da publicação de folhetins, em rodapé, à moda dos jornais franceses. Muito tempo depois é que seria imitado pelo *Jornal do Comércio*.

A partir de meados de 1838, Firmino faz, sem reservas, a defesa do Gabinete. Acusado o Governo de querer restaurar no Brasil o absolutismo, o feudalismo, as usanças do reinado de D. João VI — enfim, o que se chamava o *regresso*, invenção de frei Bernardo, rebate: “A oposição anda ansiosa em busca de um princípio que legitime seu procedimento, ela hasteou os estandartes, mas falta-lhe a inscrição, falta-lhe a divisa que ela não acha em parte alguma. A divisa do *regresso* já foi desprezada, ora é de novo erguida do esquecimento desprezível em que jazera, e de novo proclamada para dar interêsse e unidade à massa informe dos oposicionistas! Engano notável! O público sabe distinguir os fatos do vazio das expressões, e a felicíssima idéia de combater o que só existe em nossa imaginação não pode acarretar prosélitos, nem tampouco personificar-se em um partido e dominar a sociedade.”³⁴

Defendendo-se, ataca. Relembra o absolutismo do Governo de Feijó. Os que agora clamavam contra o *regresso*, esqueciam-se que o poder de então “não queria sofrer as liberdades públicas; a liberdade da imprensa, êle a ofendia com processos multiplicados, atropelando tôdas as normas de direito, e por fim lançando êsse famoso Decreto de 18 de março, primeiro

34. O *Cronista* de 10 de maio de 1838.

alicerce da ditadura, se a oposição não estivesse alerta, e não fizesse recuar o poder".³⁵

Manteve-se o *Cronista* até meados de 1839, quando desapareceu. Em defesa do Gabinete, sustentou polémicas com o *Jornal de Debates*, já então na oposição, o *Parlamentar* e a *Aurora*, apontada como redigida por Tôrres Homem. Com a saída de Justiniano a fôlha ficara a cargo de Firmino. Mais tarde, em carta dirigida a Paulino José Soares de Sousa, queixando-se do Gabinete de 19 de setembro, dizia Justiniano: "Caiu êsse Ministério, a quem mostramos tanta dedicação, e que ficamos sendo? O Firmino coisa nenhuma; eu professor de Geografia e História do Colégio de D. Pedro II."³⁶



Temperamentos diversos, os dois jornalistas se completavam. Justiniano, expansivo, loquaz, indisciplinado, criando casos com os próprios companheiros de partido. Dêle diria Eusébio de Queirós que "seria mais feliz se tivesse dez vêzes menos de talento e uma vez mais de juízo prudencial". Firmino, introvertido, de poucas expansões, com rigoroso senso de responsabilidade partidária, manteve como jornalista atitude de coerência durante tôda sua vida. "Poeta e jornalista conservador" — é como o qualifica o Barão do Rio Branco.³⁷ Poder-se-ia acusá-lo de violento. Por vêzes o foi, mas quase sempre em represália, quando provocado. Joaquim Manuel de Macedo afirma que êle

35. *O Cronista*, de 15 de maio de 1838.

36. JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *A Vida do Visconde do Uruguai*, pág. 93.

37. BARÃO DO RIO BRANCO, *Efemérides Brasileiras*, vol 2.º, pág. 173.

foi “na imprensa política brilhante astro de luz pela sua ilustração, e pela escola de seu belo estilo, às vêzes em exaltações de ofendido ou de partidário em ressentimento de derrotas políticas, cratera de vulcão aberta a despedir lavas estupendas”.³⁸

A diversidade de temperamentos mais os aproximava. Entre homens de imprensa são comuns as disputas de vaidade, as veleidades de primazia, os ciúmes do favor público. Segando no mesmo campo, mutuamente se auxiliavam com incentivos, conselhos e críticas recíprocas. Nunca tiveram atrito. Firmino, tímido, admirava a vitalidade esfuziante de Justiniano; êste, versátil, a compostura grave de Firmino. A apreciação de Macedo é insuspeita porque o romancista, além de contemporâneo, era adversário político dêles. “Justiniano Rocha escrevia de improviso, e com facilidade até hoje não igualada. Firmino meditava antes de escrever. Eram ambos eloqüentes. Aquêlê, porém, menos, e êste mais zeloso da beleza da forma e do apuro do estilo. Rocha excedia a Firmino na estratégia e na habilidade com que explorava as contradições de idéias, e as indisposições pessoais dos adversários, procurando expô-los em discórdia. Firmino cuidava mais do que Rocha na fortaleza da argumentação calculada. Um e outro foram primorosos e esforçados paladinos da imprensa. Em Rocha havia combinação de Aquiles e Ulisses; em Firmino predominava Aquiles até com a sua vulnerabilidade pelo calcanhar, porque de fina suscetibilidade e irritável, às vêzes ferido pela injúria, excedia-se, reagindo na polémica. Foram ambos grandes nas campanhas da tribuna universal.”³⁹

38. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 337.

39. *Ibidem*, pág. 336.

Xavier da Veiga destaca a influência de Firmino no espírito dos contemporâneos. Assevera o memorialista: "Ninguém o excede entre nós na habilidade de defesa e na perícia estratégica dos ataques; poucos o terão igualado na fluência do estilo primoroso; raro se lhe terá equiparado na fecundidade dos recursos e no esforço infatigável da doutrinação e da polêmica. Escritor, político, modêlo — foi mestre exímio no jornalismo brasileiro." 40 Opinião partilhada por Sacramento Blake, que o considerou "das mais hábeis penas do jornalismo brasileiro". 41



A atuação de Firmino no *Cronista* torna seu nome conhecido das elites intelectuais. Nesse ano de 1839 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o recebe como seu membro correspondente. Estava com 24 anos de idade.

40. XAVIER DA VEIGA, *Efemérides Mineiras*, vol 3º, pág. 77.

41. SACRAMENTO BLAKE, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 2º vol., pág. 262.

CAPÍTULO II

“... Eis brama o vento,
E a floresta se agita... Olha que vagas
O mar irado impele contra as praias.”

*O BRASIL e a campanha da maioria.
Luta com os Andradas. Linguagem des-
sabrada dos jornais da oposição e do
Govêrno. Eleições do cacête. Jornalistas
agredidos na rua. O escandaloso caso
da distribuição de escravos. Juiz de
Barbacena.*

Com grande habilidade haviam os liberais desfraldado a bandeira da maioria. A Regência desgastara-se durante nove anos de agitações. O povo desejava nas mãos do jovem monarca as rédeas do Govêrno, na ilusão de que com a mudança política entraria o país na plenitude pacífica do regime.

Não cessavam os jornais da oposição, a cuja frente se destacava o *Despertador*, redigido por Tôrres Homem, de sustentar a campanha maiorista. O Govêrno não tinha imprensa. Paulino José de Sousa e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara convidam Justiniano e Firmino a publicar novo jornal. Justiniano, no dramático discurso proferido três lustros depois na

Câmara dos Deputados, após a ruptura com o Marquês de Paraná, conta como nasceu a fôlha e as agruras dêle e de Firmino. Na Câmara fôra procurado pelos dois políticos. Das conversas e sugestões surgiu o *Brasil* para combater a maioria em nome dos princípios monárquicos. Combateu-a, mas inûtilmente, e o Ministério conservador caiu. "Nem um instante abandonamos o campo" — exclama da tribuna. "Homens inimigos de revoluções, homens de idéias monárquicas, que naquele tempo nos parecia ver derrotadas, continuamos a escrever em luta aberta, em luta de frente com a revolução, expondo-nos e excitando em nossas famílias o receio pelos nossos dias (*Apoiados*). Os nossos chefes onde estavam então? O vento da revolta os havia entorpecido, e nós sem relações, sem emprêgo algum. . . . nós escrevíamos um periódico, desamparados de todos, e ignorando nós mesmos os nossos destinos." 42

Aparece o *Brasil* em 16 de junho de 1840. Faz profissão de fé monárquica, de defesa das instituições, da unidade da Nação. Revela estar na arena para a luta. Cai sôbre Antônio Carlos. Na tribuna fizera o chefe liberal referências a Evaristo com desprezo: "Tive uma polêmica com um môço chamado Evaristo", deixara cair dos lábios. "Não sabemos de quem falou o nobre deputado" — retruca o *Brasil*. "Um Evaristo conhecemos nós, cidadão benemérito a quem talvez mais devamos a existência de nossa bela pátria, que outros quiseram entregar às vinganças de uma restauração. . . um Evaristo que se pôs diante do carro da revolução despenhado em 7 de Abril, em risco de ser por êle esmagado; um Evaristo que para salvar vítimas e re-frear os furores da populaça, expôs sua popularidade; um Evaristo que morreu exausto pelos serviços que

42. *Jornal do Comércio*, de 28 de maio de 1858.

prestara a sua pátria, enquanto alguém ia para Portugal *alinhar os corações de seus filhos!*...” E com ar de desafio: “Será dêsse môço que quis falar o Sr. Antônio Carlos?”⁴³

Jogava a luva à face do principal chefe maiorista. Grande orador, grande demagogo, curtido pelas lutas políticas, violento na linguagem, perigoso pela capadocagem de caceteiros a seu serviço — êsse piaga temível era provocado. Imprudência perigosa. Esqueciam que para mexer no rabo da onça é preciso ter vara grande. Os homens públicos da época possuíam os mesmos traços de truculência. Fizera escola o estilo inaugurado por D. Pedro. Os três Andradas, Montezuma, Feijó, Vasconcelos, Ottoni, Limpo de Abreu, Paraná, estalejavam autoritarismo brutal. Araújo Lima constituía exceção. Comprazia-se na vaidade. O que melhor aliava o tato à violência era Vasconcelos. Plasmava-se o Império. Não seria com molícies que se lançariam os alicerces da Nação. Período revolucionário, de lutas ardentes, de paixões desatadas, predominavam os que se punham à frente dos acontecimentos e os dominavam a golpes de força e audácia. O primado da habilidade política e da cultura, cujo expoente é Nabuco de Araújo, só se afirmaria quando definitivamente organizado o regime constitucional.

Distancia-se o *Brasil* da linha desordenada do *Cronista*. Sujeito à disciplina partidária, é o órgão autorizado dos conservadores. A maneira encontrada por Justiniano e Firmino para dizerem ao que vinham é o desafio ao leão andradino. Aspiram também à maioria, mas dentro do respeito à lei. Para ser declarado maior o Imperador, com apenas 14 anos de idade, ter-se-ia de violar a Constituição. Mas, inter-

43. O *Brasil*, de 16 de junho de 1840.

rogam, “que importa à minoria atual a Constituição do Estado? Quando trata de apear seus antagonistas do poder, que lhe importa a ilegitimidade dos meios?”⁴⁴

A propaganda maiorista tinha ressonâncias profundas. Encontrava receptividade na Côrte e nas províncias. Estava-se ansioso pela mudança, estava-se cansado da regência. Todos previam o desfecho. Não obstante contar com maioria na Câmara, o Partido Conservador, se lutava pelo princípio da ordem, percebia que seria despejado do poder, caso perdesse. Divorciado da vontade predominante no país, teve de prosseguir na luta. Não porque assim quisesse, mas porque lhe não sobrava outra saída. Se a linha divisória entre as duas correntes políticas, que no Império, alternadamente, ocupariam o Govêrno, se acentuou no combate à regência de Feijó, a questão da maioria deu aos dois partidos seus contornos definitivos.

Explora o *Brasil* as contradições dos liberais. Em 1835 e 1836, quando se falou na regência da princesa D. Januária, com a mesma idade do Imperador, a oposição, protegida de Feijó, e então no Govêrno, soltara berros e brados: “É uma conspiração, clamavam; pereçam os conspiradores. E os Marinhos e Ottonis produziram essa estupendíssima mensagem dos *pereças*.” “E agora? Agora, que são oposição, já não clamam — pereçam os conspiradores, dizem — pereçam os camarilheiros. Tudo lhes apraz: regência de D. Januária, maioria do Imperador.” “Quiséramos” — conclui — “que êsses senhores tivessem a bondade de nos explicar qual a diversidade de circunstâncias que os fêz tão assanhados contra a regência da Sr.^a D. Januária em 1836 e os faz tão assanhados pela maioria do mo-

44. O *Brasil*, de 7 de julho de 1840.

narca em 1840. Será que o motivo único é que hoje eles não dominam e que então dominavam?" 45

Ninguém explicou coisa alguma. A onda varria o Império. Levava na crista esperança popular. Inútil opor-se a ela. Desacreditados os partidos, ansiava-se por um César. Afrontando a impopularidade, o *Brasil* mostrava que o ato importava em atentado às instituições, violação do artigo 141 da Constituição. "O Imperador" — dizia — "antes da idade de 18 anos, não está revestido de nenhuma das atribuições dos Podêres Executivo e Moderador, logo qualquer alteração nessa idade diz respeito aos limites desses podêres." Expunha os perigos do precedente: "Se não é constitucional esse artigo, qual o será? Não o que fixa a idade de 40 anos para ser senador, e poderemos ter senadores imberbes; não o que fixa a duração de uma legislatura a quatro anos, e poderemos ter Câmaras perpétuas; e de semelhante precedente quantos males não poder-se-ão originar? Tudo o que a Constituição quis firme e duradouro será trazido para a esfera da atualidade, e pôsto à discrição dos partidos: hoje o Imperador será maior aos 14 anos, daqui a alguns tempos virão facciosos que com boas razões declararão que só aos 25, só aos 30 poderá êle reinar..." 46

Ninguém queria saber de lógica. A hora era de vibração emotiva. Firmino e Justiniano sofriam apóstrofes bravas. "Na tribuna nos comete, nos seus periódicos nos calunia a respeitável oposição. As infâmias da imprensa oposicionista não oporemos resposta alguma; o homem que tem um pouco de dignidade pessoal não pára a fim de brigar com moleques de rua, embora haja quem diga que êsses moleques são os mais

45. *Idem.*

46. *O Brasil*, de 9 de julho de 1840.

distintos oradores oposicionistas, encapotados com o diáfano manto do anônimo.” 47

Deu-se o inevitável. O Imperador, sondado, responde com o célebre *quero já*. Antônio Carlos, na Câmara, apresenta projeto, declarando D. Pedro II “maior desde já”. Em atmosfera tensa, quando se discutia o projeto, estoura no recinto a notícia da nomeação de Bernardo Pereira de Vasconcelos para Ministro do Império. O regente, em ofício, comunica o adiamento da Assembléia Geral. Gritos, protestos, tumultos. Ouve-se a palavra “traição”. Homem de se temer, o Vasconcelos. Inspiração sua, o adiamento esfriaria a febre maiorista e abortaria o movimento. Antônio Carlos percebe a traça rapseira e frustra-a. Com a experiência dos tumultos parlamentares, sabendo provocá-los e dirigi-los, incita os deputados a seguirem para o Senado. Deputados e senadores declaram-se em sessão permanente. Considera-se o ato do adiamento inexistente. Uma comissão vai ao Paço. Recebida pelo monarca, pede-lhe assumir o exercício das funções. O Imperador aquiesce. No dia 23 de julho presta juramento. Estava violada a Constituição. Mas com o consenso do povo.

Com elegância, reconhece o *Brasil* a dirimente. Recapitula as razões por que se batera e adverte: — “Mas enfim tudo está passado, tudo concluído; agora só nos resta aceitar o fato consumado, respeitá-lo, fazer votos aos céus para que suas consequências sejam prósperas, para que desfaçam-se todos os receios e que não aprendam os ambiciosos o meio tão comezinho de calcar a lei e a Constituição.” 48

47. *O Brasil*, de 18 de julho de 1840.

48. *O Brasil*, de 28 de julho de 1840.

Autores da façanha, colheram os liberais o prêmio dos seus trabalhos. Coube-lhes o poder. No Gabinete de 24 de julho, Antônio Carlos ocupa a pasta do Império, Martim Francisco, a da Fazenda e Limpo de Abreu, a da Justiça. Isso indicava Governo de vinditas e violências. “Todos sabem que o esquecimento dos agravos que possam ter recebido” — anotava o *Brasil* — “não é decerto a virtude com que os Srs. Andradas pretendem ganhar o céu...” E acrescentava: “Aceitamos a condição de vencidos, trataremos de conquistar a posição que ocupávamos sustentando a política de ordem, de estabilidade, e de futuro.... alentaremos nossos correligionários políticos pela imprensa, até que nossa causa triuufe pela fôrça do sistema representativo, pelo voto explícito da Câmara.”⁴⁹ O Partido Conservador nunca trilhou senda revolucionária. Sua imprensa, do mesmo modo, pregará a conquista do poder pelos meios legais.

Vasconcelos, no Ministério das 9 horas, atendera a uma convocação. Sagacíssimo, por que, então, teria aceito missão sabidamente malograda? Num tributo à sua estratégia política, Teófilo Ottoni atribui ao gesto do adversário profunda intuição dos acontecimentos: associara-se, à última hora, à queda dos correligionários “para obrigá-los a aceitar a sua direção na hora da vitória que próxima se lhe afigurara”.⁵⁰

Estavam os conservadores na oposição, e com eles o *Brasil*.

49. O *Brasil*, de 30 de julho de 1840.

50. TEÓFILO OTTONI, *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores Pela Província de Minas Gerais no Quatriênto Atual e Especialmente Dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados Pelo 2º Distrito Eleitoral da Mesma Província Para a Próxima Legislatura*, pág. 284.

“São os mesmos, não há dúvida” — exclama o Brasil. “Pode-se dizer dos Srs. Andradas o mesmo que Napoleão dizia dos emigrados: Nada esqueceram, nem aprenderam no exílio..... O *Tamoio*..... revela essa mesquinhez de idéias políticas, todo êsse estilo eminentemente charlatão e incivil.”⁵¹ O *Tamoio* queria dizer a *Regeneração*, novo jornal dos Andradas. E vinham as grosserias de alto porte. “Vendidos”, dizia de Firmino e Justiniano. “Somos vendidos, dizeis: quando o vosso ouro nos comprou? Algum dia vo-lo pedimos?” Revelam as tentativas de subôrno: “Que-reis que publicemos os nomes daqueles, que instaram conosco e com parentes nossos para que deixássemos de escrever na certeza de que havíamos de ter bons empregos, porquanto para obtê-los confiavam em suas relações com alguns membros da administração, se bem que nos revelassem, com uma bonomia evangélica, que nenhum ministro lhe recomendava o recado?” Prosseguem: “Sois capazes de tudo, e o que pedimos todos os dias a Deus, quando lemos os vossos escritos, é que não consinta militemos nunca, sejam quais forem as modificações que tenha de experimentar a política do país, sob as bandeiras em que militardes. Deus nos ouça.”⁵²

Após a recusa do silêncio, novas invectivas. “Os Srs. Andradas não sobem ao poder sem ser escoltados dos Pôrto Seguros e Miquelinas” — escreve o *Brasil* numa alusão aos célebres capangas — “com uma diferença única: e vem a ser que em 1822 êsses agentes de S. Ex.^{as} lançavam mão do cacête, e em 1840 lançam mão da imprensa. O progresso não é pequeno; é em nosso entender uma concessão feita ao espírito do século.

51. O *Brasil*, de 19 de setembro de 1840.

52. O *Brasil*, de 3 de outubro de 1840.

Valha-nos isso!"⁵³ Joaquim José Rodrigues Tôrres, depois Visconde de Itaboraí, e o futuro Marquês de Paraná, que se haviam batido contra a maioria, recebem quinhão grosso na distribuição dos confeitos andradinos. A biografia de Honório Hermeto feita pela segunda edição do *Tamoio* é terrível.

O jornal dos Andradas constituía apenas uma das frentes em que lutava o *Brasil*. Apontado como de José Martiniano de Alencar e do Brigadeiro Tobias, o *Despertador*, redigido por Sales Tôrres Homem, ainda ressentido do lôgro da legação, e que a princípio usava linguagem comedida, acaba por afinar-se pelo diapasão contumelioso. O Govêrno planejava demitir os ocupantes de cargos públicos comprometidos com a situação anterior — denunciara o *Brasil*. "Laço grosseiro, desprezível intriga, manejos subversivos", que revelam o propósito determinado de "destruir o Govêrno",⁵⁴ bradava Tôrres Homem. Com suas mentiras, acrescenta, o *Brasil* "passa de uma miserável intriga ao delírio da desordem".⁵⁵

Denúncia verdadeira. Criando a mentalidade dos partidos exaltados, o Gabinete agiu com mão pesada. Martim Francisco fêz a derrubada no Tesouro, no Fisco e na Alfândega. Limpo de Abreu atirou-se à magistratura, removendo juizes para comarcas distantes. Antônio Carlos demitiu quatorze presidentes de províncias.

Despendia chispas a polêmica. Vasconcelos, como sempre, servia de alvo aos liberais, temerosos de sua fôrça. "A notabilidade crônica do Brasil", debocham. "O Sr. Vasconcelos é um verdadeiro vampiro, um

53. O *Brasil*, de 25 de agosto de 1840.

54. O *Despertador*, de 15 de outubro de 1840.

55. O *Despertador*, de 20 de outubro de 1840.

Crocmitaine e nada mais que isso; um pouco esperto mas só logra os que nêle confiam; possuindo um grande talento para a anarquia, é, por isso, o verdadeiro e legítimo pai de tôdas as desordens, que tem havido no país desde 1826." É o "astuto charlatão, poltrão". Guardam para o fim o insulto rendilhado: "Por exemplo, se diz que o Sr. Vasconcelos é ladrão; nós dizemos que êle é um covarde." 56

Não há número de *Regeneração* sem ataques aos jornalistas conservadores. Falhas as tentativas de persuasão para cessarem de escrever, redobram as cutiladas. Não obtendo resultado, procuram reabrir as tentativas de acomodação. Assumindo tom paternal, lamentam o "triste papel" dos redatores do *Brasil*, "moços cheios de esperanças", que por cegueira advogam os interesses de uma causa perdida". E quase em súplica: "Praza à Divina Providência tirar do engano, êsses infelizes jovens." 57

Divergências existiam entre os membros do Gabinete. Boa matéria para comentários. A denúncia antecipada das demissões em massa acreditara o jornal. Os fatos que preconizava realizavam-se. Os "infelizes jovens" enfrentavam os experimentados políticos. E chasqueavam: "Não é possível, sem rir, ler as baboseiras dos velhos Aretinos da Degeneração contra nossos artigos." 58 Quando a respeito de José Bonifácio escrevem em itálico o título, que Montezuma lhe dera, de Patriarca da Independência,⁵⁹ a resposta da *Regeneração* vem fumegante: "Dão-lhe êste título por mofa. É revoltante." 60 Aos "moços cheios de esperanças" já

56. *A Regeneração*, de 18 de agosto de 1840.

57. *A Regeneração*, de 4 de setembro de 1840.

58. *O Brasil*, de 6 de outubro de 1840.

59. *O Brasil*, de 17 de outubro de 1840.

60. *A Regeneração*, de 20 de outubro de 1840.

dissera a *Regeneração* que deixaria de “entreter com vm.cês polêmica política, se se progredirem as maneiras e palavras de que vm.cês usam quando falam dos velhos que para ela escrevem”.⁶¹ Desistindo da polêmica, os velhos do jornal ministerialista tinham coisa melhor à vista. Com o encerramento próximo das Câmaras iam ferir-se eleições gerais. Tempo propício à ressurreição do cacête, das belas rodadas de pau, do *argumentum baculinum*.



“Um de nós” — registra o *Brasil* — “sabe que sua casa é rondada, vê sua família espavorida, seus vizinhos assustados, dá denúncia à autoridade competente, e esta nem ao menos manda informar sôbre a denúncia; nem ao menos indagar se ela é verdadeira!”⁶² Compressão do poder sem disfarces. Escrúpulos pela liberdade do voto não havia. Muito menos pela dos que revelavam as violências do Govêrno. Seguido, ameaçado, sem proteção, não esmorecia o redator visado pela ira andradina. Continuava a denunciar a aliança monstruosa, tramada pelo que designava de “trindade maldita” — Martim Francisco, Antônio Carlos, Limpo de Abreu — do Govêrno com os desordeiros, para fraudar a eleição. “Nunca a corrupção eleitoral foi executada em mais alta escala, os ministros têm mandado chamar às suas casas comandantes de corpos, chefes de repartições, empregados públicos, e a todos êles têm intimado a ordem de votar sem discrepância na chapa do Govêrno.”⁶³

61. *A Regeneração*, de 22 de setembro de 1840.

62. *O Brasil*, de 10 de outubro de 1840.

63. *O Brasil*, de 13 de outubro de 1840.

Coisa singular! Os que assim procediam, convencidos estavam de ser êsse o seu dever. Em manifesto ao país o jornal dos Andradas defendia, sem o menor constrangimento, o princípio de que, além de lícito, competia ao Govêrno dirigir as eleições. A opposição estava eivada de espírito revolucionário e “o atual Govêrno deve intervir nas próximas futuras eleições” — afirma —, “porque aliás êle faltaria à missão de que se sobrecarregou para com a Nação em seu programa”. Proclama, como se dissesse a coisa mais banal, ser obrigação indeclinável do Govêrno “evitar que atualmente triunfe uma opposição, que se pode tornar o primeiro elo de uma cadeia subsequente de opposições no mesmo sentido, que, idênticas a outras que já houveram, venham produzir afinal resultados semelhantes aos fatos de 1831”.⁶⁴ Com semelhante pregação se pretendia tonificar a atmosfera política.

Firmado na curiosa doutrina pregada pelos que se diziam liberais, o Govêrno agiu em consequência. Ganhou a eleição. “Triunfo vergonhoso” — clama o *Brasil*. “As tramas liberticidas do poder surtiram seu efeito. Os boatos aterradores, as prisões na véspera das eleições, a subida do preço dos cacêtes no mercado, os parques de artilharia, as diatribes da imprensa do Ministério, a invenção andradina de que se tramava uma conspiração para declarar o Imperador menor, as ordens dadas aos cornetas para se acharem nas paróquias a fim de tocarem a rebate; tôdas essas provas concludentes da impotência do Govêrno aterraram os ânimos e deram ao poder o mais desgraçado e estúpido triunfo.”⁶⁵ Abrindo o precedente da fraude, que du-

64. *A Regeneração*, de 20 de outubro de 1840.

65. *O Brasil*, de 27 de outubro de 1840.

rante tanto tempo contaminou os prélios eleitorais no Brasil, essas eleições ficaram conhecidas como do cacête.

Não prelibaram o triunfo por muito tempo. As dissensões do Ministério com Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na pasta de Estrangeiros, levaram êste ministro a pedir demissão. O Imperador negou-a, e o resto do Ministério da maioria teve de retirar-se. Chamado Araújo Viana, antigo preceptor do monarca, para organizar Gabinete, Paulino vai para a pasta da Justiça. Com o Gabinete de 23 de março de 1841 voltam novamente ao poder os conservadores.

* * *

Apeados do Govêrno, os liberais, na forma da tradição, agridem. O *Brasil* é a bigorna onde vem bater o malho enfurecido. Caíam também marteladas da tribuna da Câmara. Teófilo Ottoni, em discurso, afirma ser Paulino, ministro, colaborador do jornal de Firmino e de Justiniano. É imediatamente desmentido: “Bastar com reflexão os diversos números de nossa fôlha, e comparar-se o seu estilo para ver que, além da homogeneidade constante de pensamento, nêle sempre se acham dois estilos diversos, mas constantemente os mesmos, que bem indicam que duas únicas penas os escrevem.”⁶⁶ Antônio Carlos, na Câmara, chiava improperios. Caluniadores, vendidos, miseráveis, são as palavras mais amenas que profere na sessão de 19 de maio de 1841. “Se não fôsse nímio orgulho, acreditaríamos que imensa era nossa importância” — chiavam também —, “pois imensa é a gana com que nos morde êsse insultador privilegiado. Nosso proceder como jornalista. . . . está acima de todos seus insultos.

66. O *Brasil*, de 18 de maio de 1841.

Sua opinião é-nos sumamente indiferente. Não é a estima do amigo dos Orelhas e dos Frias que ambicionamos, outro alvo tínhamos, alcançamo-lo: o domínio dos homens que queriam formar uma camarilha para se perpetuarem no poder, que inventaram o ominoso cordão sanitário, que blasonavam enfim de serem ministros tôda a sua vida, só durou oito meses. Eis o nosso prêmio, êsse o nosso alvo. . . . Que nos importa, à vista disso, que nos atassalhe um Andrada?"⁶⁷ Antes mesmo de conhecerem o texto da fala, à simples notícia dos insultos desemprenhados da tribuna, haviam reviddado com fogo: "Desde já porém declaramos a S. Ex.^a que, se formos alguma vez nessas ruas encontrados por algum louco que nos insulte e atire lama, não pararemos para contestar com êle, e só nos queixaremos das autoridades que deixam por aí andar vagando, e até ocupando distintos lugares, homens sôbre quem um juiz de órfãos diligente devia vigiar."⁶⁸ Mais tarde dirão que o próprio patriarca fizera esta advertência insuspeita: "Ao mano Antônio, dêem-se honras e fitas; empregos não, porque é doido."⁶⁹

Para os liberais o poder lhes escapara das mãos por pouco tempo. A próxima Câmara fornecer-lhes-ia maioria esmagadora. Voltariam ao Govêrno quando ela se reunisse em 1842. Poriam então abaixo a lei do Conselho de Estado e a da reforma do Código de Processo Criminal, por êles consideradas instrumentos dos conservadores para se perpetuarem no poder. Tentando impedir a execução das leis, espalhavam boatos assustadores a respeito das províncias de São Paulo e de

67. O Brasil, de 25 de maio de 1841.

68. O Brasil, de 22 de maio de 1841.

69. Apud RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, pág. 138.

Minas. Ante a imperturbabilidade do Govêrno e em face da possibilidade de dissolução da Câmara, caminharam para a conspiração, procurando atear o espírito da revolta, fazendo soar o grito de alerta, precursor do de pegar em armas. Clamava a imprensa conservadora pela dissolução da Câmara, eleita, dizia, quando no poder ministros facciosos, "pois a eleição os achou nas praças, anarquizando a multidão, e o Govêrno lhes emprestou o cacête".⁷⁰

Desaparecida a *Regeneração*, outra fôlha, o *Maiorista*, com ardor tomou a defesa da política liberal. Sales Tôrres Homem, que tanto mudava de jornal, era o redator principal. Ocasião houve, afirmava-se, em que a fôlha oposicionista contava com mais de 14 redatores. "Vimos o primeiro número dêsse jornal" — registrava o *Brasil* — "cujo aspecto carrancudo e lúgubre assemelha-se perfeitamente, com suas belas tarjas marginaes, às cartas de convite de defunto."⁷¹ De defunto podia ter só o luto. Vivíssimo e virulento. Ataca o Gabinete. Qualifica-o de reacionário. Polemiza com o *Brasil*, que reclamava a demissão de Tobias de Aguiar da presidência de São Paulo. Ataca Bernardo Pereira de Vasconcelos nos têrmos usuais: hipócrita, imoral, prevaricador, etc.

Gente havia que não respondia às diatribes do *Maiorista* em letra de fôrma. O Coronel Rangel, por êle insultado, agrediu Tôrres Homem em plena Rua da Ajuda, quando o jornalista saía da tipografia do *Diário do Rio*. Ataque covarde. A ordenança do coronel, em meio à luta, segurou o jornalista por detrás, possibilitando ao agressor maltratar bastante o antago-

70. O *Brasil*, de 26 de agôsto de 1841.

71. O *Brasil*, de 27 de maio de 1841.

nista.⁷² Tempos depois é um jornalista ministerial o agredido. A *Sentinela da Monarquia*, que substituíra o *Sete de Abril* apenas no nome, pois a linguagem sôta mantinha-se a mesma, pertencia a Inácio Pereira da Costa, portuguez. Da redação faziam parte Josino do Nascimento Silva, Cândido Mendes e outros. Um dia o proprietário da fôlha foi atacado por três pessoas na via pública. Teve a cabeça rachada a garrafadas.⁷³ Ninguém ficou sabendo nada dos atacantes, ou do mandante. Não moderou contudo a linguagem, como não moderara o *Maiorista*. Apesar da solidariedade do *Brasil* no incidente do coronel, Tôrres Homem fazia-lhe perfídia. Escrevera o *Brasil*: “Há homens de paixões tão ardentes, que nunca arrefecem; e Couthon, o braço direito de Robespierre, o mais sanguinário dos monstros, que dominaram na França, era paralítico, vivia entrevado... Assim o estado de enfermidade crônica, por mais grave que seja, nem aplaca as paixões, nem destrói a ferocidade, nem a ambição de alguns indivíduos.” Transcrevendo o trecho, o *Maiorista* apunha-lhe por título: “O retrato do Sr. Vasconcelos feito pelo *Brasil*.” E no fim comentava: “Eis aí o que se chama um retrato feito *d’après nature*.”⁷⁴ Crueldade inominável. Vasconcelos padecia de doença na espinha, que aos poucos o ia transformando num paralítico, em meio a dores tremendas. Achava-se nisso motivo para chasquear!

Acusação vez por outra revivida na imprensa adversa contra Firmino e Justiniano imputava-lhes recebimento de escravos dados pelo Gabinete de 19 de

72. O *Maiorista* e o *Diário do Rio de Janeiro*, de 8 de janeiro de 1842.

73. A *Sentinela da Monarquia*, de 21 de novembro de 1842.

74. O *Maiorista*, de 29 de janeiro de 1842.

setembro. O episódio revela aspecto curioso dos costumes políticos do tempo. Apreendidos em virtude da lei repressora do tráfico, aos africanos não se concedia liberdade. Distribuía-os o Governo pelos estabelecimentos públicos e a particulares. Os agraciados assinavam compromisso de bem tratar e educar os escravos. Grande a disputa da prenda cobçada. Vasconcelos não regateou dádivas generosas a amigos e adversários. Alguns os receberam em nome de terceiros, ocultando-se. Entre êsses: Honório Hermeto, Carlos Carneiro de Campos, depois Visconde de Caravelas. Outros aceitaram-nos diretamente: Antônio Pereira Pedroso, Francisco de Paula Cândido, José Cesário. É o que denunciava o *Filho do Sete de Abril*. O jornal só mencionava os nomes dos adversários, esquecendo de propósito os dos correligionários. Quando subiram os liberais, no Ministério dos oito meses, Firmino e Justiniano exigiram a publicação da lista geral dos beneficiados. Em poder do Governo estavam todos os papéis. Se as listas viessem a público, declaram, “ver-se-ia que os inimigos do Ministério foram tanto ou mais bem aquinhoados do que seus amigos.”⁷⁵ O Governo não aceitava o desafio. Insistia o *Brasil*: “Convir-lhe-á acaso deixar embrulhado e por explicar êsse argumento com que os ministerialistas de hoje pretendem agredir a oposição, ou receia que apareçam bem aquinhoadas muitas pessoas que hoje gritam, vociferam e, como os abissínios, apedrejam o sol que adoraram, e ante o qual ainda se prostram?”⁷⁶

Muita gente entrara no negócio dos negros. Aos liberais como aos conservadores, mais àqueles do que a êstes, não convinha abrir a caixa de Pandora. Di-

75. O *Brasil*, de 24 de outubro de 1840.

76. O *Brasil*, de 5 de dezembro de 1840.

zia-se que um parente dos Andradas, por intermédio de interposta pessoa, aproveitara-se da munificência do ministro detestado. Suspeitíssima a atitude dêles na *Regeneração*. Afirmara o *Brasil* que Paula Brito, o dono da tipografia onde se imprimia o jornal dos Andradas, recebera não um, mas dois escravos. Habitualmente tão impiedosa com Vasconcelos, a *Regeneração* trata-o com cortesia, até com respeito. Com o ar mais cândido do mundo conta a história cabulosa: “Distribuíam-se os africanos, e um dia, em pública audiência, na casa do Sr. Vasconcelos, então Ministro da Justiça, apresentou-se o P.B., e, quando lhe tocou por linha de escala, entregou a S. Ex.^a o requerimento que, recebendo-o mui bem, disse-lhe que sentia ter vindo tão tarde, quando só restavam na casa de correção uns africanos, que tinham sido *rejeitados*. Dois dias depois foi-lhe remetida a ordem para ir receber as *duas molecas* que pedira, e que se efetuou, e indo-lhe P.B. agradecer, como a polidez exigia, S. Ex.^a perguntou-lhe se nada mais queria, ao que respondeu-lhe — “nada mais.” Exposto o fato, continua a *Regeneração*: “Perguntamos agora ao autor do artigo o que há aqui de extraordinário, que valha a pena uma menção nas colunas do *Brasil*? Quer-se-ia acaso, que pelo simples fato de ter P.B., como imensos outros cidadãos de tôdas as classes e credos políticos, pedido aquelas africanas (que as conserva em seu poder, e nada tem poupado para o seu ensino, pagando adiantados, como é o regulamento, os anuais), fechasse ao público as portas da sua tipografia, até hoje sempre imparcial, para que dela não saíssem escritos em que o Sr. Vasconcelos fôsse ofendido, ou seu partido?” Quem poderia imaginar os Andradas fazendo defesa de Vasconcelos, não o condenando, confessando que gente de todo o credo político entrara na benesse! “Rogamos

aos senhores redatores do *Brasil*” — prosseguia — “hajam de não ocupar o seu jornal com artigos semelhantes, que nenhum interêsse têm para o público. Se acaso S. S.^{as} pediram nesse tempo alguns africanos ao Sr. Vasconcelos, e S. Ex.^a lhos não deu, ao mesmo tempo que serviu ao P.B., culpa não tem êle disso; pois se os pediu (porque a isso se julgou com direito) e foi servido, apresenta ainda hoje as africanas bem tratadas, cumpre com exatidão as obrigações do contrato, quando talvez não possam dizer o mesmo outros do partido dos senhores redatores do *Brasil*...” E concluindo: “Será bom que os senhores redatores do *Brasil* não voltem a estas ninharias, quando outros assuntos, dignos de serem tratados com a precisão que os distingue, reclamam os seus cuidados.”⁷⁷

“Ninharias...” Os Andradas dando a Vasconcelos título de Excelência!... Não queriam esclarecer nada. A mudança de tom dos redatores da *Regeneração* revela a inconveniência da publicação da lista completa dos aquinhoados. Apesar do estrondo dos liberais quando na oposição, quando no poder — moita. Ao se inteirarem da realidade caíram perplexos. Inúmeros os correligionários implicados na muamba. Então, tudo “ninharias”, indignas de discussão em público.



Por ato de 10 de maio de 1842 Firmino foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Paraibuna, província de Minas Gerais. Diria o cônego Marinho a propósito da nomeação: “..... o Juiz de Direito Firmino, êsse campeão da oligarquia, a quem se dera, em paga de

77. *A Regeneração*, de 17 de novembro de 1840.

cuspir injúrias na cara de cidadãos distintos por meio da imprensa, um lugar de magistratura das mais importantes da província.”⁷⁸ Má língua tinha o cônego, já exercitada no *Astro de Minas*. Em sua narrativa apaixonada dos sucessos de 1842 não pouparia a reputação alheia. Quando faleceu, em 14 de março de 1854, José Ildefonso de Sousa Ramos, Ministro da Justiça, após assistir ao entêrro, escrevia a Firmino: “Morreu o padre Marinho de febre amarela, mas não pensem por isso que a epidemia está fazendo estragos.”

Francisco Otaviano notando, em 1857, a falta de jornais políticos, e relembando o poder e o papel da imprensa nas antigas lutas, exclamava: “Houve uma época de calma, e nessa época ficaram esquecidos os serviços do *Cronista*, do *Brasil* e do *Bom-Senso!* E com razão: não havia necessidade de idéias, não havia necessidade de defesa.”⁷⁹

Para o cônego — injúrias. Para o jornalista — serviços. Ambos pertenciam ao Partido Liberal.

No dia 10 de junho dêsse ano arrebentou em Barbacena, sede da comarca, a revolta liberal. Teve, assim, início em época tumultuosa a carreira do magistrado de 26 anos.

78. CÔNEGO JOSÉ ANTÔNIO MARINHO, *História do Movimento Político que no Ano de 1842 Teve Lugar na Província de Minas Gerais*, 2º vol., pág. 71.

79. *Correto Mercantil*, de 27 de junho de 1857.

CAPÍTULO III

“Desgrenhada se arroja a tempestade
Por cima dessas serras, seus mil braços
Por todo o firmamento se prolongam!!”

A revolta liberal de 1842 em Minas Gerais. Apreciações militares de um jornalista. Violências praticadas contra os vencidos. O país dos empenhos. Dificuldades no julgamento dos rebeldes. A ORDEM. Solicitude do malcriado-mor do Império. O Juiz.

A revolta envolvera homens que jamais se poderiam rebelar contra a ordem. Diogo Antônio Feijó, jugulador das quarteladas e bernardas surgidas após a abdicação de D. Pedro I, fôra arrastado pelo vendaval.

Teófilo Ottoni, o chefe viril da insurreição em Minas, dava aos correligionários o esquema do movimento: “Dentro de três dias” — dizia — “estamos no Palácio de Ouro Preto, dentro de 15 dias um Ministério liberal terá suspenso a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do Conselho de Estado, e terá anulado o decreto inconstitucional, que dispersou os representantes da Nação.”⁸⁰

80. TEÓFILO OTTONI, *ob. cit.*, pág. 315.

A caminho da comarca, Firmino recebe, na cidade de Rio Prêto, notícia da sublevação de Barbacena. O movimento em Minas havia tomado de surpresa o Governo, não só em relação à sua profundidade, mas também aos meios de que dispunham os rebeldes. Impressionado com a fraqueza dos legalistas, escrevia Firmino a Paulino, Ministro da Justiça, em 2 de julho de 1842: "A nossa posição no Rio Prêto não é sustentável se as coisas continuarem como vão. Não temos um chefe que dirija êste agregado de partes tão heterogêneas, não temos oficiais que comandem os guardas e os dirijam ao fogo, não temos armamentos suficientes, e por outro lado estamos todos os dias em contínuos sustos, ontem todo o acampamento dormiu nos seus postos, ou antes velou tôda a noite, e a falta de confiança nos nossos destinos por falta de chefe pôs tudo desanimado. Se quanto antes não aparecer entre nós um militar experimentado de primeira linha, adeus ponte do Rio Prêto, e com êle a tranquillidade da província do Rio de Janeiro, que não está defendida contra os rebeldes senão por êste pôsto. Se lhe pudesse descrever a noite que passamos ontem, V. Ex.^a teria compaixão de nós." E acrescentava em pós-escrito: "Há quatro dias que estamos com as comunicações interceptadas; os rebeldes entupiram os caminhos dos arredores, e conservam-se hoje, segundo as notícias que temos, com grande fôrça na distância de sete léguas, comandados por um Alvarenga⁸¹ de São João e o Galvão⁸² de Ouro Prêto. No Turvo e Bom Jardim consta que se fazem grandes reuniões! E a nossa tropa sem um soldado de linha e estropiada tendo ontem com um frio

81. JOSÉ DE ALMEIDA LEMOS ALVARENGA.

82. ANTÔNIO NUNES GALVÃO.

terrível permanecido a pé firme nas trincheiras! Deus nos proteja.”⁸³

Respondendo no dia 6, o ministro dá-lhe conta das providências tomadas e revela a penúria de fôrças do Govêrno: “Quando receber esta já as coisas aí hão de ter mudado de figura com a chegada do Honório,⁸⁴ de 85 praças de linha, da gente de Iguaçú, e do armamento e munições que daqui foram. Talvez já também aí tenha chegado o Coronel Cid.⁸⁵ Nunca desconhecemos a importância dêsse ponto, do Rio Prêto, mas muitos outros há a que era urgente acudir, o norte de São Paulo, por exemplo, onde o incêndio se manifestou primeiramente e com mais fôrça. A rebelião de Barbacena achou-nos já exauridos de recursos, com os esforços que fizemos para sufocar a de São Paulo. Mandou-se buscar um batalhão de linha de 700 praças a Pôrto Alegre e 200 a São Paulo que as pode dispensar, porque chegaram aí depois da tomada de Sorocaba, mas é preciso dar tempo a que cheguem, o que terá lugar por êstes quatro ou cinco dias. Aqui sòmente temos guarda nacional e 200 permanentes, que não podemos de modo algum dispensar. Lá andam por Areas, Resende, etc., mais de 100 permanentes. Quanto a officiais superiores, e mesmo subalternos bons, onde estão êles? No Rio Grande, São Paulo, no Norte, etc. E temos nós muitos? Os rebeldes também não os têm, e a sua gente regula pela nossa, quanto à sua perícia militar, armamento, etc., com a diferença de que nós temos mais recursos.” Aduz: “A rebelião vai ascendente, há de parar e a reação há de vir. Há de incomodar muito,

83. *Apud* JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 141.

84. HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, depois Marquês do Paraná.

85. JOSÉ FELICIANO DE MORAIS CID.

levar tempo, etc. Mas é isso inevitável em um país que verdadeiramente não tem exército, e arsenais bem providos, que tem poucos oficiais bons e experimentados, e onde as comunicações são difíceis e imensas as distâncias. De São Paulo deve entrar por Ouro Fino, Têrmo de Campanha, na província de Minas, uma coluna de fôrça de linha. A que está acabando de destruir alguns rebeldes (valentes e ousados) na primeira comarca da província de São Paulo (a do Norte) vai entrar na província de Minas pelo [*ilegível*], comandada pelo coronel Manuel Antônio da Silva, que militou nas rebeliões da Bahia e Maranhão. Logo que chegue a fôrça que esperamos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, irá parte para o Rio Prêto formar uma terceira coluna, e será reforçada a do coronel Henriques,⁸⁶ do Paraibuna. Essas fôrças irão chamando aí os legalistas para coadjuvá-los, servindo-lhes de centro, e restaurando os lugares rebelados. A rebelião há de ser infalivelmente esmagada.”

“A rebelião vai ascendente, há de parar e a reação há de vir...” Enunciava o ministro princípio estratégico só conhecido dos especialistas — a noção do “ponto culminante da ofensiva”,⁸⁷ que está ligada ao enfraquecimento contínuo do adversário, à medida que êle progride. Concepção básica de Karl von Clausewitz, teórico clássico da guerra. Desconhecia a obra do general prussiano, porque a primeira edição de *Von Krieger* é de 1832, e em alemão. A notoriedade do livro só veio muito tempo depois. Paulino possuía, e a carta o revela, intuição da estratégia.

Novo apêlo de Firmino ao ministro: “Com o armamento últimamente recebido e mais refôrço de 85

86. JOSÉ TOMÁS HENRIQUES.

87. KARL VON CLAUSEWITZ, *De la Guerre*, pág. 10.

praças de linha que foram destinadas para êste ponto eu o julgava bastante fortificado para resistir a qualquer ataque dos rebeldes, mas infelizmente voltamos de novo para o estado em que nos conservávamos antes da chegada do armamento... — Talvez pense V. Ex.^a que esta minha insistência na remessa de armamento, tropa de linha e oficiais resulte de medo de minha parte; é engano, como não sou combatente, bem posso no momento de perigo montar a cavalo e dirigir-me para outro qualquer ponto, onde nada tenha de que me recear. A opinião que acabo de emitir a respeito é partilhada por tôdas as pessoas entendidas do lugar, e muito principalmente pelo brigadeiro-comandante da fôrça, que, para o não suporem tomado de medo, contentou-se com levar à presença do Ministro da Guerra um mapa dos guardas em efetivo serviço e do armamento existente, a fim de êle ver o estado pouco lisonjeiro em que estamos.”⁸⁸ Resposta de Paulino: “As coisas vão indo bem. Não tenham receio que brevemente irá para aí fôrça respeitável, e a coluna do Paraibuna vai dar que fazer aos rebeldes. O Pomba já é nosso.”

Firmino participa do movimento. Justiniano, a 13 de julho, dá-lhe parabéns e notícias particulares: “Recebi duas cartas tuas ao mesmo tempo, eram bastante atrasadas, e deu-mas o Paulino em mão própria: já vêes que não é êle dos melhores medianeiros para correspondência, e já que nas tuas nos falas de remeter diretamente o que escrevermos para Valença, assim faço, e assim disse ao Paula Brito que fizesse com os *Brasis*. O nosso Paulino é dessas coisas tão pouco cuidadoso, que tendo mandado tirar mais de 100 exemplares do

88. Apud JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 142.

Brasil para mandá-los distribuir por São Paulo e Minas, tem-os deixado amontoarem-se na tipografia. Vê o que faria com os que te fôsem remetidos. Felicito-te pelo figurão de duque que andas fazendo... *eugel*... com a pena e com a espada; *consilio manue!* Não te dou notícias, porque nada há por aqui que não conste das quatro fôlhas que tôdas hás de ter visto, e porque tendo o malvisto *Brasil* com seus 12 ventres que fartar não tenho tempo nem de catar pulgas. Tudo vai da mesmíssima forma que deixaste. Não me têm faltado desgostos domésticos; nos dias 8 e 9 dêste mês, a minha Lolota estêve à morte com uma bronquite aguda; daí atrasou-me o trabalho e tenho-me visto gafo. Já não apareço por casa do Antônio Joaquim e por isso não tenho falado a seus Pais." E num pós-escrito: "Qual das seis colunas que o Govêrno prepara a fim de pacificar Minas mais conseguirá? A da Paraíba, a do Piso, a de Ouro Fino, a do Mar de Espanha, ou a em que estás? Desejo que seja a tua, e que tenha breve ocasião de pôr teu nome com estirado elogio nas colunas do nosso *Brasil*."

Com as fôrças vindas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, sob o comando de Caxias, a situação começa a modificar-se. Firmino pode escrever ao Ministro da Justiça: "Julgo-me habilitado para informar a V. Ex.^a que o brigadeiro-comandante da fôrça e o seu imediato José de Lima⁸⁹ têm a coragem precisa para com fôrça suficiente entrarem na província de Minas, depois de fortificado êste pôsto... a sorte do exêrcito de Caxias está reservada a esta coluna."⁹⁰

89. JOSÉ JOAQUIM DE LIMA e SILVA SOBRINHO, depois Conde de Tocantins.

90. *Apud* JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 142

“A sorte do exército de Caxias...” Por um triz quase o desampara na batalha de Santa Luzia, que pôs fim à revolta. Época difícil ia começar. Paixões desencadeadas pela exaltação política extremada, estas, não haviam sido sufocadas, mas exacerbadas pela violência das armas.

* * *

Juiz de Direito, cabia-lhe presidir ao júri de Barbacena. Firmino era conservador, e os implicados na intentona, liberais. Deveria recusar o pôsto e dar-se de suspeito? Nabuco de Araújo, na revolução praieira de 1849, defrontaria situação idêntica e não abandonaria durante o processo a cadeira de juiz. “A incompatibilidade qualquer que fôsse”, escreveu Joaquim Nabuco — “não faria com que o juiz de tal processo não tivesse, ao ocupar a presidência do júri opinião própria. Se não fôsse um juiz conservador, suspeito aos acusados, seria um juiz liberal, suspeito à autoridade.” Alongando o raciocínio: “Fôra melhor para Nabuco ter êle podido deixar sua cadeira de juiz nesse processo, mas segundo as idéias do tempo seria isso uma deserção que animaria todos a abandonarem do mesmo modo a defesa da sociedade. Era um desses casos em que a opinião do indivíduo é envolvida e dominada pela opinião do partido e pelo sentimento da época. Se Nabuco recusasse, o seu substituto seria um adversário que não se daria, êsse, por suspeito.”⁹¹ A ninguém causava espécie o regime da magistratura política, esta também vítima das suas variações, removidos arbitrariamente

91. JOAQUIM NABUCO, *Um Estadista do Império*, vol 1º, págs. 79 e 80.

os juizes para comarcas longínquas, e às vêzes inóspitas, quando da ascensão ao poder do partido adverso.

Exigências de severa punição dos insurretos partiam das autoridades. Praticaram-se violências inúteis. Justiniano, em carta de 25 de agôsto, dava conta dos excessos cometidos e das novidades políticas: “Maldita revolta que não deixa que os amigos se correspondam em tempo! Tenho-te escrito um sem-número de cartas, remeti-te a certidão de tua posse, e como muito tempo estivemos sem notícias tuas, tudo entreguei ao Paulino para mandar-te; mas êle opunha-me o não saber onde estavas; está em São João del-Rei dizia eu. Para prova: 1.º as tuas cartas em que mostras afeição a José Joaquim de Lima, mais do que a ninguém; 2.º a tua paixão por São João, para onde querias ir; 3.º enfim esta ordem do dia que está dizendo — foi Firmino quem me escreveu. Entretanto, o Paulino que não tinha como eu para adivinhar onde estavas o instinto da amizade, foi guardando todos os papéis, e agora que presume deveres estar em Barbacena ficou de tudo te remeter. Aí verás o desempenho que tenho dado a tuas ordens, menos o maldito *édredon* que não pode ser senão engano teu. Teus trastes bem-arranjados, ainda que um tanto caros, já de há muito te foram remetidos: debes ter recebido tudo quanto é teu, e que o Leite me asseverou ter com segurança remetido para a cabeça de tua comarca. Vamos à política: 1.º quanto à interpretação da palavra — cabeças — que não admities, saberá que ela é a dêste teu criado, que a expôs em consulta do Veiga ⁹² e do Paulino e que a tem desenvolvido no Brasil. Por isso não te desenvolverei na minha carta o que aí acharás desenvolvido; 2.º quanto à interferência

92. BERNARDO JACINTO DA VEIGA.

das autoridades civis nas prisões, que julgas excluídas por estar a província sob o regime militar, não o entendo eu assim, nem o Paulino nem o Veiga: a autoridade pode prender, sim, mas deve entregar os presos às ordens da autoridade civil do lugar, que é a única que lá os pode conservar presos. Todavia, bom é fechar os olhos sôbre algumas irregularidades e ir por diante de acôrdo e harmonia.” Verbera violência contra os revoltosos: “Dizes-me que a reacção que aí se desenvolve é extrema; não carecia de tua declaração para assim julgá-la, eu que sei quão profundos ódios retalham nossa população, eu que estou inteirado dos excessos dos bárbaros, e finalmente que tenho aqui na Côrte visto o grande número de presos que nos remetem as autoridades de todos os pontos dessa província, não poucas vêzes sem o menor motivo que justifique tamanhos vexames.” As novas políticas: “Isto por aqui não vai bem; reúnem-se e fermentam elementos de uma opposição terrível contra o Ministério: tôdas as influências de nosso partido, Vasconcelos, Honório, Tôrres, todos, enfim, murmuram, resmungam, mas ninguém se decide. Sabes como é irresoluta a nossa gente! Indecisos, e não querendo nenhum dêles ser o primeiro, cercam-me para que eu me decida, e capitaneando a imprensa faça cair o Ministério Aureliano, Pereira, Paranaguá e Abrantes. Mas minha posição de candidato ministerial *in fieri* me embaraça, e ao demais, para quê? Entrar já em luta com as nulidades palacianas? E dessa luta quem colherá as vantagens? As nulidades parlamentares e seus afilhados? Entre nulidades e nulidades não tenho preferência. Decida-me, porém, eu ou não, parece-me poder assegurar-te que apenas sossegue Minas, e haja por lá eleição temos novidades que te comunicar.” Passa a

assuntos domésticos: “O Mota⁹³, de São Paulo, aqui estêve e deixou-te saudades: o maganão está comendador da Rosa, deputado futuro e... Este mundo faz rir, desgraçadamente também faz chorar... Minha família vai sem novidade, menos minha mulher que me parece não querer ficar nos cinco que já tem tido; paciência!” No estirado pós-escrito, tão comum em suas cartas, assinalava: “Depois de fechada esta, abri-a de novo para responder à tua de 17 do corrente. Muito te felicito pelo acolhimento que tens tido e te agradeço os favores que me prestas sôbre minha candidatura à *charge de revanche*, dizem os franceses. Quanto à direção da política, na página precedente verás que te adivinhava... Deus me encarte na... e então veremos a qual das pandilhas parlamentar ou palaciana me ligarei se não convier mais formar uma nova pandilha, a dos *reorganizadores*. Se és alguma coisa, meu Firmino, se te acolhem com êsse entusiasmo, debes convencer-te que a ti o debes, e à tua pena, e pois, mesmo juiz, não deixes de ser jornalista ao menos uma vez por outra; é protesto que eu também fiz e para sempre. Assim, muito me alegra a notícia de que vais montar um periódico... em todo caso vai escrevendo para o nosso *Brasil*, pois estou sòzinho, com êle abarbado, e aqui há falta absoluta de matérias.”

Eusébio de Queirós, chefe de polícia da Côrte, lhe dizia: “Estimo que os rebeldes não lhe dessem ocasião de disparar o trabuco, até porque não sei se, *dato casu*, o Juiz de Direito de Barbacena sustentaria os créditos do redator do *Brasil*. As notícias da derrota dos rebeldes em Santa Luzia, e prisão de João Gualberto e Ottoni ocupam hoje a atenção do público, e o regozijo é geral. Entretanto é agora que começam as maiores

93. SILVEIRA DA MOTA.

dificuldades. Castigar os criminosos sem excesso, mas também sem considerações mundanas é tão difícil no país dos empenhos!" Dá-lhe conta da situação política: "Estamos à porta das eleições e veremos o que elas dão. A imprensa também dá o seu candidato, que é o Andréia.⁹⁴ A *Sentinela* está na opposição nova, e o *Diário* pende não pouco, porém por ora pouco tem conseguido; a maior parte da gente conhece que ainda não é tempo de fazer opposição."

"As considerações mundanas..." Em 1.º de setembro de 1842 chegou a vez de Bernardo Pereira de Vasconcelos mandar o seu pedidozinho: "Se lhe sobrar tempo" — dizia-lhe — "far-me-ia grande obséquio se me comunicasse qual tem sido e qual foi o procedimento de Marcelino Armonde, com quem tive outrora relações; nada sei dessa cidade, porque não vi um só periódico depois que ela se rebelou." E assim terminava: "Bem sabe V. S.^a que muito lhe devo e que me será mui agradável empregar-me no seu serviço." Honório Hermeto Carneiro Leão não se escusava de proteger Armonde: "Julgando que o Sr. Marcelino José Ferreira Armonde" — escrevia em 5 de setembro — "conquanto implicado na rebelião que teve lugar nessa cidade, pela sua idade, e pelos seus antecedentes é digno de tôda a atenção, vou por esta recomendá-lo à proteção de V. S.^a, e pedir-lhe que igualmente o recomende ao juiz municipal. Estou persuadido que o Sr. Marcelino pela sua conduta posterior justificará a proteção que receber."

Os empenhos dos próprios pajés conservadores. Dos amigos, dos conhecidos... Não havia rebelde sem

94. JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA SOARES DE ANDRÉIA, depois Barão de Caçapava.

padrinho. Homem riquíssimo, o Armonde, futuro Barão de Pitangui. Daí o interesse de tanta gente por sua sorte. O país dos empenhos... dissera Eusébio. As violências iniciais seguia-se, quase instantaneamente, a fase do amaciamento. Em pouco os vencidos das vésperas não revelariam temor algum pelo seu destino. Tornar-se-iam desabridos. "Em verdade as coisas assim não vão bem" — dizia em 24 de outubro de 1842 Gabriel Mendes dos Santos a Firmino. "De tôdas as partes soam as queixas contra a proteção que vão tendo os principais rebeldes. A princípio todos eram cabeças, agora, nem mesmo o Ottoni o será? Faltava esta lição para acabar de convencer-se a população que o melhor cálculo entre nós é ser criminoso! A miséria aqui é tal a êsse respeito, que os que mais clamam e vociferam contra a impunidade, são os que mais clamam a favor dela." Filosoficamente concluía o desembargador: "Não nos resta, porém, senão o conselho de César, e é que não sendo os homens tais como deviam ser, é mister sofrê-los como são, e procurar tirar dêles o proveito possível. Troveje V. S.^a daí contra os abusos e contra o êrro; nós o ecoaremos daqui; e quando não possamos remir a Pátria do seu mau destino, ficar-nos-á a consolação que acompanha sempre as empresas generosas ainda que infelizes." Paulino se queixava do escândalo das proteções: "Dizem por aqui que os rebeldes se têm apresentado aí com estranha ousadia, que mal caberia a vencedores, e que ainda não se organizaram os processos pela rebelião. Quanto mais se demorarem mais difficil será achar provas. Acrescenta-se que para isso muito tem concorrido a demora do juiz municipal, que finalmente chegou a 2 do corrente. Sei que semelhante tarefa não pertence a V. S.^a, mas peço-lhe que particularmente ative e encaminhe às autoridades para que comecem e concluem breve-

mente o processo dos que houverem sido evidentemente cabeças da rebelião. Isto no caso em que o presidente da província (e peço a V. S.^a que a tal respeito se entenda com êle) não tenha de mandar aí brevemente o chefe de polícia.” Eusébio de Queirós notava com humor: “Gostei de ver suas reflexões sôbre a proteção dada aos rebeldes. Por aqui foram despronunciados Getúlio, Tristão Ramos e Elizeu, isto é, todos os três que recorreram para o juiz de direito. E já se vai sustentando tanto que esta gente nada tentou, nem conspirou, que eu quase me vou persuadindo também de sua inocência, e de que os conspiradores eram o Paulino, eu, e o juiz de Barbacena. E se eu chegar a me convencer bem disso, olhe que o denuncio, e então talvez... talvez.”



Havendo sentido de perto, no acampamento dos soldados, os perigos por que passara a legalidade, desiludido via campear o compadrismo. Não se enfileirava entre os magistrados frouxos, que acatavam os pedidos de recomendação, nem entre os vingativos, que queriam punir indiscriminadamente. Marcelino Armonde dar-lhe-ia no futuro os maiores dissabores.

O jornal *A Ordem*, publicado em São João del-Rei, ostensivamente dirigido por Gabriel Mendes dos Santos, filólogo de renome, Deputado Geral e futuro Senador por Minas, tinha por diretor efetivo Firmino. Diluindo-se, no jôgo das influências, a responsabilidade dos chefes da revolta, ninguém mais sendo chefe da insurreição, comentava *A Ordem*: “A rebelião fica impune em nossa terra porque é monstro com pés, mas sem cabeças.”⁹⁵

95. *A Ordem*, de 26 de outubro de 1842.

Segundo o estilo, a impunidade acobertaria todos. Firmino não se iludia. Menos de três meses após a batalha de Santa Luzia, escrevia: "As anistias de que tem sido tão pródigo o nosso Governo, foram com o andar do tempo consideradas como conseqüências necessárias e infalíveis das revoltas, de modo que o rebelde contava sempre, quando entrava em combates, levar na mochila o decreto de anistia. Assim reduzindo-se a rebelião à mais lucrativa das especulações. O que entrava nela como chefe tinha, por diante, a vitória com todos os seus gozos, ou, se era vencido, a anistia acompanhada da celebridade, que o fazia entrar como candidato na primeira eleição de senador. E o país está tão imbuído dessas idéias, pela série constante dos mesmos fatos, que pessoas há tão persuadidas da infalibilidade de uma anistia aos cabeças da rebelião de 10 de junho, como nós dos males imensos que devem resultar de tão anárquica quanto inepta medida." ⁹⁶

Os artigos de Firmino para *A Ordem* eram remetidos de Barbacena. As vêzes, por excesso de trabalho, não os podia escrever. Vinham, então, apelos de Gabriel para "enviar alimento à *Ordem*, precisada do seu principalíssimo e relevante auxílio; espero que não deixe apagar a luz por falta do necessário azeite". Um mês depois: "V. S.^a suspendendo o alimento à *Ordem* deixa morrer à míngua esta fôlha, que vai expirar. Se está resolvido a não escrever mais coisa alguma para ela, lembro-lhe que deve empregar sua influência para que cesse inteiramente, porque se continua a viver passará a desedificar, e os maus elementos, que está pronta a receber, e que parece apetecer de preferência, causarão indigestões diabólicas. Portanto, resolva-se V. S.^a ou a continuar ou a intervir para que acabe esta malfa-

96. *A Ordem*, de 3 de novembro de 1842.

dada empresa, que se deve quase tôda aos esforços de V. S.^a”

O dono da tipografia havia revelado o segredo dos autógrafos. Firmino resolve parar de escrever. Tinha escrúpulos. Ficaria bem manifestar-se sobre o movimento sedicioso? Juiz, iria presidir ao júri que julgaria vários dos sediciosos. Justiniano o aconselhara a não abandonar a pena. Por pertencer ao Partido Conservador, não lhe respeitavam, os adversários políticos, a condição de juiz. Visado pelas fôlhas liberais, padecia os piores insultos. Não era homem de ouvir sem responder. Na imprensa o agrediam, não os seus jurisdicionados, mas principalmente o *Itacolomi*, editado em Ouro Preto, sob inspiração de Teófilo Ottoni. Dava-lhes o trôco. Mas tinha escrúpulos. O desembargador Gabriel procurava removê-los. Diz-lhe que, sendo diversas as funções do juiz e do político, e as opiniões dêste bem conhecidas, a sustentação delas pela imprensa não impediriam os deveres do primeiro. Insiste: “Apelo de sua decisão para o seu patriotismo, e conto que continuará a prestar os bons serviços pela imprensa, que já tem prestado, e que tanto acreditam a fôlha de que se trata.”



Na comarca têm andamento os processos. Desentende-se com o promotor. Homem atrabiliário êsse promotor. Gozava da proteção dos graudões da Côrte. Desgostoso, Firmino manifesta ao Ministro da Justiça que prefere mudar de comarca. Responde-lhe o ministro não justificar a resolução o mau procedimento do promotor, podendo e devendo êle ser demitido, sem embargo dos alegados serviços à legalidade, “contudo” — assevera — “desejando condescender com a sua vontade, e parecendo que vantagem teríamos em servir

V.S.^a algum lugar desta Côrte, lembro perguntar-lhe se porventura estimaria ser nomeado auditor de guerra, no caso de que o atual auditor venha a ter outro destino. Este lugar tem de ordenado 1:600\$000 e não tem tantos afazeres que não desse a V. S.^a tempo para escrever para os jornais com vantagem sua, dos seus amigos e do público. Estimarei que o meu oferecimento lhe convenha, e que me possa responder com prontidão.”

Sem esperar pela resposta, Honório, “a vontade brutal e temerária”,⁹⁷ lavra o ato de remoção de Firmino para a Côrte. Descontentado, o juiz não aceita a transferência feita sem sua anuência. Diz ao ministro o que pensa. Honório, que “se tornou célebre pelo gênio insípido e irascível”,⁹⁸ em carta de 8 de janeiro de 1844, desfez-se em explicações, torna sem efeito a remoção, e demite o promotor: “Se V. S.^a o não sabe” — proclamava o futuro Marquês de Paraná — “devo declarar-lhe que me merece muito particular estima, e faço o melhor conceito de suas letras, e probidade, consequentemente não deve pensar que lhe quisesse causar o menor incômodo ou prejuízo removendo-o. Lembrei-me de o fazer, por me parecer que o desejava, e apontei-lhe um lugar na Côrte, porque queria tirar partido de sua habilidade em escrever para os jornais. Como quer porém que V. S.^a agora se mostre satisfeito com o lugar em que está, fique certo que nêle se conservará enquanto a direção dos negócios da Justiça estiver em minhas mãos. Mando hoje chamar um bacharel a quem pretendo oferecer a promotoria dessa comarca, e se êle aceitar pretendo escrever ao Presidente pedindo sua nomeação. Assim espero que V. S.^a se livre

97. EUNÁPIO DEHRÓ [TIMON], *Estadistas e Parlamentares*, pág. 18.

98. JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 120.

do promotor que tantos desgostos lhe causou, e que efetivamente me parece ter muito abusado da fôrça, do dinheiro e da confiança que a legalidade se viu na precisão de dar-lhe. Muito estimarei que ajude a redação do novo jornal que me diz se publicar na cidade de Ouro Prêto." Solicitudude inusitada do "malcriado-mor do Império".⁹⁹

Firmino foi juiz em várias comarcas de Minas: Paraibuna, Piracicaba, Sapucaí, Rio das Mortes, Ouro Prêto. Serviu na comarca do Norte, de Santa Catarina. Em 27 de março de 1857 foi removido para a primeira Vara da Côrte, sendo promovido posteriormente a desembargador, cargo em que se aposentou em 24 de abril de 1875, depois de mais de 30 anos na magistratura, com honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Almeida Nogueira declara-o "o modêlo dos magistrados". E refere curioso episódio. "Era amigo íntimo do Dr. Inácio de Azevedo" — conta o memoralista —, "pai do poeta Álvares de Azevedo. O Dr. Inácio de Azevedo era advogado e dos mais operosos do fôro fluminense. Tinha um predicado que muito o recomendava como profissional: o de tomar interêsse, de se apaixonar, mesmo, pelas causas de seus clientes. Muitas vêzes, à mesa do jantar do seu velho amigo, dizia-lhe o Dr. Firmino:

— Inácio, reveste-te de coragem para receberes uma notícia má...

— Que é?

— Proferi sentença contra o teu cliente naquela tua causa...

— Que estás dizendo?!

⁹⁹. PANDIÁ CALÓGERAS, *Estudos Históricos e Políticos*, pág. 445.

— A verdade. Tu não tens razão...

— É isto! Tu a não estudaste... Juiz que não estuda! Sacrificaste o direito!...

E zangava-se deveras, acusava o amigo, queixava-se dêle. Quanto mais êle se agastava, mais ria o Dr. Firmino. Divertia-o muito a convicção em que estava de que sòmente a idiossincrasia profissional obscurecia o espírito lúcido de Inácio de Azevedo. Passados cinco minutos, amigos íntimos como sempre.”¹⁰⁰

“Firmino Rodrigues Silva” — depôs Joaquim Manuel de Macedo — “tinha para assinalar-se na magistratura as duas principais condições — ciência e honra; mas foi estrear-se nela em calamitoso período.” Depois de referir-se à violenta excitação dos partidos políticos provocada pela revolta de 1842, acrescenta: “O juiz de direito foi antes e depois da revolta desapidadamente agredido pela imprensa adversária, que nem poupou sua probidade. Firmino era como político partidarista intransigente, e, pessoalmente ofendido, pagou com usura as injúrias e doestos com que o feriram.” Mas como “simples juiz” — conclui Macedo — “êle foi e soube ser — ciência e honra”.¹⁰¹

100. JOSÉ LUIS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *A Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências*, 8ª Série, pág. 122.

101. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 337.

CAPÍTULO IV

**“Olha sem leve lhe imprimirem moesa
As ondas recuarem;”**

Eleição de deputado. Obstáculos à candidatura de Firmino e os apuros de Justiniano. Intrigas políticas da Côrte. Dissensões internas no Partido. Perfídia eleitoral e sua influência na votação. A Câmara dos Deputados de 1843.

Sufocada a rebelião, foram anunciadas eleições gerais. Figurar na lista do Govêrno era vitória quase certa. O candidato poderia ser derrotado não pelo eleitorado, que no pleito obedecia a ordens, mas em consequência das manobras de bastidores.

Firmino quer entrar na chapa para a Assembléa Provincial. Justiniano pretende ser deputado geral. Bernardo Jacinto da Veiga, na presidência de Minas, veta o nome de Firmino. Alega que êle residia havia muito pouco tempo na província e afirma que a chapa fôra organizada na Côrte. Isso lhe diz em carta de 31 de outubro de 1842, procurando dourar a pílula com elogios. O veto leva-o a dirigir-se ao Presidente da província em têrmos que Paulino consideraria crespos. Para quebrar a resistência do irmão de Evaristo,

mostra as forças. Na *Ordem* critica-o pela frouxidão com que se arrasta, em Ouro Preto, o processo dos cabeças da revolta. Sente o Presidente de onde lhe vem o golpe e qual a sua causa. Queixa-se a Gabriel Mendes dos Santos, a Paulino, mas... capitula. Paulino escreve, em 15 de novembro de 1842, ao juiz de Barbacena: "A primeira chapa provincial de Minas que aqui recebi (manuscrita) continha o nome de V.S.^a, a segunda (impressa) não... Escrevi a êsse respeito ao Presidente e creio que a minha carta chegaria a tempo de se remediar a omissão, que não é devida ao dito Presidente, à vista do que êle a tal respeito me diz." A irritação e o revide de Firmino justificavam-se. Prometeram-lhe a inclusão na lista, incluíram-no, mas à última hora tentaram a degola. O temor ao jornalista influíra mais para demover o Presidente da província do que o empenho do ministro. Não só lhe assegurara a entrada na chapa como afastara qualquer veleidade de sapa por parte dos figurões contrafeitos, entre os quais — dirá Justiniano — estava o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos.

De manobra parecida não se livrara o irmão de Caxias, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, comandante da coluna que selou o destino da batalha de Santa Luzia. Incluído na chapa de deputado geral, saiu derrotado. O desembargador Gabriel dizia a Firmino não poder atinar com as razões de "tão escandalosa burla". Com a veia filosófica meditava: "O que me parece certo é que a gratidão não parece atributo do caráter brasileiro, sendo muito fácil entre nós esquecer-se, fora do perigo, o favor que nêle recebemos." Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, candidato a provincial, não escondia a estupefação: "Com efeito, que tremenda, horrível caçada foi a que pregaram ao Lima! E que injustiça! Pois, mais do que alguns dos enjeitados, não merecia êle a honraria da urna mineira f

Quer saber, meu Dr., uma, talvez a principal razão por que eu gosto de cavar a terra? É porque não posso deixar de ser franco, e de queixar-me de uma destas, sem me importar com os autores; é, em uma palavra, porque repugna com o meu gênio tudo isso, que de ordinário costuma granjear padrinhos, indispensáveis para a gente ser deputado, para ser tudo enfim, menos cavador da terra, ou plantador de abóboras!" Sôbre a própria votação frisava: "Oh! Esquecia-me agradecer-lhe, ou antes, ao nosso amigo Sr. José Bento, a bela votação que obtive no Pomba, *nullum usque ad unum*; não de balde eu embirro com certas espécies de Pombas. E os meus amigos de Mariana, também não fizeram-me bonita, dando-me treze votos para a provincial em um colégio de sessenta e tantos eleitores? Mas são padres, estiveram no seu direito, e eu estive no meu, não lhes fazendo outro tanto."

A experiência, porém, não levaria Nicolau a se dedicar às abóboras e olvidar a política. Dela só ficaria vacinado quando, tempos depois, entrou para a Câmara dos Deputados, "porque ali" — escrevia o então visconde e mordomo de D. Pedro II em suas memórias — "onde eu cria encontrar a nata da Nação, vi tanta coisa... que de lá saí curado da doença política".¹⁰² O sobrinho do Marquês de Baependi possuía espírito. Desenganado por vários médicos, quando na maturidade, como portador de lesão cardíaca irremovível, conseguiu escapar do diagnóstico, e redigindo as memórias ao beirar os 90 anos de idade, dizia risonhamente ter ido ao entêrro de todos êles...

O lôgro do Coronel Lima e Silva em 1842 não se repetiria em eleições posteriores. Bom militar, o futuro Visconde de Tocantins aproveitaria a lição. E

102. VISCONDE DE NOGUEIRA DA GAMA, *Mínhas Memórias*, pág. 127.

tomando conhecimento do conselho imorigerado de José Bonifácio a D. Pedro I para que não se fiasse nos mineiros, "pois passam no Brasil pelos mais finos e trapaceiros do Universo, fazem do prêto branco,"¹⁰³ acautelou-se. Escreveria, então, a Firmino: "Saberá que aqui ando na campanha de obter votos para entrar no número dos 20 bem-aventurados que hão de representar essa província. Saiba que foi meu nome expressamente recomendado ao Presidente para ser incluído na chapa, em cartas que lhe dirigiram o Honório, Eusébio, Monte Alegre, meu irmão Caxias. Tinham os senhores de Ouro Prêto, já sabe de quem falo, excluído-me de uma chapa que aqui apareceu em mão do Honório." Escabriado, suspicaz, observa: "Eu conto quase certo com a supressão do meu nome para alguns lugares, e por isso tenho empregado tôda casta de diligência e empenhos; meu irmão tem-se dirigido a quase tôdas as influências locais da província; além de que tenho mandado daqui cartas de todos os negociantes relacionados com os daí; mesmo assim, se eu não tiver alguns amigos em os diversos colégios, hei de sofrer precisamente alguma derrota. Espero portanto de sua amizade, que tome a minha candidatura debaixo de sua proteção, e faça com que meu nome tenha votação boa na sua comarca." O irmão de Caxias viria deputado.

• • •

E a eleição de Justiniano a deputado geral? Sofria êle as peripécias da candidatura. Intrigas de bastidores, traições, suspeitas, recursos malignos dos adversários, *piccolle combinazione* nos arranjos do estado-

103. Apud OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *A Vida de D. Pedro I*, vol. 1º, pág. 38.

maior do partido — enfim, os ingredientes, segundo a receita da época, usados na manipulação da feitura de um deputado, estão miudamente contados, às vêzes com brutalidade na sua crueza, mas sempre com finura de espírito, nas sucessivas cartas que o jornalista escrevia ao amigo. As confidências têm o sabor das indiscrições. São o retrato sem retoques do ambiente político e da moral partidária que vigorava no princípio do segundo reinado.

Na primeira delas, onde se trata de eleição, datada de 20 de setembro de 1842, predominam notícias de ordem geral da política. Há a revelação de que Josino do Nascimento Silva, o antigo companheiro na redação do *Cronista*, hostiliza sua candidatura pela *Sentinela da Monarquia*, jornal de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Escreve: “Ocupado com as nossas eleições guardava para responder a tua última, quando ontem recebo outra tua: a ambas respondo por partes. 1.º O Coronel Freitas: ¹⁰⁴ Recebi seu artigo que sairá amanhã. O coronel já respondeu pelo *Brasil* mesmo, e eu já no *Brasil* concordei na sua defesa. Assim pois embora muito concorresse para que dessa gente fizesse o juízo que a princípio fiz, é certo igualmente que êsse juízo se modificou com o tempo. 2.º Quanto ao Caxias: Minha opinião é que êsse general está muito enfatuado, e que a ação de Santa Luzia que êle [dilacerado] manteve por sua culpa em grande perigo: todavia há a seu respeito entusiasmo. E o que disse o correspondente do *Diário* foi mal-aceito, além do que escuta: a política manda por ora engrandecer êsse homem como manivela para derrocar uma influência perniciosa. Conto-te o que me é confiado sob segredo: o Imperador gosta muito do Caxias e quanto mais o elogiarem mais ficará dêle gostando. Ora o Caxias prometeu a alguém não

104. ANTÔNIO JOAQUIM DA SILVA FREITAS.

ir para o Rio Grande com o Saturnino.¹⁰⁵ O Aureliano¹⁰⁶ que já lhe tem gana por ver que é um competidor oposto à glória militar de seu irmão não quererá ceder-lhe e anuir a uma demissão pouco honrosa, a menos que Saturnino seja eleito deputado pelo Rio de Janeiro o que é mais que muito problemático. Assim terão de lutar Caxias e o Ministério com Aureliano e o Paço. Já vêes que a nós, que não gostamos de Governo de validos, cumpre ir fazendo o que fazemos. 3.º Vejo o que me dizes do Bernardo Jacinto da Veiga. Concorro contigo nos elogios que lhe fazes, e felicito-te pela amizade que dizes êle te mostra. Firmino, estás em brilhante posição. Antes de teres 30 anos colherás o fruto dos trabalhos de tua mocidade. Lembras-te porém que fui eu quem te arranquei à catacumba da suplência de uma cadeira em São Paulo, e te animei a trilhar comigo a vereda enquanto teu talento tem-te dado amigos, protectores, e aduladores, *euge!* Sr. Juiz de direito do Paraibuna! Não deixes a pena, pois é o instrumento de tua importância. Escreve e o *Brasil* publicará tuas lucubrações. Dirás que isso é conselho interessado, pois vejo-me bem mofino, nesta quadra em que pouco há que dizer para encher 12 colunas três vêzes por semana. Assim será; mas meu conselho por interesseiro não é egoísta. 4.º Tuas idéias sôbre — cabeças — que queres seja na frase de P. J. de Melo autor principal, são atendíveis, mas entram perfeitamente no sentido que o Governo me fêz a honra de adotar, e que se esteiam na autoridade de Pereira e Sousa, jurisconsulto não somenos, mas deixemos essa discussão que em cartas pouco servem. 5.º Tenho uns folhetos teus para encadernar, livros que comprar.

105. SATURNINO DE SOUSA e OLIVEIRA COUTINHO.

106. AURELIANO DE SOUSA e OLIVEIRA COUTINHO, depois Visconde de Sepetiba.

Tudo satisfarei: vou perguntar ao Luciano Leite Ribeiro que descaminho levaram tuas cargas e havemos de providenciar como fôr necessário. Suponho que chegaram sem avaria. 6.º O espírito público por lá não me surpreende. Se te disser que por aqui o partido da conciliação ou da liga que quer anistia na época do casamento do Imperador, e já muita brandura e muito compadresco, se vai levantando, e que o Vasconcelos ¹⁰⁷ se inclina a ser-lhe chefe, ficarás espantado! Entretanto a imensa maioria de nossa gente, e o Govêrno com ela está nas opiniões do *Brasil* — vigor, porém, justiça. Não me surpreende o que o Vasconcelos te escreveu; pois tu ainda lhe podes ser útil, e cumpre que confesse que muito te deve, sobretudo agora que quer formar partido seu. Para manter a *morneza* que por aqui anda, e conservá-lo a êsse homem nas suas hesitações não pouco contribui a ausência do Tôrres ¹⁰⁸ que ainda está na sua fazenda, e não se pronuncia por ato nenhum ostensivo. Escusa pois escrever-lhe a menos que não dirijas a carta para a fazenda [chamada Saquarema, de que adviria o cognome do Partido Conservador]. 7.º O negócio de teu pai e uma pretensão de teu irmão que quer ter farda ficam a meu cuidado e podes descansar que teu valimento hoje será atendido por os nossos ministros que só respeitam e atendem a quem lhes pode ser nocivo como o nobre Juiz de Direito do Paraibuna. 8.º Os arranhões da *Sentinela* explicam-se pelo ciúme ou inveja que tem o Josino, ¹⁰⁹ seu redator oculto, de mim, e da minha candidatura em que me sustentam. Tu conheces a pequice dêsse

107. BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS.

108. JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TÔRRES, depois Visconde de Itaboraí.

109. JOSINO DO NASCIMENTO SILVA.

nosso amigo, conheces o gênio do Inácio¹¹⁰ e o desprezo de que goza, como te admiras que me arranhem? Tolle-me entrar na luta com êles, o não querer já fazer uma diversão no partido, e quebrar o ídolo que tu e eu apresentamos à adoração dos fiéis. Mas a polêmica vai sendo mais fêrvida, e quem sabe o que dela resultará... O Josino não é muito para temer, e sua liga com o Inácio lhe há de ser utilíssima! Nas eleições em que agora andamos metidos, o Josino vendo que ninguém falava nêle teve a lembrança de apresentar-se a si mesmo; porém coitado terá em tôda a província 20 votos, muito mais decerto do que o que merece. Já que te falo em eleição saberás que para excluir o Pereira da Silva,¹¹¹ único interêsse que tenho nessa campanha, improvisei a candidatura do Andréia, além da do Januário.¹¹² Januário não terá votação mas Andréia tem despertado muitas simpatias. Parece-me que êle, Barreto Pedroso, José Clemente e Sequeira completarão com Paulino, Tôrres, Viana, Vieira, Eusébio e Baependi a deputação fluminense, seguindo-se Azevedo, Pereira da Silva, Diocleciano, etc., eis a história que a todos ocupa e absorve tôda a atenção. Sôbre eleições comunicar-te-ei que o Barão de Bonfim está muito meu amigo, e que agora que nessa província já não estão suspensas as garantias sua amizade nos há de ser muito útil, pois mui provavelmente vão os nobres mineiros ocuparem-se com fazerem deputados. Serei um dos 20? Firmino, sustenta-me por lá. Não sou mais extenso porque estou ocupadíssimo, pretendo-me porém ter-te dito quanto era preciso para responder às tuas e inteirar-te do que por aqui se passa, no mais continuo a gozar de perfeita saúde, de sossêgo de es-

110. INÁCIO PEREIRA DA COSTA.

111. JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA.

112. CÔNEGO JANUÁRIO DE CUNHA BARBOSA.

pírito de sempre. Meus filhos e mulher também, e desejo-te que além de saúde, vás achando nessa terra as doces prisões da vida.”

Menos de um mês depois, a 14 de outubro, Justiniano escreve novamente, dando conta do borborinho político. Aumentam intrigas e com elas sua ansiedade. Confessa estar num leito de brasas: “Isto de candidatura sai intriga sôbre intriga nem se sabe onde dar com a cabeça. Ao passo que o Barão de Bonfim mostra beber os ares por mim, há quem assevere que desde julho o homem com cuja proteção eu mais contava me hostiliza secretamente, enquanto na aparência faz-me festa e enche-me de amizades. Se comigo representa comédia, acha-me também bom cômico, pois finjo ter nêle a mais ilimitada confiança, e só contar com o apoio dêle. Entretanto prometeu-me dar-me cartas às centenas, ontem deviam elas ter vindo e ainda não vieram! Alguns amigos com quem não contava têm-me oferecido suas cartas e recomendações, na lista do Governo acho-me eu incluído. Tu estás em Minas. Veremos tudo em que dá, felizmente pouco tempo terei de estar deitado no leito de brasas da candidatura. Fizeram-me escrever papelinhos dêsses que te mando, e que prometeram-me espalhar por tôda essa província. Não te mando maior número para não te onerar com despesas de correios, mas diz-me o Barão de Bonfim que a um F. Azedias dessa cidade remeterá êle uns 150 que tu e êle de acôrdo fareis por espalhar especialmente pelos lugares do centro. Política Geral: Há por aqui um ruge-ruge dos meus pecados: o Ministério está em guerra civil: o Aureliano tem sido em menos de 15 dias quatro vêzes derrotado — 1.º pelo Caxias que obrigou o Imperador ouvido o Conselho de Estado a demittir o Saturnino. 2.º pelos eleitores que deram de tábua no Saturnino. 3.º pela imprensa que suscitou a candi-

datura triunfante de Andréia. 4.º pela mesma imprensa que o obriga a recuar na questão do tratado. Agora se desencadeiam as fúrias contra o Paulo Barbosa e êste por seu lado aceita a guerra, e vingá-se do Ministério: nesta última luta ponho-me neutro, e espero que outros vão entretendo o fogo até que chegue o momento decisivo no qual eu então aparecerei. Por ora a tempestade ronca sinistra porém longe; parece-me que até dezembro ou janeiro iremos indo assim como agora; mas então... seja eu deputado e verei: se não fôr, sou lente da Academia Militar e vou comer o meu ordenado. Há por aqui a novidade do catonismo do Valdetaro que pôs na rua os conspiradores para afetar independência, e fingir afoiteza em arrostar as fúrias do Ministério. No mais tudo vai indo. Apareceu um periódico novo o *Farol* escrito pelo Araújo, dizem que sob o patrocínio de Antônio Carlos para fazer liga com o Vasconcelos, entretanto (vê a injustiça dessa cambada) há quem espalhe que eu sou o redator oculto dessa fôlha sob a inspiração de Paulino e do Vasconcelos para deitar abaixo o Gabinete. Há gente que tudo acredita, há perversos que tudo inventam. Adeus, Firmino, faze-me deputado, para que eu veja se dessa posição encarada, a política, a guerra dos partidos são menos asquerosas do que cá por baixo no mundo dos círculos e do jornalismo." Em pós-escrito: "Julguei oportuno, sem embargo da recomendação do Paulino e do J. Pedro, do Barão de Bonfim, dirigir-me diretamente ao Veiga, em sinal de deferência, e com êle a tôdas as poucas pessoas com quem nessa província tenho relações... *et vogue la nacelle!* Quem me dera já me ver nas festas de Natal! Recebo neste instante a tua de 7 do corrente — não te mando a chapa porque não deixaram que tirasse cópia. Tomo em tudo teu conselho, e verás pelo que te tenho escrito que nada se há de perder por falta de cuidado. O Inácio, o

Josino, o Mariano Carlos,¹¹³ e o papa ou o Buda dos anadares em suas relações contigo e comigo são inexplicáveis! Teus trastes: o Leite me assegura que já tos mandou há muito tempo — teus recados [*ilegível*], teus arranjos pecuniários também. Teu pai: conta que dêle me não descuido, e que não careceremos do Buda. Adeus, Firmino, vou escrever para Tamanduá.”

A 4 de novembro nova carta. A tensão aumenta com as alterações na chapa. Fala de negócios particulares de Firmino e diz da vantagem para ambos se fôsse nomeado Bispo o Vigário de Barbacena, Antônio Marques de Sampaio. Atribui a Bernardo Pereira de Vasconcelos a guerra à sua candidatura e à de Firmino. Sente cólicas: “Estou zozzo: o Presidente dessa encaixou, segundo me afirmam, mais nomes na chapa que já era de 22 e assim multiplicou as probabilidades contra mim. Dizem o Paulino, o barão e outros que descanse; mas, como tu, assim também eu receio muito dos meus colegas doutôres, juizes de direito. Vale-me tu: vejo o que me dizes sôbre tua candidatura a suplente, se não receias de que ela me fizesse mal, enfraquecendo-me, e tirando-me votos que tu me poderias dar, eu te aconselharia que a apresentasses; mas, meu amigo, sempre contra nós há de haver obstáculos, e cumpre que no meio do geral egoísmo sejamos mais egoístas do que todos para se nos dar alguma consideração. Faze pois o que te parecer, não te posso aconselhar nesse ponto. Falei ao Paulino sôbre a tua candidatura a provincial: disse-me êle nada saber a êsse respeito, e que lhe disse o Vasconcelos que o irmão lhe havia escrito dizendo-lhe que tu entravas na chapa, por isso absteve-se de recomendar-te o que agora fará. Vamos a particulares. — Estão pagos os teus cem mil réis.

113. MARIANO CARLOS DE SOUSA CORREIA.

Soube do transtôrno da viagem de tuas cargas que empacaram no Iguaqu. Eu bem não as queria mandar daqui senão quando tu me escreveses de Barbacena. Mas teu pai, o Luciano e todos tinham tanta pressa: eis em que dão as pressas. O Antônio Joaquim vai-te arranjar a prata de que careces e o rapé que pedes, e o Sampaio tos mandará. A propósito do Sampaio: para ti e para mim seria ótimo que o fizessem bispo dessa. Para consegui-lo forcejo; mas não sei que obstáculo veda a boa vontade do Paulino! Dize-me, em confiança, se êle goza de boa reputação por lá porque nesse caso vou sustentá-lo pela imprensa que tem a vantagem de descobrir os obstáculos ocultos e de superá-los. Tuas questões de direito: O escrivão nos processos de responsabilidade não *deve* porém *pode* ser o privativo do júri, ou outro qualquer que sirva perante ti, sendo por ti nomeado quando mandares auctuar a denúncia ou queixa: é interpretação autêntica. Nesse correio vai ordem para o Bernardo Jacinto em falta do juiz municipal dessa cidade nomear a quem lhe aprouver. Não há de ser o tôrmo de Presídio o que dará jurados aos réus políticos de Barbacena. O Paulino está de acôrdo a fazê-los julgar, assim como todos os réus de Minas, em Ouro Prêto, assim como todos os réus de São Paulo, norte e sul, na capital. Hás de ter lido no *Brasil* artiguinhos sôbre êsse ponto; mas por ora entende o Paulino que não convém a discussão dessa matéria. Adeus, Firmino, vou escrever o maior número de cartas, pois estou em cólicas. O meu artigo sôbre enjeitados?" No costumeiro pós-escrito observava: "Quem me escreveu sôbre o padre de São João del-Rei? Foi êle mesmo em longa carta. Mostrei-a ao barão, e êste disse-me que nada publicar era offender êsse homem, tê-lo por inimigo, e nesta época todo o inimigo faz mal. Neste instante recebo a tua de 27 p. p. Vejo o que me dizes sôbre os 46 de cujo número

não pertences: e já vou falar outra vez ao Paulino. Já adivinhas que tu como eu és vítima do Vasconcelos, pois foi êle quem demoveu o Paulino de escrever em tempo ao Veiga, afirmando-lhe o que acima te disse. Acredita que nada há mais infame e que mais nojo me tenha causado do que essas patifarias do Vasconcelos, do Inácio e do Rato Molhado, etc. Mas, canalha, havemos de esmagá-los. Não suponhas que as cartas do Moreira são favores devidos à intervenção dessa gente, foi o patrocínio do João Faro que mas arranjou, e o Moreira que me conhece, e me vê sempre em casa do Vasconcelos (onde continuamos a representar comédia) não pode supor menos sinceridade nessas relações. Agradeço-te o que fizeste sôbre o *colega* do Sêrro. Não lhe escrevo agora: escreve-lhe tu, e dize-lhe que eu pretendia escrever-lhe agradecendo-lhe, mas que achei melhor reservar-me para depois da campanha, que todavia êle sempre aqui me terá pronto para o seu serviço. Bem conheces que estou com a cabeça a arder: quem agora guia minha pena sôbre negócios *individuais* de Minas é o barão que por ódio ao Vasconcelos que traz engasgada a minha candidatura, tornou-se meu sincero amigo. Vou tratar do teu ordenado que agora não corre risco bem como de tôdas as questões pecuniárias de que me falas na tua última e penúltima. Não há receio de mudança ministerial até as Câmaras e em presença das Câmaras muito teremos que ver. Adeus."

Confronte-se êsse retrato de Vasconcelos com o que vem na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson, attribuído a Justiniano...

Nojo das patifarias dos correligionários, cabeça a arder. Se Firmino, em Minas, trabalhava por êle, retribuía o favor, empenhando-se pela candidatura provincial do amigo. Sente-se desanimado ante a hostilidade de Bernardo Pereira de Vasconcelos e dos que

o cercavam, ou de seus anadares, como os chamava Justiniano, e das infâmias espalhadas na província em cartas anônimas. A 9 de novembro diz: "Tua eleição a provincial: falei afincadamente ao Paulino e já te comuniquei sua resposta, mas não contente com isso escrevi-lhe no dia da saída do correio, e junto acharás de sua letra o pedacinho da resposta a êsse ponto... Mas ontem o Paulino me disse que tu tinhas escrito ao Veiga uma carta que muito o amofinara e de que amargamente se queixa, diz o Paulino que a carta está muito crêspa, e que o Veiga há de estar zangado contigo... Em todo o caso, a recomendação dêle, Paulino, será valiosa, e se supões a provincial bom degrau, conto que o subirás. E eu! O Vasconcelos que está ligado com o Montezuma (sim senhor!) e os seus satélites Inácio, Rato Molhado e *outro*, me guerreiam pela *Sentinela*, e pelo *Diário* quando lhes parece. Sei que há contra mim cartas anônimas nessa província, o Veiga o mandou dizer ao Paulino e o Teixeira (da Tesouraria) ao Barão de Bonfim. Se alguma por lá pilhares, será muito especial favor de ma remeteres. Neste estado de coisas estou completamente divorciado do meu compadre, e se alguma coisa desejo neste mundo é poder contrariar os planos do fementido. Apesar das tuas esperanças, e de tôdas as que me dá o barão, estou quase absolutamente certo que não pilho a deputação; mas com a candidatura sempre terei ganho o conhecer êsses infames com quem tinha relações íntimas. Pois querem-me fazer cúmplice do haitianismo? Dize-me se o sujeito que tinha de mim essa idéia é amigo ou conhecido de algum dos meus inimigos daqui. Não posso ser mais extenso porque estou inquietíssimo e com a cabeça a arder."

Ainda em novembro, no dia 20, o ânimo do jornalista não melhorara: "Recebo a tua de 12 de novem-

bro, e felicito-te pela tua candidatura à provincial. Espero que hás de ser dos mais votados como dos mais eloquentes. Vejo o que me dizes da minha, apesar das brejeiradas do Inácio e súaia, que me fazem desanimar, tu me reergues os brios e conto que a guerra daqueles meus amigos só virá servir para vantagem minha, isto é, desligando-me de tôda a obrigação a nossos homens políticos. Entretanto eu hei de ter nessa por inimigos, 1.º cada um dos 24 da chapa, 2.º cada um dos candidatos de fora da chapa que se hostilizam: paciência! Tenho estado em tormentos, felizmente faltam poucos dias para dêles sair, pois a campanha há de estar a concluir-se. Em tempo me perguntaste quem me havia encomendado um elogio a um padre Bernardino de São João del-Rei: foi êle mesmo, e êsse elogio valeu-me agora uma carta de agradecimento e de felicitações desse sujeito que mostra ser muito teu amigo. Prometeu-me êle todos os votos de São João, São José e outros colégios: poderá desempenhar a promessa? Vejo a carta do Lima¹¹⁴ e agradeço-lhe muito o que a meu favor tem feito.¹¹⁵ O Cid, protegido pelo Dr. Tavares (Canuto), procurou-me com muitos tagatés e querendo mover-me a defendê-lo a êle Cid; repeli-o, e só consenti na publicação daquela correspondência, e pode o Lima ficar certo que não me hei de ligar aos seus inimigos. Isso mesmo lhe dirás. Por aqui reina uma intrigalhada dos meus pecados: ninguém se entende, todos se hostilizam, a liga do Montezuma com o Rato Molhado, Josino, e Inácio, isto é, com Vasconcelos, tem pôsto muitas cabeças a arder: os elogios fúnebres que o Araújo (Indígena) passa no *Farol* ao Vasconcelos, as loucuras da *Sentinela*, tudo tem produzido tal salada que me parece evidente que o Ministério se reconsoli-

114. CORONEL JOSÉ JOAQUIM DE LIMA e SILVA.

115. CORONEL JOSÉ FELICIANO DE MORAIS CID.

dará e ganhará amigos, que têm medo e aversão ao domínio do Vasconcelos. Darei teu recado ao Luciano: as colheres e rapé já foram entregues ao Sampaio. As colheres são mais 48\$000 que gastaste. Já estão dadas as providências para seres pago desde o dia da tua posse, já mandei tua certidão para o Superior Tribunal de Justiça, já me informei e soube que a quantia que ainda deves de direitos de tua nomeação, poderás pagá-la, em Barbacena. Agora cumpre que mandes vir (com todo o teu vagar) uma nova certidão da posse e a remetas acompanhada por ofício teu ao Paulino, Ministro da Justiça. Basta de maçada.”

No dia de Natal de 1842, apurados os resultados de quase todos os colégios eleitorais, Justiniano canta alvissaras. Apesar da guerra dos próprios correligionários, elegera-se. A última hora lançaram, para incompatibilizá-lo com o eleitorado, dessas infâmias absurdas, que inexplicavelmente surtem efeito. Como sempre faz o relato da situação política da Côrte: “Recebi a tua última e agradeço-te os conselhos: hei de dançar como me tocarem, estava resolvido a não ocupar com o homem; mas êle me investe pela *Sentinel*a, e acho tão infame isso que não sei se me poderei conter. O certo é que não lhe vejo partido no Rio de Janeiro, e depois que sabem que êle me guerreia por *haitiano* não há quem me não venha contar proezas suas; eu faço-me de ignorante, de incerto de tudo, só com algum amigo íntimo me abro: enfim dançarei como me tocarem. Como me tarda essa apuração final das eleições mineiras! A Câmara está em sessão preparatória: muita gente nova, e nem uma cara que indique *jeito*. Tenho uma ânsia de ver-me lá dentro para ensaiar minha voz e minhas amizades! Estou com 1018 votos e faltam 11 colégios: tenho fome de votos (acreditá-lo-á?), desejo ter meus 1100 pelo menos, espero. É essa a melhor resposta que posso dar à pérfida intriga

que me é feita. De quase todos os colégios chegam cartas ao barão que me as mostra, dizendo que eu era muito guerreado (do Rio de Janeiro e de Ouro Prêto) quer como enjeitado, quer, ainda mais, como chefe de um clube de haitianismo! Que infâmia! Em Queluz, em São José, em Itabira, ia essa intriga dando seus frutos, se não fôsse o zêlo de alguns amigos. Na Diamantina foi bem sucedida. No correio que dessa cidade saiu a 24 de novembro vieram-me cartas asseverando-me todos os votos, e o colégio estava em ótimas disposições a meu respeito; mas chegam no último momento as frenéticas acusações, e os pobres diamantinos, que acreditam em haitianismo, riscam-me de suas listas! Felizmente porém estou deputado, e, ou levar-me-á o diabo, ou na tribuna me reabilitarei, e conquistarei as afeições dos que me não deram seus votos (presunção e água benta...).

Haitianismo? Que significaria a acusação que tanto alarmava os diamantinenses? Justiniano, mais tarde, a explicaria. A expressão apparecera logo depois de 7 de Abril de 1831 para caracterizar movimento de conspiração congregando homens de côr, com o fim de se apossarem do poder. Aliados dos que impuseram a D. Pedro a abdição, “apenas conseguido o triumpho — escrevia o *Brasil* —, “quiseram descartar-se dêsses seus aliados, bons para a hora do combate, bons quando se tratava de darem o seu sangue pela causa que promoviam, péssimos na ocasião da vitória, péssimos quando se tratava de dividir os seus despojos opimos. Como porém consegui-lo? Não bastava a divisão de moderados e de exaltados, inventou o insigne libérrimo Vergueiro a infâmia do haitianismo, e sob pretexto de haitianos foram votados à pública execração os nomes mais notáveis dessa época de ação e de atividade, e arredados todos os que mais diretamente haviam con-

corrido para o grande feito cujas vantagens estavam sendo colhidas pelos dominadores." 116

— Continua a carta: "Combinações ministeriais. — Queres que te fale a verdade? Afirma-me o Paulino que se quer retirar. Mas vejo-o tão ocupado com projetos importantes que não creio no que diz. A Câmara dá mais do que maioria ao Ministério, e se êle não fraquear, não entrar em torpes transações, se aproveitar o receio que têm os meus colegas de serem deputados *dissolutos*, terá a mais mansinha de tôdas as Câmaras. Até o Pacheco está ministerial! Compor um Ministério com o Tôrres? Sabes quanto simpatizo com êsse nosso amigo. Mas são-lhe precisos cinco colegas, e onde os achará, se o Parlamento não lhe apresentar algumas capacidades novas? Um Ministério Alves Branco, ou Lopes Gama? Deus nos acuda! Entretanto circulam alguns nomes de futuros ministros, porém sem fundamento, sem simpatias. Falam de Costa Carvalho para Estrangeiros, o Visconde de Olinda (Pedro Araújo) para o Império, Andréia na Guerra, Tôrres na Marinha, Joaquim Francisco Viana para a Fazenda, e Eusébio para a Justiça. Tu tens bastante conhecimento dos homens para ver que isto não é senão falatório. O que há de exato somente é que há quem mêta à cara o Olinda! Honório diz a quem quer ouvi-lo que um Ministério não pode atravessar oito meses de sessão sendo composto de dois senadores e de três deputados. Dos senadores apresenta êle somente Alves Branco, não é querer indicar-se a si para segundo? Isso do Honório não é improvável. Exponho-te tudo isso para abrir-te campo a tuas conjecturas. Eia: dar-te-ei conta de todos os boatos parlamentares, e extraparlamentares. Já que lá não podes ter o Gisquet, e sendo eu senhor e possuidor dêsse preciosíssimo livresco, dize-me haverá

116. O Brasil de 15 de fevereiro de 1848.

meio de mandar-te sem grande dispêndio, e tu terás meio de restituir-mo depois de lido? Não sou tão mau procurador como supões, fui três vêzes ao Luciano depois da chegada do Baependi, a esta cidade, e teus trastes foram os importantes objetos de que ia tratar. O Sampaio tem o teu rapé e tuas colheres. O Paulino a quem consultei sôbre a tua questão de direito concorda com tua opinião de que só deve haver júri no têrmo que servir de cabeça, e podes proceder como se essa opinião te fôsse oficialmente transmitida. Apre! Como vai esta sendo cumprida! Como vais tu de Assembléia Provincial? Como tens passado de festa? Temos algum consórcio em expectativa? Adeus.”

O que lhe custara a pega da deputação!

• • •

De um salto, ingressava Justiniano na Câmara dos Deputados. Firmino, eleito para a Assembléia Provincial, começava a carreira política pelo pôsto inicial. Com que títulos se apresentara à urna mineira? Recomendando-lhe a candidatura, Gabriel Mendes dos Santos, na *Ordem*, encarecia seu raro talento, probidade e patriotismo. Declara ter êle “ousado encarar o Ministério dos oito meses, para denunciar seus atos, seu intuito, e suas tendências mal-azêdas.”¹¹⁷ Referência à peleja no *Brasil* contra os Andradas e Limpo de Abreu.

Entre os que com êle se elegeram estavam: Estêvão Ribeiro de Resende, futuro Marquês de Valença, o Barão de Sabará, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Luís Antônio Barbosa, Manuel Teixeira de Sousa, depois Barão de Camargos, Nicolau Nogueira da Gama

117. A *Ordem* de 16 de novembro de 1842.

Gabriel Mendes dos Santos elegera-se deputado geral. Antes de dirigir-se à Côrte, escrevia-lhe: “Espero que V. S.^a me continue a honrar ali com as suas letras, e sobretudo com os seus conselhos, pois que bem que mais môço em idade, é mais velho do que eu no saber, e por isso muito habilitado para mos dar, e nem lhe aceitarei razão alguma em contrário. Não me faltam desejos de servir ao nosso país; falecem-me, porém, o cabedal e posses para isso, e V. S.^a bem que pode ajudar; conto pois com o seu auxílio, enquanto se demora a ocupar na representação nacional o lugar que lhe pertence.”

A impressão do desembargador ao chegar à Côrte não foi boa. Fica decepcionado ao assistir a uma sessão da Câmara. Em 9 de janeiro de 1843 diz a Firmino: “As côres políticas da mesma Câmara ainda não estão bem discriminadas. A discussão da resposta à Fala do Trono as vai revelar. Entretanto, pelo que ouvi na sessão de hoje, à qual assisti (de uma tribuna, pois nenhum dos deputados por Minas tem ainda assento por falta dos respectivos diplomas), creio que o atual Gabinete não pode contar com ela, e ameaça em meu conceito ser tempestuosa. Se isso acontecer, o tempo das sessões reunidas será absorvido em estéreis declamações, ou em prejudiciais descomposturas, e então se confirmará a opinião de alguns, que apregoam o sistema representativo entre nós como uma cruel decepção ou mentira horrível. Lembre-se, porém V. S.^a que esta é feita debaixo da impressão da sessão de hoje, que em verdade me desedificou.” Já se chamava contra a verborragia da Câmara! Mas estávamos em regime parlamentar, que os franceses chamam *le régime de la parole*, e que êles, por tão bem conhecerem a arte, tanto amam. Continua o deputado, agora tratando da política: “O Ministério atual, além de não

ter sido impecável, tem um grande defeito, na verdade imperdoável, e é estar bolorento de velho. Isto é certamente horrível. Um Ministério de 22 meses!!! Fora com tal decrépito! Entre os novos deputados apareceram muitos jovens e alguns velhos, todos, provavelmente, com suas precisões, que o Govêrno velho e esgotado não poderá acudir. Assim conviria, e portanto deve logo esperar-se nova composição ministerial.”

CAPÍTULO V

**"E não podendo equiparar-se ao cisne,
Intenta ao menos conspurcar-lhe as plumas."**

Causas reais da queda do Gabinete. Nos bastidores da Política. Divergências entre dirigentes conservadores. Volta de Paulino ao Ministério. Arranjos e cambalachos. Calúnia contra o juiz. Incidente grave na Câmara dos Deputados entre Firmino e Melo Franco.

Não foi de velhice a queda do Gabinete de 23 de março. A crise vinha da dissensão surda entre ministros. Paulino declarou na Câmara que a retirada do Ministério resultara de "desconfianças recíprocas, relativas a pontos de lealdade de uns para com outros".¹¹⁸ Qual a causa da dissensão? — A derrota de Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho pelo General Andréia, na eleição dos deputados pela província do Rio de Janeiro. O irmão Aureliano, Ministro dos Estrangeiros, atribuiu a derrota a Paulino e a Honório, e daí o desaguizado. O novo Gabinete continuava conservador. Honório Hermeto e Rodrigues Tôrres constituíam as figuras de proa.

118. JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 156.

A 20 de janeiro de 1843, dia em que se constituiu o novo Ministério, Justiniano mostra como, tentando os amigos de Paulino na Câmara derrubar Aureliano, arrastaram à queda todo o Gabinete. Conta a Firmino: “Acabo de te escrever uma carta de empenho: olha como se não existisse, pois não me foi possível de outro modo desvencilhar-me da importunação. Sempre que te pedir coisas de ofício, faze o que te parecer, e não te importes com o meu pedido. A política daqui está debaixo de triste complicação: estamos há cinco dias em crise ministerial sem solução. A causa desta crise é oculta mas tu a adivinharás. O Paulino estava cansado dos colegas, alguns de seus amigos tinham sêde do Ministério; aberta a Câmara êsses amigos começaram um tiroteio contra o Aureliano, que, como sabes, não goza de simpatia alguma: um voto de graças de censura, ou de maromba, foi apresentado, e o Ministério o aceitou; na discussão caíram à perna sôbre o Aureliano e o Ministério não pediu palavra! Os deputados estavam todos fazendo protestos e querendo vender seu peixinho caro, e o Ministério nem entrou em ajustes de preço... O Aureliano ou por perceber o jôgo dos colegas, ou por ver que não tinha simpatia, ou enfim por querer fazer jôgo por trás dos reposteiros, pediu a sua demissão: têrça-feira houve Conselho de Ministros de manhã e de tarde, quarta-feira houve Conselho de Estado tôda a manhã, e tôda a tarde até 10 horas da noite, porque o Imperador não quis receber a demissão do Aureliano senão com a de todos os ministros, e organizar um Ministério novo não é coisa fácil — *tantae molis erat romanam condere gentem!* Para completar a notícia da crise ministerial dir-te-ei que Honório está encarregado da formação do Ministério ficando com a pasta do Império, que o Tôrres aceitou a da Marinha; a da Justiça foi oferecida a Eusébio que faz cerimônias para ser instado: no mais não há novidade... Como

verás no *Jornal do Comércio* eu já me pronunciei de modo a tomar boa posição no futuro. Apresentei-me o único ministerial em uma Câmara bonzeira, e agora passo-me para a opposição em nome dos princípios que estabeleci em minhas emendas que hás de ter visto. Seja quem fôr ministro, não me dá isso abalo, só sentirei se fôr o Tôrres, pois tenho-lhe amizade. Pelo que posso julgar das coisas o novo Ministério leva uma espinha dolorosa na garganta, o processo dos senadores que é impossível levar a bem; não duvido pois que êle corte as dificuldades com a loucura de uma anistia, e que belo campo me abre!... Os homens da facção contam uma minoria de 13 a 14 votos no Senado, têm na Câmara dois aliados embora repilam sua aliança os não deixam de proteger no que podem Rebouças¹¹⁹ e o ministro do Império Galvão: isso é nada se o Ministério quiser; isso é tudo se o Ministério pretender marombar: a opinião aqui não é muito favorável aos chefes políticos do nosso partido, se essa gente souber aproveitar o ensejo talvez. Eu vou enlaçando-me em amizade com alguns deputados do Norte, e fazendo circulozinho; o Ministério Honório é para mim boa ocasião de ganhar consideração, que é o de que agora careço. Como o correio parte amanhã não fecho esta. Continuo a escrever-te às 5 horas da tarde: estive com êsses meus senhores, o Tôrres quer o Vasconcelos, e eu já se sabe o que lhe havia de expor: por ora só há três ministros assentados — Paulino na Justiça, Tôrres na Marinha, Honório em Estrangeiros ou Império, o mais é incerto. Os princípios políticos são os mesmos, as alianças as mesmas. Sinto não poder demorar mais esta para dar-te notícia completa. Recebo a tua e respondo-lhe: com efeito tomei em 12 dêste assento na Câmara, não estou porém molemente repimpado como julgas pois

119. ANTÔNIO FERREIRA REBOUÇAS.

tenho de ver amigos, de combinar, de falar: apre!... Contas-me os teus amargores acêrca do Marcelino Armonde: eu já os adivinhava, pois nesta maldita terra ser íntegro é difficilimo. Entretanto pareces-me estar nos sãos princípios da justiça e da política — *fais ce que dois, advienne que pourra*, e conta que por fim êsses que agora se agastam contigo, logo te hão de aplaudir. Quanto aos meus empenhos, já no princípio te disse o caso que deves fazer dêles. O herói Bezerra ¹²⁰ tem me procurado e dado secas, porém ainda não me pediu coisa alguma. Não sei como não viste que era um baiano da gema e que pois para nada devia prestar. Está êle nomeado comandante da artilharia de posição, é uma pechincha sofrível, mas penso que nisto ficará. O Lima procurou-me, é muito teu amigo, mas achei-o por demais picado de não ter sido eleito para engrossar a falange dos vencidos. Entretanto sei que lhe devo bom número de votos com que no sul da província fui honrado, e esta consideração ao lado de ser êle teu amigo me obrigam a servi-lo em tudo quanto puder ser. Espero a lindíssima tucana: Perguntas se quero casal de jaús ou de macucos; jaús, macucos, emas, siriemas, tudo quanto o Criador honrou com *penas*, tudo me serve, me apraz, e me diverte. Havendo ocasião, manda o que puderes e quiseres." E no indefectível pós-escrito, além de questões jurídicas, dá notícia da nomeação do bispo de Mariana, que êle quisera fôsse o vigário de Barbacena, o que levava as encomendas de rapé de Firmino: "Estive com o Paulino e mostrei-lhe tua carta: êle deu boas gargalhadas pelos apuros em que te vês: quanto ao poderem os delegados formar culpa aos subdelegados, acha êle justa a tua opinião, e te confessa que não te faças embaraços com as dúvidas e diz que terás sempre proba-

120. CORONEL JOSÉ VICENTE BEZERRA.

bilidade de acertar como até aqui. Recebeste teu rapé, tuas colheres? Manda dizer para liquidarmos contas. O pobre Sampaio levou um lôgro dos diabos, o Imperador não o quis nomear; o Ministério então apresentou, depois de seis meses de hesitação, o Viçoso, e o Viçoso ¹²¹ está bispo de Mariana.”

Paulino não entrara no novo Ministério. Firmino felicita-o pela retirada. Responde o ex-ministro com amargura, queixando-se da ingratidão de correligionários. Sua energia ao debelar a revolta transformara-se, agora, em pecado mortal. Bernardo Pereira de Vasconcelos agredia-o no jornal. Vasconcelos, já o dissera Justiniano, queria formar partido seu e para captar simpatias desejava a anistia... Escreve Paulino em 23 de fevereiro: “Não obstante essa retirada porém tenho sido grandemente sovado pelos jornais, e particularmente pela *Sentinela* que me acusa de haver traído o meu partido entrando no Ministério de 23 de março. Ora na minha opinião, ao menos, é êsse o maior serviço que eu podia fazer a êsse mesmo partido. Tôdas as injúrias e calúnias que me têm sido dirigidas não me fazem a menor impressão, nem me hão de arredar da marcha que tenho seguido. Nunca pensei que o meu estoicismo fôsse tamanho! A única coisa que me tem causado dor, é o procedimento de alguns amigos que depois de passada a crise da revolução, apregoam um escrúpulo que êles não têm no coração, acêrca das medidas tomadas para sufocar a revolta, e isto sòmente para fazerem o papel de muito liberais e justos. Quanto se enganam porém! aquêles que mais cálculos fazem para adquirir e conservar popularidade são muitas vêzes os que menos a conseguem fixar. O *Farol* e a *Sentinela* não podem desacreditar a ninguém na opi-

121. D. ANTÔNIO FERREIRA VIÇOSO.

nião dos homens sisudos.” Adiante diz: “Gozo agora de um sossêgo e tranqüilidade de espírito que perdi pelo espaço de 22 meses. Tenho saudade da conversação de V. S.^a Se estivesse cá teríamos muito tempo para comentar estas nossas coisas.” Como Firmino pedira-lhe desculpas por importuná-lo sempre com consultas sôbre pontos de direito, aduzia o juriconsulto: “Aprecio muito a honra que me faz de considerar-me seu tira-dúvidas, e tanto mais porque sou o primeiro a reconhecer o talento e inteligência de V. S.^a Eu não mereço essa honra, mas não obstante achar-me-á pronto sempre para discutir com V. S.^a as dúvidas que me quizer propor.”

Dois meses depois, Paulino, presentindo o fim do seu repouso, comunicava ao juiz de Barbacena: “Eu por aqui vou vivendo, tão melancólico, tão enjoado, que mais não pode ser. Maldigo mil vêzes a hora em que me meti na vida pública, e com tanto mais razão porque talvez não esteja longe o dia em que a minha posição e comprometimento do partido me obriguem a ir esgotar novamente o cálice de amargura.”

Previra com acêrto. Um mês depois ocupava a pasta dos Estrangeiros.

Durante o princípio da legislatura que fazia a Câmara? Gabriel Mendes dos Santos achava-a palreira: “Entendo com V. S.^a — carta de 31 de dezembro de 1843 a Firmino — “que a reforma do regimento de uma e outra Câmara para trancar a funesta bacharellice é uma das nossas mais precisas necessidades. Isso seria até importante no interêsse da inteligência, pois que as vagas do palavrório fazem sempre naufragar o pensamento. Tôda a nação palreira tem sempre pouco juízo, e a prova está no nosso Corpo Legislativo.” E sôbre política: “Concordo também com V. S.^a que o Vasconcelos era mister aproveitá-lo para o Ministé-

rio; tôdas as conveniências aconselhavam isso; mas não sei que caveira de burro ou árvore de Java dana tôdas as nossas coisas, de modo que o bem não é possível fazer-se, e tudo, pelo contrário, favorece o mal! Fala-se, ainda, na reentrada do Paulino para a Justiça; êle está paliando e ainda dá esperanças disso." E depois de felicitar Firmino por não se estar assando na Côrte, ao calor opressivo daquele mês de março, terminava o austero magistrado, acostumado ao clima ameno de São João del-Rei: "Certamente não sei como ainda vivo! Apre! Parecia-me estar respirando o ar abochornado do Saara, ou da Arábia deserta! Meu amigo não more aqui em tal tempo; aliás... ficará torrado e não sei se as môças o quererão comer assim."

O Gabinete de 20 de janeiro atravessou período tormentoso. A revolta de 1842, embora vencida, sacudira o país. Os conservadores se exauriram ao debelá-la. As brigas entre os que a dominaram, corroendo a contextura do partido no Govêrno, abriam brecha por onde se infiltrariam os vencidos de ontem. Longe não estava o tempo em que os liberais assumiriam as rédeas do poder. "Quinta-feira de Endoenças, às 5 horas da tarde" — datava Justiniano escrevendo a Firmino. "Tenho duas cartas tuas a que responder. Primeiro vamos a negócios: o Barão de Bonfim se encarregou de mandar-te os chapéus e as sementes. Teu pai recebeu 50\$000 e teu mano 30\$000, a tua conta do Faria que está paga foi de 132\$000 (o preço dos chapéus não vai incluído) — teu pai se encarregou de ver tua louça: só me falta dar conta da boneca (que não comprei por não ter tido decisão do valor que querias empregar) e dos livros. Manda-me dizer se recebeste tua prata. Vamos ao que diz respeito ao público. Vejo que estás como da tua amizade esperava, muito amofinado com a infame guerra que

me é feita: a princípio também isso me agastou, mas hoje estou muito tranquilo; baralhem o jôgo da política como quiserem, lá se avenham; tão bom não é ser parceiro nela que valha a pena agastar-se, criar sangue podre. A *Sentinela* tem por fim impedir a minha reeleição por Minas, eu o sei; e bom proveito lhe faça! Consegui-lo-á ela? e se o conseguir há de me isso ser muito doloroso? Acredita, Firmino, cada vez mais me convenço que não nasci para essas alturas em que o diabo me tem atirado: meus prazeres são simplíssimos: ter alguns pássaros, minha única companheira é minha mulher, meus filhos, — não gosto de fausto, de pompa: a satisfação do amor-próprio é a única que tenho tirado de ser deputado, e asseguro-te que êle não paga os amargores de bôca que aturo. Se não fôr reeleito terei *descanso* na minha cadeira de direito militar, e a minha vida será muito mais suave do que é hoje. E decerto a nau do Estado não navega em mares tão bonançosos que valha a pena porfiar para fazer parte do conselho naval que a dirige! Agora, conseguirá a *Sentinela* o seu intento? Meu Firmino, a minha eleição por Minas é uma eleição tôda de partido; para que eu vença será preciso que o meu partido esteja de cima; não me fio tanto no apoio de alguns amigos nem no meu préstimo que conte vencer como candidato em opposição. Se pois meu partido não estiver no poder, minha exclusão é certa, independente da *Sentinela*. Se porém estiver no poder... mas quem é o chefe político em que me fio? Acredita que, exceto o Paulino, e talvez o Tôrres, nem um há que me tenha a menor simpatia, e com quem igualmente simpatize eu. Portanto não falemos nesta hipótese que me persuado não se realizará. Meu Firmino, vejo as coisas muito baralhadas: o Govêrno é de consumada inépcia, a Câmara também, o Senado é o foco da indolência e da anarquia,

e a pública opinião vai-se desenvolvendo contrária a nossa gente. Antes do fim do ano, ou pelo menos antes das próximas eleições tudo isso estará transtornado. O Norte está muito inquieto. Pernambuco que quer separar-se ameaça e mui sèriamente. O Rio Grande se complica na questão de Rosas e [*ilegível*] — que como estamos brigados com a Inglaterra parece não terá desfecho favorável: a miséria pública está no seu auge. É impossível que não haja crise, e muito próxima, e, então o que será de minha candidatura em Minas? Conto-a perdida; mas não pelos esforços da *Sentinel*a, pois me convenci que também *ela* sofrerá o mesmo que eu. Mandarei, como me aconselhas, espalhar os *Brasis*... mas ouve o que estou decidido a fazer. Cesso de escrever esta fôlha, pois não vejo dela vantagem alguma: no Parlamento me entricheiro e vou revelando algumas verdades; deixo que se aquiete essa perturbação que hoje abala tôdas as crenças, tôdas as alianças... Em junho ou julho reapareço no *Brasil*, e então veremos que cartas jogaremos. Ah! quem me dera então um Ministério nosso. O Paulino está muito aflito com o que vê de nossas coisas e mais ainda com o que pregam e receia, mas nada absolutamente faz, nem diz; com êle estão todos os nossos; e assim para que me hei de eu sòmente expor e comprometer? Para que, quando ninguém tem opinião ou ninguém manifesta as que tem, hei de eu ostentar a minha? Para que, quando todos estão à capa, hei de eu abrir tôdas as velas ao vento que sopra de incerto rumo? Não, tudo se transforma; cumpre que também me transforme. Dou um a dois meses para essa transformação, e veremos o que surde. Entretanto já disse que aceito todos os teus conselhos, como também te agradeço a parte que tomas nas minhas campanhas. Não te falo no *Papeleta*, porque sinceramente causa nojo tudo isso. O Inácio

diz que sou eu o redator, dizem alguns que é o Januário, outros que o Miranda... Porcarias, que não servem senão para fomentar intrigas. Quem me dera uma boa lei francesa da imprensa! O teu projeto sôbre os juizes foi muito bem aceito, e talvez faça em breve parte de nossa legislação. Se tiveres mais algumas idéias dêsse gênero, comunica-mas. Quaisquer que sejam os balanços da vida conta com a sincera amizade de teu amigo — *Rocha.*”

“O teu projeto sôbre os juizes...” Firmino redigira projeto dispondo sôbre remoções de juizes de direito e o acesso às Relações, umas e outro até então entregues ao pleno arbítrio do Govêrno. Justiniano o apresentara à Câmara. Pedia novas proposições.

A carta amarga vinha o costumeiro pós-escrito: “Tive a curiosidade de ler esta depois de a haver escrito, e pasmei das muitas alterações que fiz, ainda assim bem pouco desenvolvimento dou ao que enuncio, especialmente quanto ao Norte, queria desenvolver melhor os meus pensamentos, mostrar-te os fundamentos das minhas conjecturas para que reconhecesses comigo que cedo ou tarde, isto é em 1843 ou em 1844 teremos a separação dessas províncias. Já aqui há quem fale com desembaraço na necessidade de criar-se um vice-reino, abrangendo as províncias que ficam além do cabo de São Roque, e de o dar ao Príncipe de Joinville! Essa idéia é, como dizem os franceses, *le commencement de la fin*. Eu faço de dia em dia profissão de fé monárquica e absolutista (salvo sempre o predomínio da inteligência por meio do Parlamento e da imprensa bem regulados) e vou proclamando a *unidade monárquica*, a *autoridade* e a *hierarquia*, palavras sacramentais dêsse novo *legitimismo*. Em religião vou me pronunciando muito clerical, *monástico*... viste o meu

último discurso a êsse respeito? Que tal o achas? Eu estou persuadido que se alguma coisa pode salvar nossa terra é a unidade monárquica como a entendiam Richelieu e Luís XIV, e como a deve entender o Imperador: estarei enganado? Será possível com jeito ir propagando essas idéias? Viste o *Brasil* do século futuro: penetraste a minha intenção, ou, como a mor parte dos leitores, o consideraste unicamente como uma caçoadá de abril? Queres saber o gôsto do nosso povo? A edição dêsse *Brasil* foi de 2.000 exemplares e não há um à venda. Tanto que vou completá-lo, e imprimi-lo em folheto — pois diz o Paula Brito que se tem vendido como a *Mulher do Simplicio*.”

Em fins de abril, embora continuassem complicadas as relações entre os dirigentes conservadores, Justiniano mostra-se mais animado. Explica-se a mudança: passara a ter voz no capítulo. No dia 27 escreve: “Dou-te parte que desde ontem às 6 horas da manhã tens mais um criadinho às tuas ordens: um menino gordo, grande, forte. Recebi duas tuas uma porém particular, outra pelo correio: tens receio de confiáres-me cartas sôbre política ao correio porque podem meus inimigos interceptá-las. Não tenhas êste susto; fala-me em política, e deixa que o carro vá por diante; minha posição e a de meus inimigos é tal que eu me persuado que zombaria dêles todos, no meio das intrigas que correm, se não me tivesse tomado um enjôo tal de política que só uma vontade tenho a de levar tudo a palmatoadas e a bolos: os tratantes já não estão fazendo festas ao homem que dilaceraram!... Mas isso são contos largos para esta carta; ficará para a que vem. O que me dizes da Câmara? Três votações contra o Ministério em três dias consecutivos — a do orçamento do Império — a da emenda do Senado — a do adiantamento rejeitado pelo Tôrres! Tu que estás longe não podes penetrar

essas intrigas; aqui te dou o fio delas. Figura-te que três personagens querem subir ao poder e cruzam-se no jôgo: Alves Branco por intermédio de Ramiro faz seu grupozinho de *baianada*: quer ser ministro seja com quem fôr. Sebastião do Rêgo e Maciel Monteiro, com alguns cearenses, paraibanos e quase todos os pernambucanos fazem seu grupo, e querem ser ambos ministros: Vasconcelos quer ser ministro e organizar com os elementos do 23 de março e do 20 de janeiro um Gabinete em que domine. No meio dêsse jôgo, o ministro quer mostrar energia e trata a Câmara com desprezo, aos deputados como cães: Tôrres ameaçou a Câmara com dissolução, e Honório tomou a palmatória e vai dando bolos! Ora a Câmara tem fome de *arranjar-se* e como há quatro meses não tem havido nem uma transaçãozinha senão em obséquio a Gonçalves Martins, dá 46 votos de maioria a tôda lembrança que parecer acinte ao Ministério. O Tôrres e o Paulino e o Viana ouviram-me ultimamente a minha opinião e eu lhes dei a seguinte: o Ministério deve completar-se, tomando para a pasta da Justiça um dos três sujeitos seguintes — Paulino, Eusébio ou Vasconcelos, então fazer decidir os deputados, transigindo com uns, empurrando a outros para a opposição. O Paulino e o Vasconcelos só com seu nome o conseguiriam, e êsse Ministério teria 60 votos de maioria e uns 20 de opposição decidida, os mais de encolha. Procurei mostrar-lhes essa necessidade a ponto de a tornar *papável*: fui porém contestado pelo Eusébio que igualmente estava presente, e que achou que devia dar-se a pasta do Império ao Vasconcelos, a da Justiça ao *Alves Branco!!* a da Guerra a Sebastião, assim desfazer os três grupos, e com uma maioria de 10 a 20 votos marchar por diante. Opus-me eu a essa composição, negando os 20 votos que se dizia poder ela reunir, e por muitas outras razões, e nada

houve de definitivo. Não te admiras de eu insistir pela entrada de Vasconcelos? Pois olha; suponho que é o meu golpe de mestre: mostro-me generoso e magnânimo, e até prometi que não faria opposição na imprensa e na Câmara a uma combinação enquanto êle entrasse com gente nossa. Tudo isso há de dar de si; as coisas não podem ficar na posição em que estão. Agora vamos a negócios — o Barão de Bonfim disse-me que te havia mandado o que te pertence, falta-me só aviar-te a encomenda da louça, e dos livros e do rapé que agora pedes. A tua louça teu pai se encarregou de arranjar-te. Tens ainda algum dinheiro no meu poder, e se êle não der para tudo tens crédito aberto. Saberás que o Salvador tem querido bolir com o teu irmão; eu já falei ao Paulino e ao Eusébio para desmancharem a intriga. O negócio de teu pai padece com o estado da *política*, pois não temos ministro da Justiça, e adeus que esta está extensa.”

Continua a política a absorver as atenções. A entrada de Paulino para o Ministério não lhe alterou a feição. Singular a preocupação do Gabinete: a divisão das províncias do Sul. As mais visadas: São Paulo e Minas, onde surgira a revolta. A 19 de junho relata Justiniano: “Eu demoro a responder às tuas, e quando te escrevo acontece-me nem sempre me lembrar do que te tinha que responder, eis o motivo de suspeitares perda de cartas tuas; desculpa-me e decerto desculpar-me-ás se te lembrares que tenho obrigação de ser cotidianamente maçado desde as 10 horas até às 3 da tarde, e que depois, quando venho para casa moído é que tenho que dar vazão aos trabalhos do jornalismo, e aos deveres da amizade, e aos negócios hoje complicados de minha vida que não posso desembaraçar e que carrego com o pêso de duas asneiras que fiz, a de comprar terras e a de comprar dois escravos.

Quero dar-te conta dos teus negócios: Vieira e José Bento têm estado comigo. Vieira está Juiz de Direito de Jequitinhonha, a pedido do Barbosa havia eu intervindo para com o Paulino a favor dêle, e depois, quando o conheci, por amizade que lhe tive: enfim está servido. Ele e o Azedias levarão o resto de tuas encomendas. Teu irmão já te comprou as botas pelas quais dei 17\$000. Política. Sem dúvida estou aborrecidíssimo e desanimado; o pior é que tenho muitos companheiros; o espetáculo visto de perto dos augustos que legislam, dos excelentíssimos que governam é o que há de mais próprio para matar tôda a confiança. Tu zombas com o que te disse de Pernambuco — olha as notícias que de lá vêm, olha o discurso das localidades do Peixoto de Brito e o de Urbano — Pernambuco quer sua independência, o Cavalcantista trabalha para isso há muito tempo, e agora o Chimango entra na dança. Entretanto não me assustam êsses anelos: o que perde o Império com a separação do Norte se houver juízo? O Norte é um esqueleto. Com que temos o Paulino Ministro de Estrangeiros! Já te expus qual a dificuldade que trouxe êsse resultado: o *Imperador* acha o Paulino fraco e hesitador e o Honório sem jeito para lidar com diplomatas: depois de levar quase um mês a turrar com os seus ministros cederam êstes, cedeu o Paulino... vamos bem e õtiramente. A entrada do Paulino não causou abalo, tudo continua como dantes, e a opinião exige de nós a lei da guarda nacional, o Paulino a tem pronta, e êste inqualificável Ministério a não apresenta. Sabes com que êle se ocupa? com a divisão das províncias do Sul: a de São Paulo está proposta: o Honório reuniu na Secretaria da Justiça os deputados mineiros (eu estive constipado e lá não fui) e propôs-lhes a divisão de Minas em três ou quatro províncias, o Veiga e êle sustentaram

as vantagens da divisão, outros impugnaram-a por má, outros por intempestiva, e própria para mover intrigas eleitorais; o Honório a tudo foi dando resposta, e terminou asseverando que levaria à Câmara proposta para se dividir a província em província da Campanha, composta do sul da província, província de Minas (tua comarca, a de São João, a de Ouro Preto, de Mariana e de Sabará), e enfim província do Jequitinhonha. Sem expenderes essas miudezas examina por lá a opinião, e regula o meu procedimento de modo a evitar comprometimentos. Tu poderás ver que no *Brasil* eu me tenho conservado em posição que me facilita ter qualquer procedimento ulterior. Tenho lido as obras de Caepigue, e como tenho-as tôdas mandar-te-ia de empréstimo, porém desgraçadamente caí em gabá-las ao Paulino e Paulino as leu e passou-as ao Honório, êste ao Tôrres, êste ao Eusébio, êste ao Gonçalves Martins, êste ao Francisco Diogo, êste ao Barbosa. Todos as querem ler! A melhor das obras dêsse homem é a *Revolução de Julho*: Já a lêste? É a história dos cem dias (esta te levará o Azedias, e a outra quando me voltar às mãos ir-te-á). Sabes que êsses livros são raríssimos nos nossos livreiros; a demanda dêles tem sido extraordinária, e como não há à venda, andam os meus de empréstimos: paciência! Mandaste-me uma correspondência que saiu impressa no *Correio de Minas* defendendo-te contra o *Itacolomi*, e pedes-me que escreva a êsse respeito; mas tu pareces-me já não ser jornalista, como queres que responda ao *Itacolomi* se não me mandaste o número dessa fôlha que de ti trata? O *Itacolomi* nunca me vem às mãos: manda-mo, e apesar de ser tarde verás que ainda sei alinhavar meia dúzia de palavras, especialmente em abono dos amigos. Esta já vai extensa, entretanto ainda tenho que te falar sôbre o *Brasil*. Sei que se valho alguma coisa é por

amor dêsse periódico, mas também sei que no estado do meu espírito é melhor cessar de escrever do que matar-me, ganhar inimigos, sem ao menos em compensação ganhar amigos. Não sei porém ainda o que faça, especialmente quando me vejo com cinco filhos e uma despesa a que por mais que faça orça por 400\$000 por mês, desejo meter-me a negociante e, então, como, com a cabeça aos cálculos de juros e amortizações, poderei ser homem político? O Paulino e o Tórres instam para que eu continue: e sabes que custa-me a não ceder a amigos, quando especialmente ao Paulino tanto devo. Mas enfim, até o fim do mês irei nessa incerteza: no fim do mês veremos se o *Brasil* durará só três anos, se mais tempo."

A 16 de julho mais confidências cheias de negrumes. Aperturas financeiras do *Brasil*, a par de moléstia grave, acentuam seu pessimismo: "Muito trabalho e incômodo grave de saúde me têm impedido de responder-te e de dar conta de tuas encomendas. Quando chegou o José Bento caí de cama, e só pude sair à rua na véspera de sua retirada; de modo que nem o visitei como desejavas; o outro portador que tenho é o Renault que provavelmente levar-te-á esta e uns livros que deves ler e mandar-me para irem outros. Dize-me se já lêste os *Homens de Julho* por Capefigue? O teu chapéu armado tem me pôsto em [*ilegível*], e não sei como o Faria arranjará isto; amanhã o saberei. Dei por ordem tua 50\$000 a teu irmão. O teu chapéu redondo custa 9\$000 e o armado 25\$000 mas êste está ainda em arranjo. Acrescenta a isto as mais que por tua ordem tenho gasto e dize-me como andamos; pois eu tenho a cabeça tão perdida e os meus papéis tão desorientados, que nada posso dizer nem fazer. Falei ao Viana sôbre o teu exercício findo diz êle que remeteu dinheiro para Ouro Prêto e que lá te devem pagar.

Cumpre que requeira à tesouraria, e se ela duvidar, manda-me o despacho que der e veremos o que diz o Viana. Isto por aqui vai indo sem novidade. E o que dizes do vice-reino do Norte? Ainda zombas desta idéia? Olha a opposição ou antes atrapalhação pernambucana a pretexto do Ministério local; o que significa isso senão que essa gente quer dar a lei ou então não recebê-la? Tu nunca me falas em política: porque deves ter muito que dizer-me, e tempo de sobra; não deixes enferrujar tua pena, eia! meu preguiçoso, lembra-te do teu tempo. Quanto ao *Brasil* e ao meu jornalismo: ouve. Acreditarás tu que com 7 contos de receita efetuada e 3 contos de dívida, o *Brasil* tem alcance, de modo que o Brito não queira imprimi-lo sem fiança às custas? É um assombro; mas enfim assim é! Êsses negócios do *Brasil* são mistérios impenetráveis; eu os quis sondar no tempo do Inácio, não foi possível; quero agora, é também impossível! Deus nos dê paciência. Enfim agora estoura a coisa pois desde outubro passado que, como não tenho relações nem dependências com pessoa alguma, não quero perder tempo e cumpro providenciar. Acresce que não acho um colaborador, nem mesmo um redator que me sirva, e cumpro que por fôrça o ache, cumpro que saiba que vantagem lhe posso oferecer, que sacrifícios devo fazer para continuar? São mistérios altos ou antes são problemas que por êsses dias devo resolver. Eu estou pronto a continuar o *Brasil* porque é nosso filho, pois por largar o *Brasil* não cessaria de escrever, tendo a nossa gente necessidade de mim como já mostrou pois já me pede rabiscadelas para outro papelucho que quer montar; ora a vantagem que posso tirar, na minha carreira, de ter a pena na mão, essa não a perderia... E o que é a minha carreira?... Acredita, Firmino, falo-te do fundo da alma; se há diabo no mundo que

viva vida sensaborona é este teu amigo. No meio de um chorrilho de intrigas e de desgostos, só tenho a paz doméstica, minhas flôres, meus pássaros e meus filhos; não vou a parte alguma, sempre que escrever, sempre que ler e escrever por fôrça!! Contam-me os invejosos entre os felizes. Basbaques! A política da terra está mais pequenina, mais insignificante do que nunca vi. Os nossos homens querem ir vivendo, arranjando algum negòciozinho, aplacando algum descontentamentozinho, comprando algum votinho (*ex. gr.* Cansação — Wanderley e Ferraz hoje genro do ministro do Império, e com despacho para juiz do crime da Côrte!). Por outro lado como êsse sistema desgosta alguns que querem pechinchar e para quem êle não chega, aí temos opposição e brado! O Senado morto, a maioria morta, o Ministério morto, a verdadeira opposição morta. o espírito público morto, mortíssimo, eis o que temos. Acreditarás que foi ontem julgado o *Maiorista*, e que hoje a esta hora (dez da noite) não sei o resultado do processo! que estivesse neste instante com o Paulino e que êsse ministro nem sabia que o *Maiorista* tinha sido julgado ontem! O processo dos senadores foi remetido para as calendas gregas; o Lopes Gama, o Olinda e a sua maromba não o quiseram concluir; esperam sem dúvida pela morte do Feijó para darem aos mais uma sentença de absolvição menos escandalosa, e que os deixem ir marombando: dizem todos que Feijó morre mais dia menos dia, sem lembrarem que os paralíticos fazem uma transação com a morte, e abandonam-lhe parte do corpo, contanto que lhes deixe ela por longos anos um cantinho em que se acante sua alma. No meio de tôdas essas pequices, para reerguer o brio brasileiro temos felizmente a brilhante campanha de inverno do Caxias ou antes de B. Manuel. Os rebeldes levam enfim pancada velha, e talvez não longe esteja o dia em que

tenhamos de guarnecer a fronteira do Sul unicamente por amor dos nossos bons vizinhos de Montevidéu. Maria José se te recomenda e te agradece as tuas lembranças, assim as caturras que vão indo sem novidades. E os meus jaús, marrecos, perdizes, siriemas... vivo tudo, morto não manda.”

* * *

Enfraqueciam-se os conservadores nas questiúnculas entre si. Escorregava-se-lhes das mãos o poder. Firmino, em Barbacena, promovia o julgamento dos rebeldes. A natureza política do crime trazia os ânimos exacerbados. De ambos os lados se cometiam excessos. O Governo praticara a princípio violências. As vítimas lançavam mão da arma a seu alcance: a injúria.

Marcelino José Ferreira Armonde, de Barbacena, fôra denunciado. Honório intercedera por êle. A Bernardo de Vasconcelos, interessado no seu destino, dissera o magistrado em setembro de 1842 “não existir prova legal” contra êle. Por êsse motivo não o pronunciou.

Necessitando Firmino de um moleque para seu serviço, incumbira Francisco de Paula Lima de arranjá-lo. Paula Lima o adquire a Armonde por 600\$000, sendo pago por Firmino. Foi o bastante. Gritaram que o juiz vendera-se a Armonde e que o escravo fôra o preço da sentença absolutória. O cônego Marinho, entretanto, considerava injustificado o processo. Disse êle: “O coronel Marcelino Armonde que recusara acompanhar a força saída de Barbacena, e que somente por êste fato mostrava recuar da revolução, êsse homem constantemente pacífico, cuja fortuna e procedimento

é uma garantia para a ordem pública, foi processado e chamado a juízo." 122

No decurso de sua vida pública Firmino teria, quando no ardor das lutas, de enfrentar a calúnia. O grave incidente surgido, anos depois, com Manuel de Melo Franco, na Câmara dos Deputados, traria à baila a mesma questão. Discutia-se na sessão de 15 de maio de 1851 o projeto autorizando o Governo a fixar o número de eleitores que devia ter cada colégio eleitoral. Matéria em si explosiva, principalmente para os mineiros. Melo Franco, na tribuna, cai de rijo sobre o Presidente de Minas, José Ricardo de Sá Rêgo, amigo e colega de Academia de Firmino, e diz que êle, sob a pressão do Partido Conservador, praticara desatinos "e por tal forma que deixou seus antecessores muito aquém de seus atos".

"O SR. PRESIDENTE: A administração de Minas não está em discussão.

(Cruzam-se diversos apartes.)

O SR. MELO FRANCO *(depois de pequena pausa)*: Eu esperava barulho maior.

O SR. PRESIDENTE: Atenção!

O SR. MELO FRANCO: Declaro aos honrados membros que hão de me achar pronto para discutir essa administração, fato por fato, e então se convencerão...

O Sr. Firmino: Isso não é possível...

O SR. MELO FRANCO: Convencerei ao país, que é para quem falo *(Apoiados da oposição)* de que o atual Governador de Minas não é digno do lugar que ocupa *(Não apoiados da deputação de Minas)*.

122. CÔNDEGO JOSÉ ANTÔNIO MARINHO, *ob. cit.*, pág. 60.

O Sr. Firmino: Tão digno como o mais digno.

O Sr. Paula Fonseca (com fôrça): O nobre deputado está fora da ordem...

O SR. PRESIDENTE: Peço ao nobre deputado que se cinja à questão. Aproxima-se a discussão da resposta à Fala do Trono, haverá então ocasião oportuna para essas discussões...

O SR. MELO FRANCO: V. Ex.^a viu que, apenas eu disse uma palavra acêrca da minha província, os honrados membros fizeram tal barulho que...

O Sr. Firmino: É o que acontece quando se falta à verdade...

(Cruzam-se vários apartes.)

O SR. PRESIDENTE: Ordem! Atenção!

O Sr. Ângelo Ramos: Isso não é parlamentar; repila semelhante proposição...

O SR. MELO FRANCO: Faltar à verdade!... não digo que repilo isto, porque, quem foi que disse que eu falto à verdade!...

O Sr. Firmino (erguendo-se): Eu. O nobre deputado não é capaz de provar o que avançou a respeito do presidente de Minas...

O SR. PRESIDENTE: Ordem!

O Sr. Ângelo Ramos: O nobre deputado usou de uma expressão antiparlamentar (com fôrça): O Sr. Presidente deve garantir a opposição para que não seja assim tratada...

(Cruzam-se vários apartes.)

O SR. MELO FRANCO (com voz pausada): Não respondo a êsse aparte, porque não quero azedar a

discussão; pelo contrário, opositor como sou, quero dar um exemplo de moderação (*Apoiados da minoria*). Assevero ao Sr. Deputado que me deu êsse aparte tão... extraordinário, que hei de aproveitar-me de uma ocasião para convencê-lo do que há pouco disse...

O Sr. Firmino: Há de ser difícil...

O SR. MELO FRANCO: Se não convencer ao Sr. deputado, político como é, e chefe de um partido...

O Sr. Firmino: Não sou...

O SR. MELO FRANCO: ... hei de convencer aos homens sensatos e imparciais.

O Sr. Aprígio: Como aconteceu a respeito do Sr. Sousa Ramos..." 123

O episódio levou os dois deputados à tribuna nas sessões seguintes de 16 e 17 de maio, sempre em tom áspero. Irredutíveis, partidários apaixonados, dos choques entre ambos saíam fagulhas. A disputa atingiria o vértice quando, em Ouro Preto, o *Conciliador*, jornal dos conservadores, publica artigo ofensivo ao deputado liberal. Melo Franco o atribui a Firmino. Pelo *Itamontano*, órgão dos liberais, extravasa-se em fúria. Entre os maiores insultos a Firmino designa-lhe a linguagem de "fraseologia de lupanar, digna de ex-redator do *Caboclo*"; denomina-o "assalariado para atirar lama e calúnia a tôdas as reputações"; declara-o covarde por não se ter proclamado "autor do folheto intitulado *Facção Aulica*", e, injúria suprema, chama-o de "juiz prevaricador".

Juiz prevaricador... A reedição da velha história do escravo comprado a Marcelino Armonde. Firmino cita logo Melo Franco em juízo por crime de injúria.

123. *Jornal do Comércio*, de 17 de maio de 1851.

O juiz o pronunciou. Dada sua qualidade de deputado, o processo remetido foi à Câmara para a licença. Nas sessões de 23, 25 e 26 de maio de 1852, brindaram-se os dois com as costumeiras amabilidades recíprocas. Melo Franco pede que o processo seja enviado a uma comissão, porque assim...

“O SR. MELO FRANCO: ... evitar-se-ia talvez que entrássemos em uma discussão interminável, e que desejo ver quanto antes terminada, porque confesso a V. Ex.^a que êste processo tem-me tirado o sono, ando doente, estou magro...

O Sr. D. José: Não está tal.

O SR. MELO FRANCO: Não posso dormir, e não devo continuar assim...

O Sr. Firmino: É sinal que tem consciência.”¹²⁴

Temeridade de Firmino. O deputado luzia era violento e perigoso. Disso já dera mostra quando, durante a revolta de 1842, abatera a tiros, numa estrada perto de Queluz, um homem de sua escolta pessoal.

124. *Jornal do Comércio*, de 24 de junho de 1851.

CAPÍTULO VI

"E as chamas em pirâmides se ergulam
Dentre as fendas dos toros incendiados."

O PUBLICADOR MINEIRO. Caem os conservadores e vão à forra os liberais. Obsessão política em Minas Gerais. Firmino na Assembléia Provincial. Eleições sangrentas. Perseguição aos réus da lealdade. Remoção para comarca inhospita.

Por haver cessado de escrever na *Ordem*, que por ser publicada em São João del-Rei não alcançava grande penetração, Firmino não largou a pena. Em princípios de 1844 aparece em Ouro Prêto o *Publicador Mineiro*. Trazia por epígrafe frase de Capefigue, o autor tão gabado de Justiniano: "A escola da autoridade é a única legítima; porque é a única realizável; um govêrno filho da revolta não pode marchar um só dia em virtude de seu princípio, e expira, se o não combate." "Seu objetivo era" — dizia o *Brasil* noticiando-lhe o aparecimento — "centralizar e dar direção ao nosso partido, e rebater a audácia dos rebeldes."¹²⁵ Cabia-lhe enfrentar o *Itacolomi*.

125. O *Brasil*, de 11 de janeiro de 1844.

Os júris absolviam os implicados na revolta. Explicando as decisões, escrevia o *Publicador* "que a indulgência e caráter nobre e cavalheiresco dos mineiros prestam facilmente proteção aos inimigos". E advertia: "Mas também é de ponderar que o excesso de magnanimidade pode comprometer os interesses sociais; punir é sempre difícil, custa sempre à autoridade, nem por gôsto ou prazer ela o faz, senão no grande interesse do bem de todos." ¹²⁶

Sôbre Teófilo Ottoni emite conceito não distanciado da verdade: "Não julgamos o Sr. Ottoni uma nulidade; pelo contrário, adquiriu celebridade tão sólida, e bem merecida, como a dêsse Eróstrato, que queimou o templo de Éfeso, só para perpetuar seu nome." Sintetizando: "Não vemos nêle senão uma cabeça vulcânica, só própria para forjar rebeliões. É homem perigoso na quadra em que vivemos, por sermos uma Nação nova, que lutamos com as facções, que ávidas de conquista reconhecem por chefe o mais atrevido." ¹²⁷

"As facções..." Contra elas Firmino combaterá sem tréguas, nos jornais, em planfleto, na tribuna, convencido de que, se o entreechoque entre os partidos é condição normal do regime, a existência das facções constitui ameaça à sua sobrevivência. Da crença nesse princípio decorria o antagonismo com Ottoni, "a cabeça vulcânica". O grande rebelde, que não hesitava em recorrer às armas para sustentar as convicções, estará sempre em campo oposto ao de Firmino, pregoeiro da ordem e da legalidade, desde a infância, dirá êle mais tarde. Daí os atritos violentíssimos, nunca amainados, entre ambos.

126. O *Brasil*, de 11 de janeiro de 1844.

127. O *Publicador Mineiro*, de 7 de fevereiro de 1844.

Não demoraria muito, e o espírito de faccionismo explodiria com fúria. Os rebeldes iam tirar da mochila o decreto de anistia, e, assumindo o poder, se desferrariam dos vencedores da véspera.

* * *

“Um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da Nação, ainda que êsse menino seja Imperador” — teria Honório retrucado a D. Pedro II, quando êste, pela segunda vez, declarara ter de refletir sôbre o decreto de demissão de Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho do lugar de inspetor da Alfândega. Saturnino publicara folheto onde censurava o Govêrno a propósito das negociações com o plenipotenciário inglês Ellis. A recusa — diziam — significaria represália à atitude de Honório Hermeto não acedendo à vontade do monarca de anistiar os revoltosos de São Paulo e Minas. Assim caiu o Ministério. Ainda dessa vez a causa aparente era o irmão de Aureliano.

O Gabinete de 2 de fevereiro de 1844, organizado por Almeida Tôrres, futuro Visconde de Macaé, “passou a encarnar a reação contra os saquaremas, sentindo-se a influência de Aureliano e do elemento áulico”.¹²⁸

Paulino previra o rumo das coisas. No dia 6 de fevereiro dizia a Firmino: “Retirou-se o Ministério de 20 de janeiro e por causa do Saturnino, como V. S.^a verá dos jornais, nos quais também encontrará os nomes dos novos ministros. Receio muito que êste acontecimento produza gravíssimos males, muito particularmente

128. OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, pág. 244.

atenta a fraqueza, pusilanimidade e egoísmo de muita gente do nosso lado, que não querem ter incômodo, e pretendem que o Governo e só o Governo faça tudo. O novo Ministério apesar de ter gente, pelo menos, muito equívoca, parece querer apoiar-se no nosso lado, contudo será bom esperar os fatos porque, ao menos eu, já não creio em palavras." Não havia dúvida nenhuma sôbre a reação do novo Governo. Em 21 de março Justiniano dá notícias das ameaças a ambos e das desforras em perspectiva contra os amigos da situação deposta: "Bem que ocupado pela Assembléa Provincial em que tomei assento por estarmos ameaçados de questões políticas, hoje ao receber a tua fui logo cuidar da carta do nosso colega Joaquim Caetano da Silva Guimarães e é provável que pelo correio que vem ta remeta. Estamos em plena reação, dos quatro ministros, dois se anularam: Almeida Tôrres e Ferreira França. Coelho¹²⁹ uniu-se a Alves Branco, ambos cercaram-se de nossos heróis, e as reações começaram, não só pela anistia, senão por um sem-número de remoções de juizes de direito e municipais que por aqui se espalham. Tu bem vês que por força deves estar ameaçado, e consta-me que teu irmão já está demitido, com efeito já está demitido, e o mais triste é que apesar de eu o prevenir que andasse direito para não sofrer, pois eu e os teus amigos que o poderíamos apadrinhar estávamos sem influência, o pobre Fernando deu bom pretexto ao Coelho para vingar-se nêle do antigo redator do *Brasil*, hoje colaborador do *Publicador*. O mais completarás com a leitura do *Brasil*. Ninguém entende êsse Ministério, nem adivinha o que êle pretende: foge de explicar-se com a gente grada, maltrata e irrita a todos os deputados, tem o seu círculo reduzido

129. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO.

aos Sales e aos Araújo, mesmo aos que se mostram mais propensos a apoiá-los se essa gente tivesse plano, persuadir-me-ia que, resolvidos a dissolver a Câmara, não querem compromissos: tôdas as loucuras são possíveis, e por isso também essa. Mas dissolver a Câmara por quê? quem querem êsses senhores para deputados? Pobre Brasil! Perco-me em tudo isso; mas enfim veremos. O Eusébio, o Paulino e o Pedro Chaves estão trabalhando para organizar o nosso desconchavado, porém sempre forte, partido, e estou que, apesar das cancaborradadas do Honório que fêz agora em fevereiro, loucura igual a que fêz em julho de 1840, ainda não estamos perdidos. Do que assentarmos, do que formos fazendo, ir-te-ei inteirando: quando te não escrever, é que realmente nada há que dizer. Esqueci-me: esta gente tem-me rodeado de seduções de tôda a casta, para que eu me anule, ou os sustente! Como porém nada conseguiram reservam a ameaça, e falam em revogar por um decreto a criação da minha cadeira e a minha nomeação de professor. Eu que a princípio com as ofertas me indignara, com as ameaças desatei a rir... Veremos."

Firmino esperava, tranqüilo, a borrasca. Em junho o *Brasil* noticiava: "Consta-nos que está enfim decretada a remoção, de que aqui tanto se falou em março, e que parecia estar desde então assentada, do Sr. Dr. Firmino Rodrigues Silva, da comarca do Paraiibuna para a de Itapemirim." Refere-se aos serviços por êle prestados, à sua atuação serena de magistrado no julgamento dos rebeldes. Acentua a nenhuma justificação do castigo da remoção. Assinala o jornal: "Como magistrado, o Dr. Firmino nunca praticou um ato filho do espírito de partido; como membro da Assembléia Provincial mineira, não fêz um dêsses discursos

que o Govêrno considera como manifestações de hostilidade: qual pois o motivo da remoção? Ah! sim, o Dr. Firmino foi para a sua comarca em ocasião em que estava ela no poder dos rebeldes, teve de juntar-se a uma das colunas de operações, teve de partilhar todos os incômodos dos nossos bravos, e, quando achou-se em Barbacena, tudo empregou para restaurar a ordem, a regularidade do serviço, para serenar os espíritos... São crimes imperdoáveis: vá para Itapemirim!"¹³⁰

Segundo Paulino, a remoção não seria para Itapemirim. Mais longe, para Goiás. Disso lhe fala em carta de 26 de março: "Tive o prazer de receber a sua estimadíssima de 19 de fevereiro passado, à qual não me foi possível responder logo. Desejava mesmo fazê-lo depois do dia 14, no qual se esperava que o Ministério se declarasse, pela concessão ou não concessão da esperada anistia. Declarou-se com efeito pela sua concessão, e isso é o menos, pois tem-se completamente entregue às influências rebeldes. Joaquim Breves está fazendo tudo quanto quer na província do Rio de Janeiro; inculca-se o Getúlio para Presidente de Minas, pôsto que me dizem que sendo apresentado não foi aceito. Novas remoções de juizes de direito têm tido lugar, e apregoam-me que V. S.^a foi removido para Goiás, sendo substituído aí pelo Costa Pinto. Seu mano foi demitido do lugar de pedagogo do Arsenal. O Rocha foi ameaçado de se lhe tirar o lugar de Lente, e com efeito dizem que vai se fazer uma nova reforma para se extinguir a sua cadeira. Esperam-se muitas demissões e mudanças, e os Santos Luzias ameaçam-nos com a dissolução da Câmara, a fim de comporem outra a seu jeito." Ó estado de ânimo do antigo ministro não se alquebra contudo com as reações do Govêrno:

130. O Brasil, de 16 de junho de 1844.

“Quando me retirei do Ministério estava eu tão enjoado da política, que havia feito tenção de me retirar o mais possível dela, e até mesmo de apoiar a nova administração se ela não se lançasse *inteiramente* nos braços dos Santas Luzias. Agora, porém, meu amigo, é preciso pugnar *pro aris et focis*, porque pelo jeito que vão tomando as coisas, parece que o atual Ministério daqui a pouco tempo nada ficará a dever ao de 23 de julho. Agora já não pode êle voltar atrás e bom ou mau grado seu há de ir para adiante e enterrar-se cada vez mais. Diga-me o que pretende fazer, e verificada oficialmente a sua remoção, arranje-se de modo que não venha a sair da carreira da magistratura.” Faz-lhe apêlo para se interessar pela eleição senatorial: “Peço-lhe que faça tudo quanto puder para que na próxima eleição de senador triunfe a chapa seguinte: Bernardo Jacinto da Veiga, Bernardo Belisário Soares de Sousa, e Francisco José de Sousa Soares de Andréia. É preciso que não haja a menor divergência, aliás entrará o Ernesto Ferreira França, candidato do Governo e do Barão de Bonfim, que está muito ministerial, porque os Ministérios de 23 de março e de 20 de janeiro não lhe deram o título de grandeza. O Ernesto não tem ainda 40 anos, mas está demorada a eleição até que êle os complete, o que terá lugar em maio ou junho. Não abandone aí a imprensa de modo algum.” Termina: “Peço-lhe muito que me dê circunstanciadas notícias do estado das coisas e dos ânimos aí. Ontem encontrei no Rossio cara a cara com o Sr. Tobias.¹³¹ Não se descuide da eleição de senador. É preciso vencê-la.”

Não era só o legatário de D. Pedro I nos amôres da Marquesa de Santos, ocupante da presidência da

131. BRIGADEIRO RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR.

província de São Paulo na revolta de 1842, a exhibir-se. Ovantes, os luzias entoavam os hinos do triunfo por todos os cantos. O padre Marinho mandara anunciar a publicação da narrativa dos sucessos da revolução. "Novidade importantíssima!" — exclamava o *Brasil*. E ironizando: "César escreveu os seus comentários; Alexandre lastimava não ter um Homero que lhe desse a glória de Aquiles. O Sr. Padre Marinho toma o exemplo de César, e quer evitar as mágoas de Alexandre: vai êle próprio contar as suas proezas." 132

As coisas iam voltar aos belos tempos do cacetismo. É Justiniano quem o diz em carta sem data, provavelmente de abril: "Tu me escreves de ordinário quatro linhas para ralhares comigo porque te deixo sem notícias, e nisso paras. Eu mais vêzes do que tu te escrevo estiradas cartas, quando há que dizer-te ou quando tenho tempo: deves completar as minhas com os meus artigos no *Brasil*. Obrigado te fico pela notícia que me dás da aceitação da minha fôlha, e quanto ao que dizes do Chico Diogo podes asseverar-lhe que estou de acôrdo como sempre a não abandonar o partido pelas amizades e pela gratidão que devo ao barão, e tanto que já estou de pazes feitas com o seu mano e meu compadre. Agora política. O Ministério está decididamente nos braços dos rebeldes, e apoiando-se no Paço. O seu candidato a senatoria por essa província é o velho estúpido do *Intanha* [sic], primeiro servo do Paulo Barbosa. Presidente do Rio de Janeiro está o [ilegível]. Fala-se em dissolução da Câmara, e parece-me será ela inevitável porque estamos decididos a romper violenta opposição no voto de graças e contamos com a maioria. Tudo aqui é atividade e

132. O *Brasil*, de 4 de fevereiro de 1844.

vida... infelizmente nada se assenta de fixo, mas sempre parece que havemos de voltar aos belos dias do cacetismo. Antônio Carlos não quis ser Conselheiro de Estado, disse que tendo recebido duas ofensas diretas do Imperador (a não escolha para senador, e a demissão de camarista) não quer mais encontrar-se com êle. Holanda não quis ser Ministro da Marinha! O Ministério não procura apoios na Câmara, entretanto aqui se vai formando uma coisa chamada liga do Norte — para sustentá-lo impondo-lhe condições. A frente dessa liga estão Cansação, Franco de Sá, Sousa Franco, etc. As condições que êles impõem ao Ministério é a mudança dos presidentes de suas províncias e certos arranjos eleitorais; quase porém que tenho certeza que a liga se desmanchará por si mesma, e se não se desmanchar, nada poderá fazer, nunca recrutará mais de 20 membros. Tu estavas removido; mas teus amigos tanto fizeram que desviaram o raio por algum tempo. Prepara-te no entanto; em um tempo de reação é preciso tudo esperar. A carta do teu amigo juiz municipal está pronta; falta somente registrá-la e como estamos em férias, cumpre esperar. Agora negócios meus. O Ministério me ameaça e me afoga. Se eu quiser calar-me tenho minha fortuna feita; dinheiro, honras me não faltarão; mas faltar-me-á a honra; se eu continuar a escrever serei perseguido por todos os modos; sabes que não hesito. Para agente dessas transações foi o Ministério buscar um homem a quem devo finezas, e que as loucuras de alguns nossos amigos políticos precipitaram para fora do nosso partido, e fizeram cego ministerial. Como eu não quero romper com êle, nem mostrar-me mal-agradecido, tenho me visto em apuros, pois se repilo, desdenhoso, transações, não sei do mesmo modo repelir instâncias de amigos ainda quando inconsideradas. O coitado do teu irmão

que está demitido e perseguido de calúnias é visto em tristes circunstâncias, parece-me porém que agora o João Pedro o há de arranjar. Adeus, Firmino, o ano de 1844 é bissexto: teremos eleições, talvez duas consecutivas que dêem Câmara para seis anos. Agüenta-te por lá e agüenta-nos."

O amigo de quem fala Justiniano, intermediário do Govêrno na tentativa de obter-lhe o silêncio, era o Barão do Bonfim, a quem êle devia a eleição de deputado por Minas. O barão, como dissera Paulino, abandonara os conservadores, atirando-se aos braços dos liberais porque aquêles não lhe haviam dado o título de grandeza, que cobiçava. Sua fortuna lhe traria afinal a satisfação de tôdas as vaidades nobiliárquicas. Morreria marquês, e com grandeza...

* * *

Agora no poder, os luzias dedicavam-se a desmontar a máquina conservadora. As tradições da nossa política... Os liberais, como os conservadores, aquêles mais do que êstes, sempre se assinalaram, quando no Govêrno, pelas derrubadas dos adversários vencidos. Nesse ano de 1844 repetia-se o ritual consagrado.

Alves Branco expediria a célebre circular chamada "*dos direitos próprios*, impondo a adesão dos funcionários públicos como causa de sua conservação no emprego".¹³³ Em 1850, já no Govêrno os conservadores, pagariam por sua vez os liberais. José Bento Costa de Azedias, de Barbacena, escreveria, então, a Firmino: "O nosso Presidente Dr. Alexandre¹³⁴ todo enérgico já principiou a desmoronar os empregados que exer-

133. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol 1º, pág. 62.

134. ALEXANDRE JOAQUIM DE SEQUEIRA.

ciam a fazer opposição, entre êstes o comandante superior e promotor público e para substituir êste por enquanto até que haja um doutor, foi nomeado José Coelho dos Santos Mourão; é nosso, firme e bem sisudo, mas falta-lhe a prática, por isso não lhe fique em esquecimento se souber dalgum doutor saquarema arranjá-lo e influí-lo para que possa ser promotor desta comarca, pois V. S.^a sabe como precisamos que nos ajude. Fala-se em criar vila no Juiz de Fora, e eu acho bem conveniente a ver se isso aqui serena êsse orgulho de quem julga poder sempre contar com eleições a seu bel-prazer.”

Mentalidade comum aos dois partidos, perfilhada pelo eleitorado liberal ou conservador, que, como observou o Visconde de Taunay, “levava logo a mal que um e outro condescendessem no terreno político e administrativo em relação ao adversário”.¹³⁵ Imperava a lei da irredutibilidade partidária.

Anos depois, o Conselheiro Domingos de Andrade Figueira, de quem o irreverente Timon ressaltava a “severidade de seu elevado caráter”,¹³⁶ então na presidência da província de Minas, não hesitaria em dizer a Firmino em carta de 7 de janeiro de 1869: “Não compreendo a política geográfica que tanto combatem os da opposição e por isso deliberei-me a apelar os liberais de Barbacena, que são tão bons como os do resto da província e tão intolerantes que em pleno Parlamento trataram de criminosos a todos os conservadores da província. Repugna-me profundamente deixar posições officiais, que são armas, em poder de adversários para voltá-las contra mim. É um gênero de inépcia a que

135. VISCONDE DE TAUNAY, *Homens e Coisas do Império*, pág. 23.

136. EUNÁPIO DEIRÓ [TIMON], *ob. cit.*, Introdução, pág. III.

não posso condenar-me.” Tinha a sua lógica o jurista. Descrevendo um quadro de todos os tempos no país, acrescentava: “Dejejo ardentemente que se conclua esta campanha para retirar-me a meus lares. Além de meu trabalho diário de 10, 12 e às vezes 14 horas, trabalho para o qual não encontro auxiliares, sustento uma luta desesperada contra o encarniçamento do partido, mal disciplinado, ávido de posições, sedento de vinganças. Rara é a pretensão que não suscita choques de interesses. Em todo o Império não se trata, não se fala senão de política, em Minas fala-se e vive-se da política.” Em política ainda hoje se conjuga, em Minas, o verbo grifado pelo conselheiro...

A obsessão política dos mineiros impressionava até os estrangeiros. Burmeister, que em Ouro Preto passou apenas três dias em 1850, registrou que “política era assunto de interesse geral em Ouro Preto”. Com precisão germânica esclarecia existir ali quatro jornais políticos, dois a favor do Governo e dois oposicionistas, sendo que, destes, o *Itamontano* tinha côr francamente republicana. “O Governo não dispõe de outro meio” — acrescenta — “para combater tais tendências, enquanto elas se manifestam apenas no terreno da luta de princípios através de jornais, a não ser o de igualmente orientar a opinião pública por meio de seus órgãos de imprensa, influenciando, por sua vez, os leitores.” 137

Para facilitar a obra da derrubada o Gabinete dissolveu a Câmara em 24 de maio de 1844 e convocou a Assembléa Geral para 1.º de janeiro de 1845. Queriam os liberais, como dissera Paulino, compor uma Câmara a seu feitio. “As eleições se processaram com as fraudes, violências e opressões, em que se especiali-

137. HERMAN BURMEISTER, *Viagem ao Brasil*, págs. 203 e 204

zaram em 1840; e a grande arma foi a famigerada lei de 3 de dezembro, a mesma que os fizera pegar em armas em 1842.”¹³⁸ O Governo formado sob o signo da concórdia, e que na exposição de motivos do ato concessivo da anistia aos sediciosos da revolução liberal declarava a necessidade de se restabelecer a “pacificação moral. . . . que ligue em um só vínculo. . . . todos os membros da família brasileira” — passou a perseguir os conservadores na oposição.

Firmino se encontrava em Ouro Preto no desempenho do mandato de Deputado provincial. Ante a fúria da procela que varria dos cargos todos os conservadores de importância, quer abandonar a carreira de magistrado. Quer seguir para a Côrte, e mergulhar de peito descoberto na luta. Paulino, o dissuade: “Julgo conveniente que V. S.^a aí se deixe ficar em Minas, até que as circunstâncias mudem” — escreve-lhe em 3 de março. Prossegue: “A sua falta aí seria muito mais sensível principalmente para a imprensa, do que aqui. Suponho pois que são seus alguns excelentes artigos que têm aparecido no *Publicador*.” Aconselhava por fim: “Para facilitar a carreira da magistratura, que a meu ver não deve de modo algum abandonar, seria conveniente que V. S.^a desse parte de doente, oficiando ao ministro dizendo que não pode partir para a sua nova comarca, porque o seu estado de saúde lhe não permite empreender essa viagem, o que fará logo que lhe seja possível.” Conselho de antigo Ministro da Justiça. . .

O desabar das perseguições sôbre os vencidos não lhe metia medo. Na imprensa profligava as violências. Saíam diàriamente no *Publicador* listas de juizes removidos e de funcionários demitidos. Pondo ferro em

138. OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 245.

brasa na ferida: “Os homens que, em Barbacena, e Sorocaba empunharam as armas apelando para o juízo de Deus, os homens, que desesperados do triunfo pelas vias constitucionais derramaram a jôrro o sangue brasileiro; e aí deixaram a miséria, e em ruína tantas famílias inocentes, os homens do archote e do punhal estão anistiados!! Sim não são ainda completos dois anos, e já seu crime se converteu em virtude embora se ouçam ainda os gemidos da viuvez e orfandade, embora o horizonte esteja ainda hoje negro do fumo do bacamarte, que estrepitosamente soou em Santa Luzia e Venda Grande!! O Ministério de 2 de fevereiro proclamando uma conciliação impossível de realizar-se fêz baixar o decreto de 14 de março, e declarando guerra aberta aos homens do numeroso partido da ordem caminha desassombrado na carreira das reações, e das vinganças contra aquêles que o país contempla como seus defensores..... Estamos em opposição.”¹³⁹ Desvenda as brutalidades do poder nas eleições de setembro.

Antes da realização do pleito o sangue já havia corrido. No dia 4 de agosto, em Baependi, junto à porta da Igreja houvera tiroteio. A junta de qualificação dos votantes, tendo concluído seus trabalhos, afixou a lista no lugar do estilo. O novo delegado mandou arrancá-la, ordenando ao escrivão de paz que o fizesse. Houve opposição da parte de um grupo de pessoas. O delegado deu ordem ao destacamento para atirar, de que resultaram feridos e um morto. Mau princípio para o prélio eleitoral. O Bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, compungido com a tragédia, em carta pastoral clamava: “O ódio que domina mutuamente em metade de nossos irmãos contra outra metade, êste ódio é que vos faz romper nesses excessos.”

139. O *Publicador Mineiro*, de 2 de abril de 1844.

Declara que profanaram com sangue a Casa do Senhor, verbera a paixão partidária: "Eis aí as funestas e escandalosas conseqüências de partidos exaltados. Prepondera na mente de cada um o seu parecer: só êle é reto e justo." ¹⁴⁰ Que importava o sangue derramado! Cumpria intimidar o adversário para assegurar-se da vitória nas urnas.

Incidentes à porta das igrejas, e às vêzes dentro do recinto sagrado, não eram raros. Os missionários metodistas americanos Kidder e Fletcher, que registraram episódios de nossa vida daqueles tempos, contam que os ódios partidários sobrepujavam tôda veneração religiosa. E referem os "bíblias": "Em certas ocasiões, em algumas províncias, os eleitores desesperados agarraram os castiçais das velas e as delicadas imagens dos altares, para convencerem à fôrça a cabeça de seus adversários." ¹⁴¹

Não usaria sòmente da imprensa para o grito de alerta. Na Assembléia Provincial ocupa a tribuna para verberar as tropelias. É veemente: "Antevendo as vantagens que podia tirar da cobiça desmarcada dos homens de junho" — diz —, "o Govêrno deu-se com êles maravilhosamente. Não tendo subido ao poder pelos esforços de um partido, não tinha êle obrigação de repartir empregos por êstes ou por aquêles de seus afilhados: adotou pois como seus filhos quantos se lhe meteram por baixo dos pés. A uns mandou distribuir os diplomas de deputados, a outros patentes da guarda nacional, e a êstes outros officios de magistratura e da fazenda, mas muito propositadamente declarou que não adotaria o programa político de 10 de junho." A inves-

140. *A Ordem*, de 4 de setembro de 1844.

141. D. P. KIDDER & J. C. FLETCHER, *O Brasil e os Brasileiros*, vol. 1º, pág. 204.

tida não podia ser mais frontal. Afirma que não se procurou reformar a lei de 3 de dezembro de 1841 nem a do Conselho de Estado, causas da revolta, e com mordacidade e realismo proclama: "Se por um lado deploro cordialmente a desonra de um partido político, desonra que cada dia se torna mais patente, porque é mau de ver o quadro da degradação moral, embora nêle figurem nossos adversários, por outro lado como que levado por um sentimento de egoísmo me regozijo do aspecto que apresenta êsse partido. Eu me regozijo porque verificam tôdas as previsões dos homens da ordem, a respeito das propensões dos nossos adversários." As palavras caíam sôbre os antagonistas como chumbo incandescente: "Com efeito, senhores, a questão que se ventilou em Sorocaba e Santa Luzia não foi uma questão de liberdade mas de poder (*Muitos apoiados*). Era o poder e só o poder que pretendiam os homens de junho (*Apoiados*). Se lançaram mão das armas, não foi porque vissem as liberdades públicas em perigo, que o não estavam; mas porque julgavam que era êsse o meio mais azado de conseguirem seus fins. E a prova aí está patente; apenas de posse dos empregos públicos cessou tôda a questão da liberdade; gozam das vantagens do poder, e as leis que violavam a Constituição mudaram de natureza, já as não violam. Ora, foi isso o que sempre dissemos; é isso o que hoje se verifica (*Apoiados*). Deus louvado! Nunca mentimos ao país no juízo que enunciamos dos nossos adversários."¹⁴² Cêrca de 20 anos mais tarde, ainda relembrará essa contradição dos liberais, que retirava ao movimento de 1842 todo o seu conteúdo ideológico: "Em 1844 essa boa gente..... tendo obtido o poder, como hoje, das mãos do despeito e do acinte, apenas, de posse da situação, seu primeiro

142. *O Publicador Mineiro*, de 3 de maio de 1845.

cuidado foi declarar ao país que nenhum defeito ainda enxergavam na lei de 3 de dezembro, contra a qual haviam empunhado as armas; como os bárbaros do Norte adotaram as leis dos vencidos; uma só idéia das suas não realizaram, durante cinco anos de dominação; foram tão estêreis que na última sessão de tão longo período, apenas conseguiram uma lei, a que exclui o 7 de Abril dos dias de festividade nacional.”¹⁴³

Depois dêsse discurso o Govêrno baixou decreto removendo-o para a comarca do Norte, em Santa Catarina, cargo vago há mais de um ano, “por não ter querido entrar no respectivo exercício o bacharel Inácio Manuel Alvares de Azevedo”, rezava o officio do Ministro da Justiça ao Presidente da província de Minas. O ato de punição do Govêrno limitou-se à lavratura do decreto de remoção, que tem a data de 25 de dezembro de 1845. A ordem para tomar posse do juizado viria bem mais tarde. Qual teria sido o motivo da demora na efetivação do castigo? Que a remoção fôra decidida logo ao subirem os liberais, asseguraram Paulino e Justiniano. Seria a dilação fruto do esforço dos amigos? Firmino estava debaixo da alça de mira dos donos do Govêrno. As injúrias do cônego Marinho revelavam sua importância. A proteção de amigos fora do poder lhe não poderia valer, e a gana dos luzias não poupava adversários. Tempos depois diria Firmino dos horrores dessa quadra: “A reação foi medonha, nossos correligionários não foram desalojados unicamente das poucas posições vitalícias porque o não podiam ser, a sorte dos vencedores foi de um jacto entregue às mãos dos vencidos da véspera; a *razzia* foi completa; não ficou pedra sôbre pedra; os saqua-

143. O *Constitucional*, de 15 de novembro de 1862.

remas pagaram cruelmente o crime de terem vencido, como diziam as fôlhas do tempo.”¹⁴⁴

Qual então a explicação da inércia dos luzias? Desprendido do cargo, quisera êle renunciar, no que fôra impedido por Paulino. Não pactuara com o poder, nem se condenara ao silêncio. No *Publicador* manifestava sua inconformidade. No *Voto Livre*, escalpelava a situação e denunciava os abusos. De Pouso Alegre escrevia-lhe Paula Cândido em 11 de abril de 1847: “Bons elementos há em todo o sul da província; pelo que toca a essa comarca, a opinião agita-se, mede suas fôrças e conta com a vitória no combate eleitoral. Contente-se com êste bocadinho, no tocante a eleições, que o tempo não é para miudezas, a polícia...” O amigo, cauteloso, receava fôsse a carta dar em outro enderêço. Acrescenta: “Li três números do *Voto Livre*, quando passei pela Campanha, adivinhei logo quem é o seu autor; queria te dizer alguma coisa a respeito dessa publicação, mas sei que a tua modéstia — qual modéstia nem pura modéstia! O *Voto Livre* parece-me a veia mais palpitante do nosso jornalismo, na atualidade. Não esmoreças, que de Deus terás o pago, e dos saquaremas o reconhecimento.”

Não cessavam as perseguições aos conservadores. No fim de seu Govêrno de 5 anos, ainda praticavam os luzias atos de vindita. Bernardo Pereira de Vasconcelos, sarcástico, exclamava no Senado: “Eu por vêzes tenho pedido nesta Casa aos ministros nossos senhores, a graça de anistiar em aos mineiros que cometeram o criminoso arrôjo de em 1842 obedecerem às ordens do Govêrno imperial e debelarem os que contrariavam essas ordens.... Os réus da lealdade continuam a ser atrozmente perseguidos.”¹⁴⁵

144. *O Constitucional*, de 25 de setembro de 1862.

145. *O Brasil*, de 16 de agosto de 1848.

Despojado da comarca de Paraibuna, Firmino somente experimentaria o rigor punitivo do Govêrno quando êste se contorceia nas vascas da agonia. Temor dos que estavam no poder aos seus artigos? Não deixaria êle de mandar, de onde estivesse, artigos para a imprensa. A febre do jornalismo lhe estava no sangue e não seria o exílio que a haveria de entorpecer.

O mandado de exílio na comarca perdida do sul viria. Mas depois de haver êle publicado um panfleto denunciando o elemento oculto que, por detrás dos ministros, dominava a política dos liberais, e revelando à Nação estarrecida a existência de poderosa facção áulica. O panfleto abalou os fundamentos do Govêrno liberal.

CAPÍTULO VII

“Pouco a pouco se agita e o colo eleva...
Convulsa a terra freme em suas bases.”

Os reposteiros da Joana, ou a facção áulica e sua influência no Govêrno. Panfleto que abalou a posição liberal. Retratos dos ministros e outros figurões. Defesa do princípio da preeminência das maiorias parlamentares. Influência oculta de Aureliano.

Instalada no Paço, cercando o Imperador, uma camarilha de validos interferia na política geral. Criara-se um círculo traçado pelos cortesãos em roda do trono. A essa influência aliaram-se os luzias.

Reuniam-se os validos em casa de Paulo Barbosa da Silva, mordomo do palácio. Dali surgiam os manejos ocultos, conhecidos como “dos reposteiros da Joana”.¹⁴⁶ O *Publicador*, em Ouro Preto, denunciava a fôrça perniciosa. “O que é a Joana?” Era o título do artigo esclarecedor: “O arrogante Paulo Barbosa reside no Rio de Janeiro em uma chácara, que foi de uma mulher chamada Joana, e aí congrega os Srs. Aureliano e Saturnino, um tal Odorico Mendes, um celebrado Ataíde Moncorvo, com os quais concerta as intrigas, que convêm, os boatos, que interessa circular,

146. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol 1º, pág. 68.

etc., etc. Esta súcia sem mérito algum real busca governar o Brasil servindo-se dos homens políticos em quanto se não opõem êles à sua política." Assim agiam êles: "Espalham êstes velhacões, que exercem no ânimo do Imperador alta influência. . . . que a um só aceno seu se destituem Ministérios, se dissolvem Câmaras." 147

Adolescente, não poderia o Imperador fugir à influência do mordomo, com quem privava diàriamente, nem escapar ao fascínio do espírito sedutor de Aureliano, "o pontífice da seita palaciana", 148 no dizer de Teófilo Ottoni. O *Itacolomi*, sem poder rebater as acusações do antagonista, armava a intriga: "Disse essa fôlha a 15 do mês último: O Brasil é *patrimônio* do infernal Clube da Joana; êle é *quem derriba e organiza Ministérios* — O *Publicador* pretende destarte, convencer a província, de que o país todo está sujeito a um clube, e qué êsse clube é onipotente; que tudo domina e que é superior até à própria Coroa!! E querer-se-á ainda mais prova das ofensas, que de contínuo a Coroa recebe da oposição?" 149

O validismo campeava sôlto. Contituíra-se em poder à margem do regime. A dissolução do Gabinete de 5 de maio de 1846, operada em circunstâncias que revelavam a intromissão do poder que se ocultava atrás do reposteiro, deu motivo ao aparecimento do opúsculo *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio e a Facção Aulica*, em 10 de junho de 1847. Obteve sucesso instantâneo. Teófilo Ottoni dirá que as "doutrinas do célebre panfleto repercutiram gloriosamente na tribuna parlamentar". 150

147. *O Publicador Mineiro*, de 20 de abril de 1844.

148. TEÓFILO OTTONI, *ob. cit.*, pág. 88.

149. *O Itacolomi*, de 10 de julho de 1845.

150. TEÓFILO OTTONI, *ob. cit.*, pág. 324.

Bernardo de Vasconcelos, no Senado, sustenta-as. Luís Antônio Barbosa, sobrinho de Paulo Barbosa, na Câmara, profere "um dos mais violentos discursos que têm aparecido no Parlamento brasileiro, contra o poder áulico".¹⁵¹ Urbano e Nunes Machado sobem à tribuna para refutarem a denúncia, dizendo não acreditar em nada disso, em reposteiros, em joanas, em facção áulica... Mas o opúsculo sacudira Senado e Câmara.

Comunicado inserto na imprensa dizia: "Ainda panfleto nenhum político produziu, nesta Côrte, tanta sensação." Elogia o mérito político e literário do escrito, em forma de romance jovial e divertido, resalta a diferença entre êle e os demais publicados sob as mesmas inspirações, frisa a ausência dos costumeiros baldões, e exclama: "Já todos os nossos adversários políticos não são ladrões e idiotas! Já há alguém que, como o autor do opúsculo, concede a um inteligência, a outros reconhecida probidade. Prova isso que paixões mesquinhas lhe não dirigiram a pena... Prova, também, que não pertence a essa seita de políticos que, para esmagarem os seus contrários, principiam por desacreditá-los perante o público, tratando-os de idiotas e ladrões." E prosseguindo: "Seu autor... seu autor, diziamos nós; mas quem é o autor dêsse opúsculo? Não o sabemos, e ninguém o sabe, embora se tenham feito mil juízos, cada qual mais extravagante; e não o sabemos e ninguém o sabe, porque êsse panfleto, não tem autor, é de todos nós, pertence a todo o mundo. Quem o ler, por pouco que haja refletido sôbre as nossas coisas, nossos homens, há de achar um pensamento seu, uma apreciação que já tenha feito."¹⁵²

151. *Idem*, pág. 335.

152. *Jornal do Comércio*, Edição Comemorativa do Centenário, n° 48, pág. 230.

Nos altos círculos conservadores conhecia-se o autor: Firmino Rodrigues Silva. Mas convinha guardar segredo. As conjecturas sobre a autoria, passando de Honório para Vasconcelos e dêste para Paulino, aumentavam a curiosidade pelo escrito. Por outro lado cumpria resguardar o jornalista da cólera dos dominadores.



“Os atos do Gabinete de 5 de maio se ressentiram em geral dos vícios de sua organização” — assim começa o panfleto. “Viveu sempre tão acanhado como tinha nascido.” Diz que por essa razão não pudera êle realizar a conciliação que se propusera. Retrata os ministros que o compunham. Retratos pitorescos, de côres fortes, com linha acentuada, mas sem deformação da personalidade de cada um.

Do chefe do Gabinete, Joaquim Marcelino de Brito, Ministro do Império: “de reconhecida probidade, ilustrado quanto deve ser um bom magistrado, porém alheio às teorias e prática da administração; podendo ser tudo, menos estadista; suscetível de se possuir de pequenas paixões, e o que é mais, dotado de uma pusilanimidade de caráter nunca desmentida. Seria um testemunho irrecusável dessa pusilanimidade a sua recente administração ministerial, se ela não se tivesse tão claramente manifestado na presidência da província de Sergipe, na efêmera vice-presidência da Bahia, na memorável presidência da Câmara dos Deputados na sessão de 1840, e na província de Pernambuco em 1844.”

Acêrca de José Joaquim Fernandes Tôrres, Ministro da Justiça: “magistrado inteligente, de reconhecida probidade, e caráter generoso, merecendo a estima e confiança de numerosos grupos de ambas as Câmaras.

Em tempos calmos, organizado o país, montada a administração, seria o Sr. Fernandes Tôrres um bom ministro; outras porém eram as habilitações exigidas pelo império das circunstâncias. Convinha criar uma política nova, e colocar-se à frente dela para a defender e sustentar dignamente no Parlamento. O Sr. Fernandes Tôrres ou não compreendeu esta necessidade, ou recuou em presença dos obstáculos que lhe surgiram de todos os lados, quando cortando por afeições e ódios, a quisesse satisfazer."

O Barão de Cairu, na pasta dos Estrangeiros: "é uma mediocridade com a energia própria dos caracteres fracos e irresolutos, com a energia intermitente do estouvamento e da precipitação. Nauta atirado pela tormenta em mares desconhecidos, não sabe para onde se dirigir; cada ponto que divisa no horizonte lhe parece terra conhecida, apenas se lhe aproxima, conhece o êrro, e de novo se amara e se perde nas vastas solidões do oceano. Nulidade política, assim na tribuna como no Parlamento, behia apenas inspiração da rotina da secretaria onde tinha servido."

Do Ministro da Guerra, Marechal Graduado do Exército Imperial João Paulo dos Santos Barreto: "é tido em conta de honesto e muito versado nos conhecimentos teóricos de sua profissão, e na lição dos poetas e oradores. Espírito irrefletido e de uma volubilidade espantosa, inconsistente e exagerado, ninguém o encontra duas vêzes no mesmo terreno. Por fôrça dessa irreflexão e volubilidade nega hoje o que afirmou ontem, sem a consciência do pesar que daí lhe pode provir. Suas opiniões destituídas do necessário critério não podem inspirar confiança a nenhum partido. O Sr. João Paulo é mais apto para servir do que para mandar; dos hábitos de sua profissão trouxe para a política antes a docilidade de obediente do soldado que às

ordens de seu chefe investe o inimigo, do que a energia calma e inteligente do general que prepara o combate e dirige a ação."

Ao Senador Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcânti de Albuquerque, com as pastas da Fazenda e da Marinha, ficou reservado o perfil mais vigoroso da galeria: "Diretor do Ministério, seu organizador, e chefe de fato, em tempo algum de sua longa vida pública deu provas de possuir as eminentes qualidades que formam e caracterizam o estadista. Notavelmente lhe falta um sexto sentido que os orna e distingue — o senso prático, que sabe discriminar à primeira vista o verdadeiro do falso, e apoderar-se das idéias úteis e aplicáveis, e oportunamente empenhar-se na realização delas. O Sr. Holanda tem particular predileção pelas utopias e quimeras, e na concorrência destas prefere sempre a mais excêntrica. Nunca ninguém possuiu em grau mais eminente vocação tão irresistível para o absurdo. Insaciável de inovações, afetando ridículo desprezo por princípios reconhecidos pela razão e consagrados pela experiência, finge desconhecer, ou desprezar as doutrinas mais comezinhas do sistema representativo que na qualidade de ministro mais do que muito lhe convinha acatar. Daí vem não haver despropósito e absurdo por mais desconexo com as doutrinas constitucionais que não tenha sido estabelecido e sustentado a seu modo por êle nas Câmaras. Era para ver a afoiteza, e, diremos mais, a coragem com que nos seus dias felizes tomava êle um tom inspirado, e fazia guerra de morte ao senso comum, e aos teoremas mais incontestáveis do sistema representativo, e se alguma coisa podia sobrepujar tanto descomedimento era sem dúvida a coragem da paciência de que as Câmaras deram provas quando o escutavam. Parece que a excêntridade do nobre senador é mais que tudo a atrope-

lada multidão de proposições variadamente falsas, que como encachoeiradas lhe jorravam dos lábios, salteavam tão estranhamente os ouvintes, que lhes roubavam o desejo de lhe responder na certeza de que nenhum partido podiam tirar de tal contendor. O que é certo, porém, é que o Sr. Holanda, tal e quejando, assim mesmo como a natureza o criou, era o vínculo indispensável do Ministério de 5 de maio.”

Com tais elementos, como pudera o Ministério ter atravessado incólume todo o período da sessão de 1846, sem ser esmagado logo no primeiro dia em que comparecera em presença das Câmaras? A vontade dos representantes da Nação havia sido anulada. “Tolerando o Ministério manifestavam uns e outros o receio de correr as aventuras de nova organização ministerial, pois que a experiência de 1840 em diante tem demonstrado ao país que os Gabinetes se formam, vivem e se dissolvem sem nenhuma atenção às necessidades parlamentares, aos interesses do país, e à unidade e vigor da ação administrativa. O acaso, a influência áulica, oculta e principalmente manejada pelo Sr. Aureliano, decidem da organização, da política, e da dissolução dos Ministérios. Esta influência é tal, tão poderosa e eficaz, que o nome do primeiro chamado para a organização de um Gabinete não é seguro penhor de uma escolha de capacidades do partido a que êle pertence, porque muitos dos indivíduos encontram as intrigas da facção áulica nas prevenções pessoais, que os arredam de posições para as quais os chamam as necessidades do Parlamento. Assim, certa como estava a maioria da Câmara temporária de que o Gabinete não só havia de manter e respeitar as posições ganhas pelos seus membros e partidistas, como adjudicar-lhes os novos empregos que fôsem vagando, e receosa por outro lado da facção áulica que se podia aproveitar de uma nova or-

ganização ministerial para estabelecer seu predomínio exclusivo, passou a apoiar o Ministério.”

A minoria, colocada entre a possibilidade de ressurreição das violências e perseguições do 2 de fevereiro e o apoio ao 5 de maio, optou por êste. Para essa atitude concorriam as promessas do Governo de não persegui-la. Entretanto, a facção áulica, sempre presente, agindo na sombra, por meio de intrigas, sentiu o perigo ao ver que a Patrulha, a fração que restou das depurações sucessivas da política do 2 de fevereiro e que representava o partido da ordem na Câmara temporária, mostrava-se disposta a favor do Ministério, enquanto a Praia o hostilizava. Ao lado da Patrulha formara-se a deputação de Minas, do Rio Grande, a maioria do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e de outras províncias. “Ora, a facção áulica que de seu lado também havia sondado o terreno e sabia de quanto se passava em derredor de si, começou a duvidar da excelência de sua posição. O instinto da própria conservação, tão atilado sempre, basta para lhe fazer ver que a hora de sua perda soará, sem remissão nem agravo, no momento em que as opiniões conscienciosas que dividem as Câmaras e o país se ligarem sincera e estreitamente com o fim de lhe negarem o apoio de que ela necessita para ir esmagando, uns após outros, a quantos se não sujeitam a servi-la como lhe apraz. Assim tem ela procedido constantemente desde 1840 até o presente. A princípio elevou ao poder os maioristas para com êles nulificar os minoristas; logo depois encontrando naquelles hesitações e relutâncias contra o predomínio exclusivo de sua influência, os abandona rapidamente e se lança nos braços dos minoristas julgando ganhar muito com esta mudança de aliados. Enganou-se; se os primeiros hesitaram e relutaram, os segundos resistiram abertamente; não está escrito, que as primeiras capaci-

dades do país sirvam de instrumentos passivos nas mãos do Sr. Aureliano. Esta resistência foi paga bem caro... à custa do justo e do honesto, dos interesses mais vitais da liberdade e do trono. O 2 de fevereiro foi o instrumento inexorável da cólera do Sr. Aureliano. Que cólera! Que vingança!"

A maioria sólida na Câmara colocaria o Gabinete acima do domínio dos áulicos: "Para impedir a junção dêsses dois grupos, precursora infalível de sua derrota, recorre a tôdas as lógicas, à lógica do ódio e das rivalidades, à lógica do interesse e da ambição, emprega todos os meios de triunfo; o diabo não foi tão capcioso e tentador quando pretendeu seduzir a mãe do gênero humano."

Em tom leve, ameno, irônico, e linguagem escoreita prossegue o panfleto a dissecação. Revela que houve reação da Câmara. Em votação significativa ficou patenteada a maioria ministerial. Mas o Ministério não soube tirar proveito do fato para reunir os amigos. "O espaço de tempo necessário para o Gabinete tomar suas medidas, ou não existiu, como supomos, ou se existiu, êste o não soube aproveitar. O certo é que o Sr. Marinho, membro da deputação mais dedicada ao Ministério, julga corresponder ao que dêle se esperava servindo de instrumento da facção áulica no seio da maioria, como o Sr. João Paulo o tinha sido no seio do Gabinete. Êstes dois personagens, embora em objetos diversos, se copiaram admiravelmente um ao outro."

O cônego Marinho... Firmino, que lhe sentira a virulência das injúrias em sua narrativa da revolta de 1842, vai agora à desforra. Não no mesmo estilo, mas em tom de mofa acidulada: "O Sr. Marinho, cujo exemplar desinteresse e acrisolado patriotismo tem lan-

gado nestes últimos tempos um fulgor que deslumbra, não considera o curato do SS. Sacramento desta Côrte, o último degrau da carreira a que agora se dedica com preferência. No estado de decrepitude em que se acham os bispos de Goiás e de São Paulo não lhe convém romper com a facção áulica, cujo predomínio se não pode ser eterno, como mundano que é, parece natural dure mais tempo que êsses reverendíssimos prelados, o que Deus não permita. Ora, não convindo ao preclaro patriota desatar os laços da gratidão que o prende a seus aliados, recorre a um meio-térmo que lhe parece conciliar à justa os interêsses encontrados da deputação mineira que quer um voto de adesão e da facção áulica que o não quer; por outra, acende uma vela a São Miguel e outra ao diabo. Redige um voto de adesão, mas deixa escapar uma frase insidiosa de louvor ao 2 de fevereiro; frase inútil, desnecessária, pois não se tratava dessa política, mas trazida mui de propósito para a discussão com o fim de arrojá-la para fora da maioria que se ia organizando pela fôrça das circunstâncias, e de lhe tornar a adesão dúbia. O Sr. Marinho sabia que a Patrulha não havia de assinar por coisa nenhuma neste mundo a sentença de sua própria condenação, lavrada por Sua Senhoria; se essa frase não era uma inépcia, era uma traição. O Sr. Marinho já fêz jus a uma mitra ou a uma cadeira de senador; na primeira audiência que lhe der o Sr. Aureliano pode apresentar seu requerimento que há de ser deferido."

Tivesse o Ministério o cuidado de agir e convocar os deputados amigos da sua política para votarem pela supressão de tal frase da resposta à Fala do Trono, teria obtido a maioria, "e a facção áulica escarmentada de tão sensível derrota no Parlamento, iria ocultar-se de novo na penumbra do Paço imperial, para daí lançar-se como o tigre sôbre a prêsa, quando a visse ao alcance

das garras. Primeiro que se ela refizesse da fôrça moral, o Ministério teria tempo de se consolidar, e essa consolidação proveniente da aliança dos grupos mais conscienciosos da Câmara mudaria talvez a face de nossa política, diminuindo sensivelmente a influência dos áulicos.”

Mas a boa estrêla da facção áulica não empalideceu. Tomás Gomes dos Santos, médico da Imperial Câmara, pessoa de Aureliano, deputado pela província do Rio de Janeiro, foi o escolhido para dar o *coup de grâce* no Ministério. Procura Fernandes Tôrres, então na pasta da Fazenda, e diz-lhe que seria obrigado a lhe fazer guerra e a seus colegas por se não apoiarem êles francamente em nenhum dos grupos do Parlamento. O emissário da facção atingiu em cheio o alvo porque Fernandes Tôrres, que “acabava de sofrer uma febre intermitente, e fatigado de tantas emoções diversas, aturdido, aflito dos enredos da facção áulica, resolveu-se a terminar a questão, cedendo o pôsto que occupava; esta deliberação arrastou a de seus colegas”.

Assim se dissolveu o Gabinete de 5 de maio.

Mostra que nenhuma interferência na crise tivera o jôgo normal dos movimentos de opinião do Parlamento. Tudo se operara em virtude dos manejos ocultos, mas evidentes, da facção. “Se a dissolução dêsse Gabinete” — acrescenta — “houvesse procedido da manifestação hostile de alguma das Câmaras tendentes a reprovare a política por êle seguida, quando a não aplaudíssemos, certo a não censurariamos, qualquer que fôsse aliás a direção que levasse a nova administração. Nenhuma prova porém appareceu de divergência entre o poder e o Parlamento; o Ministério viu-se obrigado a abandonar o pôsto nas vésperas talvez de um triumpho, por se recear que tudo ousa porque tudo pôde; de uma facção que desrespeitando a Coroa, bem como o Parla-

mento, mandava publicar os nomes dos novos ministros que já recebiam felicitações e zumbaias, quando o Gabinete ainda se achava com vida. Mal suspeitava a vítima o destino que a aguardava, e já os abutres lhe esvoaçavam em tórno.”

Até aqui Firmino desvenda a parte dos enredos, das tramas e filigranas das manobras políticas.



A análise do desvirtuamento que desde a maioridade se procurou dar ao poder do monarca, doutrina que desnatura o sistema representativo, é feita com a precisão de uma lição de Direito Constitucional: “Desde 1840, parece-nos, se tem querido inculcar que a Coroa perde de sua fôrça e dignidade sempre que se conforma com a opinião das Câmaras, assim na organização como na dissolução dos Ministérios. Esta doutrina radicalmente errônea a nada menos tende que a desnaturar o sistema representativo, cujo regular andamento exige essencialmente homogeneidade de ação nos podêres que o compõem. O direito de nomear e demitir ministros conferido pela Constituição ao Poder Moderador não é absoluto, como nenhum outro; está subordinado na sua aplicação a circunstâncias muito imperiosas, a essa necessidade de harmonia sem a qual não há sistema, mas um jôgo disparatado de potências que se cruzam, se abalroam, se danificam mütuamente. Se cada um dos podêres que concorrem na direção do Estado é perfeito quanto ao seu fim especial, limitado, não o é quanto ao fim do sistema que só pode ser conseguido pela reunião da ação combinada de todos êles. O direito de dissolver a Câmara dos Deputados é concedido à Coroa em França pela Carta de 1830 sem cláusula alguma: — o rei pode dissolver a Câmara dos

Deputados, — quem da generalidade com que é concebida esta proposição quisesse derivar o arbítrio amplo da Coroa no exercício de tão importante direito, afrontaria o senso comum mais vulgar e ordinário.”

Qual o papel da Coroa como órgão de equilíbrio da Monarquia Representativa? — É o que fixa a seguir: “O Govêrno monárquico representativo não é o Govêrno de uma só vontade, mas o Govêrno da opinião legitimamente verificada, contida nos seus excessos pela Monarquia que por via da dissolução e do veto a refreia e lhe dá o tempo preciso de se ilustrar e tornar-se justa. Ora, em política os nomes próprios são muita coisa, valem quanto as opiniões, que os aceitem e êles representam. A primeira Coroa do mundo em solidez e brilho não se sente mareada pela certeza antecipada que tem o povo inglês dos nomes que hão de compor o Ministério, quando pelo fluxo regular das opiniões tem de subir ao poder o partido a cuja frente se acham êles. Porque na Inglaterra se sente que uma das primeiras grandes vantagens do Govêrno monárquico-representativo consiste em se colocar a inteligência ao lado da realza, apoiar uma na outra, para que reunidas possam conseguir aquilo que cada uma delas nunca poderia obter separadamente.”

O princípio dominante deve ser o da prevalência das maiorias parlamentares, sômente contrariado em casos excepcionais: “A conformidade portanto da Coroa com as maiorias parlamentares é uma regra, e a divergência só pode ser admitida como exceção, e exceção instantânea que deve para logo desaparecer por via da demissão do Ministério ou dissolução da Câmara temporária.” Esse princípio foi infringido e subvertido pela ação maléfica da facção áulica: “Ora, se o Gabinete fôsse obrigado a demitir-se em presença da manifestação de uma maioria hostil a sua política, não jul-

gando a Coroa necessário ou prudente recorrer à medida da dissolução, em vez de censurarmos, nós repetimos, assinalaríamos esse fato como uma esperança de que as sãs doutrinas do sistema representativo iriam calando no país, malgrado os cálculos egoístas e interessados da facção áulica.”

E remata: “A liberdade das eleições, a devida atenção ao voto do Corpo Legislativo, quando representante fiel das opiniões do país, são condições indispensáveis da paz interna, e consequentemente da prosperidade pública e da resistência eficaz às pretensões insolentes do estrangeiro. Sentimos pois, por mais que o queiramos, não poder, sem desmentir os fatos e violentar a razão, explicar a dissolução do Gabinete de 5 de maio por outras causas que não pelos esforços da facção áulica. Se pretendemos apontar e dar a conhecer às províncias o interêsse que essa facção, dirigida occultamente pelo Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, tinha em o derrubar quanto antes, é porque estamos intimamente convencidos que ela, e só ela tem ocasionado por seu egoísmo outras dissoluções ocorridas de 1840 em diante. Esboçando os manejos de que se serviu, os interêsses que patenteou em opposição à existência de 5 de maio, julgamos assinalar, até certo ponto, o modo e as causas que influíram na duração de outros Ministérios dissolvidos em tôda a fôrça e vigor de sua existência, quando mais contavam com o apoio das maiorias.”

Não era tudo. O que teria levado a facção áulica a hostilizar e, afinal, causar a queda do Gabinete de maio? Os interêsses contrariados de seu chefe Aureliano, Senador do Império e Presidente da província do Rio de Janeiro. O Ministério cometera o sacrilégio de se opor às suas pretensões. Aliás, o Gabinete não fôra levado à pia batismal pelos braços da facção. Trazia,

assim, a marca do pecado original aos olhos da força oculta. Com abundância de minúcias o panfleto põe a nu, despindo-as, as tramas dos bastidores.



Os dois Vice-Presidentes da província do Rio de Janeiro não eram pessoas de Aureliano. Santos Lôbo, um dêles, estava à testa do Govêrno provincial, enquanto Aureliano permanecia no Senado. O chefe da facção espera que Almeida Tôrres, em viagem, regressse para dêle obter o afastamento de quem lhe contrariava os planos. O ministro, entretanto, mal regressa, retira-se do Gabinete. E o Vice-Presidente não deixa o pôsto. Esse foi o primeiro atentado do Gabinete de maio contra o poder de Aureliano.

Na presidência, Santos Lôbo, com o apoio do Ministro da Justiça, quer governar por si. Procura reprimir os abusos contra a segurança individual. Suspênde o Chefe de Polícia e o Secretário da província, pessoas de Aureliano, que se opunham às suas medidas. Segundo atentado do Gabinete. “O Sr. Aureliano, ferido na parte mais melindrosa de seu coração, sente o terreno tremer-lhe por debaixo dos pés, crê-se ameaçado, voa a São Cristóvão e pede instantâneamente a demissão do nobre Vice-Presidente ou a sua.” Para conciliar a divergência é nomeado Luís Pedreira do Couto Ferraz segundo Vice-Presidente, e entra em exercício de preferência a Santos Lôbo, que, colocado em terceiro lugar, retira-se da administração. Mas Pedreira não reza pela cartilha do poderoso chefe. Não reintegra o Chefe de Polícia, e o Ministério apóia essa atitude. Terceiro atentado do Gabinete contra o pontífice da facção áulica.

No Parlamento apareciam sintomas de divergências na maioria-mosaico do 2 de fevereiro. A mudança de posições torna-se sensível na discussão da lei que regula o modo prático das eleições. O projeto vindo da Câmara pendia de aprovação no Senado. Supunha-se que os aliados da maioria o defenderiam. Acontece o contrário. Paula Sousa e Vergueiro apresentam tantas e tão variadas emendas que lhe alteravam o sistema e lhe impediriam a passagem. Este era o objetivo do grupo que no Senado queria a ressurreição do 2 de fevereiro. Queria-se que as facções dominantes fizessem as eleições quanto antes, no regime das instruções antigas, sob as impressões que o terror de 2 de fevereiro deixara. A oposição defende o projeto, que adia as eleições para tempos mais calmos, e combate as emendas. A facção percebe o contragolpe, quer eleições quando o solo ainda tremia sob as violências do Ministério anterior. Procura voltar atrás, impedir a passagem da lei. “Era tarde; o Ministério, menos corajoso que a facção, não quis descer ao nível dela. Fêz mais ainda: concorreu eficazmente (graças lhe sejam dadas) porque a lei fôsse aprovada a tempo de poder regular as eleições que batiam à porta. Eis o quarto atentado contra a facção áulica e seu chefe.”

Ela não se dá por batida. Lembra o expediente da dissolução, que é repellido. Não esmorece. Quer fazer com que o Gabinete imite seu antecessor na compressão eleitoral. É também repellido. “Eis o mais grave talvez de todos os atentados cometidos pelo 5 de maio contra a prepotência do Sr. Aureliano.”

Surge a questão das eleições de senadores por Pernambuco, em que Chichorro e Ernesto são candidatos. Realizadas no regime da legislação anterior, as eleições assinalaram-se pela violência e pela fraude. Com a sessão encerrada, não se fêz de pronto a escolha, que

ficou pendente. Holanda opunha-se à escolha. Aureliano bate-se por ela. Falece Paranaguá, senador pela província do Rio de Janeiro. A facção tem avidamente o olho cravado nessa cadeira para Saturnino. “O Ministério dorme o sono da inocência enquanto a facção áulica se agita. Intrigas e enredos se urdem; os varredores do Paço ousam olhar os ministros por cima do ombro, e até desfeiteá-los.” Para o jantar do dia 2 de dezembro, aniversário do Imperador, quebrando praxe consagrada, os ministros não recebem convite. O Bispo de Crisópolis¹⁵³ anuncia públicamente, perante quatro lentes da Academia Militar, que o Ministério ia ser demitido. Mas o Ministério vai vivendo. Há mais duas vagas de senador pelo Ceará e outra por São Paulo. Em tôdas está empenhada a facção.

“Passa por averiguado que em Itaboraí, dizendo alguém ao Sr. Aureliano que as eleições ali seriam perdidas pelo que se coligia das qualificações, respondera o nobre Presidente: — Não se lhe dê disso, o Ministério há de ser demitido, e com o que tem de lhe suceder, havemos de triunfar. O dito do Sr. Aureliano verificou-se; o Ministério de 5 de maio já não existe.”



Frustrara o Gabinete de maio as esperanças dos que acreditavam poder êle conciliar os adversários, desfazer a deplorável política de rancor, e pôr côbro a tantas lutas infrutíferas. Falhara ao seu destino: “Os rancores excitados pela política insensata do 2 de fevereiro tinham desaparecido com êle. A condição dos

153. BISPO DE CRISÓPOLIS, *in partibus infidelium*, era o FREI PEDRO DE SANTA MARIANA, professor do Imperador e lente de Matemática da Academia Militar.

proscritos por leis havia-se tornado tão injusta e bárbara que por essa atração inexplicável do infortúnio já excitava a compaixão de seus próprios adversários. Os ódios, embora exagerados, das facções dominantes estavam satisfeitos porque os vestígios das vitórias legais tinham sido sepultados sob as flôres lançadas ao carro triunfal dos homens da conquista, e moralmente suprimidos os dias 20 de junho e 20 de agosto em São Paulo e Minas. Das resistências criadas pelo 2 de fevereiro para ter o prazer de as aniquilar uma só não existia; das resistências legais destinadas a conter o poder na órbita de suas atribuições, restavam apenas as aparências. A vida social se concentrava tôda nas inteligências e nos corações porque o machado destruidor dos canibais não tinha podido ir tão longe.”

O campo estava propício para nêle ser lançada a semente da concórdia. Todos suspiravam pela paz: “Bastava refletir um pouco para se conhecer que a sociedade cansada de lutar experimentava essa prostração inevitável, consequência necessária de esforços enérgicos e incessantes. Paz e concórdia, era o grito uníssono que partia de todos os ângulos do Império. Os representantes da opposição na Câmara tão compenetrados estavam desta disposição dos ânimos que aplaudiram a organização do novo Gabinete, embora recrutado nas fileiras de seus antagonistas. Ora, o poder cingido dos louros de mais de uma vitória era tudo, como ainda hoje o é. Concentrava em si tôdas as fôrças sociais, dispunha do pensamento, da execução, e da aplicação, porque era a um tempo, Parlamento e Magistratura. As facções dirigidas pela consciência de sua impotência sabiam que a êle e só a êle deviam tudo o que eram. Nenhuma resistência séria e aturada lhe oporiam na vereda que êle pretendesse trilhar. Bastava querer ser obedecido, que o havia de ser.”

Contava o Ministério com todos os poderes para a obra do congraçamento. A oposição não oferecia barreiras ao Governo: "Pelo lado dos princípios divergência nenhuma radical se encontrava entre o poder e a oposição. O poder havia aceitado tôdas as idéias uma por uma dos homens decaídos, menos o respeito pelas garantias sociais, a economia dos dinheiros públicos, o pudor e a lealdade. A questão, portanto que arredava o Ministério da oposição, era de pessoas, questão mesquinha, egoísta, profundamente cínica, que um Governo justo e imparcial resolveria para logo no sentido das exigências reais e permanentes da sociedade. E uma ocasião se ofereceu ao poder, a melhor possível para sem quebra de sua dignidade aceitar o pessoal do partido decaído, assim como tinha aceitado as suas idéias, que sobremaneira exagerara na prática. No dia em que a Patrulha¹⁵⁴ deu ao Ministério o maior voto de confiança que se lhe podia dar, deviam cair as barreiras que separavam o poder da oposição. Confiança por confiança deveria ser de então em diante o pensamento diretor de sua política."

A pusilanimidade do Gabinete não ousou enfrentar a fôrça da facção áulica, ante a qual sucumbiu: "O Ministério, porém, embora compreendesse a necessidade dêste novo programa, não se animou a executá-lo. Tremeu ante a catadura iracunda dessa maioria que parece não ter outra missão senão velar em roda do festim do poder, com o fim de vedar a entrada aos seus contrários. Fato virgem na história do egoísmo dos partidos! O Ministério dividiu seus defensores, em

154. A *Patrulha*, segundo o panfleto, era "a fração que restou das depurações sucessivas da política do 2 de fevereiro, e representa o partido da ordem na Câmara temporária".

duas tribos distintas, a uma concedeu tudo, em nada melhorou a condição da outra. A pusilanimidade de que o Gabinete de 5 de maio deu provas nesta circunstância o acompanhou até os últimos instantes de sua vida. Um pouco de energia lhe bastaria para neutralizar os efeitos dessa leva de broquéis que as deputações de Pernambuco e de São Paulo instigados pela facção áulica dirigiram contra êle. Sucumbiu porque se acobardou; não dominou a situação, porque era inferior a ela.”

Na melancolia da frustração de tantas esperanças, na tristeza de ver o que podia ser e o que não foi, mais por falta de energia do que por falta de visão, Firmino termina o panfleto com um traço que põe na frase final, sob a forma de gracejo, o travo amargo de decepção profunda: “Tudo está concluído; o triunfo da facção áulica não podia ser mais patente, nem mais decisivo. O Sr. Desembargador Chichorro da Gama que no dia 30 de julho de 1832 conspirara com os Srs. Aureliano, Saturnino, Vergueiro, Alencar e Feijó para reformar a Constituição do Império e privar a Coroa de muitas de suas prerrogativas, e entre outras a de preferir de três nomes designados pelos eleitores um para senador, acaba de ser escolhido na lista apresentada pela província de Pernambuco. O Sr. Barão de Boa Vista, que nesse dia em defesa da Constituição votava na Câmara dos Deputados contra os conspiradores; o Sr. Barão de Boa Vista, que foi Deputado por Pernambuco por espaço de 17 anos, administrou essa província por mais de seis, e durante a sua primeira presidência não só a manteve em sossêgo, como muito concorreu para a pacificação da Bahia e Maranhão, enviando tropas que combateram a rebelião que aí apparecera; o Sr. Barão de Boa Vista, que na sua segunda presidência tanto contribuiu para a tranqüilidade pública do Norte, apesar

dos excitamentos provenientes das rebeliões de São Paulo e Minas, o Sr. Barão de Boa Vista apesar de ser pernambucano, em concorrência com os Srs. Chichorro e Ernesto foi preterido. Pois bem! Um consôlo ainda lhe resta. Aguarde alguma lista tríplice de senadores pela China, que há de ser escolhido.”

* * *

O panfleto, segundo Joaquim Nabuco, foi tomado pelo “país todo como um desafio à Coroa pela *oligarquia do Senado*”.¹⁵⁵ Constituiu o “folheto de Firmينو” — disse-o Wanderley Pinho — “o depoimento conservador”.¹⁵⁶ A verdade é que provocou celeuma na Câmara, no Senado e na imprensa. “Sensacional” — é a expressão que para caracterizá-lo usou Basílio de Magalhães.¹⁵⁷ Os que escreveram sôbre aquêlê período de nossa história tiveram de ir beber no opúsculo.

A opinião ficara abalada com as revelações.¹⁵⁸ Percebendo o impacto das denúncias viram-se os liberais obrigados a uma resposta. Veio sob a forma de outro panfleto — *A Coroa e a Oposição* —, saído a 5 de julho seguinte, sob o anônimo, mas de autoria de Sales Tôrres Homem. O futuro Visconde de Inhomirim nega a existência da facção áulica, declara que a queda do Gabinete de 5 de maio foi normal. Faz o elogio do Ministério de 2 de fevereiro e combate vigo-

155. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 1º, pág. 120.

156. WANDERLEY PINHO, *O Barão de Cotegipe e seu Tempo*, pág. 131.

157. BASÍLIO DE MAGALHÃES, *Prefácio à Circular de Teófilo Otttoni*, pág. 161.

158. J. M. PEREIRA DA SILVA, *Memórias do Meu Tempo*, vol. 1º, pág. 152.

rosamente a idéia de conciliação dos partidos que Holanda Cavalcânti levantara — êle, Tôrres Homem, que seria o pregoeiro mor da conciliação do Marquês de Paraná. E dizia que a publicação procurara “ofuscar a auréola do prestígio da Coroa, a atrair sôbre ela a animadversão e desprêzo públicos” — exatamente o que êle próprio, três anos depois, sob o manto de Timandro, tentaria fazer com o *Libelo do Povo*. Tôrres Homem nunca primou pela coerência. Com os conservadores combatera Feijó; contrariado em suas pretensões, passara-se para os liberais, pugnando pela maioria; de luzia exaltado, voltaria ao aprisco saquarema. Quando lhe atiravam em rosto essas metamorfoses, procurava justificá-las. Apesar de ser homem de espírito, nunca lhe ocorrera a explicação sutil do Antônio Carlos da República, para, como êle, responder: “Eu não mudei, as circunstâncias é que mudaram...”

“Para provar a existência dessa suposta entidade onipotente” — diz o futuro Timandro — “que se levanta acima do trono, os saquaremas vêm-se obrigados no seu panfleto a caminhar de contradição em contradição, de falsidade em falsidade, o que tornaria insuportável a leitura de tal peça, a não ser a sedução de um estilo elegante e sarcástico.” Era uma concessão... É sôbre isso, acrescenta, que “os Srs. Vasconcelos, Honório e Paulino edificam o castelo da sonhada facção, que domina os Conselhos da Coroa em oposição no Parlamento”.

A importância que o Governo dera ao opúsculo revelava-se no fato de sair a campo para responder-lhe o mais eminente jornalista liberal da época.



Atribuiu-se a princípio a autoria ora a um, ora a outro dos três grandes morubixabas do Partido Conservador. Ainda hoje a suposição é revivida por certos escritores.¹⁵⁹ Seu autor é Firmino Rodrigues Silva. Quatro anos após a publicação, Manuel de Melo Franco, em 1851, afirmava ser êle da lavra do jornalista.¹⁶⁰ O estilo colorido, mordaz, vivo — é inconfundível, é inteiramente seu. Em sua correspondência há elementos que não deixam margem a dúvidas.

Projeto muito antigo de Firmino, a denúncia da existência da facção áulica. A dissolução do Gabinete de 5 de maio, onde tão ostentivamente se patenteava o manejo do elemento oculto, forneceu-lhe o motivo por que aguardava. Anunciara a Paulino o plano da obra. Êle aprova-a com entusiasmo e diz-lhe em 3 de março de 1846: “Aplaudo muito o projeto que tem de publicar o opúsculo de que me fala. Não dê de mão a tão feliz idéia. Vá desenvolvendo e limando. É de supor que antes de sua publicação V. S.^a venha à Côrte, pois a obra exige algum tempo, e então lhe darei aquelas informações que estiverem ao meu alcance. Aqui poderá V. S.^a dar a última mão ao seu quadro.” Eusébio de Queirós, em carta de Águas Virtuosas, datada de 7 de julho de 1847, um mês após o aparecimento do panfleto, escreve-lhe: “O seu nome é muito estimado e conhecido por cá; e o folheto muito procurado, mas muito raro. Tenho enviado já todos, menos os de Pouso Alegre por não ter ainda achado portador seguro.” Que folheto seria êsse, e que interêsse teria Eusébio em participar a sua grande procura senão porque realmente era êle o seu autor? Do futuro sogro de Firmino, Francisco Coelho Duarte Badaró, há tam-

159. OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 247.

160. *O Itamontano*, de 17 de dezembro de 1851.

bém uma carta de 26 do mesmo mês, que registra: “Vi os folhetos intitutados *Dissolução do Ministério*, e de certo esta obra-prima pelas verdades em que assenta e que muito convém expô-las ao público donde mais tarde ou cedo podem produzir bom efeito.” Felicitações ao autor.

Na edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, o *Jornal do Comércio* declara que o folheto é de Firmino.¹⁶¹ Vários escritores da época e atuais indicam-no como seu autor.¹⁶²



Logo depois da publicação do opúsculo, o mordomo Paulo Barbosa é enviado como plenipotenciário à Rússia. Em fins de janeiro de 1848 Saturnino, irmão de Aureliano, tendo entrado em desentendimento com Alves Branco, Presidente do Conselho, a respeito das negociações com a Inglaterra, vê-se obrigado a deixar a pasta dos Estrangeiros, por vontade expressa do Imperador, que assim parecia ter querido mostrar que governava por si.¹⁶³

Dispensava-se, dessa forma, a facção áulica, e fechavam-se os reposteiros da Joana.

161. *Jornal do Comércio*, Edição Comemorativa do Centenário, n° 50, pág. 230.

162. SACRAMENTO BLAKE, *ob. cit.*, vol. 2°, pág. 262; INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *ob. cit.*, tomo 9, pág. 233; WANDERLEY PINHO, *ob. cit.*, pág. 130; VIEIRA FAZENDA, *Antiquilhas*, vol. 3°, pág. 369; PAULO PINHEIRO CHAGAS, *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo*, pág. 419; JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 640; RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *Antologia de Humorismo e Sátira*, pág. 40.

163. J. M. PEREIRA DA SILVA, *ob. cit.*, pág. 154.

CAPÍTULO VIII

"Milhares de rojões serpenteando
Aos ares se arremessam — lá disparam."

Candidato de oposição. Exílio. Retorno dos conservadores ao poder. A Ordem de Cristo e a remoção para Sapucaí. As fôlhas de pequeno formato. Sua linguagem aspérrima. Duelo espantoso de decomposturas desabridas e descabeladas.

Em pleno domínio da política liberal, Firmino disputou cadeira de deputado geral pelo Partido Conservador nas eleições para a legislatura de 1848, pela província de Minas Gerais. Perdeu. Veio colocado em 29.º lugar numa bancada liberal unânime. Luís Antônio Barbosa, que com Vasconcelos e Honório completava a trindade "ilustre dos conservadores de Minas",¹⁶⁴ dá-lhe notícias do pleito: "Está finalmente conhecido o resultado final da eleição, e creio que o resultado vos tem convencido da fidelidade que houve a vosso respeito." Com realismo político aponta as causas do insucesso: "Fomos derrotados; nem outro resultado era possível caber a um partido fora do poder, e lutando com êle sem chefes, sem direção, e por conseqüência,

164. TEÓFILO OTTONI, *ob. cit.*, pág. 335.

sem disciplina, nem esperanças; o resultado total que aparece, além de 48 eleitores nossos que não puderam ir aos colégios, prova bem a nossa força, e que se tivéssemos uma imprensa, um centro de direção, e maior número de candidatos dentro da província, não deixaríamos de ganhar metade dos deputados." Os resultados provocaram reações diversas no moral dos candidatos e dos partidários: "Depois da luta os nossos colegas candidatos parecem desanimados de suas posições, alguns nem mais parecem que vivem; o partido pelo contrário entregue a si próprio em cada localidade me parece (coisa extraordinária!) mais animado do que se tivesse ganho uma vitória, e de todos os pontos se reclama a Imprensa, e se fazem ofertas para sustentá-la, bem como se reclama a criação de Clubes. Mas tudo isto precisa partir da capital, e basta dizer isto para vos demonstrar a impossibilidade." E o futuro conselheiro indaga: "Desejo que me escrevais longamente sobre a política, e as esperanças dos nossos homens, bem como sobre o que pessoalmente vos diz respeito. Tenho empenho de saber se no intervalo que vai até outra legislatura tendes de fazer alteração no vosso *statu quo*, ou se continuais na Côrte, e a politicar, também desejo que penseis no seguinte tópico: Poderíeis vir estabelecer-vos na província como advogado? Que ponto escolheríeis? Montando-se uma imprensa, pôr-vos-ei à frente?"

Pôr-se à frente da imprensa conservadora em Minas? Mas o Governo havia, inesperadamente, dado ordens terminantes a Firmino para tomar posse, sem demora, do cargo de Juiz em Santa Catarina. Que fazer? Cumprir a ordem de remoção ou atender ao convite do correligionário? O juizado na província longínqua era o exílio político, em terras inóspitas. Vários magistrados haviam recusado servir na comarca, desprovida de confortos, com distâncias imensas, camiuhos

difíceis ligando os vários têrmos, infestados de índios bravios. Na sua decisão final pesou mais o conselho de Paulino de não abandonar, de forma alguma, a magistratura. Seguiu viagem.

Suspeita de ser o panfleto sôbre a facção áulica de autoria do antigo Juiz de Paraibuna? O inopinado da exumação da ordem de remoção, há tanto tempo esquecida, induz à afirmativa. O propósito seria castigar o jornalista molesto à situação. A medida, todavia, viera retardada. As vigas da situação liberal começavam a estalar.

Eusébio de Queirós transmite-lhe, em carta de 6 de fevereiro de 1848, as novidades políticas, misturando-as, como de seu feitio, com apreciações mordazes: "Respondo à sua de 7 do passado, que muito me alegrou a nova de sua boa viagem a despeito do vento; o vapor, e o clorofórmio são razões de sobra para darmos graças a Deus por não sermos contemporâneos dos sete sábios da Grécia; é verdade que o somos do Aureliano, mas quem sabe té onde influirá a queda do Saturnino!" Dá a versão dos últimos sucessos: "Finalmente caiu o Saturnino! Asseveram os que parecem bem-informados, que a causa foi insistir em querer fazer tratado com a Inglaterra independente de retirar ela o *bill* de Pirataria, enquanto Alves Branco insiste em não admitir proposições algumas enquanto a nossa boa aliada o não retirar. Acrescentam que igualmente concorreu para êste resultado querer Saturnino reconhecer Oribe, e tratar com êle, e com Rosas como nossos aliados! O grande caso é que o homem fêz questão do Gabinete, e contra a sua expectativa viu-se despedido! Dois dias depois seguia o Imperador o seu projetado passeio pela província, e agora só para a volta descortinaremos o terreno." Acrescentava ainda, agora cuidando de assunto fora da política:

“Pego-lhe não se esqueça do artigo prometido sobre a *Festa do Baldo*.” E concluindo: “Desejo que tenha resignação para viver aí até que melhores tempos permitam que se lhe faça justiça. Dê-me suas ordens e creia que sou com estima sincera, amigo e colega — *Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara*.”

Poesia satírica, longuíssima, de oito cantos, em verso sôlto, esta *Festa do Baldo*, que Álvaro Teixeira de Macedo viera de publicar. O interêsse do antigo Chefe de Polícia não seria tanto pela excelência dos versos, bem duvidosa, mas pela circunstância de ter sido colega do autor na Academia de Olinda.

Com resignação enfrenta o exílio. “O têrmo mais distante de sua comarca” — escrevia o *Brasil*, dando conta da atuação de Firmino em Santa Catarina — “era o município de Lajes, onde desde 1838 não se havia instalado o júri. Os incômodos de uma longa viagem com o risco iminente do encontro de hordas ferozes do gentio, tudo isso foi pelo digno magistrado esquecido para cumprir o seu dever, e levar aos povos dêsse tão remoto município os benefícios da administração de justiça de que estavam privados.”¹⁶⁵ Um amigo, José Francisco Correia Filho, ao responder-lhe carta daqueles ermos, dizia: “Quando em minhas mais extravagantes concepções podia acreditar que meu amigo, ainda me escreveria da *Vila de Lajes*, dêsse lugar miserável, e tão completamente desgraçado?”

A desgraça pouco duraria. A queda de Saturnino renunciou a derrocada liberal. Quatro meses após caía o Ministério de 22 de maio de 1847. O Gabinete que o substituiu duraria outros quatro meses. O domínio dos liberais entrara em estertôres. A 29 de setembro de 1848, depois de cinco anos de ostracismo,

165. O *Brasil*, de 24 de maio de 1849.

voltavam os conservadores ao poder, com o Gabinete presidido pelo antigo regente, Olinda. Acabara-se, finalmente, o que Teófilo Ottoni chamou de “lamentável quinquênio”.¹⁶⁶



Dos primeiros atos do novo Govêrno, logo no dia 11 de outubro, foi remover Firmino para a comarca de Sapucaí, na província de Minas, e agraciá-lo com a venera de Cristo, nos decretos de gala pelo batismo do príncipe imperial. Eusébio, que no Gabinete ocupava a pasta da Justiça, comunicava-lhe: “As pressas lhe escrevo esta para dar-lhe os parabéns visto haver-se dignado o Imperador nomeá-lo para Juiz de Direito de Sapucaí, condecorando-o ao mesmo tempo com a nomeação do Hábito de Cristo.” Pedia-lhe regressar urgentemente: “Mais de espaço lhe escreverei quando tiver mais tempo disponível, por ora limito-me a dizer-lhe que acelere quanto antes a sua viagem para esta.”

Adivinhava o antigo Chefe de Polícia que a pena de Firmino seria necessária na Côrte. A imprensa dos liberais ia desencadear a borrasca. E para enfrentá-la tinham de ser mobilizados os jornalistas do Partido Conservador.

Devendo exultar com o retôrno a Minas, onde lhe acenavam com o lugar na chapa para eleição de deputado geral, Firmino não se animou muito com a notícia e a mercê. Sofria aperturas financeiras. Melhor talvez ficar em Santa Catarina e ali recompor a vida. Justiniano, em carta sem data, mas que deve ser de fins daquele ano, procura dissuadi-lo: “Cada dia mais ansioso por ver-te” — escreve —, “e já inquieto com a tua demora, recebi a tua carta, em que expondo-me

166. TEÓFILO OTTONI, *ob. cit.*, pág. 336.

razões financeiras, e cálculos de errada aritmética, concluías que não te fazia conta ir para Minas, mas sim ficar em Santa Catarina. Queria e fácil me era provar-te que são errados todos os teus cálculos; pois meia dúzia de dívidas, cujos credores não te avexam, não pode ser considerada como um pêso sôbre o futuro de um môço inteligente. Ainda que pobre e cheio de filhos, não me recusaria a emprestar-te mais algumas centenas de mil réis, quantas necessárias fôsem para te transpores daí para Sapucaí, e poderias sacar sôbre mim o que te parecesse, certo que faria honra à tua firma. Não era essa dívida motivo para romperes o teu brilhante futuro. Deputado em uma época tão profundamente crítica como a nossa, deputado por Minas, tendo por alavanca a fôrça de uma deputação de 20 votos, e por ponto de apoio as afeições que granjeaste e que consolidarias na província, calcula que porvir político poderia ser o teu. Acresceria o haver um como empenho de honra em ti para com os mineiros, empenho que não te consentiria negar-te, ainda com sacrifício teu, a ajudá-los e servi-los nas posições a que a fortuna te levasse: êsse empenho ainda maior devia ser para corresponder à amizade do ministro, e para coadjuvar a presidência entregue a um teu amigo, e que está abarbadado com dificuldades sôbre dificuldades. Para teu arranjo em Santa Catarina, seria mister despachar um desembargador, e isso seria nova dificuldade senão verdadeira impossibilidade. Acrescento-te que o Inácio Gomes Midões, da Campanha, e o Venâncio J. G. da Costa, de Pouso Alegre, têm-me escrito e mandado cartas para ti felicitando-te e oferecendo-te arranjos de viagem, hospedagem, etc. Os homens, como era de prever, ficaram ninando com a tua nomeação. Mas tu preferiste a *presidência* de Santa Catarina à deputação por essa terra. Eram essas observações sôbre as quais

queria chamar a tua atenção, e concluir que viesses *logo logo* para a Côrte — pois em tua posição e com o teu gênio, é melhor *faire la planche* e entregar-se ao rio da vida, do que refletir, ponderar, e hesitar... Mas quando te ia escrever, falei com o Eusébio, que havia falado com o *teu amigo* Antero, e está-me parecendo que tiveste razão em ficar em Santa Catarina, pois (talvez) aí se te abra *por cima* a carreira político-administrativa, mais importante do que a vida eternamente aborrecida de julgador de processo. Provavelmente responder-te-á o Eusébio; confia nêle; pois de-veras, quando todos accusam êsse ministro de ingrato, de esquecido dos seus amigos, etc., etc., tu tiveste a fortuna de captar-lhe no grau mais elevado a sua devoção e amizade... a ponto de causar ciúmes. Nesta nada mais te digo, e nem uma palavra para a política, tanto mais que sôbre a política atual conversa-se e não se escreve.”

Os planos de ficar em Santa Catarina goraram. Eram fruto de desânimo passageiro. Pouco depois aparecia Firmino na Côrte. Aparecia em época crítica. Se as flechas dos índios das Lajes não o haviam ferido no sertão bruto, não escaparia, entretanto, às setas envenenadas que lhe atirariam os luzias exasperados. Homem de “*ígnea bravura*”,¹⁶⁷ daria o trôco na mesma moeda.



A balança da política fizera oscilar os pratos. Inverteram-se as posições no tablado político. Clamavam agora os liberais contra os conservadores no Governo. Pela imprensa a oposição tempestuava. A morte de Joaquim Nunes Machado, em Pernambuco,

167. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 337.

quando do sufocamento da revolução deflagrada pela Praia, fêz os jornais liberais vomitarem chamas. Francisco Sales Tôrres Homem, sob o pseudônimo de Timandro, lançou o seu *Libelo do Povo*, redigido em linguagem explosiva. O panfleto carregava violento contra a dinastia representada por D. Pedro II. Seus ascendentes eram chamados de bastardos, moedeiros falsos, crápulas, libidinosos e de outros epítetos mais "graciosos". Estuar da fúria dos que perderam o poder...

Em janeiro de 1849 surgiu na Côrte o pasquim *Marimbondo*, trazendo no cabeçalho o seu programa:

*"Este bichinho
Dá ferroada .
Nos saquaremas,
Na galegada."*

Pequeno de tamanho, pouco mais de um palmo de largura, impressão primorosa, continha em tão pouco espaço maldade às toneladas. E desandou mesmo a meter o ferrão no Partido Conservador e em seus chefes. Cerrando os punhos, imprecava os saquaremas: "Eri-ganai-vos, miseráveis; não vos tememos, conhecemos bem vossa cobardia: sabemos que sòmente sois fortes com o apoio dos galegos e quando dispondes dos canhões e baionetas fratricidas... Eia, fazei uso delas, inundai de sangue estas ruas; nós vos emprazamos para o dia da vingança nacional...." ¹⁶⁸ E por aí afora.

Mal levantou vôo o *Marimbondo*, saiu-lhe ao encaço o *Caboclo*, do mesmo formato, tamanho, mas de partido diverso. Dos saquaremas e destinado a responder às diatribes do adversário. Iniciou-se, assim, es-

168. O *Marimbondo*, de 25 de fevereiro de 1849.

pantoso duelo de descomposturas desabridas e descabeladas na imprensa, raspando o absurdo. Nada se poupava. Honra, dignidade, decôro, tudo era torcido, conspurcado. Espirrava lama de todo lado. E que linguagem peçonhenta! Não ficaram só nos dois papuluchos. Surgiram outros, inúmeros, brotando como cogumelos venenosos. Do lado dos liberais: *O Cascalho*, *O Farricoco*, *O Sino dos Barbadinhos*, *O Guarda Nacional*, *O Pica-Pau*, *O Fuzil*, *O Cidadão*, *O Artista Brasileiro*, *O Teatrinho*, *A Filha de Timandro*, *O Povo*, *O Constituinte*, *O Catucá*. Dos conservadores: *A Contrariedade Pelo Povo*, *A Marmota*, *O Sino da Lampadosa*, *O Pato Macho*, *A Borboleta Poética*, *O Moleque*. Outros mais existiam. Só os nomes davam para arrepiar. Só de vê-los vinha a náusea que provoca novêlo de vermes pululantes.

Tinham vida efêmera. Um mês, dois, três, no máximo. Mas deixavam rastro doloroso de sua passagem. Reputações, vida íntima, nada se respeitava. Na época o gênero era não apenas tolerado, mas apreciadíssimo. “A mofina anônima” — disse-o Machado de Assis — “era o manjar favorito do público fluminense.”¹⁶⁹

Tôrres Homem, que com o *Libelo do Povo* empunhara o bastão do comando na luta da imprensa oposicionista, sofreu o ataque mais virulento e continuado. E em versos:

“A GLÓRIA DO PINTA-MONOS

Assim disse o Camões, poeta torto,
Tratando dos varões assinalados,
Que merecem no mundo ser cantados,
Em verso que da glória suba ao pôrto.

Sempre os gabos serviram de confôrto
Pr’a cometer os feitos sublimados;

169. MACHADO DE ASSIS, *Relíquias de Casa Velha*, 2º volume, pág. 34.

E o prêmio dos heróis abalizados
É aquilo que se lança ao burro morto.

Ora sus, Pinta-Monos campanudo!
No templo da Memória tens morada
A par do teu parceiro, o gordo entrudo.

Tua brocha vai hoje ser cantada;
Charlatão caíador, que borras tudo,
Como o burro também terás cevada.”¹⁷⁰

Não havia poeta na redação do *Marimbondo*. Mas o ferrão êle o cravava na carne do adversário. Retrucou logo com ataques pesados a todos os que, na política e no jornalismo, representavam a grei saquarema. Ao redator d’o *Brasil* chama “pai de filhos, criador de canários, torpe antropófago”. O último vocábulo em alusão ao apetite famoso de Justiniano. A Firmino crismava de “devasso, debochado, magistrãdo indigno”. E exclamava: “Miserável, abjeto! Não era melhor que fôsses vender a justiça como o fizeste em Barbacena?” Eusébio, Ministro da Justiça, o “corrutor da imprensa”, “o Zebra-d’Africa”, referência ao seu nascimento em Angola. Manuel Felizardo de Sousa e Melo, nas pastas da Marinha e da Guerra, o “Feliz-Asno”.¹⁷¹

Outro pasquim, *O Guarda Nacional*, irmão gêmeo do *Marimbondo*, publicara antes, que Justiniano, no *Brasil*, e Firmino, no *Caboclo*, “apostaram em entornar sôbre os homens do Partido Liberal todo o entulho da imundície, de que estão cheios seus corações”.¹⁷² A resposta não demorava e sempre visando a Tôrres Homem. A veia do poeta nesse dia fervilhava de epigramas:

170. *O Caboclo*, de 10 de março de 1849.

171. *O Marimbondo*, de 10 de março de 1849.

172. *O Guarda Nacional*, de 6 de março de 1849.

"Essas *Tórres*... que o *Homem* tresloucado...
Forma no ar, sem terem fundamento!...
Caem por terra em um só momento,
Quando da razão se escuta o brado.

Assim tu, ó *Tmandro* refalsado...
(Que nem os mortos poupas... no aposento!)
Teu libelo verás, levar o vento...
Opróbrrio só pra ti... tendo deixado.

Não abuses do bom-senso brasileiro!...
A povo tão leal e ilustrado...
Jamais governará qualquer brejeiro.

Dêsse herói! que o Império tem fundado!...
O Augusto Filho (Sábio e Justicheiro)
Será sempre, no trono, sustentado."¹⁷³

Versos contendo trocadilho leve. Nada dos costumes baldões. Vieram publicados no *Brasil*, e não no *Caboclo*. Eis o que explica o tom ameno na malícia.

Na imprensa miúda iam em ascensão as injúrias pessoais. O *Pica-Pau*, outro participante do prélio de insulto e infamação, trazia cabeçalho em versos:

"O Pica-Pau no mato virgem
No sovaco tem catinga
Mata tanto os saquaremas
Como aos negros a *amandinga*."

A destruição dos saquaremas pelo ataque à pituitária! E despejava a carga mal cheirosa. Sob o título "*Bicadas*", dizia de Paulino: "O narigudo *Paulindo* faz muito uso dêste provérbio: "O que o berço dá a tumba tira." De Justiniano: "Está tão estragado que já toma ajudas com cuia." De Firmino: "O Firmino, cara mirim, em Barbacena é conhecido pelo — *Cargas atrás*."¹⁷⁴ Tom fescenino. Coisas impublicáveis.

173. O *Brasil*, de 16 de março de 1849.

174. O *Pica-Pau*, de 27 de março de 1849.

obscenidades rasgadas, t ermos chulos, irreproduz iveis, formavam o prato cotidiano que o povo apeteceia e devorava.

Não era insensível ao debate a outra imprensa. Mas as palavras diversas, embora vivazes. A iniciativa da campanha coubera aos liberais. Os conservadores, em revide, assestavam baterias contra o autor do *Libelo do Povo*, opúsculo que representava o pensamento do partido decaído. O panfleto de Timandro merecia anúncio do *Correio Mercantil*,  rg ao dos liberais, como "produção de um dos mais ilustrados e brilhantes escritores do Partido Liberal".¹⁷⁵

Nesse mesmo *Mercantil* T orres Homem  speramente rompia contra o *Brasil*, onde voltara Firmino a escrever, chamando-o de fôlha do Tesouro, e seus redatores de venais e vendidos, sem se advertir que durante cinco anos haviam êles curtido o mais duro dos ostracismos, enfrentando a fúria do Govêrno. Venais... era o velho epíteto de sempre. A resposta, numa alusão cáustica às freqüentes metamorfoses políticas do panfletário, vinha certa: "Nunca — ouviu, Sr. Sales? —, nunca nos viu o público levar a nossa pena venal dêste àquele partido até acharmos quem no-la pagasse por preço superior ao que ela valia."¹⁷⁶

Mais labaredas crepitantes contra Timandro, chamuscando-lhe a vaidade pessoal, que era imensa, de sua elegância:

"De asneiras sabich o, forte na intriga,
Formado na impostura, e descarado,
Mais que outro qualquer, audaz e ousado,
Quando fracos rivais morde e profliga.

175. *Correio Mercantil*, de 26 de fevereiro de 1849.

176. *O Brasil*, de 21 de março de 1849.

Só querendo esconder fôfa barriga
Esse Adônis gentil feito a machado
E de si mesmo sempre enamorado
Qual Narciso (segundo a história antiga),

Arrogando-se a ser grão-publicista
Quando apenas é forte papelão,
Mais curto inda de idéias que da vista,

Eis dos Luzias o Alcorão,
Eis o Galo d'Aldela (mas sem crista),
Eis o Homem, o Sales Toleirão." 177

Injúria em prosa, de um lado. Injúria em verso, do outro. O poeta do *Caboclo* derramava rima, inspirando-se em Camões, e aceitando a guerra em termo de odores declarada pelo *Pica-Pau*:

"Cesse tudo o que a antiga musa canta
Q'eu canto êsse barrão assinalado,
Que na tribuna agora empavonado
Com profunda eloquência o mundo espanta,

Esse que a mil grisetes inda encanta
Com seu peito gentil bem estufado,
E que ao homem de bem deixa assustado
Por sua intrepidez, protêrvia tanta.

Canto (o Sale em francês) que a despelto
Das finas roupas com que o corpo cobre
A feder catinga é sempre efeito.

Esse grande Estadista, excelso e nobre,
Que só para insultar tem tanto jeito,
Mas d'espírito e saber, mesquinho e pobre." 178

Exasperado pelas verrinas do poeta do *Caboclo*, o *Guarda Nacional*, entre insultos pesados, atira o su-

177. O *Caboclo*, de 17 de março de 1849.

178. O *Caboclo*, de 28 de março de 1849.

premo ultraje. Firmino e Justiniano são vítimas das mais torpes infâmias. As injúrias em prosa são mais sérias do que as em verso. O verso obriga a idéia a entrar em certa forma. De qualquer jeito a comprime. A riqueza do ritmo, a opulência da imagem e a finura da rima podem superar o pensamento. O insulto em prosa, não. Vem inteiramente nu, com tôdas as fealdades à mostra, largado. A atenção não é distraída por quaisquer atavios. E em boa prosa, depois de reafirmarem que êles eram os campeões da difamação por dinheiro, atira a Firmino a golfada derradeira: a sua amizade com Francisco Bernardino Ribeiro, o companheiro de Academia de São Paulo, tão cedo falecido, foi atribuído sentido equívoco. Bernardo Pereira de Vasconcelos tivera de sofrer, durante grande parte de sua vida, a mais baixa das torpezas, inventada pelo rancor dos inimigos: a de ser amante da própria irmã. Ele, um entrevado...

A infâmia fere fundamente Firmino. A gosma conspurcava a memória sagrada do amigo morto havia mais de 12 anos. A réplica, dois dias depois no *Caboclo*, tinha. Fúria que os versos mal continham e que estuava em cada estrofe. A própria forma clássica do soneto foi esquecida:

“De vil forçado galé
 Protervo gesto e semblante
 Do *zingador* feição é
 — Ver — é sentir a ralé
 Dêste rapaz petulante.

Refina o tal no babil
 Do demo coxo a peçonha:
 Calúnia preta lh'ardil,
 Recursos presta-lhe mil
 Capadoçal sem-vergonha.

Assim mesmo nada val
No seu constante xingar
Que só ladrar não faz mal
E um cão vil como o tal
Sòmente pode ladrar.

Deixá-lo pois a ladrar,
Ninguém dêle faça conta,
Ninguém se dê do xingar,
Que a ninguém leva desar
Louvor do biltre é que afronta.”¹⁷⁹

Nenhum dos papeluchos sobreviveu às eleições de 5 de agosto de 1849. Morreram todos. Cessou assim a aura infamatória que se comprazia nas torpezas de campanário. Que proveito dela tiraram os luzias ou os saquaremas? Nenhum. Serviu apenas para entreter a platéia ávida dêsse escandalos, “manjar favorito do público fluminense”.



Seria Firmino o autor dos versos? E Tôrres Homem o redator das injúrias a Firmino? Firmino fôra poeta e os versos, para o caso, não eram maus. Os contemporâneos o apontavam como redator do *Caboclo*, embora êsse jornal fôsse o último dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos.¹⁸⁰

O *Brasil* publicou artigo negando a participação do antigo Juiz de Lajes nos sucessos jornalísticos de então. Nêle Justiniano, seu autor, declara ser Firmino “uma das melhores penas de que se honra a nossa política”. Diz êle: “Estava reservado aos infames pa-

179. O *Caboclo*, de 18 de abril de 1849.

180. OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *ob. cit.*, pág. 13, e GONDIM DA FONSECA, *ob. cit.*, pág. 314.

peluchos que aí se imprimem por conta da opposição compensar-lhe com as mais torpes calúnias, com as maiores insolências os seus serviços e os altos testemunhos que dêles recebeu. O Dr. Firmino demorava-se no Rio de Janeiro, o Dr. Firmino é uma das melhores penas de que se honra a nossa política; bastaram-lhe essas duas premissas para concluir que contra o Dr. Firmino deviam soltar as suas fúrias. E não atenderam que nem sempre é possível a um homem na posição do Dr. Firmino mudar-se, fazer grandes viagens com a facilidade e a rapidez com que se põe em marcha o soldado; nem tão pouco atenderam a que, na posição e com o talento do Dr. Firmino, se tivesse êle querido envolver-se nas polêmicas dessa época agitada, não seriam de certo alguns insignificantes artigos sem mérito o que teria assinalado a sua presença." 181

Se os artigos eram insignificantes, os versos eram bons. O desmentido, se não confirma a origem dos versos, não lhes nega a autoria, como fêz com os artigos. Há ainda a circunstância de haver saído um dos sonetos no *Brasil*, jornal avêso a tal sorte de publicação.

Por outro lado, se Tôrres Homem não era o único dos que escreviam contra Firmino, pelo menos era o principal dêles. Timandro, cuja violência o *Libelo do Povo* patenteava, não sentiria calado as bordoadas que em versos contundentes se lhe davam. Devolveria e devolveria com virulência, cutilada por cutilada. É bem verdade que também o futuro Visconde do Rio Branco se constituíra dos mais assíduos colaboradores do *Marimbondo*. 182 Nem o *Caboclo* seria redigido sòmente por Firmino, nem o *Marimbondo*, e outros membros da confraria, sòmente por Tôrres Homem. Êles eram puxados por corda que muitas mãos moviam. Na

181. *O Brasil*, de 24 de maio de 1849.

182. GONDIM DA FONSECA, *ob. cit.*, pág. 316.

correspondência de Firmino sempre se encontram referências a Timandro, como seu perseguidor. Seja lá como fôr, entre Paranhos e Tôrres Homem se divide a responsabilidade dos ataques a Firmino. Um quarto de século depois, no Senado, em várias discussões com o Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho, integrado no que se chamava oligarquia conservadora, Firmino usaria linguagem ácida. Reminiscências, talvez, das ferroadas do *Marimbondo*.



A intenção do Govêrno de varrer da circulação os beneméritos pasquins que, com furor escatológico, invadiram a Côrte, horrorizou os liberais. O *Correio Mercantil* obtemperava: "Diz-se agora que o Govêrno pretende acabar com tôdas as fôlhas de pequeno formato, de um lado e de outro..... Plano perverso tramado contra a liberdade de imprensa." Aduzia ainda: "Incomodavam as fôlhas pequenas, cuja linguagem veemente era a mais própria para despertar o povo, e esclarecê-lo sôbre os perigos que corre, e sôbre seus verdadeiros interesses." 183

"Linguagem veemente..." Eufemismo extremamente cândido. O órgão liberal assumia a defesa aberta do desvirtuamento da imprensa e, com circunspeção, queria que se levassem a sério artigos repulsivos. Chegou ao extremo de censurar o *Brasil* por não lhes responder: "No entanto serve o pretexto do horror aos insultos, para que a fôlha do tesouro se esquive de responder a muitos artigos sérios da imprensa de pequeno formato, simulando que nela não encontra senão injúrias, e difamação; excessos que a decência pú-

183. *Correio Mercantil*, de 27 de março de 1849.

blica pede que acabem por uma vez, e assim poupa-se a fadigas e derrotas.”¹⁸⁴

“Artigos sérios...” Artigos sérios, êsses que abalhavam a honra pessoal dos adversários, quando não lhes conspurcava o lar.

Como se os habituais excessos de linguagem não bastassem para o extravasamento dos rancores e ódios partidários exasperados no fragor dos embates, inventaram as fôlhas pequenas, cruas na sua imoderação.

Costumes jornalísticos do tempo.

184. *Correio Mercantil*, de 15 de junho de 1849.

CAPÍTULO IX

"A era da ventura hoje desponta
Tão rica de esperanças;"

Como se faziam as eleições e o papel que nelas representava a polícia. Depoimento estarrecedor de Paulino. Deputado Geral mais votado. A Justiça no banco dos réus. Discurso de estréia. A Instituição do júri e seu aspecto político. Embates com Sousa Franco e com Melo Franco.

Nas eleições de agosto de 1849, em Minas, o Partido Liberal não elegeu um deputado. Teófilo Ottoni, Cristiano Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, o cônego Marinho e Joaquim Cândido Soares de Meireles apresentaram à Câmara extenso manifesto, denunciando vícios do pleito, ferido quando as rédeas do poder já haviam passado às mãos dos conservadores. Diziam os subscritores do manifesto, onde faltava apenas a assinatura de Melo Franco para congregar todo o estado-maior luzia, acreditar firmemente "que os 20 portadores de diplomas do Ouro Preto ignoravam os escândalos a que deveram a sua intitulada eleição; que se os souberam, sem dúvida se pejariam de entrar os Paços da Câmara, trazendo nas mãos êsses diplomas indignos

dêles".¹⁸⁵ Publicado o manifesto na Côrte, no *Jornal do Comércio*, foi reproduzido no *Itamontano*, de Ouro Prêto.¹⁸⁶ Este jornal, substituto do *Itacolomi* como órgão oficial dos liberais, chamava à Assembléia "*ajuntamento ilícito*, que se vai constituir em Câmara dos Deputados",¹⁸⁷ e clamava contra "o escândalo inaudito de uma Câmara unânime", falando, ainda, de "ditadura de 29 de setembro".¹⁸⁸

Que escândalo? O Chefe de Polícia da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos — afirma o manifesto —, simulou inquietar-se com a perturbação da ordem por parte da opposição, e mandou assoalhar notícias falsas para "desvairar a opinião". Com esse pretexto, e em circular capciosa, fêz movimento ostensivo de tropa e convocação de fôrça para o próprio dia e local da eleição. "De sorte que, adianta o manifesto, as baionetas e o cartuchame, públicamente distribuídos, tinham por fim *retificar notícias falsas*." Denuncia as finalidades da manobra policial, mas tem o cuidado de se expressar em linguagem dubitativa: "Bem claro fica o plano a quem lê a circular e observa os fatos. Convocada a fôrça, ocupar os caminhos por onde afluíam os votantes. Os fracos seriam intimidados com algumas prisões e buscas aparatosas. Os obstinados iriam conduzir officios e presos e efetuar diligências a léguas de distância. Se tanto não bastasse, pregar-se-iam as portas laterais da Igreja; e a principal, única aberta, sendo ocupada por soldados, só daria entrada a votos conhecidos da polícia, e às listas de côres especiais com que foi devassado o segrêdo de escrutínio. Eis o motivo e os fins da convocação da fôrça."

185. *Jornal do Comércio*, de 22 de dezembro de 1849.

186. *O Itamontano*, de 5 de janeiro de 1850.

187. *O Itamontano*, de 9 de janeiro de 1850.

188. *O Itamontano*, de 16 de janeiro de 1850.

Eterna e monótona mudança de posições dos conservadores e liberais! Enquanto uns, guindados ao poder, faziam eleições a seu gôsto, os outros corriam para a manivela do realejo, ainda quente das mãos dos opositoristas da véspera, e entravam a moer a música das violências do Govêrno! No exercício alternado do poder de luzias e saquaremas — era um mito a liberdade eleitoral. O partido levado ao Govêrno pela vontade do Imperador — que para a efetividade da autoridade valia ainda tanto ou mais que o prestígio popular, e que mais tarde Tito Franco de Almeida, na sua biografia de Furtado, denunciaria como o *Imperialismo* falseador do sistema representativo —, o partido no poder dissolvia a Câmara, se esta lhe era molesta, removia os juizes, substituía os Presidentes de províncias. Estes, por seu turno, nomeavam o Chefe de Polícia, que mudava os delegados, movimentava fôrças com aparato: buscas nas residências, intimidações aos adversários, emprenhamento das urnas...

É estarrecedor o depoimento de Paulino. O Ministro de Estrangeiros culpava dêsses vícios o regime parlamentar. Cruamente dizia a Firmino em carta de 27 de dezembro de 1852: “A oposição disputou aqui a eleição com grande fúria, e com grandes meios. Batemo-la completamente porque estamos no Govêrno. Se ela estivesse no Govêrno teria vencido completamente. Assim está o país, e assim é o sistema. Ando muito enjoado do tal sistema, à vista do que se passa entre nós, e do que tem passado e passa na Europa. Não se conclua daí que sou absolutista, não senhor, o que aborreço é uma cloaca a que chamarei *parlamentarismo*, excelente coisa para os ambiciosos, turbulentos, faladores, audazes, sem-vergonhas, trapalhões, etc., etc.” Palavras vindas não de quem experimen-

tara o amargo da derrota, mas de quem deveria exultar na euforia da vitória.

Quando se argüiu na Câmara que o Partido Liberal, mais forte em Minas, não pudera eleger, pela intervenção do poder, um deputado sequer, coube a Luís Antônio Barbosa defender os saquaremas. A asserção não é exata — diz — porque o Partido Liberal “nunca pôde dar um representante quando estêve fora do poder”. Examina as eleições de 1847, chamadas das “achas de lenha”, e as de 1844, “feitas debaixo da virga-férrea dêsse partido”, e sòmente vencidas porque empregaram os luzias “a bala no Araxá e Bependi; no Araxá se fazia fogo sôbre os chefes de nosso partido, foragidos em uma fazenda enquanto se fazia a eleição na Matriz.

O Sr. Paula Fonseca: Na Diamantina até deram busca no Senhor dos Passos.”¹⁸⁹

Nem a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo escapava à suspicácia eleitoral! “Assim está o país, e assim é o sistema” — dissera Paulino, Ministro de Estado, autor do *Ensaio Sôbre Direito Administrativo e dos Estudos Práticos Sôbre a Administração das Províncias*.



Nas eleições de 1849 Firmino obteve o primeiro lugar na lista. Deputado mais votado. No pleito concorreram nomes ilustres da província, com reputação firmada na Câmara temporária. O Juiz de Sapucaí gozava de prestígio no partido da Ordem. Os serviços na imprensa granjearam-lhe renome e a atuação contra o domínio do Govêrno liberal de cinco anos, conso-

189. *Jornal do Comércio*, de 11 de janeiro de 1850.

lidara-o. Após êle vinham eleitos: Cruz Machado, depois Visconde de Sêrro Frio, Justiniano, Bernardo Belisário Soares de Sousa, Paula Cândido, Diogo de Vasconcelos, Luís Antônio Barbosa, José Joaquim de Lima e Silva, depois Conde de Tocantins, Herculano Ferreira Pena, Gabriel Mendes dos Santos, a quem caberia presidir à Câmara durante a oitava Legislatura. Acertara o desembargador quando vaticinara, em 1843, ao jovem Juiz de Barbacena sua ascensão a Deputado Geral. O filólogo que tanto achara palreira a Câmara daqueles tempos, iria presidir a uma outra muito mais verbosa e tumultuada.

A inclusão do nome de Firmino na chapa tivera, como da praxe, de ser decidida na Côrte. Sousa Ramos, na presidência da província, lhe asseverara em junho candidatura tranqüila. Entretanto, José Joaquim de Lima e Silva dizia-lhe não figurar seu nome na chapa oficial: "Honório tomou nessa ocasião então em grosso a exclusão de seu nome, como injusta e acintosa, e escreveu com todo o empenho de que é capaz quando quer servir, exigindo, ou mais bem ordenando, que por modo algum deixasse o Presidente de meter seu nome na chapa que tivesse de apresentar." Paulino apressava-se a comunicar-lhe: "Dizem que na primeira organização da chapa feita em Ouro Preto V. S.^a não foi incluído, incluíram-no depois, para o que muito concorreu o Eusébio, que tomou isso a peito. Creio que também tive alguma parte nesse resultado pelas cartas que escrevi ao Sousa Ramos." Honório, Paulino e Eusébio, os caciques do Partido Conservador, a fundo se batiam pela candidatura de Firmino. O ministro passa a dar-lhe informações sôbre o estado de espírito dos correligionários: "Há por aqui grande frieza e desgôsto entre os nossos, e tem-se custado a resolver alguns a resolverem-se na próxima eleição. Queira Deus que o mesmo não aconteça aí. O que

vale é que ainda duram as exalações das podridões dos cinco anos passados, e que os nossos adversários ainda estão mais desmantelados do que nós.”

Em Minas nunca existiu apatia política. Na terra de Tiradentes, segundo a frase do Conselheiro Andrade Figueira, “fala-se e vive-se da política”. A oposição movimentava-se. Procurava a intriga. O alvo era Diogo Pereira de Vasconcelos, o Chefe de Polícia. Luís Antônio Barbosa escrevia a Firmino: “O *Itamontano* fêz-vos aqui alguns elogios a princípio, mais para com o vosso nome descompor o Vasconcelos, do que por consideração para convosco; ùltimamente, porém, já tendes pago caro os elogios; e isto foi bom porque a mim o mesmo aconteceu, e — *solatium est miseris, socium habere malorum.*”



Câmara maciçamente conservadora. Para quebrar a unanimidade saquarema havia, apenas, Bernardo de Sousa Franco na oposição. Mordaz, combativa, eloqüente, essa voz discordante elevava-se de contínuo e desfechava setas ferinas no dorso compacto da maioria.

Singularidade a ressaltar na composição da Legislação: o elevado número de magistrados. Ao todo 36 juizes e desembargadores. Largaram as comarcas e tribunais onde serviam, para integrarem a representação política das províncias. Constituíam quase o têtço da Câmara. Apesar disso, ou talvez por causa disso, logo no início da sessão longos debates sôbre a carreira da magistratura surgiram, sua participação na política, competência do júri, etc. Nas discussões fervilhavam sérias apreciações sôbre o Poder Judiciário. Não se atenuava o pensamento com eufemismos. Diziam-se as coisas como eram. Nada de meias-tintas. A austeridade da Justiça não escapava à acidez da crítica.

Hieráticos, superciliosos, afastados dos mortais como os deuses no Olimpo, conservavam-se os juizes de Tribunais de Relação envoltos no ranço das Ordenações. Ciosíssimos das prerrogativas formais, não toleravam, por sacrílego, qualquer arranhão na solenidade litúrgica das sessões. As assentadas de julgamento obedeciam a ritos sagrados. Acreditavam-se revestidos de dignidades reais, e exigiam o título de... *Majestade*. Não deixavam por menos.

Na scssão de 19 de janeiro de 1850 o deputado pernambucano Venâncio Henriques de Resende oferece projeto de lei suprimindo o tratamento privativo do Imperador às Relações. Justificando-o, diz não mais se poder tolerar reminiscência ridícula do absolutismo morto. Mostra o quanto de falso soava nessa prática e ilustra o discurso relatando estranho episódio ocorrido com Firmino na Relação de Ouro Prêto, onde o antigo Juiz de Paraibuna não se deixara intimidar pela majestade do Tribunal.

“O SR. HENRIQUES DE RESENDE: Eu nunca fui à Relação, e espero em Deus nunca lá ir; mas disseram-me que, quando aí se entra, fazem-se três genuflexões como ao Imperador (*Risadas*). Disseram-me mais que, quando algum juiz de direito é chamado a substituir a algum desembargador que falta para preencher o Tribunal, não se consente que entre pela porta em que entram os desembargadores, mas pela porta dos contínuos. Isto me foi contado pelo Dr. Firmino, que tendo sido chamado como membro suplente, não quiseram que êle entrasse pela porta por onde entram os desembargadores...

O Sr. Sousa Franco: Pela porta do céu.

O SR. HENRIQUES DE RESENDE: ... ao que êle disse que de fato não era desembargador, mas que também

não era contínuo, e portanto deixava de entrar por uma e por outra porta (*Risadas*).”¹⁹⁰

Pouco depois Eusébio de Queirós, Ministro da Justiça, envia projeto sôbre contagem de tempo dos juizes para efeito de promoção. Apenas se computaria quando resultante do pleno exercício da magistratura. Com a medida visava o ministro, de forma indireta, a afastar os juizes das competições políticas. Obrigá-los-ia a optar entre uma e outra das carreiras, pois o desempenho de função política prejudicaria o acesso à Relação. Declara Eusébio, na sessão de 21 de março de 1850, que não daria, entretanto, jamais seu voto a qualquer medida criadora da incompatibilidade. Pergunta: não seria desejável que essa classe “contribua para o Corpo Legislativo senão em uma escala menor do que aquela em que atualmente concorre?”¹⁹¹ Eusébio era um dos 36 magistrados da oitava Legislatura.

A discussão desborda, toma outro rumo. Vinha de longe a disputa sôbre a conveniência ou não de os membros da magistratura participarem da política. Reclamava-se lei de incompatibilidade. Velhos argumentos revividos, teses antigas renovadas. Joaquim Otávio Nebias, Paula Batista, Sousa Franco e Nabuco batem-se pela incompatibilidade. Nabuco afirma que todos “sentem em comum a necessidade de revocar o Poder Judiciário, extraviado de sua missão sagrada pelas ambições políticas”.¹⁹² O praxista Paula Batista, professor da Academia de Direito de Olinda, defende igual princípio, mas reconhece não estabelecer a Constituição o impedimento.

Enfrentando os advogados da incompatibilidade, sobem à tribuna D. Manuel de Assis Mascarenhas, Za-

190. *Anais da Câmara*, 1850, tomo I, pág. 211.

191. *Anais da Câmara*, 1850, tomo I, pág. 185.

192. *Anais da Câmara*, 1850, tomo II, pág. 254.

carias de Góis e Vasconcelos, Wanderley e outros. D. Manuel, magistrado, argúi a inconstitucionalidade da medida. É um direito do juiz ir às urnas. Zacarias é o mais realístico: "Seria um êrro grosseiro" — diz — "fechar as portas do Parlamento à magistratura." E adiante: "Na magistratura que faz do estudo das leis sua profissão habitual, se hão de mais naturalmente achar do que em outra parte os grandes talentos em matéria de legislação. E pois, como admitir-se jamais a exclusão da magistratura das funções legislativas?" 193

Não se podia negar a contribuição dos homens da toga à vida pública da Nação. De seu seio vieram grandes vultos do Império: Vasconcelos, Limpo de Abreu, Paulino, Honório, Eusébio, Aureliano, Nabuco, Sinimbu, Wanderley e tantos outros. Como privar o país de seus serviços, afastando-os com a incompatibilidade? Se de um lado o ingresso de magistrados na política criava sérios embaraços à própria Justiça, que cumpria ficar imune das paixões partidárias, êles não poderiam ser, de um momento para outro, alijados da arena política, sem desfalcar-se o quadro dirigente do país. Essa circunstância, por mais chocante que seja hoje em dia, tinha de ser aceita. Não a condenava a moralidade média do povo, desejoso de ver nos postos de representação política os mais capazes.

Com o rude feitio do tempo, não se poupavam críticas acerbas. Elas atingiam de preferência os Tribunais de Relação, despídos do título real de Majestade. Saião Lobato, depois Visconde de Niterói, na esteira de Henriques de Resende, defendendo os juizes de direito, debicava dos desembargadores empavonados da Côrte. É sugestivo o discurso por êle proferido na sessão de 21 de março de 1850:

193. *Anais da Câmara*, 1850, tomo II, pág. 203.

“O SR. SAIÃO LOBATO: Contrista, Sr. Presidente, o ver-se no nosso país a desigualdade com que têm sido tratados os magistrados; por exemplo, no Tribunal de segunda instância da Côrte se nota tal desembargador todo coberto de grã-cruzes e crachás, que talvez de magistrado só tenha o nome e os vencimentos pecuniários (*Apoiados, muito bem*), ao par de outros que em suas becas ou não trazem condecoração algumas, ou um simples Hábito de Cristo (*Apoiados, muito bem*). Qualquer estrangeiro ou quem os não conhecesse que ali entrasse, ao vê-los, diria: “Aquêles tão condecorado é o mais velho, o mais digno dos juízes.” — E como não ficaria surpreendido se lhe dissessem que, quando muito, terá assinado de cruz meia dúzia de acórdãos?”¹⁹⁴

Nessa sessão da Câmara temporária colocaram a Justiça no banco dos réus.

Firmino absteve-se de entrar nos debates. Seu discurso de estréia versará matéria de competência do júri. Assunto apaixonante, em virtude do caráter político, e do intenso interesse que despertava.

Conservadora a Câmara, e conservador obviamente o Governo, as opiniões sôbre pontos de doutrina explodiam com paixão. O espírito partidário, tão forte, ou mais forte do que nunca no Brasil, não possuía poder suficiente para curvar as convicções doutrinárias e bitolá-las segundo seu interesse. A um projeto proposto pelo Ministro da Justiça opunham resistência deputados governistas. A noção de independência dos legisladores levava-os a contrariar o próprio Governo que sustentavam.

Surge em plenário projeto transferindo do júri para os juízes de direito o julgamento dos crimes de resistência, retirada de presos, moeda falsa e bancarrota. Sousa Franco declarava, com ardor, pretender o Go-

194. *Anais da Câmara*, 1950, tomo II, pág. 190.

vêrno, com a reforma, a pura extinção do júri, a deturpação da instituição.

Firmino entra nos debates. Introvertido, não se sentia à vontade na tribuna. Na sua vida de parlamentar poucas vêzes enfrentaria o plenário. Timidez quase invencível o conservava arredo. “Não dispunha de talento oratório” — dêle disse Sílvio Romero — “e talvez por isso deixou de representar saliente papel na alta política.”¹⁹⁵ Todavia, na Câmara e no Senado, revelou qualidades de orador. Falava quando provocado. “Não tenho o talento da palavra, falta-me o hábito da tribuna.” “Não me acostumei a pensar falando, predicado essencial, indispensável ao orador, como diz Thiers, mas a pensar escrevendo” — declarará mais tarde no Senado em discurso memorável.¹⁹⁶ Vencida a inibição, a palavra lhe saía fácil e sonora, o pensamento ágil e a proposição escoreita. Debateria com os maiores oradores do tempo. No discurso de estréia na Câmara dos Deputados enfrentava o sarcástico e experimentado Bernardo de Sousa Franco.

A epidemia da febre amarela em 1850, das maiores que assolaram o Rio de Janeiro, quase arrastara Firmino à sepultura. Vivera por tantos anos na Côrte, foco da infecção, e só nesse ano a contraíra. Mais feliz do que o cônego Marinho, velho adversário, e Bernardo Pereira de Vasconcelos, o antigo chefe, escapara com vida à moléstia. Ressentia-se ainda de seus efeitos, quando pedira a palavra.

Defende o projeto modificador da competência do júri e a êle apresenta emenda. Analisa a instituição desde quando decretada em 1832. Refere-se ao clamor surgido logo depois de criada, já pela demora dos jul-

195. SÍLVIO ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, vol. I, pág. 132.

196. *Anais do Senado*, 1870, tomo V, apêndice, pág. 1.

gamentos, já pela parcialidade das decisões. Quase todos os Presidentes de províncias, entre os quais muitos do Partido Liberal, haviam apontado essas deficiências do instituto em relatórios às Assembléias provinciais. Curioso o estudo sociológico-comparativo das condições de colonização entre os Estados Unidos da América e o Brasil: "Por motivos que ninguém ignora, o colono, em vez de fixar-se no litoral e não caminhar para o interior, enquanto se não achasse cultivado o terreno que primeiro ocupara, embrenhou-se pelo sertão, arredando-se da civilização, tanto mais quanto mais se arredava do litoral e da sociedade dos outros homens. As crenças religiosas enfraqueceram-se gradualmente pela sucessão das gerações, e o isolamento individual produziu em grande escala todos os danos que dêle dimanam naturalmente. Não assim procedeu a colonização nos Estados Unidos. A ocupação do solo foi feita gradualmente. Enquanto a zona primeiro ocupada não se povoava, a colonização não ia por diante. Por tôda a parte pois se encontrava o homem social com suas crenças e seus hábitos de civilização que mais se robusteciam com o contato dos outros homens. Súbitamente, sem transição alguma, em relação ao isolamento individual, passou o país de estado de dependência em que era governado para o estado de independência em que se devia organizar por si mesmo, das formas absolutas de Govêrno para as formas representativas."

A transição brusca não provocou maiores distúrbios quando se tratou de organizar juridicamente a Nação. Os óbices surgiram na aplicação prática das leis, notadamente a do júri: "Enquanto se tratou de fazer leis, a dificuldade não pareceu insuperável. Nas capitais das províncias e nas cidades mais populosas do litoral e do interior se acham indivíduos assaz habilitados para se cumprir com honra e inteligência o

mandato recebido das mãos de seus constituintes. Do Parlamento foram em grande parte escolhidos os membros do Poder Executivo. Quando porém o país tratou de aplicar a lei aos fatos ocorrentes, e as localidades de se julgarem por si mesmas, apareceram as dificuldades com que temos lutado, e ainda hoje lutamos. Não se tratava mais de delegar um poder nas mãos dos mais habilitados para bem desempenhá-lo, mas de o exercer pessoalmente com os recursos da própria inteligência, contrariando os hábitos do isolamento adquiridos desde a infância. O cidadão vivendo na maior parte das localidades retirado nas suas fazendas, entregue só e unicamente aos interesses da lavoura, da criação do gado ou da mineração, viu-se súbitamente colocado em presença de um tribunal, tendo de ouvir nos debates palavras cuja significação ignorava, de iniciar-se nos mistérios da legislação, até então o patrimônio de uma classe. Não firmando idéia bem clara e definida do dever social, entendeu que o condenar ou absolver constituía um direito seu de que podia dispor livremente no sentido de suas afeições, ou inimizades, como podia dispor de qualquer objeto de sua propriedade.”

Essa a origem dos vícios que inquinavam as sentenças proferidas pelo júri: “Assim, pois, tôdas as suas decisões deviam forçosamente ressentir-se dessas circunstâncias muito especiais em que se achava constituída a sociedade brasileira, deviam ser privadas dessa imparcialidade e espírito de justiça que só pode dar aquêlê sentimento do dever que a sociedade cria e desenvolve. Daí, senhores, tôdas essas contradições e injustiças nos julgamentos, daí a impunidade em tôdas as suas funestas conseqüências. A atualidade é portanto péssima, deplorável.”

Apresenta as soluções para remediar-se o mau funcionamento da instituição, porque, como está, não é possível continuar: “Cumpre modificá-la, mas como?

Três expedientes se ofereceram naturalmente à mente do legislador: 1) acabar de todo com a instituição do júri; 2) restringi-la tão-sòmente às capitais das províncias e às cidades mais populosas do Império; 3) restringi-la tão-sòmente a certos e determinados crimes.”

Examina-os um por um. O primeiro seria inaceitável, porque o júri é indispensável como fator de civilização, e não se poderia perder o que havia sido ganho com tanta dificuldade. O segundo, por estabelecer distinção entre as várias cidades do Império, estaria eivado de inconstitucionalidade. Aceitável é o terceiro, que o projeto adotara.

Como Sousa Franco sustentara que, tirando-se ao júri competência para julgar os crimes de moeda falsa, visava o Governo a compelir os juizes a condenar todos aquêles que falsificassem as notas promissórias dos adversários, mostra que a propositada confusão entre o crime de moeda falsa e o de falsificação de promissória, sôbre constituir heresia jurídica, era mero fruto de cega opposição partidária.¹⁹⁷

Discurso ouvido com deferência pela Câmara. Aprígio José de Sousa o succedeu na tribuna. Deputado conhecido pela irreverência das intervenções declara que “o brilhante discurso que acaba de ser atentamente ouvido” dispensa-o de maiores considerações sôbre o assunto.

Sousa Franco vai replicar. Hábil parlamentar, senhor da palavra, inicia com ironia: “Já é uma vantagem para a Câmara, e eu diria uma vantagem para mim, que essa discussão chamasse ao debate o juiz de direito da comarca de Sapucaí, da província de Minas Gerais, e seria uma vantagem para mim, ia dizendo, se o honrado deputado por Minas não tivesse em seu *début*

197. *Anais da Câmara*, 1850, tomo II, pág. 447.

começado logo a tratar-me mais duramente do que entendendo que mereça." Defende a competência ampla do júri. Amanhã, caso vingue o critério restritivo do projeto, se lhe tirarão do campo de sua incidência todos os demais crimes. A vontade na tribuna, Sousa Franco rebate a argumentação de Firmino. Como de hábito, procura fazer pilhéria, no que se dá mal: "O honrado deputado pela província do Rio de Janeiro... digo mal, pela província de Minas Gerais... (Eu sempre procuro achar na eleição a naturalidade dos indivíduos) (*Risadas*)."

Firmino, rápido: "Mostra assim que não lê a Constituição do Império."

Zombeteiro, irreverente, querendo meter a ridículo os adversários, o futuro Visconde de Sousa Franco não granjeará simpatias. Caso sugestivo, senão impiedoso, ocorreu tempos depois, no Senado. Apesar de entrado em anos, não se lhe atenuara a veia sarcástica. Firmino, na Câmara alta, discursava. Defendia o Bispo de Olinda, quando de sua prisão pelo Governo presidido pelo Visconde do Rio Branco. As bulas do Papa, dizia êle, não estavam subordinadas ao beneplácito do poder temporal. Citava o dogma da Imaculada Conceição, que valia por si só, sem que para impor-se à crença dos católicos necessitasse da aprovação do poder civil. Trava-se, neste ponto, à margem do discurso de Firmino, áspera troca de palavras entre Silveira Lôbo, e Sousa Franco:

"O Sr. Visconde de Sousa Franco: V. Ex.^a vai-nos explicar muito bem a Imaculada Conceição.

O Sr. Silveira Lôbo: Que ganha V. Ex.^a com isso que explique a Imaculada Conceição? Isso não cabe na cabeça de um rapaz de 18 anos, quanto mais na de um velho que está batendo às portas do cemitério.

O Sr. Visconde de Sousa Franco: Não lhe pedi conselhos.

O Sr. Silveira Lôbo: Não dou conselhos, emito minha opinião." 198

Os pais da pátria, de idade provectora, não eram destituídos de vivacidade contundente. Veja-se o ocorrido com o mesmo Sousa Franco e o temibilíssimo Montezuma. Discursava Montezuma, já então Visconde de Jequitinhonha. A certa altura Sousa Franco ousara rir-se. Como um raio estourou a célebre intimação: "Recolha o riso o nobre senador", repetida como um estribilho através do resto do discurso, obrigando-o realmente a recolhê-lo. 199

O projeto de modificação da competência do júri foi aprovado juntamente com a emenda a êle apresentada por Firmino.



Pelo feito retraído, comprazia-se no trabalho das comissões. Com Luís Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro, e Miguel Fernandes Vieira, Firmino completou a comissão de Assembléias Provinciais da oitava Legislatura. Coube-lhe relatar o escandaloso caso da Lei n.º 367, de 30 de setembro de 1848, votada pela Assembléa Provincial de Minas, no fim do domínio dos liberais, que garantia vitaliciedade aos postos da Guarda Nacional, lei suspensa pelo Govêrno, até que sôbre ela se manifestasse a Câmara temporária. O Presidente da província expedia as patentes de officiais. Os postos, perpétuos e vitalícios. Imagine-se o escândalo.

O exame jurídico da lei é minucioso e completo. Diz êle em seu parecer: "A Comissão julga inconstitucional a lei citada por oposta ao art. 10, § 11, do Ato

198. *Anais do Senado*, 1874, tomo III, Apêndice, pág. 253.

199. MACHADO DE ASSIS, *Páginas Recolhidas*, pág. 163.

Adicional, na conformidade da interpretação que lhe deu o art. 3.º da Lei de 12 de maio de 1840. Pela natureza de suas funções a Guarda Nacional não pode deixar de ser considerada na inteira dependência do Governo geral. A lei de sua criação a reputa um corpo auxiliar do exército. Como tal, pode ser deslocada de uma para outra província, e muito principalmente para defender as fronteiras quando necessidades imperiosas o exijam. Sendo portanto um instituição criada em relação às necessidades gerais do Império, da inteira competência do poder geral, só pelo poder geral pode ser alterada. Esta inteligência não é nova. Prevaleceu em quase tôdas as Assembléias provinciais depois da promulgação da Lei de 12 de maio de 1840. A Assembléia provincial de Minas Gerais assim o entendeu constantemente. Conservou a Lei provincial de 16 de março de 1840, que modificou essencialmente as Leis de 18 de agôsto de 1831 e 25 de outubro de 1832. Sustentou por fôrça do art. 8.º da lei interpretativa o *statu quo* anterior a sua promulgação. Representou por vêzes à Assembléia geral pedindo a revogação da legislação a respeito. A mesma inteligência prevaleceu nesta Câmara e no Senado, embora sob a influência das opiniões políticas diversas que se têm sucedido no Governo do país. Pende da decisão desta Câmara um projeto de lei destinado a dar uma nova organização à Guarda Nacional em todo o Império. No Senado nomeou-se uma comissão incumbida da mesma tarefa.”

Incompetentes as Assembléias provinciais para legislar sôbre a matéria. Incontroverso o direito do Governo de suspender a execução da lei mineira: “Pensa a Comissão que êste direito dimana naturalmente da doutrina estabelecida no art. 17 do Ato Adicional, uma vez que o Governo pode mandar executar provisoriamente leis não sancionadas pelos Presidentes de províncias nos casos do art. 16 do referido Ato Adicional,

implicitamente se lhe confere o direito de suspender aquelas leis que nos mesmos casos foram sancionadas. E ainda mais razoável parece a concessão do segundo que do primeiro direito. A execução, por via de regra, pode trazer conseqüências mais graves do que a suspensão de uma lei. No primeiro caso se estabelecem direitos e obrigações que podem não convir; no segundo conserva-se o que já existe, que já conta com a sanção do tempo, presunção mais ou menos veemente de conveniência pública. Admitindo a possibilidade da sanção a uma lei inconstitucional, fôra concludente e omisso o Ato Adicional se dêle se não pudesse deduzir um corretivo pronto e eficaz aos danos gravíssimos que dessa sanção impensada se poderiam derivar. A revogação da lei inconstitucional pelo Poder Legislativo seria em muitos casos improfícua. Apareceria para dar testemunho de sua importância, procurando prover de remédio ao mal quando êle já se tivesse tornado irremediável.”

Continua com objetividade: “Assim foi entendido o Ato Adicional enquanto no desenlace da questão não intervieram interesses políticos menos refletidos, enquanto foi êle cometido só e unicamente aos ditames da boa hermenêutica, e às exigências muito sensatas de nossa organização política tal e qual se acha definida pela Constituição e a lei que a reformou. Ministros ainda da opinião política hoje em opposição usaram amplamente do direito de suspender leis provinciais, mormente em matéria de impostos. E são tantos os casos em que êsse direito foi exercido, que por isso se julga a Comissão dispensada de os citar, para não entrar em uma longa série de citações.”²⁰⁰

Claro, sucinto, objetivo, revelando o predicado maior do jurista — entrar no âmago da questão sem

200. *Anais da Câmara*, 1850, tomo I, pág. 233.

perder-se no emaranhado dos pormenores —, o juiz de Sapucaí possuía as qualidades para o trabalho das Comissões, onde sempre se distinguiu. “Na Câmara” — depôs Macedo — “foi ótimo trabalhador de comissões, prestigioso, muito ouvido conselheiro de seus correligionários, e um dos mais considerados chefes da deputação mineira.”²⁰¹



A entrada de Manuel de Melo Franco na Câmara, suplente, agita os debates políticos. Melo Franco, impetuosíssimo, desabusado, ainda ressentido com os sucessos de 1842, não perdia vaza para trazer à discussão os negócios de Minas. Ocupava diariamente a tribuna. Médico, trocara a medicina pela política. Tinha o gôsto da palavra. Único membro, com Dias de Carvalho, suplente convocado, que na Câmara representava o partido luzia de Minas, fazia opposição cerrada. Arrastado pelo ímpeto do temperamento incontido, praticava atos de que depois se dava conta. Um tufão.

Aberta vaga na representação em virtude da escolha de Gabriel Mendes dos Santos para senador por Minas, cumpria convocar seu suplente. Três dêles do Partido Liberal, Ottoni, Marinho e Costa Pinto, contavam o mesmo número de votos. Dias de Carvalho apresenta indicação para se officiar à Câmara Municipal de Ouro Prêto, ordenando se procedesse ao sorteio. Na sessão de 10 de maio de 1851 Melo Franco defende a indicação. Firmino, a seguir, discursa, para contestar à Câmara Municipal de Ouro Prêto o direito do desempate. Tendo sido Chefe de Polícia da província por ocasião da eleição senatorial, aproveita a deixa para declarar que, insistindo os liberais na escolha do su-

201. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 338.

plente, reconheciam a lisura do pleito: “Destarte” — afirma — “mostrou o honrado deputado que tinha fé no modo regular por que se fizeram essas eleições.” Melo Franco volta a falar. Diz que, negando Firmino à municipalidade de Ouro Preto o direito de desempate, apesar do voto do relator da comissão, “mostrar a devida importância aos cidadãos que aliás êle pareceu querer ridicularizar, dizendo que êles viriam salvar a pátria”.²⁰²

Sangravam, ainda, as feridas abertas na luta armada de 1842 e nas perseguições de 1844.

202. *Jornal do Comércio*, de 12 de maio de 1851.

CAPÍTULO X

**“Assim recua o tempo e deixa intatas
As afeições que nutro.”**

Mineiro por livre escolha. Casamento. O CONCILIADOR e o BOM-SENSO. Paulino e as negociações do Prata. Otaviano e suas exigências políticas. Mariano Pro-cópio e a União e Indústria. Os suces-sos do Imperador na Europa, contados por Bom Retiro. O poeta Bernardo Guimarães. Segrêdo da escolha de cor-respondentes dos jornais.

Exercendo a magistratura em tantas comarcas de Minas, sua cultura, capacidade de trabalho e senso ju-rídico deram-lhe reputação na província. Afeiçãoara-se Firmino de tal sorte àquela terra que, como Evaristo da Veiga, poderia dizer-se “mineiro por livre escolha”. Adquirira hábitos e costumes da vida montanhesa. “Seu chauvinismo pelas coisas mineiras” — relata Al-meida Nogueira — “manifestava-se até em pequenas coisas: êle não trajava, salvo nos atos solenes, senão calças de casimira mineira.” E a seguir conta o me-morialista: “Bondoso ao extremo, o senador Firmino, entretanto, perdia a sua paciência de Jô, quando algum campônio mineiro excedia os limites da bisbilhotice ou

lhe dirigia perguntas ociosas, como é tão freqüente na roça. Indagou um destes quais os seus hábitos diários:

— Levanto-me às 6 horas da manhã — respondeu o egrégio senador; às 7 tomo café com leite. . .

— E não havendo leite? — interrompe o importuno perguntador.

Agastado, replica então o Dr. Firmino:

— Quer haja leite, quer não haja leite, hei de tomar o meu café com leite.”²⁰³

Seu casamento, ocorrido em 1.º de janeiro de 1852, em Piranga, com D. Elisa Belarmina Coelho Duarte Badaró, estreitou os liames que o prendiam a Minas Gerais. Filha de Francisco Coelho Duarte Badaró e de D. Francisca Cândida de Lima, Elisa provinha de tradicionais famílias mineiras. O sobrenome Badaró viera do médico italiano João Batista Líbero Badaró, assassinado em São Paulo, em 20 de novembro de 1830. Redator do *Observador Constitucional*, propugnador da liberdade no Brasil. Teve admiradores apaixonados. Ferido de morte, teria exclamado: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade.” O crime produziu grande agitação política, e a Francisco Coelho Duarte, dos mais exaltados partidários do falecido esculápio, apelidaram de “o Badaró”. Gostou da alcunha e incorporou-a ao nome de família. Comandante superior das Guardas Nacionais quando da irrupção do movimento liberal de 1842, participou ativamente do combate à rebelião.

Ao casar-se, contava Firmino 36 anos de idade. Encontrou na espôsa a companheira ideal. Devotamento sem medida. Compartilhava das preocupações do marido. Não eram poucas. Envolvido nas mais ardorosas refregas jornalísticas e políticas, tudo a seu redor respirava trepidação, frêmito, luta. Ânimo forte,

203. JOSÉ LUIS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *ob. cit.*, 8ª Série, pág. 127.

inquebrantável, D. Elisa foi esteio firme, seguro, consôlo suave nas derrotas e nas doenças. A 16 de outubro de 1853 nasceu o primeiro filho do casal: Francisco Bernardino, em homenagem ao amigo das bancas da Academia de São Paulo. Quatro outros filhos vieram: Firmino, Antônio, Alberto e Elisa.



A atividade parlamentar não o impedia de dedicar-se à imprensa. Com o retôrno dos conservadores ao Govêrno, os jornais luzias de Minas andavam acesos. Em Ouro Prêto, o *Itamontano*, redigido por José Rodrigues Duarte, sob a orientação de Manuel de Melo Franco, e o *Apóstolo*, por Domingos Soares Ferreira Pena, êste de tendências republicanas, não esmoreciam. O *Conciliador* e o *Bom-Senso* enfrentaram-nos.

O Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, sabedor do intenso movimento da opposição no setor da imprensa, lançava apelos a Firmino: "Rogo-lhe que se não descuide de dar à imprensa dessa [cidade] animação e vida. A opposição tem querido fazer da imprensa sua alavanca. Mentindo, injuriando, e caluniando sempre com a maior impudência vão andando seu caminho, se não acharem quem os desmascare. No dia 7 de setembro apareceu em diversas cidades do Norte um jornal com o título de *Argos*; isto indica muita combinação. Desde que começa a dirigir essa imprensa tenha a bondade de mandar-me sempre os números incendiários marcados, e marcadas também as respostas, que lhes der, ou fizer dar, pois desejo mostrá-las."

No resto do país a imprensa conservadora ia mal. Paulino, em dezembro do mesmo ano, dizia-lhe: "Vamos mal e muito mal de imprensa. Não me pertence a mim cuidar dela, porque a minha repartição é intei-

ramente estranha às influências que a fazem pôr em movimento. Quem dirige a imprensa deve governar dentro do país. Tenho porém conversado a êsse respeito com o Sr. Eusébio e vai-se tratar disso." Que Firmino assestara golpes vigorosos nas fôlhas adversárias de Ouro Preto dá testemunho o próprio Presidente da província, José Ricardo de Sá Rêgo, que em agôsto de 1851 lhe escrevia: "Estamos ficando sem imprensa chimanga: os melhores operários da tipografia Itamontana foram engajados para a do *Conciliador* e por isso creio que em poucos dias poderemos dizer o *requiescat in pace* ao *Apóstolo* e *Itamontano*." No mês seguinte aduzia: "O reaparecimento do *Povo* já produziu bom resultado não só fazendo o *Itamontano* mudar de tom, como provocando uma declaração que o Cesário mandou para ser publicada no *Conciliador*, e que dá matéria a bom comentário."

Como a imprensa incomodava! Como os ministros, os Presidentes de províncias empenhavam-se em neutralizar-lhe a influência!

Em meio à luta fêrvida, havia espaço para o trato das grandes questões. Eusébio estava empenhado no extermínio do tráfico de africanos. Fizera passar a lei de 1850 e com mão firme perseguiu os especuladores. Graças a êle, o comércio odioso seria eliminado. Firmino o ajudava. "Pareceu-me excelente o seu artigo sobre o tráfico" — diz-lhe Eusébio em carta de 6 de janeiro de 1851 — "e o fiz transcrever no *Diário*"; a rejeição do art. 13 ninguém a justificou melhor; peço-lhe apenas que agora em lugar mais descansado multiplique êsses artigos, e nos remeta, que eu farei cessar o desgosto que tem de escrever para jornal pouco legível, fazendo-os transcrever em outros de maior circulação."

Interessava vivamente à Inglaterra a extinção do tráfico. Cruzadores ingleses bloqueavam as costas do

Império. Incidentes feriam a suscetibilidade dos brasileiros. A Grã-Bretanha arcava com despesa enorme na mobilização da esquadra. Seria por motivos humanitários que mantinha os navios de fogos acesos? Os rumos da política exterior britânica eram ditados pelo “aparecimento no continente americano, pela instituição do trabalho livre, de novas massas de consumidores para os produtos manufaturados ingleses, e a defesa da produção agrícola colonial contra a concorrência de outras regiões tropicais, entre as quais o Brasil”.²⁰⁴ Nação de comerciantes, não invertiam êles capital em empreendimentos improdutivos. Garcia Júnior, em anotação a Armitage, afirmou interessar “à Inglaterra a abolição do tráfico, não por dever de humanidade ou filantropia, pôsto que dos navios capturados ela fazia desembarcar as suas cargas na Jamaica, Barbados e Guianas Inglesas, (sic) mas sim pela concorrência que a mão-de-obra servil fazia aos produtos de suas colônias”.²⁰⁵

Não retornava à África o negro capturado pelo inglês. Escapava de ser escravo no Brasil para ir sê-lo na Jamaica ou Barbados. A velha Albion sabia conciliar a filantropia com o interêsse...

Escrevendo nos jornais da província, de circulação reduzida, não descurava Firmino da correção da forma. Paulino, em carta de 4 de março de 1851, lhe declara: “Tenho lido os artigos seus que me têm vindo à mão, e sempre com prazer. Há nêles um não sei que de gôsto, de lógica, de delicado, que se sente e não se pode definir e que forma um contraste com os escritos de seu perseguidor (o Timandro que V. S.^a encontra em tôda parte) que é um famoso pedante.” E em um dos

204. MAURÍCIO GOULART, *A Escravidão Africana no Brasil*, pág. 237.

205. JOÃO ARMITAGE, *ob. cit.*, pág. 171, nota nº 76.

costumeiros momentos de desânimo desabafa: “Bem quisera escrever-lhe a miúdo e conversar com V. S.^a (o que sempre me foi tão agradável) ainda que de longe. Mas ando aborrecidíssimo, cansado, enjoado sobretudo de papel e tinta, pelo muito que me vejo obrigado a escrever coisas de officio. Por aqui vamos indo, lutando com inglêses, Rosas e a nossa opposição. Nada tem por certo a nossa vida de agradável. Entretanto há homens que desejam ser ministro!” Finaliza: “Espero vê-lo aqui para o mês que vem e para então guardo o muito que tenho a dizer-lhe, porque é V. S.^a uma das pessoas com quem me abro com mais confiança.”



Impor-se à confiança dos outros, receber a confidência das aspirações, anseios, desfalecimentos — dom raro. Firmino o possuía. Jornalista embora, tinha a medida da discrição. Depositário de segredos políticos, jamais foi acusado de leviandade. Mesmo quando os companheiros de ontem se haviam transformado, pelos vaivéns da política, em adversários renitentes, nunca se aproveitaria das confidências, feitas em momentos de abandono, para usá-las nos embates. Se se apontasse a nota marcante de sua personalidade, essa seria, sem dúvida, a lealdade. Lealdade aos que nêle confiaram, lealdade aos princípios, lealdade à causa política que abraçara desde a juventude. Condição rara, em meio onde tudo era movediço e onde tanto variavam as circunstâncias.

De natural reservado, Paulino expandia-se com Firmino. No auge das negociações do Prata, de que êle foi “o pensamento iniciador”,²⁰⁶ expunha-lhe, em 17 de janeiro de 1852, os motivos ocultos da sua ação,

206. JOSÉ DE ALENCAR (ERASMO) — *Ao Povo* — *Cartas Políticas*, pág. 11.

pedindo-lhe apenas reserva: "A sua opinião como de bom amigo e de homem de inteligência superior (ao menos para mim) — afirmava-lhe — sempre foi para mim de muito valor. As suas amigáveis congratulações encheram-me portanto da mais íntima e completa satisfação, porque vejo que encara como eu os negócios do Rio da Prata. Diz-me V. S.^a que compreende perfeitamente a política do Gabinete até a capitulação de Oribe, mas que daí por diante tudo é mistério. Suponha que nos conservaríamos apenas no território de Montevidéu até a conclusão dos Tratados, e enquanto se não terminasse a luta entre Rosas e Urquiza. Tal foi a nossa política ostensiva, no princípio e devia ser, para evitar-nos a intervenção da Inglaterra, que com efeito evitamos até agora. Mas enquanto Rosas fôsse chefe da Confederação Argentina nada teríamos feito que fôsse seguro. Ser-lhe-ia fácil levantar-se de novo, no meio da divisão e da anarquia que êle promoveria entre seus adversários. Em uma nota que em 18 de agosto p.p. dirigiu ao Ministro inglês Southern, nos declarou êle a guerra intimando [*ilegível*] do art. 18 do Tratado de 27 de agosto de 1828. Urquiza só, não poderia derribá-lo. Se batesse Urquiza (só), se Lorde Palmerston o apoiasse mais decididamente (talvez ainda o faça mas já não vem a tempo), se com a força moral que daí tiraria, o partido Oribista se reerguesse (e procurava reerguer-se) no Estado Oriental, não poderia Rosas triunfar. Então viraria sôbre nós reduzidos aos últimos apenas. Quem seu inimigo poupa nas mãos lhe morre. Aproveitamos os acontecimentos, vendo-o abalado caímos sôbre Rosas com todo o pêso da aliança, sem dar a Lorde Palmerston o tempo de acudir-lhe. E tenho a esperança de que até março terá caído. A sua derrota honrará a declaração de guerra que nos fêz. Urquiza não poderá sustentar-se senão pondo-se à testa (como tem pôsto) da reação con-

tra o sistema de Rosas, e há de ter de lutar com muitas dificuldades para nos poder ser hostil. Demais quanta importância e quanta influência nos hão de dar êsses resultados!”

Na revolta de 1842 o futuro Visconde do Uruguai se revelara sabedor de assuntos militares, enunciando conceitos coincidentes com os de von Clausewitz. Revelava, agora, no campo da diplomacia, argúcia de velha rapôsa. No confuso emaranhado da política do Rio da Prata agiu com finura, tendo aproveitado “um lance magnífico para ampliar, de golpe, o campo de ação inegavelmente civilizadora da diplomacia imperial”.²⁰⁷

Continua o Ministro de Estrangeiros: “O que está dando mais cuidado é o Tratado de Limites, contra o qual se tem levantado grande celeuma no Estado Oriental e em Buenos Aires. Receia-se que a nova Assembléia o rejeite, e trabalho e faço trabalhar para evitar que isso aconteça. Ficamos com tudo quanto em outros tempos tínhamos conquistado e possuíamos, e com alguma coisa mais que nos foi cedida, e entretanto a nossa indigna oposição grita aqui que nós cedemos território do Império!! Mas tudo isso ainda há de ser tirado a limpo.”

“Entretanto há homens que desejam ser ministro!” — exclamara Paulino. O Senador José Martins da Cruz Jobim tinha opinião contrária. Em carta de 5 de abril de 1852, ao lado das notícias da embaraçosa situação política, com boatos de iminente crise ministerial, contava da dificuldade de achar-se quem se resolvesse a empunhar o comando: “Se as Câmaras não tiverem juízo e prudência vai tudo raso talvez. Do Sul, Pedro Chaves, do Norte, Maciel Monteiro, estão bravios. Temos muitos moços que podem brilhar no Govêrno, a dificuldade está em achar uma tampa de caldeirão ve-

207. EUCLIDES DA CUNHA, *A Margem da História*, pág. 272.

lho para abafar a fervura dos rapazes, mas quem será! E realmente é indispensável um caco velho.” Adiante: “Acautele-se por lá, ninguém sabe o que Deus tem de fazer amanhã; vi bem a meu pesar que alguém pretende fazer *acreditar* que os excessos de Luís Napoleão hão de trazer uma reação horrorosa, e que é necessário esperá-la com gente que saiba trabalhar a linguagem dos nossos patrícios; não sei se êste hipócrita sentencioso é realmente acreditado, mas sei que teme-se muito sua reação.” E sendo médico, feito o diagnóstico, dava a receita para o mal: “Quanto a mim acho que sempre seguindo o justo e o razoável, as reações só se evitam de cacête na mão, e que certa gente só se não puder deixará de fazer das suas. Quando deixarão os Ottonis de ser doidos, vingativos e revolucionários?”

Com Francisco Otaviano mantinha Firmino as melhores relações. Em campos opostos pelas divergências partidárias, os laços da admiração recíproca de um pelo outro não afrouxavam. Tinham muito de comum. Egressos da poesia, polemistas, com a paixão da política e o gôsto da linguagem escrita que manejavam com elegância e beleza, ambos de vasta cultura humanística e artística, perfaziam, com Justiniano, a trindade estelar do jornalismo da época. Eles viveram intensamente, e Otaviano, na antecipação do poema famoso de Kipling, não se referia por certo a nenhum dêles quando escreveu os versos célebres:

*“Quem passou pela vida em branca nuvem
E em plácido repouso adormeceu:
Quem não sentiu o frio da desgraça,
Quem passou pela vida e não sofreu;
Foi espectro de homem, não foi homem,
Só passou pela vida, não viveu.”*

Justiniano, na explicação dos motivos de seu rompimento com Paraná, afirmará ter Otaviano agido “com

arte felina e essa hipocrisia que o enfeita". Revolta do redator do *Brasil* por ter sido enganado pelo confrade, e caído na esparrela que o eliminou para sempre da vida parlamentar? Com Firmino, porém, a despeito das polêmicas em que se envolveram, um no *Constitucional*, e outro no *Correio Mercantil*, quando da formação da Liga, manteria atitude correta. Duas cartas de Otaviano, sem indicação do ano, mostram o feitio ágil e voluntarioso do jornalista liberal. Diz a que certamente é do ano de 1856: "Também a mim me pareceu que tinha havido inteligência prévia entre ti e o Nabuco ou Paraná. Mas lendo as tuas duas linhas ao *Jornal do Comércio*, fiquei assombrado! Meu amigo, vivemos em um *imbroglio*, os homens ou perderam a cabeça ou não fazem caso do mundo. Os *liberais* já estão arrepiados: conheceram que foram mangados, que o Governo não quer êstes, nem aquêles, mas sòmente os do peito. A lei há de ser executada ótima e lealmente, já o F. Diogo vai para São Paulo, para o seu *arranjo* de deputado por Minas! O teu Barbosa, ou antes o nosso, ainda não tomou conta da presidência; está com licença para chupar os cobres. Mas o pateta do Baependi aceita a posição de seu caixeiro e referendador e chegou a negar sanção a 12 leis da Assembléa Provincial, algumas indicadas e pedidas pelo José Ricardo no relatório! Meu filho, isto há de ser assim. Não seremos nós os Quixotes que o pretendamos endireitar. Por mim estou resignado. Creio que nem *circularei*, nem me quadrareei. Madame como vai? Eponina lhe manda saudades." A outra, datada de 29 de maio, provàvelmente de 1857, é sugestiva. Declara qual a condição para a sua adesão ao Ministério. Indica que Firmino escrevia, nessa ocasião, para o *Correio Mercantil*: "Dei ordem que saísse a tua última correspondência, que estava retardada por escrúpulos da gerência da casa, e não *meus*, porque antes

de tudo, sou teu amigo e admirador de teus talentos e probidade civil e política. És no entanto um fóssil antediluviano; e deves compreender que é mais vantajoso ser velhaco e trampolina, como o [...], do que honesto e leal como tu és. Vim achar na minha fôlha a baboseira da recomendação especial para o Paulo Barbosa! Forte desarranjo mental de meus colegas, ou forte potência do compadresco. Nestes dias próximos pretendo dar alguns botes no Dr. Basílio, já relativamente à sua indecorosa conservação na presidência, já sôbre a eleição do Sabará, de que o Sinfrônio me remeteu notícias. A minha adesão ao Ministério só se tornará firme, se vir o Dr. Basílio enxotado. Já a entrada do F. Diogo, só por êsse lado, me encheu de prazer.”

Nabuco de Araújo, seu colega na Comissão de Justiça Criminal da Câmara, ia colhê-lo no fundo da província quando êle se omitia, e reclamava do seu silêncio: “Amigo” — diz-lhe em carta de 7 de fevereiro de 1854 — “não seja preguiçoso, escreva-me sôbre os negócios dessa província e sôbre os do Império, sendo que sua opinião é para mim de grande pêso.”



Versos êle os fizera na juventude. Rogavam-lhe artigos sôbre poesias. Prezava as letras e os escritores. Bernardo Guimarães a êle se dirigia, pedindo que lhe obtivesse um lugar, por desejar sair o quanto antes de Ouro Prêto. “Isso lhe peço” — diz — “como o naufrago que de longe acena ao navio que passa a fim de o levarem do rochedo, em que as ondas o atiraram.” E de poeta a poeta: “Desejo imprimir as minhas poesias: por meio de subscrição é isso para mim impossível; como cobrar quantias insignificantes, dispersas em um raio de centenaes de léguas? Portanto julgo que

seria mais conveniente vender a obra a algum livreiro ou tipógrafo da Côrte, ainda que fôsse pela metade, do que vale. Não tenho relações algumas no Rio, por isso importuno a V. S.^a a fim de saber se me pode guiar e proteger neste negócio. As poesias, de que falo, já foram impressas em São Paulo, mas uma edição muito incorreta e muito escassa, que apenas chegou para os estudantes. Pretendo adicionar-lhes outras muitas, umas feitas, outras por fazer. Conforme a resposta, que obtiver, enviarei a V. S.^a o folheto de meus pobres versos, e algumas cópias de outros ainda não publicados. Consulto pois a V. S.^a se me é possível fazer algum arranjo a êsse respeito. Além disso tenho um drama sôbre assunto nacional, que foi representado aqui, e me valeu algumas ovações; tem defeitos e irregularidades, eu os conheço, contudo julgo que não será indigno de aparecer. Rogo ainda a V. S.^a me informe se êste trabalho meu pode não ser infrutífero para mim." A seguir, numa frase magnífica, assevera o autor da *Escrava Isaura*: "Eu não escrevo para ganhar, mas quero ganhar para poder escrever poesias; é essa a minha paixão, e para poder dar-lhe mais expansão é mister ter algum recurso." Finalizando: "V. S.^a tem-me feito a honra de estimar-me, e de nutrir bons desejos a meu respeito, além disso é amante das letras, e nelas mui brilhantemente se tem distinguido, é por isso que tomo a ousadia de pedir-lhe que me auxilie em minhas pretensões. Muito mais desejaria comunicar a V. S.^a, mas receio ser importuno."



Sua atenção não se voltava sômente para as questões partidárias. Era sobretudo jornalista. Por fôrça das posições — Deputado Geral, Chefe de Polícia de Minas por duas vêzes, do apêlo dos correligionários,

via-se arrastado ao trato do assunto político. Essa a atração absorvente daqueles tempos. Sobrava-lhe contudo tempo para cuidar dos problemas econômicos.

Quando Mariano Procópio Ferreira Laje idealizou em 1852 a construção da estrada União e Indústria, Firmino saiu a campo em defesa da empresa. Percebeu o alcance do empreendimento: a saída para o mar — velha aspiração dos mineiros.

Desde os tempos coloniais Minas sofrera segregação quase absoluta. Fonte que enchia de ouro as arcas de Sua Majestade Fidelíssima, a capitania merecera da Metrópole tratamento que a transformava em campo de concentração. Só se entrava e saía das Gerais com licença por escrito, e mediante revista à passagem pelos Registros. Não se permitia abertura de novos caminhos. Procurava-se evitar a todo o custo evasão do quinto del-Rei. E quando da descoberta do diamante nos rios e ribeiros da comarca de Sêrro Frio, um círculo de aço se estendera ao redor do distrito diamantino. Círculo dentro de outro círculo. Vieram os famigerados Intendentes, e com êles o regime odioso consagrado no chamado Livro da Capa Verde, símbolo do terror em todos os quadrantes do Tijuco.

Se a ganância reinol ditara as medidas drásticas, a natureza conspirara para tornar a segregação mais efetiva. A Mantiqueira, a Serra do Mar, a topografia, que faz de Minas Gerais um planalto montanhoso, dificultavam as comunicações com o litoral. Minas permanecera por muito tempo tributária das barreiras e estradas das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Em 1826, propondo na Câmara dos Deputados a abolição dos Registros e dos quintos ainda subsistentes só na província de Minas, Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia: “Minas Gerais é um país central distante da beira-mar 80, 100 e mais léguas, cercado de altas montanhas, que o tornam quase inco-

municável, sem nenhum rio navegado, fazendo todo seu comércio em costas de bêstas. E será esta província tão rica como as de beira-mar? O que acabo de expor basta para convencer que lhes é muito inferior em riqueza, o que atesta o relatório do Ministro da Fazenda, e os que têm viajado por aquela província sabem muito bem que é a mais pobre do Império.”

A iniciativa de Mariano Procópio, possibilitando a comunicação com a capital do Império, e que tinha por mira o São Francisco, “cuja estação terminal devia ser na barra do rio das Velhas”,²⁰⁸ viria romper o círculo de ferro compressor da economia mineira.

De Juiz de Fora, em 22 de junho de 1856, escrevia Mariano Procópio a Firmino, relatando o sucedido na reunião com o Presidente da província e os deputados da maioria que, afinal, depois de prorrogada a Assembléia por três vêzes, aprovaram as modificações pleiteadas no orçamento. Dá os nomes dos que votaram a favor e dos que votaram contra, e assevera: “A província não poderá deixar de ser grata a todos aquêles que contribuem para a sua felicidade. Tanto êstes trabalhos como os de Petrópolis continuarão com todo o impulso. Já chegou a fôrça escrava que possui a Companhia de Cocais; acha-se engajada e postada entre a Ponte do Zamba e o lugar denominado Matias Barbosa, que já pertence a Companhia e se acha transformado em uma Estação que de certo virá a ser de muita importância. Apesar da premura do tempo em virtude do expediente que hoje é sofrível, não deixarei de transmitir a V. Ex.^a os meus agradecimentos pelos bem elaborados artigos que se dignou mandar publicar no *Bom-Senso* muito a propósito.”

Não se limitava a escrever em defesa da obra do pioneiro. Empenhava-se junto ao Presidente da pro-

208. ALBINO ESTEVES, *Mariano Procópio*, pág. 13.

víncia, Herculano Ferreira Pena, e aos deputados provinciais. Em 16 de julho de 1856 comunicava-lhe Anastácio Sinfrônio de Abreu: "Estando eu no Ouro Preto recebi uma carta de V. S.^a, fazendo-me ver que eu deveria auxiliar a pretensão do Sr. Ferreira Laje a bem da empresa União e Indústria. Com efeito fui o primeiro deputado que aventurou algumas palavras a favor da União e Indústria; apesar da forte opposição que a princípio houve, e que desapareceu na presença do desejo, que a presidência mostrou a favor da referida pretensão."

O espírito de rotina, a desconfiança suscitada pelos pioneiros, a política das regiões, quase matam o projeto. Obteve, afinal, o amparo indispensável. Não nutria o Imperador, em relação a Mariano Procópio, os mesmos receios que lhe provocavam Mauá e o Visconde de Figueiredo. Chegava a confiar-lhe carta à condessa de Barral: "O portador dêste é Mariano Procópio Ferreira Laje, nomeado membro de nossa comissão da Exposição de Paris. Merecia essa distinção. Não preciso de lho recomendar. Ele lhe dará notícias minhas *de visu*." 209

Em 18 de outubro de 1857 escreve a Firmino: "Procurro por todos os meios de que posso dispor tornar a Companhia digna dos auxílios que mereceu; V. S.^a melhor do que ninguém o sabe que apesar de tudo na prática há muitas contrariedades, que só com muito jeito e paciência se podem vencer." No assomo de desbravador, acrescenta: "Confio na minha estrêla, e na força de vontade com que Deus me tem favorecido, e além disso nos auxílios e patriotismo dos amigos que me têm ajudado, em cujo número o nome de V. S.^a sempre será lembrado."

209. RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *D. Pedro II e a Condessa de Barral* pág. 102.

Ferida de morte a emprêsa no duelo travado entre o trilho e o macadame, prestes a succumbir, é ainda a voz de Firmino que se ergue na imprensa a seu favor. O pedido de Mariano Procópio, em 1862, de auxílio do Governo à União e Indústria, foi recebido com hostilidade. Sendo êle conservador, incorrera no desagrado dos pajés da Liga. A denegação do amparo à emprêsa, modelar no gênero, poupando cêrca de 1.400 contos, em transporte, à lavoura, não se explica — afirmava o jornalista — “senão pelo ódio e pelo cego espírito de partido”. “São” — cõtinue — “os progressistas do crédito barato, da cabotagem estrangeira, de quanta emprêsa louca se abriga sob a bandeira dos regeneradores, os que tão encarniçados e inexoráveis se mostram para com a utilíssima emprêsa fluminense-mineira.”²¹⁰

A veemência da defesa da União e Indústria, se decorria da mágoa de ver abandonada às urtigas a via de transporte necessária à economia de Minas, originava-se também do revide à defecção de velhos conservadores, desfeita a política de conciliação, que, aliando-se aos liberais para a formação da chamada Liga, ou Partido Progressista, hostilizavam os antigos companheiros. Traço confrangedor da política extremada: se os da Liga hostilizavam a obra de Mariano Procópio, a de Teófilo Ottoni, no Mucuri, era impiedosamente atacada pelos conservadores.

Quando Mariano Procópio disputa eleição para senador por Minas, Firmino está a seu lado, apesar da indiferença completa do Gabinete Itaboraái. Sugestivo é o que a respeito lhe escreve Pereira da Silva, em 20 de fevereiro de 1869: “Falei ontem ao Sr. Visconde de Itaboraái, e êle me disse que se não fôsse a decisão que tomara de não envolver o Governo em eleições, tomaria a peito a candidatura do Mariano; que muito

210. O *Constitucional*, de 30 de agosto de 1862.

estima que Você o queira fazer, e muito lhe agrada saber que Você está pronto a trabalhar por êle, para o que lhe dá plena autorização.”

Mas, sem auxílio do Govêrno...



Luís Pedreira do Couto Ferraz, Barão de Bom Retiro, acompanhou D. Pedro II em 1871, na primeira viagem do soberano à Europa. Em carta de Paris a Firmino, datada de 1.º de janeiro de 1872, relata os sucessos obtidos pelo Imperador no estrangeiro. Faz apreciações interessantes. Apresenta felicitações de ano novo, declara ter sido Londres a cidade que mais lhe agradou e diz: “O Imperador continua a gozar de excelente saúde; resistindo na Suíça, e se expondo sem reserva ao frio de 20 graus abaixo de zero, como resistiu e se expôs *imprudentemente* aos ardores do sol do meio-dia, por dias e dias, no Egito, e nos areais da Arábia. A todos causa espanto a sua atividade, e parece dotado de têmpera fora do comum dos homens, porque poucas horas, desde que chegou a Lisboa (meado de junho), tem dado repouso indispensável à vida no geral da humanidade. Por tôda a parte tem sido acolhido com as mais vivas demonstrações de simpatia, e às vêzes, até de entusiasmo. Os homens mais eminentes nas ciências e nas letras e as sociedades científicas sôbretudo o têm aplaudido muito; confessando-me muitos que se admiram de tanta e tão variada illustração em um soberano. Tôdas essas sociedades da Alemanha, da Itália, de Londres e daqui lhe têm mandado diplomas de sócio — e admitido em seu seio com palavras as mais significativas de reconhecimento do seu mérito. Esta é, meu caro Firmino, a verdade. E se houver quem diga que tudo provém de ser êle soberano, tenho a resposta pronta. É que de anos a esta

parte os Monarcas e Príncipes viajam constantemente e demoram-se em diversas capitais, e a nenhum ainda se fizeram ovações desta natureza, apesar de alguns terem ido assistir às reuniões das primeiras sociedades científicas. Acresce que os outros viajam em todo o seu esplendor e cortejo oficial, hospedando-se em palácios, que lhes são preparados, e sendo recebidos com tôdas as honras régias, e o nosso vai para os hotéis à sua custa, não larga seus trajes de viagem, e rejeita sempre os palácios e carruagens que lhe oferecem, e tudo quanto parece festejo oficial. Se, pois, fôssem, não o reconhecimento do mérito pessoal, mas um cortejo à realza as distinções que os sábios e as corporações ilustradas lhe têm feito, parece-me mais natural que preferissem os outros monarcas. Não pensa Você assim? S.M. a Imperatriz lucrou muito com o uso das águas de Carlsbad. Eu também vou-me agüentando sem razão de queixa, Deus louvado." Amigo dedicado do Imperador, Bom Retiro não se confundia com um simples cortesão. Se valorizava a *performance* imperial, é porque participava dos êxitos do soberano. Compara o que viu com o que tínhamos: "Muito tenho visto, estudado e admirado muita coisa boa. Reconheço que o nosso Brasil ainda está longe de chegar ao pé em que se acham certas Nações no tocante a grandes melhoramentos. Reconheço que podíamos estar mais adiantados, se tantas coisas não tivessem embaraçado; sendo uma delas a guerra; e os insultos e calúnias que uma fatalidade que não sei explicar faz vomitar (deixe ir a expressão) sôbre um ou outro homem que se apresenta à frente dos grandes melhoramentos, e de que temos exemplos entre nós no Sr. Barão de Mauá, e no Sr. Mariano Procópio. Reconheço tudo isto; mas é fôrça confessar que não estamos em muitos pontos atrasados como por lá e por cá se pensa. E digo

mais. Há coisas em que estamos melhor, como me seria fácil demonstrar. Iria muito longe, meu amigo, se continuasse nesse terreno.”



Capítulo curioso na história do jornalismo é o da escolha dos correspondentes, nas províncias, dos grandes jornais da Côrte. Quanto cuidado no ocultar o nome de quem escrevia a crônica!

Em 31 de dezembro de 1850 François-Antoine Picott, na direção do *Jornal do Comércio*, escrevia a Firmino: “Desejo um correspondente que por todos os correios me escreva uma carta noticiosa sôbre as coisas mineiras, estado da agricultura, comércio, indústria, sôbre tudo aquilo enfim que pode interessar o leitor. As cartas devem ser escritas com a mais rigorosa imparcialidade, circunstância difícil de preencher, em uma localidade tão agitada pelo espírito de partido como é Minas, se as cartas tocarem na política, coisa que se deve evitar, limitando-se o escritor ao papel de simples cronista.” Percebia o arguto francês ser quase impossível exigir-se imparcialidade política em gente das Alterosas, e mitigava a exigência. Sugere: “Durante a sessão poderá cometer a emprêsa a alguma pessoa de sua confiança; e isto terá uma vantagem, distrair a atenção pública do autor efetivo das cartas. Mude a letra dos sobrescritos para se não conhecer o autor, e sejam as cartas dirigidas a mim ou a J. C. & Cia., ou ao redator do *Jornal do Comércio*, como melhor lhe parecer. Fiquem as costas em branco.”

Não lhe sendo vedado o trato dos assuntos políticos, Firmino aceitou a incumbência. O *Jornal do Comércio*, poderosíssimo, com prestígio considerável, constituía a melhor tribuna para se expor idéias políticas. Não era coisa de se desprezar a oferta.

Em 1863, estando os conservadores na opposição, e Firmino na direção de seu órgão na Côrte, o *Constitucional*, de Recife dizia-lhe monsenhor Pinto de Campos: "Meu Firmino, veja se o nosso Paranhos aceita a incumbência de ser correspondente do *Diário de Pernambuco*. Veja que seria um grande serviço ao Partido Conservador vulgarizar na fôlha mais lida do Norte as verdades da nossa escola! Pense bem na importância disto. Tudo quanto se manda dizer da Côrte tem por aqui o efeito da electricidade! Enfim, empenho a sua constância de aliado incansável neste negócio, que espero será resolvido convenientemente. Afianço todo o incógnito nisto. Venham a mim as correspondências."

Essa a regra. Tempos depois, o *Correio Mercantil*, sob a direção de Firmino, cogitou de arranjar correspondente em Paris. Sabedor do fato por Diogo Pereira de Vasconcelos, Sérgio Teixeira de Macedo, servindo ali em nossa Legação, escrevia a Firmino, em 22 de maio de 1867: "Eu posso ajudar alguma coisa, mas o negócio é delicado por causa da minha posição. Em cada paquête, além de um relatório, feito não sei como, por um dos adidos à Legação, vai sempre um officio noticioso de minha redação, cujo objetivo é mais *explicar* as notícias públicas do que *dá-las* e dar notícias *secretas*. Esses meus officios noticiosos sempre foram muito apreciados (não repara nesta vaidade) e o Lopes Gama disse-me que tendo mostrado os meus de Viena, de 1848, ao Ministro da Suíça, êste lhe asseverara que era a melhor história que tinha visto da revolução daquelle ano na Áustria." Dada essa explicação, em que expunha as qualidades que o poderiam fazer um bom correspondente, vinham os receios: "Já vê que com pouco custo dêsse officio se extrai um artigo de gazeta; mas haveria um grande perigo nisso. Era impossível deixar-se perceber afi que o correspondente do *Mercan-*

til, se não era eu, lia os meus officios; e coisas que eu posso dizer ao Govêrno no sigilo official (e nunca o poupei) tornam-se atos de insubordinação, e até de infidelidade sendo por mim publicadas. Além disso, assim como o nosso Govêrno, também o agente francês nessa Côrte viria a saber e escreveria ao seu Govêrno que eu era o *autor* ou *inspirador* dêsses escritos, e portanto qualquer censura ao Govêrno francês, qualquer menoscabo da pessoa do Imperador, que apparecesse, me seria attribuído, e me exporia aos arrufos e desfeitas com que governos e sociedades como estas punem essas imprudências, como tão cruelmente por vêzes custou ao meu predecessor a reputação de orleanista exaltado, que tinha.” O pedido de segrêdo absoluto: “Já vê que uma ingerência minha nesse negócio, logo que seja percebida, exporá a minha pessoa e posição, e expõe até a dificuldades os negócios que tenho de tratar, como aconteceu com o meu predecessor Marques Lisboa, a quem se negava tudo, e se faziam desfeitinhas.”

Sérgio de Macedo não era um ninguém. Fôra Presidente de Pernambuco, Deputado Geral, diplomata illustre, Ministro do Império no Gabinete de 12 de dezembro, presidido pelo Visconde de Abaeté. Pois receava represálias, caso descobrissem suas ligações com o *Correio Mercantil*.

Bem diferente seria a República. Oliveira Lima, língua afiada e temível, dentro e fora do país, não hesitaria em escrever contra governante de nação estrangeira onde servisse. Narra êle em suas memórias que em artigo para o *Estado de São Paulo* tratara o Presidente Roosevelt de Teodoro I, “com o que” — mo-tejava — “Rio Branco se dizia scandalizado”.²¹¹

Fôra a única reação do Ministro do Exterior à audácia do diplomata.

211. OLIVEIRA LIMA, *Memórias*, pág. 223.

CAPÍTULO XI

"A bonança é traidora; é do seu seio
Que surge a tempestade."

Defensor dos brios da província de Minas Gerais. Rompimento ruidoso de Justiniano com o Marquês do Paraná. Porque o BRASIL deixou de circular. Surpresas das eleições por círculos em 1856. Vitórias das mediocridades. Firmino retira sua candidatura. A pena de ouro.

Em 1853 vem novamente eleito deputado. Obtém o 4.º lugar na lista. Luís Antônio Barbosa, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos e Manuel Teixeira de Sousa, depois Barão de Camargos, o antecedem na ordem de colocação. Cruz Machado, Paula Cândido, Justiniano, Bernardo Belisário Soares de Sousa, os velhos companheiros, se reelegem.

Nessa legislatura Firmino, com Nabuco e Paranguá, passa para a Comissão de Justiça Criminal.

O ano de 1853 é o ano da Conciliação. Em setembro organiza-se o Ministério presidido por Paraná. A Conciliação... Para uns, período de acomodações partidárias; absorção do Partido Liberal exausto, para

outros. Procurava-se trégua nos entrechoques violentos dos partidos, o fim do vandalismo sectário. Ensarilhar de armas, pausa na sofreguidão do extermínio recíproco, extirpar de intolerância e ódio existentes nas relações dos partidos.



Na discussão do orçamento da guerra em 1854 a província de Minas é alvo de apreciações deprimentes. Com sua cota de recrutas fixada em 450 homens, atingira apenas 65 — diz Aguiar da tribuna. Estranhando o fato, nota o deputado ser de 500 a cota do Rio Grande do Sul. Minas contava 20 representantes na Câmara e 1 milhão de habitantes — assevera — ao passo que a província do Sul somente possuía cinco deputados e muito menor número de habitantes. O Marechal Antônio Correia Seara, deputado por Pernambuco, se encarrega de azedar mais as coisas. No seu discurso fere os brios mineiros. Firmino acode em defesa da província colocada no pelourinho. Na sessão de 21 de junho de 1854 declara não poder Minas preencher o contingente marcado, em virtude da ocorrência de circunstâncias especialíssimas. População disseminada, dificuldade de transportes, a agricultura e a pecuária ocupando quase todos os braços, propriedade territorial muito dividida. Bom discípulo de Bernardo Pereira de Vasconcelos no apreciar o lado objetivo dos fatos, articula: “Ou revoguem-se as instruções que regem atualmente o recrutamento, ou reconheça-se que o que aconteceu é justamente o que deve acontecer.” Chovem apartes. Por duas vezes, referindo-se a Minas menciona — “a minha província”. Quando Chefe de Polícia — afirma — tudo fizera para incentivar o recrutamento, mas inutilmente. Repelindo os remoques aos mineiros, declara que, quando afirmaram haver em

Minas “proporcionalmente menos matéria recrutável do que em outras províncias”, causou estranheza essa proposição. Cada qual tratou de traduzir a seu modo. Disseram alguns senhores deputados: “Matéria recrutável compreende os vadios e malfeitores.” Disse outro nobre deputado: “Matéria recrutável, já sei o que é: matéria recrutável, meus senhores, não é sinônimo de vadios nem de malfeitores, mas sim de valentes, e é por isso que o Govêrno com especialidade manda recrutar nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nessas províncias de valentes.”

“O Sr. *Silveira da Mota*: Omitiu São Paulo, que tem uma história militar.

O SR. FIRMINO: Esqueceu-se o nobre deputado da história guerreira do Império, esqueceu-se dos brios de todos os filhos do Brasil (*apoiados*), porque o valor é inato em todos êles.

Uma voz: Atenda para o sentido em que falou.

O Sr. *Seara*: Não forme castelos para combater.

O SR. FIRMINO: A província de Minas Gerais é bastante ilustre e briosa para dispensar o seu panegírico, mas quando o entendesse conveniente dizer alguma coisa no intuito de combater a ilação do nobre deputado por Pernambuco a quem me refiro, eu invocaria o testemunho de fatos inúmeros que provam exuberantemente o brio e o denôdo dos filhos da província de Minas (*Apoiados*). O nome mineiro apareceu com a maior distinção nas lutas da Independência (*Apoiados*). Fôrças mineiras foram enviadas à Bahia onde tomaram parte muito ativa nessas lutas gloriosas. Se consultarmos a história posterior à Independência, que é infelizmente a história de nossas dissensões, se quiserdes que vá buscar nas lutas fratricidas que então se deram, provas do valor incontestável dos mineiros, eu

vos trarei à memória o ano de 1842. Quando o Governo imperial compareceu na província, já encontrou a resistência criada, em ação, em tôda parte em que era necessário (*Apoiados*). O dia 20 de agosto inscreveu nos anais da província de Minas Gerais uma página brilhante de valor e coragem. Nesse dia Gregos e Troianos bateram-se ali como leões (*Apoiados*). Se fôsse preciso eu invocaria o testemunho de um ilustre militar que teve parte na ação dêsse dia, e como eu tem a honra de ter assento nesta casa.

O Sr. Lima e Silva: Apoiado, bateram-se todos com muito valor.

O SR. FIRMINO: A Casa compreende o motivo por que achei-me colocado na necessidade de invocar fatos para contrariar o que o nobre deputado pela província de Pernambuco havia dito a respeito da província de Minas Gerais." ²¹²

Acima dos rancores partidários, êle collocava o mérito dos mineiros. Preferia elogiar adversários políticos irreductíveis a permitir se pusesse em dúvida o valor da gente da província, que considerava sua.



Em maio, na morneza da Conciliação, estoura na Câmara o rompimento de Justiniano com o Presidente do Conselho de Ministros. Justiniano foi com frequência acusado de jornalista de aluguel. Acusação reeditada por escritores atuais. Pecha sempre atirada sôbre os que escreviam a favor dos conservadores. Dela não se livrou Firmino, a despeito da inalterável convicção nos princípios do partido. Como político e pu-

212. *Jornal do Comércio*, de 26 de junho de 1857.

blicista manteve fidelidade ao partido, estivesse êle no poder ou no ostracismo, curtindo as perseguições da praxe. O Barão do Rio Branco, em suas *Efemérides*, chama-lhe “poeta e jornalista conservador”.²¹³ Na vertente ocidental da vida dirá Firmino no Senado: “Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para declarar que tenho pertencido ao Partido Conservador desde minha infância.”²¹⁴

Justiniano, irrequieto, hostilizava, por conta própria, os companheiros de partido. Pura invenção ser êle uma pena a sôldo. Jamais escreveu a favor dos liberais. Eusébio queixava-se freqüentemente dêle por infração da linha partidária: “Leia o *Brasil*” — recomendava a Firmino em 25 de dezembro de 1850 — “e veja até que ponto tem chegado a esquesitice do Rocha.” Dois meses depois nova reclamação de Eusébio: “O Rocha continua ininteligível, e misterioso; assevera-me que não se queixa de nós; que continua nosso amigo, que está disposto a ajudar-nos; ao mesmo tempo consta-me que a outros não diz o mesmo. O tempo lhe fará ver que vai errado, e que é injusto.” Paulino, na mesma ocasião, estranhava a atitude do jornalista: “O Rocha cessou a publicação do *Brasil*. Não sei bem porque, e há tempos que não o vejo. Senti que êle, que nos ajudou escrevendo contra o tráfico, mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamam reação, como se fôsse possível dar algum passo contra o tráfico sem excitar o clamor de tantos interessados.”

Subserviente o jornalista? Não. Não se rebelaria sozinho contra os poderosos morubixabas quem fôsse apenas um assalariado.

213. BARÃO DO RIO BRANCO, *ob. cit.*, vol 2º, pág. 173.

214. *Anais do Senado*, 1873, tomo V, Apêndice, pág. 144.

O orgulhoso Paraná, que no dizer do próprio Imperador “não se curvava”, no apogeu da carreira política, é por êle abertamente atacado da tribuna. Política externa e interna sofrem a férula de sua crítica. Da Conciliação — diz para a Câmara atônita — o que se via era um Gabinete absolutista, concentrando nas mãos de um só homem todo o poder. Sua fala, à medida que progride, provoca protestos, estrugindo violentas interrupções. Não era orador consumado. Hesitante na tribuna, perdia por vêzes o fio do pensamento. Dava a falsa impressão de tibieza. Um trecho: “O Sr. Sequeira de Queirós: Continue. Não tenha medo.

O SR. J. J. DA ROCHA: Eu ter medo!... depois de velho hei de começar a ser medroso? E medo de quem? Do Sr. Marquês do Paraná?

O Presidente do Conselho: O senhor é que parece querer-me meter medo (*Cruzam-se vários apartes*).”²¹⁵

A contestação de Paraná, no fim da sessão, em duas palavras, sequíssima, esmaga o jornalista. Com desdém diz ser Justiniano, e não o Governo a que sempre apoiou, que deveria justificar-se de tão extraordinária conduta.

No opúsculo *Ação, Reação e Transação*, cuja parte final fazia a apologia da Conciliação, como remate das sucessivas transformações de nossa política, Justiniano enfileirara-se no movimento chefiado pelo Marquês do Paraná. Apesar de afirmar ter sido o folheto escrito de improviso, a assertiva só é válida na parte final, relativa à fase da transação, porque sôbre as duas primeiras, havia mais de cinco anos, escrevera dois longos artigos intitulados “Ação e Reação”, publicados no *Brasil*.²¹⁶

215. *Jornal do Comércio*, de 21 de maio de 1855.

216. *O Brasil*, de 25 e 28 de janeiro de 1848.

Na sessão seguinte Justiniano tenta explicar-se e produz “um discurso sem paralelo nos anais parlamentares do Império”.²¹⁷ Confessa o recebimento de dinheiro das mãos de ministros para redigir defesas do Governo. Conta as vicissitudes curtidas para sustentar a fôlha. Das quantias recebidas — declara — assinara recibo, na persuasão de nada haver de indigno ou aviltante. Se responsabilidade existia — proclama — esta seria então dos ministros, que faziam aplicação dos dinheiros públicos não prevista no orçamento.

Poder-se-ia acusar Justiniano de venal? Nabuco, Paulino e Eusébio estipendiavam jornalistas. Este último, em carta a Firmino, datada de 6 de janeiro de 1851, a propósito do *Conciliador*, de Ouro Preto, revela as razões de assim agir: “Por vêzes lhe tenho dito, e agora repito, que a imprensa ordeira deve ser animada, e que estou disposto a auxiliar com o necessário, já que os agitadores não cessam de intrigar.”

O Governo subvencionava os jornalistas que o defendiam. Regra seguida indistintamente por conservadores e liberais, quando no poder. “Não era êsse serviço” — escreve Joaquim Nabuco — “nada comparável às grandes despesas que foram feitas em época posterior com o sistema dos *Apedidos* e não tinham seguramente o caráter de uma compra de consciência. Obedecia à necessidade de defesa que as administrações tôdas sentiram.”²¹⁸ Tempestade em copo de água essa discussão na Câmara do Império. E hoje? Bem, hoje o Estado gasta à larga em propaganda...

Arguto, o jornalista sabia o perigo de atacar o Gabinete. Percebia que no próximo pleito difficilmente

217. RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, pág. 151.

218. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 1º, pág. 154.

lograria reeleger-se. E desvendava, num desafio à Câmara, a vontade sem contraste do Governo. Interpela na sessão de 3 de julho de 1855:

“O SR. J. J. DA ROCHA: Que corretivo havemos dado ao poder quando o armamos de tantos meios para proteger a sociedade? Que corretivo para obstar que, em vez de protegê-la, a oprima? Onde êsse corretivo? Na tribuna? Ponde a mão em vossas consciências (*O orador percorre com os olhos tôda a sala*), vós quem quer que vos sentais neste recinto, e dizei-me, por mais popular que sejais, dizei-me qual de vós pode confiar que, quer o poder queira, quer não, há de ser deputado? (*Apoiados, trocam-se apartes*).”²¹⁹

Que teria levado Justiniano ao rompimento que, em suma, não poderia êle próprio deixar de considerar suicídio político? Contra o Governo, sólido, inteiriço, inamovível, nas mãos duras de Paraná, quebrar-se-ia, sem lhe causar arranhão, qualquer lança quixotesca. A luta desigual, em que o jornalista tinha tudo a perder e nada a ganhar, revela sua coragem, e indica que a pecúnia não lhe dobrava a espinha.

Em carta datada apenas de 18 de dezembro, certamente de 1855, êle desvenda a seqüência do litígio, num tom que mal esconde a intensidade do drama vivido: “Devo-te duas cartas, muitas explicações e notícias. Minha vida desde setembro tem sido tão agitada que desculpar-me-ás esta dívida. Vamos ao meu rompimento, vamos ao meu silêncio. Tu sabes que eu *pe-soalmente* havia sofrido muitos logros nas minhas relações com o Pedreira: ²²⁰ *mon coeur en était gros*; minha resolução de associar-me ao Padre Paiva para direção

219. *Jornal do Comércio*, de 6 de julho de 1855.

220. LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ, depois Visconde de Bom Retiro.

do colégio não era senão o *contre-coup* dêsses logros. Mas para melhor sair-me do meu novo arranjo, lembras-te que meditei um negócio de livraria, especialmente de livros de instrução: a coisa era tão útil ao público, que me parecia impossível que não fôsse acolhida. Pedreira levou tempo imenso a mangar comigo, e por fim repeliu a minha proposta, dizendo-me que o fazia por amor de mim mesmo porque com êle eu nada lucraria. Por intermédio do Paranhos ²²¹ eu soube que o motivo real havia sido querer evitar ao Ministério mais uma acusação de favores a amigos, mais alguma coisa como a estrada do Juazeiro. Irritado estava eu por tudo isso, resolvido porém a ir levando a minha cruz ao calvário até janeiro, e refugiar-me então no colégio sem estrépito nem explicações, quando começou a polêmica Otaviano — Barbosa. Irritado secretamente contra mim, o Otaviano, com arte felina e essa hipocrisia que o enfeita, ao tempo que se mostrava muito meu amigo, e partícipe dos mesmos sentimentos, aproveitava as confidências da amizade para em *correspondência* da sua fôlha agredir-me de modo e de jeito a que eu refutasse as agressões dirigidas pelo Ministério e pelo Ministro Paranhos. Tanto não era necessário: tendo dois meses de vida jornalística quis empregá-los em uma desforra. Rompi. O Ministério estava fazendo asneira sôbre asneira por ocasião da *cholera morbus*, deitando dinheiro fora aos punhados, violando o domicílio dos particulares sob pretexto de visitas sanitárias, comprando ilhas para lazaretos, e tinha pronto um regulamento substituindo à Câmara Municipal uma Prefeitura de Polícia à francesa. A ocasião era azada. Assestei nesses despropósitos a minha bateria, e tive a

221. JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, depois Visconde do Rio Branco.

fortuna de obrigar o Govêrno a recuar, ficando apenas de tudo quanto queria fazer, uma parte dos desperdícios. Entretanto o meu rompimento fêz uma sensação extraordinária: nunca jornalista nenhum conseguiu maiores aplausos da opinião: O Ministério está podre como defunto de seis meses; tive disso prova palmar. Em tôrno de mim agruparam-se os descontentes, e embora a cada instante em público e em particular lhes protestasse que fazia guerra por minha conta, sem ter atrás de mim chefe algum de partido, não o queriam crer, ou se o criam entendiam não ser necessário chefe. Entretanto o meu rompimento fêz aparecerem em tôrno de mim solicitações graves de duas naturezas: 1.º a gente do município de Vassouras queria que eu levantasse a bandeira dos princípios constitucionais no pensamento liberal para lutar contra o *mesquinho absolutismo* da atualidade, e prometia-me um apoio de mais de 1000 assinantes e uma declaração de adesão de pelo menos 100 opulentos fazendeiros eleitorais. Por outro lado, 2.º, o Ministério me solicitava. Barbosa²²² por ordem de Nabuco pedia-me que cessasse. Picott²²³ por intermédio de Saraiva²²⁴ e de Paranhos oferecia-me qualquer transação contanto que eu não escrevesse mais. A Barbosa respondi que só me retiraria da imprensa e da política se Eusébio, Paulino e Tôrres me declarassem que eu comprometia a posição do partido; a Picott disse que assegurasse aos seus amigos que eu os não hostilizaria por muito tempo, porquanto tinha outros projetos que os de permanecer no jornalismo. Com efeito, as solicitações dos fazendeiros que há alguns anos me teriam achado acessibilíssimo, desta vez me assus-

222. LUÍS ANTÔNIO BARBOSA.

223. FRANÇOIS-ANTOINE PICOTT.

224. JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA.

tavam, porquanto sinto-me velho, cansado, sem fé, e assim não me atreveria a lançar-me em novas lutas que não poderiam durar menos de quatro a cinco anos: uma luta contra o absolutismo podre em uma sociedade podre. Conversei com o Eusébio; como político, como amigo particular: Eusébio me disse que eu devia retirar-me para cuidar do meu colégio; retirar-me porém sem a menor transação, retirar-me sem fazer as pazes, e reservando para o futuro no Parlamento as explicações do meu procedimento. Eusébio me disse que era o conselho que daria a seu irmão. Nesse tempo Paulino fêz-me saber que reprovava o meu procedimento porquanto ainda que na ação ministerial achasse muito que condenar, não podia simpatizar com uma opposição contra Honório e Limpo de Abreu. Tôrres me disse que achava justa uma opposição, mas que era talvez imprudente, e que em todo caso êle não a acompanharia, embora a não condenasse. Paulino estava para ser nomeado embaixador para a Europa; Eusébio não reprovou o meu procedimento. Segui o conselho de Eusébio. Apareceram mil calúnias: cessei de escrever, diziam os mais ardentes de entre os descontentes, porque recebi 22 contos de réis do Govêrno. A singularidade do algarismo fêz-me sorrir. Outros falaram em 50 contos; a quantia era gorda — e expressiva. Entrego-a à tua meditação pois dir-te-á que fôrça tinha a minha opposição que o seu silêncio se arbitrava valer 50 contos. Depois se disse que Paulino havia recebido 200 contos para si, sob condição de desinteressar-me, e até uma caricatura apareceu nesse pensamento. O que valem essas calúnias? Amofinam-me, porém tenho uma vida tão pública, tão de expansão que hão de tôdas cessar. Para esmagá-las tenho tido o mais explícito apoio moral de Eusébio e de Tôrres. Asseguro-te que com êsses dois homens por mim pouco me importam quaisquer

latidos e dentadas. Todos *vão vindo, e claramente hão de ver* que retirei-me da imprensa porque entendia que o devia fazer por motivos nobres, por apreciações honestas; retirei-me sem transação, retirei-me oposicionista, onde quer que tenha de manifestar-me. (Se quiseres, se entenderes que me é conveniente, podes mostrar tudo quanto aqui te digo a todos.).”

Coincidência expressiva: o conselho de Eusébio, que Justiniano declara haver seguido, era idêntico ao que lhe dera antes Firmino. Nesse mesmo mês de dezembro escrevia Eusébio ao amigo: “Disse-me o Rocha, que recebeu uma carta sua, que lhe diz o mesmo, que aqui de viva voz eu lhe disse. Aquêlê nosso amigo seria mais feliz se tivesse dez vêzes menos de talento, e uma vez mais de juízo prudencial.” Como se a prudência fôsse comum ao talento!

Fora de circulação o *Brasil*, não cessou o jornalista de escrever.

Continua Justiniano a longa missiva: “Nem sou dos que não têm muito onde se manifestem: tu me perguntas se é minha não sei qual das semanas. Oh! sô Firmino! V. S.^a tão conhecedor de estilos, tão acostumado ao meu! Pois não sabe ainda, não adivinhou que a sua sucessão imediata passou para mim! Pois fique sabendo que desde que foi para Minas, o Picott *provisoriamente* me encarregou das semanas, e salvos alguns cortes feitos no meu trabalho pela censura do jornal é do meu bestunto e do meu estilo: o Pedreira o sabe, e tem dado urros! O provisório do jornal, como tôdas as provisórias em nossa terra, vira-se em permanente. Não me aflijo muito com isso. Se bem não goste de escrever semelhantes artigos, pois não tenho jeito para engraçado, e vou dando às semanas uma severidade *diversíssima* da farandulagem bailarina e adulatória que lhes dava o Otaviano.” Passa a dar ba-

lanço nos seus meios de vida, depois da luta com o Ministério: “Acho que, tomando conta do colégio e sovado pelo imenso trabalho que lá vou ter, é a semana, com um outro artiguito o que mais cômodamente poderei fazer na redação do jornal para fazer jus aos cobres de que tanto necessito. Ficaré a minha posição reduzida ao seguinte: semana e artigos do jornal — Colégio — Academia Militar. Ganharei nesses arranjos uns 6 contos de réis por ano que me são necessários para a vida que vivo. Se vier mais, melhor para os filhos. Agoura-me que o colégio me dará mais: veremos; eu não sou Marinho,²²⁵ nem os meus amigos políticos têm a dedicação, que mostraram os luzias a êste seu aliado demissionário. Seja como fôr, eu me ocupo do colégio com o fervor com que me ocupo de tudo quanto me torna esperançoso. Forjo estatutos, mando vir livros (pois tudo nos falta nesse gênero no nosso Rio de Janeiro), solicito um conselho de vigilância e de inspeção que quero composto de Eusébio, de Araújo Viana (Visconde de Sapucaí! coitado!) e do Bispo; estou metido em latim e em resumos históricos até os olhos. Falas-me do filho de teu irmão: pelo contrato que fizemos, podemos de comum acôrdo ter meninos gratuitos — que sejam porém de bom procedimento e de inteligência tal que façam honra à casa. Pela minha parte teu sobrinho está admitido. Escreve porém ao cônego Paiva, que tem muita vontade de te servir. Teu sobrinho entrará, e depois a sua conservação dependerá dêle e da sua aplicação e inteligência. O cônego Paiva; Nabuco, na guerra que houve entre mim e o Ministério ficou de parte, foi e é meu amigo, tendo-se divulgado nesta cidade a minha associação com o Paiva, acredito eu que em obséquio a mim, e

225. CÔNEGO JOSÉ ANTÔNIO MARINHO.

como quinhão de doce meu na festança dos anos imperiais, deu ao meu companheiro o título de cônego, que engrandece o colégio. Por falar em doce de anos, que balbúrdia! Dou-te os parabéns, se parabéns queres, pelo quinhão que te coube: eu todavia felicito-me de que o Ministério, sem embargo do sistema da Conciliação, entendesse que uma dúzia de artigos molestos a um ministro deviam ser-me título de exclusão, enquanto arroja-se êle miserável aos pés do Saião,²²⁶ e procura desarmá-lo com mil favores, sem livrar-se das suas erupções vulcânicas. Adeus. Longa vai esta e compensa de sobejo o atraso das nossas dívidas."

Não conseguira Justiniano fazer do padre Sampaio, bispo, como pretendera. Mas logrou promover o padre Paiva a cônego. Firmino já possuía, antes, a veneranda Ordem de Cristo, agora passou a dignitário da Rosa. No indefectível pós-escrito: "Sôbre atrasados. Tu dizes que a minha fôlha não chegou a Ouro Prêto. Então de duas uma: ou o correio as deitava fora ou o sujeito encarregado de as remeter, larapiava o dinheiro dos selos, e mangava comigo: paciência! A família vai boa e se te recomenda: e à tua senhora; sabes ou não que Lili teve um mestiço de alemão que aí está *sadio e gordo* atestando que sai da minha raça? Se não sabes, ficas sabendo, e comunica-o a tua senhora. Adeus, Adeus, basta de maçadas."

Justiniano fôra, mais uma vez, deslembado na distribuição dos crachás. Desprezava, por certo, êsses berloques que um escritor de espírito denominou de "meios de compensar esforços com bôlhas de sabão".²²⁷ Mas a excomunhão doía-lhe.

226. FRANCISCO DE PAULA DE NEGREIROS SALÃO LOBATO, depois Visconde de Niterói.

227. ALBERTO RANGEL, *Rumos e Perspectivas*, pág. 67.

Dessa excomunhão vingava-se fazendo ao Govêrno perfídias primorosas pela intelligência com que ás vestia. Veja-se o que dizia na sessão de 1.º de julho de 1856:

“O SR. J. J. DA ROCHA: Sr. Presidente, eu escrevi, estando em opposição e quando se falava em eleição de voto livre, que com a Guarda Nacional era mais fácil haver liberdade de voto na Turquia do que no Império do Brasil: eu escrevi em 1844, 1846 e 1847...

Um Sr. Deputado: Não apoiado, a Guarda Nacional é o País.

O SR. J. J. DA ROCHA: Quando o cidadão que tem de levar o seu voto à urna pode achar-se exposto a longo e doloroso arbítrio com a certeza de quatro anos de serviço com o risco de ficar dias e dias esquecido no quartel de permanentes, dai-lhe todo o estoicismo de Catão, e compreenderei a sua liberdade (*Apoiados*).” 228



As eleições de 1856, sob a nova lei eleitoral chamada dos círculos, realizada quando Paraná, seu inspirador, já estava morto, trouxeram surpresas. O autoritário Presidente do Conselho de Ministros, contra a vontade do Imperador, indicara o rebento candidato a Deputado Geral por Minas. “Na Campanha” — escrevia Antônio Simplício de Sales a Firmino — “o Marquês do Paraná apresentou aos eleitores o nome de seu filho, o que tem atrapalhado muito ao cônego Filipe, que já se tinha gabado publicamente de ter a eleição fixada na mão. A influência do jovem marquês (que nunca será muito grande em sua terra que lhe é e será sempre desconhecida) tem sòmente para nós

228. *Jornal do Comércio*, de 17 de julho de 1856.

o benéfico efeito de ir arredando uma influência que é considerada já perigosa, e que cada dia mais o será, pois vive ao calor do próprio ninho.”

Personagem curiosíssima o cônego, conservador. Ao ter notícia da candidatura do filho de Paraná — registrou Ferreira de Resende, testemunha da sua reação — “ficou extremamente branco e com um ar de quem acorda espantado, e que mal tendo podido articular uma pergunta de quem não sabe o que quer perguntar, êle depois fêz uma bôca de quem procurava assoviar sem que o vento queira sair”.²²⁹ Para escândalo geral o reverendo Antônio Filipe de Araújo, êste o seu nome, derrotou Carneiro Leão, apesar do empenho decidido pôsto na eleição do filho do marquês pelos ministros. Pouco tempo pôde o cônego gozar do triunfo. Chegando ao Rio em abril, faleceu de febre amarela em junho. Se mais vivesse, longe iria porque nos dois meses de Côrte tornara-se o parceiro infalível de voltarete da Marquesa de Olinda, cujo marido era o Presidente do Conselho de Ministros, e amigo e companheiro de casa de Diogo de Vasconcelos, Ministro da Justiça.

Paulino, então Visconde do Uruguai, com o filho candidato pelo Rio de Janeiro curtia apreensões: “Estou em risco de ser batido pelo Cândido Borges” — dizia a Firmino. “Duvida-se muito da eleição do Pereira da Silva e do Sérgio²³⁰ que estão malparados. Fomos batidos na Candelária, do que não há exemplo. Está tudo baralhado, confundido, desmoralizado.” O visconde não dizia mais, como há quatro anos atrás, que ganhava a eleição quem estava no poder. Agora

229. FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE RESENDE, *Minhas Recordações*, pág. 326.

230. SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

estava tudo baralhado, confundido, desmoralizado. Parecia acabado o escândalo das eleições unânimes. Se o Govêrno não perdia a influência nos pleitos, o seu caráter absoluto, na primeira experiência, como que desaparecera. Um progresso, sem dúvida.

Justiniano não crê na sua reeleição. O ataque ao Gabinete de Paraná arruinara-lhe o futuro político. Não lhe perdoaria o estado-maior saquarema a ousadia do desafio ao chefe incontestado. Percebendo o perigo da ascensão dos liberais, incrimina êle a abdicação dos chefes conservadores. Aponta a influência do Imperador, a quem chama de Pio IX, como a alavanca do prestígio ascensional dos luzias. Nada lhe valeria o elogio póstumo de Paraná, por êle feito em artigo substancial. Sua carta de 5 de outubro a Firmino, ressumbrando animadversão ao Imperador, retrata o ambiente às vésperas da experiência eleitoral de 2 de dezembro: "Firmino. Poderia começar esta como Bocage:

Zoilos, estremecei, rugi, mordei-vos!

Filinto, o grão-cantor, preza meus versos!

pois a tua carta acêrca do artigo do Paraná fêz-me sentir o que há muito tempo não sinto, a vaidade de escritor político. Agradeço-to, dando todos os descontos da amizade: êsse artigo tem sido um tanto louvado, mas lá apareceu na província um Sr. José Teodoro, negando-lhe até o merecimento do estilo. Seja como fôr, devo-te uma explicação acêrca dêsse artigo e do seu final. Eu não tive tenção senão de glorificar o partido saquarema, no passado; hoje que êsse partido está imolado pelo egoísmo de seus chefes e pelo nosso Pio IX, achei isso necessário, e tomei o pretexto de Paraná para podê-lo fazer. Nesse sentido estou informado que

consegui o meu fim: Caxias me disse que o artigo havia feito muita impressão em Pio IX. Com êsse fim bem vêes que não podia decantar a presidência de Pernambuco; nem o último Ministério do Paraná: pelo contrário, convinha omitir tudo, deixando o leitor sob a pressão de — *potest putari beatus futura effugiste* de Tácito. Basta de Paranadas. O que me dizes na tua última não me surpreende: como não hão de os luzias estar exaltados, e portanto vencerem, os nossos estar esmorecidos, e portanto absterem-se da luta, ou serem derrotados! Desde 1850, em obediência a Pio IX, os nossos Ministérios têm tido por único cuidado desmoralizar-nos e exaltar os luzias, o Ministério Honório não teve outra missão, e nós tivemos a fraqueza de estender-lhe o pescoço, para que nos êle degolasse, e afiar-lhe o cutelo; não tivemos energia para fazer-lhe o que fizemos ao Macaé.²³¹ Deus dê muita saúde a quem disso é culpado; mas serão sòmente culpados os chefes, e não também êsse partido que enchia a Câmara de gente inepta, subserviente, sem sangue no coração, sem alma? Seja como fôr, em Minas os luzias devem um queijo de ouro ao Francisco Diogo,²³² como em São Paulo lho devem os Vendas. Felizmente Deus castiga tudo neste mundo; em vez de pagarem ao Francisco Diogo com a senatoria, os luzias hão de fazer com que na lista sêxtupla entrem o Paulo Barbosa, o José Pedro e o Costa Pinto; ora de entre êsses três sairão infalivelmente os dois senadores: tem certeza disso! Terminando: hoje vão cartas, estão ufanos à frente da opinião os *liberais*, liberais que têm a *singularidade* de adularem a Pio IX, e de increparem violentamente o Ministério

231. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TÔRRES, Visconde de Macaé.

232. FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELOS.

quando não faz o disparate de dar 20 contos mensais aos Pintos do teatro italiano, porque Pio IX finge que gosta de música. O pobre do Ministério causa dó... e nojo. Não se atreve a demitir, e entretanto é obrigado a fazer tôdas as vontades, ainda as mais disparatadas, a Pio IX. Quer meter-se em eleições e recomendar amigos, e dar alguma atividade a seus agentes! Pio IX lhes embarga a execução dos planos em nome da liberdade eleitoral... Ao mesmo tempo Pio IX tem veleidades literárias. Deseja pois que sejam despachados o Macedinho, o Otaviano (para o que Pio IX endireitou o círculo de Cabo Frio arrumando-lhe o *adendum* de Macaé) e o Alencar, que tem de excluir da Câmara o padre Bandeira de Melo! Já vês que não gozando eu do favor de Pio IX, não posso contar com a eficácia do zêlo ministerial em meu apoio... De feito, estou à espera de cartas do Herculano,²³³ a quem escrevi, e a quem Nabuco diz que escreveu, e se elas não chegarem daqui a dois correios, então renuncio à esperança de ser eleito, e vou por *desabafo* apresentar a minha candidatura saquarema em frente da candidatura luzia do Sales²³⁴... ao menos será falada! Se não fôr eleito, paciência; ficarei de fora como muita gente boa: já consta que não serão eleitos Bandeira de Melo, Saraiva, Saião, Zacarias. Em compensação pelo lado da inteligência virão Sales, Carrão, Gabriel... e viva a pátria de Pio IX. E tu? Firmino, meu filho, fazê tudo, tudo, tudo, para que não fiques fora da Câmara: escolhe bem o círculo que te dá mais probabilidade e daqui até 2 de dezembro não te ocupes de outra coisa. O Ministério diz que te deixa o círculo de Pouso Alegre, e que apresenta para Ubá o Paula Cândido, que

233. HERCULANO FERREIRA PENA.

234. FRANCISCO DE SALES TÓRRES HOMEM, depois Visconde de Inhomirim.

conta com votação luzia. Paula me escreve a carta que te mando aqui: vá, pois, e já para Pouso Alegre... e não saias de lá sem teu diploma. Tu me dizes que vá falar a Eusébio acêrca de negócios teus, e eu tenho muito que falar-lhe também de negócios meus; mas como, quando, e onde pilhá-lo? Tenho-o procurado diversas vêzes em diversas horas, até um dia fiquei na cidade e jantei pèssimamente para ir à tarde falar-lhe... qual! Não há de vê-lo! Ao demais sôbre tua candidatura à senatoria êle pouco te pode adiantar; quanto a dar-te cartas, é provável que o faça, se tu *diretamente* lhas pedires, e não por intermédio meu... Está-me parecendo que êste meu compadre foge de encontrar-se comigo e toma-me por uma viva exprobração do seu *indiferentismo ministerial*. Seja como fôr, o desenlace de tudo isso está próximo, e veremos. Se eu tivesse alguns anos menos, e menos alguns filhos, ah! Firmino! que bela quadra para um jornalista veemente! Sair-me-ia dela *chefe* de partido. Entretanto aqui fica lendo seus velhos alfarrábios do velho Lácio o teu, como sempre — Justy.” E no eterno pós-escrito: “Anteontem, à minha vista, Nabuco deu ordem ao Julião para lavrar o aviso de tua licença que êle quer êle próprio mandar-te. Saudades, e recomendações de todos a todos. Esta linha é acrescentada por ordem de Maria José, que aqui está debruçada sôbre a minha banca.”

“E tu? Firmino, meu filho, fazê tudo, tudo, tudo, para que não fiques fora da Câmara...” O sistema de eleição por círculo, como dissera Paulino, havia embaraçado e confundido tudo. Pelo círculo de Ubá foram indicados, do lado conservador, Firmino e Paula Cândido. Do lado liberal o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Candidatara-se, também, uma rábula, sem tradição política alguma. Verificando os três a fôrça do contendor, pois o prestígio provincial cedia

ante a influência local, e que não tinham elementos bastantes para triunfar, resolveram desistir em benefício de um dêles — Paula Cândido, pondo-se todos a trabalhar a favor de sua vitória. “Tudo isto, porém” — narra Ferreira de Resende —, “não passou no fim de contas de uma simples vontade sem braços ou de um esforço puramente inane; porque, por fás ou por nefas, afinal veio a vencer o contendor que juntos ou separados todos êles guerreavam; e venceu por uma maioria imensa.”²³⁵

Cumpria-se a predição de Eusébio de Queirós ao combater, com acrimônia, a reforma eleitoral, como devendo produzir o triunfo da mediocridade.

Se lhe fôra dado escolher entre o círculo de Ubá e o de Pouso Alegre, por que não teria Firmino optado por êste último? Em Pouso Alegre as coisas estavam piores para êle. Antônio Simplício de Sales o informava: “Os seus atos de Chefe de Polícia na prisão dos assassinos do Senador José Bento ofenderam algumas suscetibilidades de correligionários; pelo menos isso tem servido para arredá-lo.” O assassinio do senador liberal foi, a princípio, tido como de caráter político, e os incriminados autores gente protegida dos conservadores. O espírito partidário impenitente não perdoava, nas urnas, quem punha o cumprimento do dever funcional acima das conveniências políticas.

Estava fora da Câmara. Do Visconde de Uruguai recebia palavra de confôrto: “Vi com muito sentimento que não foi eleito deputado, não porque seja muito apeteçível na quadra atual uma cadeira na Câmara dos Deputados, mas porque não sei agora quando o verei! Tinha tanto a lhe dizer! Li na sua correspondência do *Jornal do Comércio*, com vivo interêsse, a

235. FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE RESENDE, obra citada, pág. 314.

história, primorosamente escrita, da sua eleição no Ubá, ou para melhor dizer a do Paula Cândido." Pôsto que não eleito, conservava prestígio. Uruguai a êle se dirigia pedindo ajuda na eleição senatorial do tio: "Vou agora pedir-lhe um favor" — diz-lhe — "e com grande empenho. Vem a ser que proteja tanto quanto puder, a candidatura do meu Tio, o Conselheiro Bernardo Belisário Soares de Sousa, a fim de que entre na lista sêxtupla para senador, sendo dos mais votados."

José Xavier da Silva Capanema, em carta de 20 de junho de 1857, expõe-lhe a situação de desprestígio a que atingira a província de Minas e declara-lhe que dessa situação sòmente sairia se êle, Firmino, acedesse em assumir a presidência: "Se tomasse sôbre seus ombros" — escreve-lhe — "a sua direção: encontraria um apoio leal e decidido na maioria de seus habitantes, cuja índole já V. S.^a conhece: seus amigos lucrariam com isso duas vêzes: e creio que uma simples manifestação de sua vontade neste sentido, é bastante para que se verifique sua nomeação."

O escritor jamais teve vocação para exercício de cargo executivo. Oportunidades não lhe faltaram. Testemunhos como êsses em hora de derrota deviam suavizar-lhe o desgosto de não se ver reeleito para a Câmara dos Deputados.

Consolar-se-ia redobrando a atividade na imprensa. Por êsse tempo, segundo depõe Melo Morais Filho, Firmino, Otaviano, Alves Branco e Paranhos "regiam os moços, porque êles viam a pena de ouro na mão do mestre e do amigo".²³⁶

• • •

236. ALBERTO RANGEL, *ob. cit.*, pág. 32.

Não deixara transcorrer o último ano de seu mandato de deputado sem assinalar na Câmara a sua atuação. Na sessão de 6 de junho proferira importante discurso versando sobre imunidades parlamentares. Intentado processo no fôro comum contra um deputado, o brigadeiro Manuel Joaquim Pinto Paca, as Comissões de Constituição e Podêres e de Justiça Criminal entenderam que lhes competia examinar o processo sob o ponto de vista jurídico no sentido de enunciar uma opinião sobre a culpabilidade do acusado e a natureza do delito. E analisando a pronúncia, dela discordaram as Comissões na classificação do delito, e na conclusão do parecer indicaram qual o delito em que julgavam incurso o acusado.

Firmino, da tribuna, manifesta-se contrário à doutrina das Comissões. Sustenta que a Câmara, quando tem de conceder ou negar autorização para a continuação de processo intentado contra alguns de seus membros, não decide como órgão judicial, mas como órgão político. Com apoio do plenário, enfrentando apenas Figueira de Melo e Saião Lobato que o aparteam, declara que, quando um juiz dá conta à Câmara de que há pronúncia de um deputado, cumpre a esta, primeiro que tudo, "formar uma convicção, mas nunca como a formam juízes, segundo o alegado e provado, a convicção de culpabilidade do acusado e da natureza do delito, mas outra muito diversa, a convicção das razões políticas, que deram causa ao processo. Cumpre-lhe examinar com todo o esmero se a acusação revela um fim maligno no intuito de desfalcas as forças vivas da Câmara (*apoiados*), arredando de seu seio alguns de seus membros (*apoiados*), uma vingança provocada pelo modo por que êle usou da liberdade da tribuna, e que embora indiretamente possa atentar contra o

grande princípio da inviolabilidade das opiniões (*apoiados*).”

Mais adiante diz: “Quando a Câmara decide afinal que o processo continue, importa a declaração seguinte: a acusação não tem caráter político, sigam-se os termos. O Poder Judicial estabelecido pela Constituição para tomar conhecimento do delicto, que cumpra o seu dever (*apoiados*). Eis aí o que exigem a origem e a natureza do direito que ela exerce.”²³⁷

Membro do Poder Legislativo, defendia-lhe os direitos políticos; membro do Poder Judiciário, resguardava-lhe as prerrogativas de julgar os indiciados. A doutrina tinha o mérito de separar, sem diminuição para qualquer um dêles, a esfera de competência dos Podêres.

237. *Anais da Câmara*, 1856, tomo II, pág. 73.

CAPÍTULO XII

"Hoje p'ra ti resplende no oriente
O monarca da luz, o rei dos astros."

Ingresso no Senado do Império. Interesse dos chefes conservadores na eleição do jornalista. Disputa terrível por detrás das cortinas. Confidências de Caixas. Cartórios, causas de divergências no Govêrno. A estátua de D. Pedro I e a resposta aos que a denominaram de "mentira de bronze".

Ambição de todo homem público, ao atingir os 40 anos: ingressar no Senado. A escolha senatorial significava a entrada para a "pequena aristocracia dominante".²³⁸ Posição vitalícia. Ficava-se a salvo dos altos e baixos da fortuna eleitoral. Assegurada estava a independência política. A autoridade oriunda da posição era considerável, pôsto que não acarretasse grandes proventos pecuniários. O Senado imperial não passava de "uma Assembléia de pobretões".²³⁹ Essa circunstância longe de enfraquecer-lhe o prestígio, aumentava-o, porque naqueles tempos se via com sus-

238. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 1º, pág. 303.

239. OLIVEIRA LIMA, *ob. cit.*, pág. 83.

peita tôda exhibição ostentosa de fortuna. A singeleza foi a nota característica do Império.

Em 1857 iam ferir-se eleições para o preenchimento de duas vagas no Senado, por Minas. Firmino, com a idade exigida pela Constituição, apresenta-se candidato. Em 23 de maio dêsse ano, Nabuco, ainda há pouco membro do Gabinete, lhe escrevia com espírito: "Aí vão as cartas que V. S.^a pede, e nas quais eu não tenho fé porque são de ministro defunto: Deus lhes ponha virtude." Efetivamente pôs-lhes, porque Firmino obteve na lista sêxtupla o quinto lugar. Estava classificado. Mas não foi escolhido pelo Imperador. Foram-no o primeiro colocado, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Ministro da Justiça, com 1.426 votos, e José Pedro Dias de Carvalho, antigo revolucionário luzia, último colocado, com 752 votos.

Para a vaga do Barão de Pontal realizou-se, dois anos depois, a 21 de agôsto de 1859, eleição da lista tríplice. Firmino não logrou classificação dessa vez, apresentando-se com 533 votos, vindo em primeiro lugar Teófilo Ottoni, com 965 votos, seguido de Luís Antônio Barbosa, com 941, e Manuel Teixeira, com 673. Foi nomeado o segundo.

Com o falecimento do Senador Vergueiro, nova eleição ocorreu em 11 de fevereiro de 1860. Ottoni veio novamente em primeiro lugar, Manuel Teixeira em segundo e Firmino em terceiro. O Imperador escolheu Manuel Teixeira de Sousa, depois Barão de Camargos.

Outra vaga abriu-se na representação senatorial de Minas com o falecimento do Conselheiro Luís Antônio Barbosa. No pleito ferido em 27 de janeiro de 1861, o resultado foi o seguinte: Firmino, 888 votos; Ottoni, 858; Luís Carlos, 765.

Na cabeça da chapa, com apenas 30 votos a mais que Ottoni, Firmino merece, afinal, a escolha imperial.

Sua carta de senador trouxe a data de 29 de abril de 1861.

Eleição das mais escorreitas e expungidas de arbitrariedades. O parecer da Comissão de Constituição e Podêres sôbre a carta imperial nomeando-o Senador do Império, subscrito pelos Viscondes de Sapucaí e de Uruguai e pelo Marquês de Olinda, salienta a circunstância. “Raras vêzes” — diz o parecer — “são apresentadas nas nossas Câmaras Legislativas eleições tão escoimadas. Foram guardadas tôdas as formalidades legais, e não ocorreu nenhum acidente que perturbasse a ordem, ou trouxesse o menor indício de violências.”²⁴⁰



Plena maturidade — 45 anos. Ingressara na “pequena aristocracia dominante”. Primeiro jornalista a alçar-se a essa posição, graças à atividade na imprensa. Nêle o escritor suplantava o político atuante. Político êle o era, certamente. Mas sua ação se fazia sentir não tanto nos concílios do partido como nas trincheiras do jornal.

Sentava-se ao lado de velhos amigos e correligionários: Eusébio, Uruguai e Itaboraí, o triunvirato saquarema a quem o Senado obedecia. Constituíam êles o que se convencionara chamar a oligarquia *vermelha*, os cardeais, na frase de Otaviano. Eusébio era designado “Papa” pela imprensa adversa.²⁴¹ Homens ilustres, com papel de relêvo nos fastos da Nação, eram seus pares: Abaeté, Montezuma, Olinda, Abrantes, Paranaguá, Caxias, Nabuco, Ferraz, Cotegipe, Sapucaí,

240. *Anais do Senado*, 1861, tomo I, pág. 20.

241. *A Atualidade*, de 13 de abril de 1862.

São Vicente, Manuel Felizardo, Sousa Franco, e tantos outros.

Não tinha ingresso no Senado quem não apresentasse vida pública ou particular impecável. O soberano, a quem cabia o direito da escolha na lista tríplice, se às vêzes pecava, como no caso de Ottoni, pela prevenção, na maioria decidia com acêrto. Esse poder da Coroa, di-lo Oliveira Lima com o seu indisfarçável gôsto pelo primado da elite, impediu que imperasse de modo absoluto “a regra estúpida das maiorias, antes a temperasse o discernimento do soberano, familiar com os atôres, o palco e os bastidores”.²⁴²



Luta difícil, a de enfrentar e vencer os obstáculos para atingir, afinal, o cumel! Em quatro pleitos postulara sua candidatura. Entre a primeira e a última, que lhe trouxera a dignidade senatorial, mediaram quatro anos. Quatro anos de embates com adversários e correligionários na caça aos votos. A ansiedade das apurações, a espera angustiante da decisão da Coroa, as decepções...

Nos pleitos a presença de Teófilo Ottoni, com sua marcante personalidade, dava a nota alta da disputa, e provocava os brios partidários da facção liberal, nunca reduzida em Minas. Com a legenda de herói revolucionário a dourar-lhe o prestígio, arrastava até mesmo elementos conservadores no sufrágio de seu nome. Por duas vêzes figurara na cabeça da lista, e por duas vêzes o Imperador o preterira. A pertinácia em vedar-lhe as portas do Senado, contrariando a maioria do eleitorado mineiro em pronunciamentos repetidos,

242. OLIVEIRA LIMA, *ob. cit.*, pág. 83.

conferia-lhe auréola de vítima espoliada e lhe captava o favor popular.

As eleições se faziam à base de cartas de recomendação de figuras representativas da política. A regra vigorava tanto para os postulantes da deputação como da senatoria. Os padrinhos prestigiosos, de hissopo na mão, iam aspergindo água benta sobre os grandes cabos eleitorais, solicitando a prebenda em favor dos afilhados.

Recomendando Firmino na eleição de 1859, escrevia Nabuco: “empenhando-me quanto posso e valho para que êsse nome ilustre e distinto pelos serviços prestados ao país e especialmente à província de Minas obtenha por meio da influência de V. S.^a uma numerosa votação, penso que ao país rendo um serviço importante”. Nabuco, sempre sóbrio de linguagem, punha cautela no adjetivo.

Eusébio, amigo íntimo, faz o apêlo com calor, indicando “o meu especial amigo Dr. Firmino, tão vantajosamente conhecido pelos seus talentos, ilustração, e nunca desmentida independência de caráter, como pelos assinalados serviços prestados na imprensa, na tribuna e na magistratura. Essa província a que êle está tão estreitamente ligado por laços de parentesco com uma família importante, e por cuja prosperidade tem tomado o mais vivo interêsse, há testemunhado o seu mérito, elegendo-o deputado provincial, geral, e incluindo-o últimamente em lista de senador. Persuadido de que ninguém mais digno, nem melhor do que êle pode representar os interêsses dessa importantíssima província no Senado, sou eu quem se apresenta candidato na pessoa dêle, e desde já previno a V. S.^a que, ainda quando outra recomendação minha receba, o meu empenho especial é pelo Dr. Firmino Roiz Silva e será pelo que V. S.^a por êle fizer, que muito especialmente deixará penhorado quem muito precisa ser.”

Depoimento do "Papa" dos conservadores...

E Paulino? O jurista grave, o diplomata frio, o homem comedido, mandava às urtigas o comedimento, a frieza, a gravidade, e com ardor vibrátil, indo até à hipérbole, estava: "Os incontestáveis merecimentos do Dr. Firmino Roiz Silva; os serviços que tem prestado à causa da ordem, e da bem entendida liberdade; a firmeza e honestidade do seu caráter; a mesma comunhão de idéias políticas, e além disso a amizade, com que me honra há perto de 20 anos, impõem-me o grato dever de coadjuvar, com as minhas poucas forças, a sua nova candidatura a um lugar na lista tríplice." Faz-lhe elogios e diz: "Estou persuadido de que farão um serviço, porque é um serviço ao país concorrer para que as Câmaras Legislativas, e especialmente o Senado que é vitalício, sejam compostos de homens, que tenham dado fiança segura da sua capacidade, bom caráter e bons princípios." A carta é longa. O Visconde de Uruguai não escrevia carta de simples favor.

Merecia indicação até de chefes liberais. Martinho Alvares da Silva Campos, para a eleição de 1859, escrevia a um amigo, pedindo-lhe apoio "para os distintos cidadãos, 1.º o Sr. Teófilo Ottoni, 2.º o Sr. Dr. Manuel de Melo Franco, 3.º o Sr. Dr. Firmino Roiz Silva, que se apresentam à lista tríplice". Mais adiante: "O esplendor, a glória que no Parlamento Brasileiro já teve a nossa bela província quando representada pelos Vasconcelos, Evaristos, Honórios, Abaetés, etc., tornam com razão os eleitores mineiros difíceis de contentarem-se; mas qualquer dos três cidadãos cujos nomes apresento a V. S.^a tem os talentos e patriotismo para reerguer no Parlamento a influência de nossa província e são por consequência dignos do favor que a V. S.^a peço com empenho." Colocado no mesmo plano dos dois grandes chefes luzias, êle, saquarema impeni-

tente! E por quem! Pelo liberal Martinho Campos, o irreverente, o audacioso, o homem que no dizer de Joaquim Nabuco "por si só valia uma oposição".²⁴³

Caxias saiu a campo. Para o pleito da vitória escrevia ao major Francisco Alves Santiago, encarecendo a necessidade de votar em Firmino: "Julgo cumprir assim um dever de justiça à vista do merecimento incontestável de tão digno cidadão, e dos mais valiosos serviços prestados por êle, principalmente nessa província, na imprensa, na magistratura, e na tribuna, em sustentação da causa da ordem e da boa entendida liberdade." E fazia advertência: "Tôda atenção é pouca quando se trata da escolha dos representantes do país mormente dos que compõem uma Câmara vitalícia, e sem grave detrimento público não podem deixar de ser preferidos cidadãos de tanto mérito e tão provado como o Dr. Firmino."

O general admirava os talentos do escritor e as virtudes do homem. A tal ponto o estimava, tanto aprêço dava a seu valor, que, quando seguiu para comandar as tropas na guerra com o Paraguai, exigiu lhe fôsse confiada a direção da imprensa conservadora para, como dizia êle, "garantir a minha retaguarda".

Nunca teve reservas com Firmino. Chegava a confiar-lhe intrigas miúdas da política. Dizia-lhe em carta de 29 de janeiro de 1871: "Recebi, hoje, a sua carta de 14 do corrente, escrita de Barbacena, que muito prazer me causou, pela agradável notícia que me deu, do bom estado de sua saúde. Há três dias me foi entregue, por meu irmão, o requerimento da Viscondessa de Uberaba, o qual eu pretendo entregar, pessoalmente, ao Ministro do Império; e quando me encontrar com o São Vicente, lhe darei o seu recado. Êle anda

243. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 1º, pág. 83.

muito desapontado, e arrependido de ter entrado para o Ministério, e me disse, há poucos dias, que estava resolvido a deixar a carga, pois que as dificuldades que tem encontrado são muito maiores do que êle pensava, sendo a principal, a divisão do Partido Conservador. O Saião já brigou com o Três Barras, não sabendo eu o verdadeiro motivo desta desavença, mas geralmente se diz que teve princípio por não querer o Sousa Ramos²⁴⁴ despachar o filho para o lugar de tabelião, na vaga do Perdigão. Não sei com tôda a certeza, se essa foi a verdadeira causa, mas realmente êle teve uma altercação com o ministro, na qual lhe disse muitos desaforos, e hoje, diz a todos, que não pretende abrir a bôca, no Senado, para defender o Govêrno. Vejo estas nossas coisas muito malparadas, e tanto, que me não surpreenderá se me disserem que o Nabuco foi chamado para organizar o Ministério. O Imperador já não fala na viagem à Europa, e por isso creio que êsse projeto ficará, por ora, adiado. Deus se compadeça do nosso país, e nos dê juízo a todos, para nos irmos contentando com as nossas misérias. Minha mulher agradece os seus cumprimentos. Ela, felizmente, tem melhorado muito com os banhos de mar. Meus respeitos a sua senhora.”

Os cartórios já atraíam a gula dos poderosos para arranjo dos filhotes. Sua disputa chegava a provocar discórdias entre os membros do Govêrno. É muito velho êsse encarniçamento em tórno das vagas dos Perdigões...

Um ano depois, a 12 de janeiro de 1872, numa das habituais crises de pessimismo, escrevia Caxias novamente: “Não respondi logo, como costume, à sua

244. JOSÉ ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS, Barão de Três Barras, depois Visconde de Jaguarí.

estimável carta de 15 de novembro, por não saber para onde deveria dirigir a minha carta, por isso que V. Ex.^a me dizia, na sua, que seguia para Caldas, dando, antes, um passeio pelo interior dessa província. Agora que já o suponho de volta nessa cidade, passo estas linhas, para lhe dar notícias minhas. Estive, com minha mulher 18 dias em Santa Mônica, onde passei a festa em companhia de minha filha, e netos, e aí muito nos lembramos de sua pessoa. Dou-lhe os parabéns por ter chegado aí a tempo de livrar seu filho de ser envolvido nas loucuras dos estudantes, que tanto deram que falar, mostrando o mau espírito de que estão possuídos. Não sei, meu amigo, o que será do nosso país, se as coisas políticas continuarem como vão. Não há só indiferentismo para as coisas públicas; há mesmo muito más disposições, e o espírito público está pervertido, e caminha para a anarquia a passos largos. No dia em que aqui cheguei, a primeira notícia que recebi foi a da morte do nosso bom amigo Itaboraá! Meu sentimento foi imenso, pois estimava muito êsse homem, como um dos melhores caracteres do nosso país. Quem o substituirá? Não sei, nem vejo. Parece que Deus quer separar os bons dos maus, chamando os primeiros para si... Seu vácuo não será preenchido, como já não foi, o de Eusébio, Paraná, Uruguai, e Manuel Felizardo e muitos outros que nos ajudaram a sustentar esta *Igrejinha*, desmoronada ou quase desmoronada em 7 de abril de 1831. Cada vez, meu Firmino, me sinto mais aborrecido dos homens e das coisas dêste mundo de enganos, e desejoso de que chegue o meu dia de descanso eterno; mas será quando Deus quiser... Minha mulher agradece os seus cumprimentos e muito se recomenda. Hoje pretendemos ir ver a Ex.^{ma} Sr.^a D. Elisa e saber notícias suas."

O empenho de Caxias na eleição de Firmino, como o de Eusébio e Uruguai, não era simplesmente formal. Realmente êles o desejavam no Senado.



Muitos candidatos não se fiavam nas cartas de recomendações das pessoas influentes. Usavam meios mais concretos. Eleições houve em que a autoridade deitou tôda a fôrça em benefício próprio. Quando José Ildefonso de Sousa Ramos, o que não quis nomear o filho de Saião para o cartório do Perdigão, pleiteou em 1853, quando Ministro da Justiça, a cadeira de senador por Minas, houve grita por parte de adversários e correligionários. Procurando defender-se das acusações dizia a Firmino: "O Melo Franco, na sua correspondência do *Mercantil*, diz que inundei a província de cartas e empreguei todos os esforços para o triunfo da chapa, que aí vai vencendo; e o Belisário²⁴⁵ se queixa de que recomendei candidatos fora da chapa. Ambos mentem; não recomendei a ninguém, não indiquei que se excluísse a alguém; dirigi-me aos meus amigos falando sòmente de mim, e em térmos tão convenientes que quando fôr preciso não duvidarei publicar o que escrevi. Nem uma só carta escrevi que não possa aparecer. Tanto mais glória me vem da votação que tenho obtido quanto não receio que se me possa provar um só ato meu, já não digo indecente, mas pouco inconveniente." Mas logo a seguir, num desmentido à apregoada isenção, realmente difícil quando se está no barulho, aduzia: "Farei todo o esforço para arredar do Piranga o Cândido Bueno, a quem conheço bem."

245. BERNARDO BELISÁRIO SOARES DE SOUSA.

Luta renhida, áspera, não se feria a peito descoberto, entre adversários de partidos diversos. Estalava nos bastidores, dilacerando os próprios correligionários, em termos de *cut throat competition*. O processo da escolha para a formação da chapa, da disputa pela preferência oficial, do auxílio pela interferência do poder, vigente em 1843, e que Justiniano, em sua correspondência, retratara ao vivo, quando das peripécias de sua candidatura a Deputado Geral, era o mesmo.

No arquivo de Firmino existe carta sua dirigida ao Conselheiro Vicente Pires da Mota, Presidente da província de Minas, datada de 10 de setembro de 1860. A carta, por êste ou aquêle motivo, não chegou a ser enviada ao destinatário. Discorre sôbre os entendimentos para o pleito senatorial. É curiosíssima. Aí se vê como a questão era complicada, difíceis as soluções e irredutíveis as divergências entre os que, no mesmo partido, pretendiam o prêmio das urnas. “Apenas recebi a prezadíssima carta de V. Ex.^a, em data de 30 de agôsto p.p.” — começa êle —, “passei a entender-me com o nosso amigo Dr. Silveira da Mota e ficamos que eu comunicaria a V. Ex.^a quanto tem ocorrido a respeito da senatoria vaga dessa província. Muitas diligências se fizeram para oferecer aos eleitores uma combinação em que êles pudessem concentrar a votação e tôdas elas foram infrutíferas. O número de pretendentes excedia os lugares da lista e ninguém quis ceder. Quando ainda estavam abertas as conferências e tratava-se de chegar a um acôrdo já o Senador Manuel Teixeira, chegado a esta Côrte no dia 27 de maio, dirigia a todos os eleitores, um por um, cartas litografadas de recomendação a favor de seu primo o Dr. Luís Carlos, com data de 8 de junho, e do deputado Luís Machado, em data de 11 do mesmo mês. Assim pretendia êle preparar a escolha de seu parente na

suposição de ser o Ottoni o terceiro da lista e impossível quanto à escolha. Terminadas as conferências, por se não poder chegar a um acôrdo, cada candidato tratou de sua eleição, menos os recomendados do Sr. Manuel Teixeira que julgaram mais acertado não esperar por isso." Falham as combinações dentro do partido. Desentendem-se os correligionários. Cada qual quer puxar o peixe para si. A eterna luta dos bastidores. Continua: "A eleição terá pois de correr como as anteriores em que cada qual tratou de si e muitos também da minha exclusão. Na de 21 de agôsto o Sr. Joaquim Delfino, então na presidência, recomendou o falecido Conselheiro Barbosa e não sei a quem mais. O antecessor de V. Ex.^a não foi indiferente à candidatura de seu especial amigo o Senador Manuel Teixeira. Quanto ao Govêrno declarou por vêzes que não recomendaria combinação alguma e não consta que até ao presente tenha mudado de resolução." Pululam candidatos conservadores. Ninguém desiste de concorrer. Apressam-se na corrida da propaganda. Prossegue: "Além da minha se contam as do Luís Carlos, Cruz Machado, Paula Santos, Penido, Cerqueira Leite, Antão, Paula Cândido, e diz-se que Ottoni continuará a ser sustentado por seus amigos. Todos quantos nesta Côrte podem escrever para essa província o têm feito principalmente a favor daqueles dois primeiros candidatos, eu conto com o apoio do grupo político cujas opiniões tenho partilhado e de alguns amigos pessoais do lado oposto. Infelizmente exceto os Srs. Eusébio e Uruguai, os demais poucas relações têm nessa província, o Sr. Mont'Alegre prometeu-me carta branca que só me poderia ser útil para V. Ex.^a mas de que me não utilizei por dizer o nosso amigo Costa Pinto não ser preciso." Dando êsse balanço das aspirações dos correligionários — e eram oito — e os elementos de que dispunha,

Firmino denuncia a hostilidade à sua candidatura e a exploração feita em tórno da circunstância de não ser êle nascido na província: "Não obstante" — continua — "ainda me não reputo seguro. O Dr. Luís Carlos ²⁴⁶ que não tem outro título senão o ter nascido nessa província que abandonou haverá de trinta a quarenta anos, título aliás comum a mais de um milhão de indivíduos, fá-lo valer quanto é possível. Hostilizando-me em nome do provincialismo o Senador Manuel Teixeira, de intelligência abaixo do mediocre, como V. Ex.^a terá ocasião de observar, mas querendo passar aqui pelo único homem importante dessa província. O Deputado Cruz Machado, publicista interessado na propaganda inventa um milhão de teorias, cada qual mais insensata para provar que senador por Minas deve ser mineiro de nascimento. Na eleição passada circulares anônimas foram remetidas para vários colégios contra mim; dois periódicos, o *Sul de Minas*, na Campanha, e um célebre *Fiscal*, nessa cidade, me fizeram guerra de morte. Em Montes Claros não tive um voto, na Serra do Grão-Mogol, colégio do distrito do Luís Carlos obtive um apenas; para obter no Sêrro 38 votos contra 90 foi preciso que os liberais esposassem minha candidatura. Triunfei, é verdade, mas apenas por 11 votos sôbre o Cruz Machado. Na eleição de 21 de agosto anterior àquela fui derrotado; no Sêrro, colégio do Cruz Machado, obtive 3 votos. Quem dera V. Ex.^a sancionasse a restituição da freguesia de São Miguel de Minas ao município da Conceição do Sêrro!" Além do veto dos correligionários em nome do provincialismo, repisando na circunstância de ter êle nascido, não em Minas, mas na Côrte, increpam-lhe a candidatura de imposição da oligarquia vermelha. Defende-se: "Di-

246. LUÍS CARLOS DA FONSECA.

zem que sou impôsto pela oligarquia da Côrte! Entretanto, note V. Ex.^a, fui em junho de 1842 para essa província como juiz de direito de Barbacena, residi nela cêrca de 15 anos, servi em cinco comarcas, fui Chefe de Polícia, Deputado provincial, Geral em duas legislaturas, em uma das quais fui o primeiro votado e em outra o quarto; entrei a primeira vez em lista de Senador e todos os meus filhos são mineiros. Enquanto minhas pretensões não prejudicavam as do Senador Manuel Teixeira e Deputado Cruz Machado eu podia ser tudo, apenas as contrariam, não devo ser coisa nenhuma, não posso ser deputado, não posso ser senador porque se eu proceder mal não há meio de ação contra mim. Que tal o princípio!"

Não foi enviada a carta. Mas ela refletia o sentir de Firmino às vésperas do pleito.



No Senado, como de seu feitio, se conservará arredio da tribuna. De 1862 a 1864 é eleito 3.^o secretário. Nesse último ano pede escusa do cargo e, com José de Araújo Ribeiro e o Barão de Sousa Queirós, passa a integrar a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Ainda em 1864 é eleito com os Marquesses de Sapucaí e de São Vicente para a Comissão de Redação das Leis. É dessa Comissão que participará durante muitos anos.

Se se afastava da tribuna do Senado, não se afastara da tribuna da imprensa. Toma parte na polêmica provocada pela inauguração da estátua de D. Pedro I.



“A Independência do Brasil não proveio de erros ou despotismos das Côrtes, nem dependeu do concurso de D. Pedro”²⁴⁷ — rompia a fôlha liberal à véspera da inauguração do monumento.

Homenagem votada pela Câmara Municipal havia seis anos, nenhum protesto, na ocasião, se erguera contra a idéia. Agora, na preparação dos festejos comemorativos, acordava o jornal do longo letargo, reclamando com estrépito contra o monumento e a glória do proclamador da Independência. Qual o motivo dessa atitude? A vitória de Ottoni, Otaviano e Saldanha Marinho nas eleições de 1860 significava a ressurreição do Partido Liberal desmantelado. Necessitava-se manter o espírito de insurreição sob cuja égide renascia o velho partido. A presença relevante de Ottoni à testa dos acontecimentos imprimia-lhes o vinco da rebeldia. A glorificação de D. Pedro I vinha reacender a tradição monárquica, enaltecendo a Coroa. Cumpria abalar o prestígio do fundador da nacionalidade, extremando o nacionalismo. E veio o apôdo com que procuraram estigmatizar o monumento — Mentira de Bronze.

Pedro Luís, em verso, e Ottoni, em longo artigo, ataçam a fogueira, invocando Tiradentes, que diziam espoliado por D. Pedro I.

Ao escrito do *Correio Mercantil*, provàvelmente da lavra de Otaviano, atribuindo a José Bonifácio as glórias da Independência, responde Firmino. Depois de estranhar que o *Mercantil* não houvesse, no devido tempo, provocado discussão a respeito da conveniência ou não da homenagem, declara: “Ninguém duvida que o sentimento da Independência estava nos ânimos

247. *Correio Mercantil*, de 24 de março de 1862.

de todos; que era chegada a hora de quebrarmos os laços que nos prendiam à antiga Monarquia portuguesa, da qual fazíamos parte; e que com o Sr. D. Pedro I, ou sem êle, o Brasil proclamaria a sua emancipação política. Mas igualmente o que, em consciência, não se poderá desconhecer, é que nem o pensamento da Independência do Brasil teria a unidade de ação que teve, nem o fato se realizaria como se realizou, com geral aprazimento do país, nem entraríamos tão suavemente na vida política, chamando sôbre nós a atenção aprovadora das nações do mundo e das grandes potências da Europa, se a Independência não tivesse por si o príncipe.”

Mostra o significado da presença do príncipe na crista da onda avassaladora que empolgara o sentimento brasileiro: “O Sr. D. Pedro I tornou-se um centro de ação e de ordem; para êle voltaram-se as vistas de tôdas as províncias; e ante êle desapareceram todos os ciúmes de preeminências. Foi por isso que as grandes províncias, que sentiam dentro em si muita vida política, pressurosas aceitaram o Rio de Janeiro como o centro e capital do novo Império. Foi por isso que nas províncias não se ergueram parcialidades disputando o poder. Foi por isso que, quando em 1824 se proclamou a República do Equador, vimos como êsse acontecimento não pôde vingar. A nova Nação queria o Brasil unido, o Brasil um só sob os auspícios de um Governo, do qual se tinha a esperar tranqüilidade e prosperidade para o país. Sem o Sr. D. Pedro I à testa da nossa emancipação política, haveria (crê-lo-á alguém de boa-fé?) quem tivesse bastante prestígio para conservar a ordem entre os diversos membros componentes dêste grande todo chamado Nação brasileira?”

A unidade se desfaria, se êle não emprestasse o concurso de sua autoridade ao movimento libertador,

pondo freio às ambições dos caudilhos: “E o Brasil retalhado em Estados republicanos, porque tal seria a consequência inevitável se o Sr. D. Pedro I não tivesse aderido ao movimento, pondo-se à sua testa, dirigindo e modificando o ímpeto das paixões, e impondo respeito às ambiciosas nações da Europa com o fato de cingir a Coroa do novo Estado, que tinha feito parte integrante da Monarquia portugueza, a que deplorável situação não teria sido arrastado, entregue somente às paixões de caudilhos ambiciosos?”

Analisa o êrro histórico da fôlha liberal na tentativa de retirar ao príncipe a preeminência na nossa emancipação: “O julgamento atual do *Mercantil* é inexplicável ante o juízo reto e à luz da história. Ele vê no procedimento das Côrtes portuguezas para com o Brasil motivos de desculpa; êle pretende achar meios de provar que elas não queriam hostilizar a nossa Independência; ou, pelo menos, que procediam bem, adotando as medidas que adotavam para contrariá-la; portanto, no entender do *Mercantil*, e segundo sua lógica singular, o que as Côrtes portuguezas queriam era impedir que o partido militar tivesse um chefe de prestígio que servisse de centro à reação contra o sistema constitucional proclamado na metrópole. Se o *Mercantil* quisesse estudar melhor a história, e falar menos apaixonadamente, confessaria que as Côrtes portuguezas chamando o Sr. D. Pedro I a Portugal, mostravam apreciar devidamente que êle, ficando no Brasil, seria o elemento mais poderoso da ação e unidade para êstes povos; e, retirando-o, deixavam desembaraçadas tôdas as ambições, e sem núcleo e sem centro, os planos mais sábios de separação; e assim ficariam a confusão e a discórdia no meio dos brasileiros, e fácil seria uma intervenção européia em favor da metrópole, se esta não tivesse meios (como contavam os políticos portu-

guêses que teria) para conservar no país um partido forte, que lhe desse preponderância.”

A análise lúcida das intenções das Côrtes portugêsas, contrárias à proclamação da Independência, aduz: “Aos anos juvenis do Sr. D. Pedro I (que na idade de 36 anos morreu *velho*, vergado ao pêso dos trabalhos), aos maus conselhos que o cercavam, às circunstâncias de suas qualidades de príncipe nascido no seio do absolutismo, à sua condição de homem, nem a mais leve desculpa concede o inexorável *Mercantil*, que, no entanto, foi tão benévolo com as Côrtes portugêsas, e injusto no juízo que com referência a elas fêz dos nossos pais. Os impulsos generosos, nascidos da índole feliz do Sr. D. Pedro I, que, entre as suas faltas, provou que tinha um coração grande, generoso e amigo do bem; que mesmo nos dias 6 e 7 de abril de 1831 mostrou magnanimidade, e soube fazer justiça ao sentimento dos brasileiros; nada disso merece hoje do *Mercantil* uma palavra benévola para o príncipe, cujo reinado já êle apresentou ao Ministério de 2 de março como uma sombra que chamava às contas o Segundo Reinado e o condenava!”²⁴⁸

A condenação do Segundo Reinado através da condenação do primeiro... Então era isso o que objetivavam os inimigos da estátua. Desvendava-se o verdadeiro alvo do golpe desfechado contra o primeiro monarca. A quanto podia a paixão política exacerbada! Destorcia-se a história para serviço dos interesses do momento.

O artigo, transcrito no dia imediato pelo *Correio do Povo*, “obrigou a depor as armas os detratores do

248. *Jornal do Comércio*, de 25 de março de 1862.

fundador do Império²⁴⁹ — testemunhou o Barão de Paranapiacaba.

A grita levantada contra a estátua havia magoado a sensibilidade filial de D. Pedro II. Percebera o Imperador que, no fundo, era a êle próprio e ao seu Governo que procuravam atingir. Na solenidade da inauguração sentia-se perturbado. Paranapiacaba registrou a cena: "Era visível a emoção, desenhada na fisionomia imperial, ordinariamente calma. Foi com voz trêmula que êle se dirigiu ao Visconde de Abaeté para recomendar-lhe certa particularidade, relativa ao ato." Prossegue: "Corrido o véu, romperam os vivas e as aclamações. Notei nos lábios do Imperador um sorriso expansivo e vi que dirigia a alguém um cumprimento. Segui a direção do olhar e do aceno e verifiquei ser alvo dêles o Senador Firmino Rodrigues Silva, que agradecia, curvando o busto. Era aquela saudação explicada pelo artigo, com que Firmino naquele dia rebatera, triunfantemente, os que, na véspera, tinham sido publicados pelos que davam a qualificação de "mentira de bronze" ao monumento, em que Rochet perpetuara o vulto heróico do autor e proclamador da Independência do Império Brasileiro."²⁵⁰

Firmino comparecera à solenidade não apenas em virtude de sua condição de senador, mas também porque recebera delegação de dezenas de Câmaras Municipais de Minas, que o haviam incumbido de representá-las.



A defesa de D. Pedro I como autor da proclamação de nossa emancipação política não resultara de espírito

249. BARÃO DE PARANAPIACABA, *Prometeu Acorrentado*, pág. 185.

250. *Idem*, pág. 191.

de aulicismo. Não podia ser cortesão quem denunciara, em 1847, ao tempo de Aureliano, a influência nefasta da facção áulica nos recessos do Governo. Nem a atitude, que lhe valeria, mais tarde, o apôdo de “pontífice da estátua”,²⁵¹ advinha de mera imposição política partidária do momento. Decorria de convicção firmada havia muito tempo. Quando da coroação de D. Pedro II, em 1841, na ode sôbre o acontecimento, escrevera o poeta êstes versos:

*“O teu cetro sustente inabalável
Êsse Império gigante, que nas bases
Da Justiça e razão teu pai fundara.”*²⁵²

Homem de rara fidelidade à coerência, sustentava na maturidade as convicções da juventude.

251. *Correio Mercantil*, de 28 de março de 1863.

252. FIRMINO RODRIGUES SILVA, *A Coroação* [in *Parnaso Brasileiro*, tomo II, pág. 209, de J. M. PEREIRA DA SILVA].

CAPÍTULO XIII

“... cinge a fronte
De teu belo cocar, e o arco empunha
De mimoso lavor...”

Queda do Gabinete de Caxias e a vitória da Liga. O CONSTITUCIONAL. A morte de Justiniano. Desaba a borrasca sôbre os conservadores puros. Defecção de correligionários. “Cratera de vulcão aberta a despedir lavas estupendas.”

Dramática a sessão da Câmara dos Deputados do dia 1.º de maio de 1862. Zacarias oferecera emenda à resposta à fala do trono. Na tribuna Otaviano declara que a emenda “significa um voto de desconfiança ao Gabinete”.²⁵³ Submetida a votação, é dada como aprovada. Cruz Machado, depois Visconde de Sêro Frio, requer votação nominal. *Vivas reclamações de um lado da Câmara e apoiados de outros: sussurro prolongado na galeria do lado esquerdo* — registra a taquigrafia. Ambiente tenso, cheio de expectativa. Joga-se o destino do Gabinete conservador, presidido por Caxias. Começa a contagem. Repartem-se os

253. *Anais da Câmara*, 1862, tomo I, pág. 75.

votos, um sim, outro não. Haverá empate? Por um único voto perde o Governo, 42 a 41. Estava vitoriosa a Liga dos moderados e dos liberais contra os conservadores puros.

Caxias demite-se, depois de solicitar inútilmente ao Imperador a dissolução da Câmara. Consumava-se o desquite dos partidos. Iniciado o consórcio em 1853, com Paraná dirigindo, arrastara-se desenganadamente nos últimos anos, depois de reavivado o braseiro do espírito partidário por Ottoni, Saldanha e Otaviano.

Grandes nomes conservadores bandeavam para o novo partido: Olinda, Nabuco, Abrantes, Zacarias, Sinimbu, Saraiva. Os claros nas hostes do velho partido eram preenchidos por outros valores liberais: Paranhos, Tôrres Homem, José de Alencar.

A derrota ocasional não significava o desmantelamento dos conservadores, ainda fortes na Câmara. Encarregado de formar o novo Governo, Zacarias permanece apenas três dias no poder. Repetindo a manobra parlamentar que dera por terra com Caxias, Tôrres Homem faz cair das mãos do vencedor o fruto da vitória. Ao propor o encerramento da discussão sobre promoções da Armada, diz envolver a proposta voto de censura ao Gabinete. A contragosto o desafio é aceito. Na sessão de 30 de maio, por 49 votos contra 43, vencem os conservadores derrotados na véspera. Zacarias, tal como Caxias, não logrou obter do Imperador a dissolução da Câmara. Cede o lugar a Olinda. O Gabinete ficou conhecido como dos velhos, pois de seus membros, Sinimbu, o mais mção, contava 55 anos.

A ascensão de Olinda, que, com Abrantes e Sinimbu, se inclinava para a Liga, mudaria a situação. Cessara o predomínio dos chefes conservadores, alcu-nhados pelos adversários de *vermelhos*, de *cardeais*, componentes da *oligarquia* ou *consistório*, dispondo

— diziam depois de lhes darem essas fumaças eclesiásticas — do poder como queriam. Não se disfarçava, nos arraiais conservadores, a rudeza do revés. Urgia reerguer os brios partidários, conservar a flama de entusiasmo e não deixar esmorecer a vibração da luta.



Mas como? Para manter viva a chama e unidas as fileiras, necessitava-se da imprensa, único meio capaz de aparar e retribuir golpes. A Liga, empalmando o poder, contava com três grandes jornais: a *Atualidade*, redigido por Farnese, Lafayette e Pedro Luís; o *Correio Mercantil*, de Otaviano, e o *Diário do Rio de Janeiro*, de Saldanha Marinho, carregando todos sôbre os conservadores à ponta de baioneta. E os conservadores? O *Regenerador*, de Justiniano, saíra de circulação.

No dia 1.º de julho de 1862 surge na Côrte o *Constitucional*. Assume sua direção o Senador Firmino. “Sem fôrça, sem habilidade, sem critério, essa fôlha será um órgão muito triste de suas idéias, o melhor instrumento para sua própria ruína”²⁵⁴ — é como noticia seu aparecimento a *Atualidade*. Sêcamente registra o jornal de Otaviano: “Começou a publicar-se ontem o *Constitucional*, fôlha diária que se apresenta como órgão do Partido Conservador.”²⁵⁵

À indiferença sucedeu, em pouco, a irritação, depois a polêmica, e por fim a intriga miúda para calar a voz molesta, que não dobrara a cerviz ante a procela, que os novos senhores soltaram contra os conservadores.

Atingira Firmino o ápice da carreira jornalística. Veterano de muitas campanhas, sua pena desembaraçada

254. *A Atualidade*, de 3 de julho de 1862.

255. *Correio Mercantil*, de 2 de julho de 1862.

redigia com elegância e vida. Sabia jogar com o drama, a ironia, a mordacidade e a finura. Dardo penetrante, a pena fremia-lhe na sofreguidão das grandes contravérsias. A agudeza do epigrama, a arte de explorar, com riqueza de imagens, as contradições do contendor, se revelam nos “empolgantes artigos que escreveu, no seu estilo inconfundível” — anotam Licurgo Costa e Barros Vidal. E acrescentam: “Vibrante e destemido, Rodrigues Silva era impetuoso nos seus ataques, sofrendo por isso represálias.”²⁵⁶

Vibrante e destemido... Vermelhos é como designam os liberais aos antigos saquaremas. “O Partido Conservador é vermelho” — retruca êle — “porque cumpriu com tôda dedicação e lealdade o doloroso dever de sustentar a causa da lei no campo dos combates. Porque depois das vitórias, desamparadas as trincheiras, ermos os arraiais, quando seus contrários já não eram mais um perigo, hasteou a bandeira da conciliação e não viu nos adversários encarniçados da véspera senão os indiferentes do dia e talvez muitos dos amigos prováveis e dedicados do dia seguinte. Porque reformou a lei de eleições no intuito de dividir as grandes maiorias provinciais hostis aos liberais em pequenas maiorias que lhes podiam ser favoráveis como foram em muitas partes. Porque sustentou o direito do Parlamento em negar seu voto de confiança a um Ministério composto de membros da minoria. Somos vermelhos, quem tal diria? porque ousamos afrontar a cólera dos numes que bradam vingança. Fizemos o Sr. Ottoni recuar na carreira de seus desvarios, já quando pretendia estabelecer a questão política não no terreno da liberdade e do poder legal, mas como fôra estabelecido

256. LICURGO COSTA & BARROS VIDAL, *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, pág. 223.

no Primeiro Reinado, entre a liberdade e o despotismo, o poder de fato, ilegítimo e usurpador, já quando excitava as paixões partidárias por ocasião da estátua equestre.”²⁵⁷

Otoni... O arremêso fulminante contra o adversário que na refrega ostentava o mais alto penacho. A velha estratégia. Contra Otoni, a fôrça criadora da Liga, o chefe do Diretório formado na Côrte para dirigir o partido, atira o brado do desafio.

A Liga... Eis como êle a explica, ressaltando as contradições dos elementos que a compõem: “Por uma maravilha pouco usual neste mundo, o elemento moderado de um partido destacou-se de seu grêmio natural, e converteu todo o partido contrário, por sua natureza mais ardente, em um rebanho de cordeiros. O caráter dessa moderação, porém, se manifesta na guerra ímpia, no rancor a que os moderados da Liga votaram ao Gabinete de 2 de março, ainda depois que êsse deixou de existir. Na época de vossas lutas mais ardentes, senão na imprensa, nos encontros da liça parlamentar, tornou-se clássica a expressão — *parce sepultis* — com referência aos Ministérios decaídos; os ataques retrospectivos não passavam de uma apreciação rápida e geral, que era como o epílogo da controvérsia que terminara. Hoje, em meio de uma Liga que proclama a moderação como seu principal distintivo, e que por amor da moderação proscreeve a massa geral dos conservadores, o Gabinete Caxias é tratado com mais acrimônia e tenacidade do que o seria, se ainda pairasse nas regiões do poder! Entretanto qual foi e tem sido o procedimento da Liga para com o Gabinete Ferraz? O grupo liberal, com os Srs. Otoni, Saldanha Marinho e Otaviano à sua frente, atroaram céu e terra,

257. O *Constitucional*, de 9 de julho de 1862.

acusando todos os atos dêsse Gabinete; nunca se viu tamanha sanha, a ameaça de uma revolução cintilava em cada uma das palavras de fogo dos implacáveis patriotas. Cai o Ministério Ferraz, nas vésperas da abertura do Parlamento; a opposição o aguardava sôfrego, era ocasião de provar na tribuna o que as declamações tinham assoalhado com tanto estrondo por todos os órgãos da imprensa liberal: silêncio e só silêncio reinou nas fileiras dos insignes tribunos! As crateras do Vesúvio liberal fecharam-se como por encanto; os Srs. Ottoni, Saldanha Marinho e Otaviano já eram aliados dos Srs. Paranaguá, Pais Barreto e Régio Barros, e com êstes cavalheiros se lhes tinham associado os mais decididos campeões do Ministério Ferraz! A *moderação* refreava então os furores da véspera, como hoje exige a animosidade e o descrédito contra o Ministério de 2 de março. A dignidade pessoal tinha presidido com tôda pompa e solenidade a êsse consórcio repentino dos defensores com os acusadores, e dos próprios acusados com os seus detratores! Eis a Liga.”²⁵⁸



Mal empunhara o arco para ferir a campanha, ressentido com a defecção de vários amigos de tantos anos, acontecimento dolorosíssimo rasga-lhe a sensibilidade. No dia 9 de julho falece Justiniano. Partira do mundo dos vivos o companheiro da juventude, quando o estrondo das armas retumbava na arena política. Na luta, sua presença valia legiões. Desaparecera o amigo constante e fiel. Em seu peito vêm chorar os amigos: “Êle não viu preenchido seu mais ardente anelo: a glória do país!... e, coitado! aí deixa a espôsa

258. O *Constitucional*, de 10 de julho de 1862.

e os filhos desamparados... Lágrimas que emanam do coração, eu as derramo neste momento... recebe, amigo, êste tributo de saudade... Mais vale depô-lo sôbre um coração que sente, do que lançá-lo na surda laje, onde, em vão se quebrarão os ais do teu amigo do coração — *I. F. Silveira da Mota.*”

Morrera pobre, deixando a família desamparada! E quanta injúria padecera! Injúria e frustrações. Nenhuma distinção lhe deram. Nem uma simples condecoração. Fôra sempre um refugado das honrarias e benefícios. Depois do rompimento com o Marquês de Paraná, fecharam-se-lhe até as portas do Parlamento. Como lhe doíam as preterições! A Firmino, por mais de uma vez, abrira o coração ferido contando de suas mágoas causadas pelas ingratidões dos amigos. Dera tudo ao partido. Defendera-o sem desfalecer nos momentos difíceis. Em troca concederam-lhe a cadeira de deputado em duas Legislaturas. Era pouco, bem pouco.

Estava Firmino sôzinho na arena. Apagara-se uma memória em a qual êle vivia. É assim que a gente morre: morre pela morte daqueles que nos querem bem.

“Não uma dor estéril, mas trabalho...” — dissera-lhe Justiniano quando, havia 25 anos passados, Firmino se desesperara com o desaparecimento de Francisco Bernardino Ribeiro. A fase da poesia findara com a juventude. As vicissitudes da vida e o torvelinho da luta não mais lhe permitiam entoar cantos fúnebres. Passara-lhe para as mãos o cetro do jornalismo conservador.

O Ministério Olinda, com o Parlamento aberto, onde tinham maioria os conservadores puros, guardava prudente neutralidade. Não se definia. Os jornais, espreitando a direção dos ventos, mantinham velas

arriadas. A imprensa da Liga não tocava em política e silenciava sôbre os objetivos do novo partido em via de formação. Esvurmava, porém, a ação dos conservadores nos anos idos. Firmino sai-lhe ao encontro. Em linguagem que soa como o clarim, atira o cartel, conclamando-os à liça: “Por quê? De tantas idéias fecundas e salvadoras, que incubais, há quanto tempo, na inteligência vigorosa, uma só não há que mereça a pena de ser discutida pela imprensa? O jornalismo, livro do povo e alavanca do progresso, pesa tanto em vossas mãos que não sabeis manejá-lo para esclarecer o povo e mover a opinião? Que homens da liberdade e do progresso sois vós que fugis da publicidade e da discussão, justamente quando o país ávido de ilustração espera o reflexo das inteligências superiores em cujo seio a Providência deposita o raio de luz que deve esclarecer os povos! Tendes sem dúvida consciência da inutilidade de vossos esforços; sabeis que a luz de vossas idéias é falso brilho crepuscular; não convém expô-lo imprudentemente à reverberação solar, à consciência pública que ofuscaria os fogos fátuos.” E num apêlo ao sangue do adversário incita: “Uma vez ainda vos conjuramos; descei o pano sôbre a farsa que estais representando: é tempo: a prosperidade do país é assunto de tal gravidade, que não deve excitar o riso nos que têm uma pátria, uma família, e interêsses a zelar. Quereis ser um partido? — Quem vos impede? Há espaço na política para tôdas as opiniões, como há na terra sol para tôdas as criaturas. Sêde partido; mas sêde-o, sujeito às condições normais, sêde partido uniforme, com idéias fixas, com princípios claros; tende a coragem das vossas convicções, e assim a responsabilidade delas perante o país. Até então, não passareis de uma comandita industrial para exploração da polí-

tica, prometendo aos sócios dividendos de ministérios, senatorias e presidências.”²⁵⁹

Procurava-se organizar o novo partido. Saraiva escolhera-lhe o nome: Partido Progressista. Em casa de D. Manuel de Assis Mascarenhas reuniam-se Nabuco, Zacarias e Dias Vilela para redigir os estatutos. Dizia o *Constitucional*: “Os conservadores vermelhos (aceitemos a expressão, que nesta terra os nomes andam quase sempre trocados), os conservadores vermelhos reúnem-se, conversam, discutem e combinam, mas os seus estatutos são a Constituição política do Brasil, o seu vínculo — a homogeneidade de sentimentos e idéias, o seu único compromisso — servir com dedicação à mesma causa. Os partidos não se formam por convenção, nem os chefes são escolhidos a capricho. Partido é uma idéia, uma idéia complexa de grande interesse nacional. É a idéia que reúne os homens, e não os homens que vão reunir-se para formar a idéia. Os chefes tomam o seu pôsto pela superioridade de seus esforços, sob a aclamação de seus triunfos, e não pelo voto das cabalas, ou pelo interesse dos entusiastas. A Liga fundiu-se em um corpo cuja forma e serventia lhe hão de ser dadas pelo triunvirato a que se prende o Sr. D. Manuel. Esperemos que os novos pontífices publiquem o seu Alcorão; e por enquanto registremos os fatos, e admiremos a modéstia com que os antigos liberais genuínos deixam as honras do comando aos generais emigrados dos arraiais conservadores.”²⁶⁰

Para a formação da Liga, Nabuco, o antigo conservador, contribuíra decisivamente. Após seu discurso no Senado, chamado do *uti possidetis*, os tímidos e os vacilantes cobraram ânimo para jogar a cartada que

259. O *Constitucional*, de 16 de julho de 1862.

260. O *Constitucional*, de 17 de julho de 1862.

alijou do poder o Partido Conservador. Mostrando as incoerências do discurso de Nabuco, Firmino reencontra o acento irônico do panfletário da *Facção Aulica*: “Quando o Sr. Nabuco lançou o pêso de seu voto na balança dos destinos do 2 de março, procurou justificá-lo, demonstrando que os partidos têm no sistema representativo a sua vez de governar, e um não pode usurpar impunemente a vez do outro.” Sustenta não bastar a simples enunciação do princípio, exige a demonstração da existência dos dois partidos e com lógica esfria a lógica do futuro conselheiro: “Disse-nos [Nabuco] que os partidos estavam extintos em 1853, quando êle teve de executar a política da conciliação, e reconheceu que outros ainda se não tinham formado para substituí-los, assim que deixou cair do alto da tribuna um projeto de programa, destinado a servir de bandeira a um novo partido. Como o Sr. Jourdain escrevia prosa sem o saber, o Sr. Nabuco refutava-se a si mesmo, sem sentir-se, e com uma fôrça de lógica admirável. E de feito, se a conciliação de 1853 foi a conciliação dos partidos extintos, o que, seja dito entre parênteses, não deixa de ser um pouco metafísico; se os defuntos de então, conciliados na campa, ainda não ressuscitaram nem foram substituídos por novos partidos no mundo em que vivemos; então, fôrça é confessá-lo, não chegou ainda a nenhum sua vez de governar: nem a conservadores, nem a liberais. Se, porém, chegou a vez de um, usurpada pelo outro, como atesta o Sr. Nabuco, existem ambos; não estavam mortos em 1853: ou ressuscitaram depois, ou nasceram outros, e convém exhibir em todo caso a certidão da ressurreição do ato ou do nascimento, que pode ser contestada. Em qualquer destas hipóteses não se concebe a necessidade de um novo programa, pois não se trata da formação de um novo partido, mas sòmente de fazer justiça a um

dêles.” E com arrasadora análise: “O Sr. Nabuco não era pròpriamente da Liga, que não se aventura em mares desconhecidos sob a conduta de Palinuros inexpertos, mas, encontrando-se com ela na ocasião do combate, auxiliou-a; e, como era preciso dar a razão por que ia combater o Ministério, disse-nos que era por ter chegado a vez dos outros. E passou a torturar os fatos, a ver se os obrigava a mentir, confessando aquilo que mais lhe convinha. Só mentindo, podiam os fatos asseverar que era chegada a vez dos outros, quando não estava provado que outros existissem, e em condições de terem a sua vez. Os que se aproximavam não eram de certo os outros, mas o Sr. Nabuco, o Sr. Zacarias, o Sr. Saraiva, adversários da véspera, sem antagonismo de crenças e de princípios políticos. Se a vez de governar pertencia aos denominados liberais, usurpavam-na de certo aquêles que se preparavam a empalmar-lhes o poder. Militaste com êle! Mas que importa isso? Desde quando os despojos opimos da vitória pertencem de preferênciã, não ao grosso do exército, mas aos aliados do momento? Militaste com êles, não no terreno dos princípios, mas a bem da derrubada; e a vez do governar, não pode ser senão a vez dos princípios.” Ante a rajada de fogo não se podiam sentir à vontade aquêles que ainda ontem pertenciam ao Partido Conservador, e o abandonaram para se congraçarem com os adversários da véspera, recebendo no acampamento dêles os galões de generais. Mostra o vulto do quinhão dos liberais na distribuição das benesses durante a conciliação: “Eis aí o *uti possidetis* do Partido Conservador proclamado pelo Sr. Nabuco, sem se lembrar que, extinto êste, como êle o certificara, não podia conservar o *uti possidetis* que imediatamente passou para os seus sucessores naturais, para os conciliados, ou para todos, se quiserdes, para

a comunidade na qual se tem conservado até hoje. O Sr. Nabuco sabe de tudo isto tão bem como nós, melhor do que nós. Ele não pode ignorar a história do seu tempo, em que teve tão grande parte. O que elle queria, antes de tudo, era acumular, contra o Ministério, elementos de destruição, mostrar à Liga o valor de seu auxílio, ao Gabinete quanto elle perdera com a sua defeecção. Conhecedor das misérias do coração humano, assentou praça à cobiça nas suas fileiras e estimulou-a com o *uti possidetis*." Desvenda o móvel oculto, mas real, da justificativa dada para o rompimento: "Para incitar a fúria liberal contra os seus adversários, também proclamava o Sr. Nabuco às suas tropas: "Que-reis empregos? Desalojai os adversários que os possuem há 14 anos. É de mais; chegou a vossa vez: avançai." 261

Excesso de apóstrofes? Grandiloquência exagerada? Amplidão de frases? Como dizia Sainte-Beuve, o próprio espírito submete-se à moda. E a moda era essa.



Em recesso o Parlamento, o Gabinete de Olinda põe súbitamente em execução o plano, mantido em suspenso, da derrubada geral. Os presidentes das províncias de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, conservadores, são varridos. Satisfeitos os da Liga? Na província do Rio de Janeiro continuava um conservador, o Desembargador Belo. Otaviano, com o gôsto de demitir presidentes de províncias, ameaça na sua fôlha: "Este Govêrno" — diz — "é, em verdade, um Govêrno

261. O *Constitutional*, de 19 de julho de 1862.

de reação.”²⁶² Antes, condenando a neutralidade do Ministério, ainda vacilante, chegara a falar que se repetia “ainda uma vez a cena dos Governos duplos”,²⁶³ alusão à complacência do Ministério em relação às hostilidades contra ex-ministros do Gabinete relâmpago de Zacarias.

A *Atualidade* irritava-se por não virem os acertos de contas. Aproveitando o aparecimento do livro do Visconde de Uruguai, tomava-o por pretexto para extravasar: “Panfleto indecente que aí se publicou” — escrevia — “com o título de *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, para endeusar o sistema napoleônico e defender o *statu quo*.”²⁶⁴ E era o jornal de um jurista, de Lafayette Rodrigues Pereira, que assim se exprimia!

As vítimas reclamadas para aplacar a cólera dos novos deuses foram entregues pelo Ministério: “Encerrado o Parlamento” — fumegava o *Constitucional* —, “o Gabinete abandona a posição negativa que até então havia adotado, e, livre do obstáculo que lhe tolhera o movimento, erguendo o véu que encobria seus secretos desígnios, entra desembaraçadamente no caminho da reação, para castigar a gravíssima falta cometida pelos que acreditaram na lealdade dos homens pela mor parte cobertos de honras.”²⁶⁵

Como ignorar a existência do *Constitucional*, que com tanta sem-cerimônia revolvía com o dedo feridas dolorosíssimas e manter-se silencioso ante o estalejar das relhadas? A *Atualidade* advertia: “Não se iludam com os estouvados e os doidos do *Constitucional*.”²⁶⁶

262. *Correio Mercantil*, de 4 de outubro de 1862.

263. *Correio Mercantil*, de 20 de julho de 1862.

264. *A Atualidade*, de 22 de maio de 1862.

265. *O Constitucional*, de 9 de abril de 1863.

266. *A Atualidade*, de 23 de setembro de 1862.

Do alto de sua superioridade o *Correio Mercantil* dignava-se dizer: "O órgão do Partido Conservador resolveu-se ontem a cobrir com seu poderoso escudo o Presidente da província do Rio de Janeiro." 267 Poderoso escudo... Poderosa, também, era a clava que brandia. Lograra sacudir o ambiente da Côrte, despertando interêsse por tôda parte. Enquanto os jornais liberais, mudos aos desafios, continuavam fugindo à discussão larga sôbre os grandes temas políticos, o *Constitucional*, todo sangue e nervos, era lido àvidamente. A *Semana Ilustrada* retratava bem a situação numa caricatura humorística: enquanto as pessoas que traziam o *Correio Mercantil*, o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio* dormiam a bom dormir, a que estava com o *Constitucional* devorava-o com os olhos. 268

Assustavam-se quando, acaso, o órgão conservador elogiava o Gabinete ou cessava de atacá-lo: "A imprensa liberal" — dizia Firmino — "não quer um momento de tréguas à nossa opposição, incomodam-lhe os elogios ao Ministério que defende, ou o arrefecimento do ardor com que é combatido, porque receia que seus serviços se tornem desnecessários ao poder, e então, ai dela! Cumpre que a desenganemos uma vez por tôdas. Não lhe disputamos preferência na escudela de caldo à portaria do convento." Prossegue: "O jôgo ridículo da imprensa liberal não pode iludir ninguém. Entre o *Mercantil* que apóia, e a fôlha rubicunda que espera, quando tôdas são influídas pelo mesmo espírito, obedecem à mesma direção, vê o país escrito o programa do futuro, a tática que consiste em aproveitar os prós e repelir os percalços, em ganhar posições sem comprometer os princípios. Amanhã as enguias

267. *Correio Mercantil*, de 7 de dezembro de 1862.

268. *A Semana Ilustrada*, de 12 de julho de 1862.

do liberalismo escorregarão das mãos dos que as quiseram apanhar, como o *Mercantil* pretendeu dar escapula ao Sr. Marquês de Olinda da rêde em que o apanharam o bom-senso e a lógica.”²⁶⁹

O velho marquês recebe sua parcela na escudela de caldo do jornal. A atitude do antigo regente santarrão e finório, encobrendo o plano da derrubada enquanto aberta a Câmara, para executá-lo quando de seu recesso, se foi inspiração política da astúcia, não deixou de ferir os padrões éticos: “O apoio dos representantes do povo” — bradava indignado o *Constitucional* — “não se empalma com reservas jesuíticas, nem com subterfúgios de comédia. A missão do poder é uma coisa muito séria e grave; de suas relações com as Câmaras partem a luz e a direção da sociedade, e para esta repousar tranqüila sôbre seus destinos, necessita acreditar que o poder, além de tudo mais que deve ser, é a franqueza e a lealdade nas alturas, que faz o que diz, diz ao país o que pensa.”²⁷⁰

Feição singular na conjura dos chamados conservadores moderados com os liberais: embora possuíssem êstes o grosso da tropa, a direção cabia àqueles. O tom com que o senador acentua o fato é cáustico. Mas por baixo dêle se percebe a dor causada pela deserção dos velhos companheiros. Artigo amargurado, repleto de epigramas. Como peça jornalística, perfeito, ferindo com habilidade os aspectos emocionais do episódio: “Explicando a sua aliança com os liberais, dizia enfaticamente, em uma sessão memorável dêste ano, o Sr. Saraiva: temos morto o espírito revolucionário; tornamos impossíveis as revoluções. E os aplausos cobriram a voz do orador que para si tomava,

269. O *Constitucional*, de 17 de julho de 1862.

270. O *Constitucional*, de 20 de setembro de 1862.

sem dúvida, o maior quinhão na glória daquele feito. Era Aquiles arrastando em tórno dos muros de Tróia o cadáver miserando de Heitor. Os chefes do Partido Liberal, com os olhos baixos, ouviram sem protestar as palavras do deputado da Bahia, que, malgrado seu, sob o influxo de seus antigos princípios, fazia justiça pública aos seus novos aliados. Mas, ou isto redunde em louvor de sagacidade ou em opróbrio pela sua humilhação, que podiam êles fazer senão dar em silêncio testemunho da magnanimidade do vencedor? Tudo deviam aos que, saindo do Partido Conservador lhes estenderam a mão, quando êles desapareciam nas vertigens da raiva impotente, não podiam levantar ombros em presença dos seus regeneradores. Sorrirmo-nos interiormente ao ver que aos homens nutridos e elevados pelo Partido Conservador deve o Partido Liberal o que vale atualmente, e a mágoa da perda de antigos amigos, companheiros de nossas lutas, sectários fêrvidos das idéias políticas que professamos, encontra certamente algum lenitivo nessa consideração. O que nos scandaliza é a ingratição dos liberais com êsse partido grande e generoso, que lhes deu os mais prestantes aliados. Furtemo-nos, porém, às emoções que êsse fato desperta, e reflitamos na situação presente. Estamos bem longe de crer que homens que figuram como os mais adiantados no Partido Conservador, que foram instrumentos vigorosos de sua política e inimigos implacáveis dos revolucionários, queiram auxiliar as revoluções. O que desejamos saber é o papel que êles fazem ao lado dos seus antigos adversários, e quais os novos destinos do Partido Liberal. Resignar-se-á êste partido a viver vida mesquinha e inglória, abatido aos pés dos seus protetores, dirigido pelos seus novos tutôres ou, pelo contrário, serão os centuriões do Partido Conservador que, abjurando as suas crenças antigas, terão de

queimar incenso aos deuses infernais dos nossos adversários, contentes de servirem à sua dominação e aos projetos dêles? Seja qual fôr a hipótese que se realizar, não podemos compreender o procedimento de homens políticos que para arrancarem seus adversários dos perigos a que os conduziam suas doutrinas e suas paixões, a êles se entregam, declaram guerra aos amigos e companheiros dos seus mais belos tempos, e comungam nos princípios contra os quais fizeram as suas melhores provas. A explicação dada no Parlamento não nos esclareceu. Não é que neguemos a ninguém o direito de mudar de opinião, pois não julgamos, como os liberais, crime digno de fogueiras aquilo que às vêzes aconselha a sabedoria; mas o homem político não é o volteador que se propõe a deixar a turba embasbacada pela surpresa das viravoltas, e deve à opinião pública explicação de uma súbita mudança de posição." E finalizando com melancolia: "Para não condenar o procedimento atual dos que depois renderam-se aos ditames dos nossos Gracos, fôra mister condenar o seu procedimento anterior: recusamo-nos igualmente a exaltar as suas virtudes de hoje e a deprimir os seus erros de ontem: deixamos a outros inteira esta vingança. Pela nossa parte entendemos que o círculo das revoluções não se fecha, porque alguns generais puseram ao serviço dos seus chefes a energia com que combatiam contra elas. Cumprimos nosso dever com a pátria conservando-nos firmes no nosso pôsto, e defendendo os arraiais abandonados por outros que nêles haviam feito fortuna. As vicissitudes políticas oferecem tristes exemplos. Deus queira que um dia o furor daqueles cujos planos julgam haver inutilizado, não recorde aos seus novos aliados a imagem de Mário fugitivo, sentado nas ruínas de Cartago." 271

271. *O Constitucional*, de 19 de outubro de 1862.

“Cratera de vulcão aberta a despedir lavas estu-
pendas” — dissera Joaquim Manuel de Macedo. Que
deveriam pensar os antigos conservadores, que se pas-
saram para os liberais ante as rajadas crepitan-
tes?



O ardor na luta era fruto de convicções. Senador
do Império, a salvo do redemoinhar da política, bem
fácil seria a Firmino acastelar-se nas comodidades do
planalto e afastar-se da arena áspera da imprensa.
Pagava o tributo do idealista. Entre os seus defeitos
não se poderia contar aquêles que os franceses deno-
minam — o instinto do empurrão derradeiro em tudo
que vacila. Em perigo estava o seu partido. Não
podia deixar de lutar por êle.

Notícias se espalham sôbre a dissolução da Câmara.
Iria Olinda, afinal, depois da reversão dos presidentes
de províncias, convocar novas eleições? Boatos se
espalham com insistência. “Será no intuito de inti-
midar-nos? Mas, como hão de recuar hoje ante as
ameaças de uma dissolução aquêles que ainda ontem
afrontaram tôdas as fôrças da Liga no poder, liberais
e progressistas, derrotando o 24 de maio, o Ministério
inculcado da Coroa, que se dizia trazer assinado na
pasta o decreto da dissolução? O Partido Conservador,
por vêzes o tem demonstrado, não se intimida assim
tão facilmente. Confia nas instituições do país, tem
fé nos seus princípios; na opposição ganha fôrças
imensas sem ir acender archotes na bitácula de Lucônia,
nem concitar paixões fantasiando cruezas e despotismos
ferrenhos. Apenas põe pé em terra, qual outro Anteu,
é irresistível. Não recuou em presença de um partido
forte e arregimentado, notável pela sinceridade e
energia de suas convicções, como temer hoje a luta com

êsse cadáver ambulante do antigo liberalismo galvanizado pelo despeito e pela cobiça?" Quais os donos da situação? "A situação é daqueles que a sustentam; do Sr. Nabuco, a cujas asas se acolhem os jovens oligarcas da Bahia e de Pernambuco, dos Srs. Pais Barreto, Saraiva e Paranaguá, e dos inimigos do ferrenho despotismo, que exultam hoje de prazer por haver finalmente raiado o dia de suas mais caras esperanças, o da restauração das liberdades constitucionais confiscadas no Segundo Reinado pela onipotência da Coroa. Transformação miraculosa, operada súbitamente no dia em que aprouve ao Sr. Marquês de Olinda atirar sôbre o cabide das derrotas a farda de Presidente da província da Bahia." A oposição dos conservadores fôra sempre a de obediência às leis, conformando-se com as derrotas, sem apêlo às armas, com a esperança da conquista do favor popular pela fé em seus princípios. E prossegue: "Os princípios conservadores estão na altura de todos os perigos para vencê-los e dominá-los; têm em si mesmos a sua fôrça; os fortes que os sustentam não o são por êles, senão porque melhor os compreendem, e os servem com dedicação mais sincera e conscienciosa. O que os abandona hoje, podia tê-lo feito há mais tempo — *uno sublato, non deficit alter*. Faz de conta que morreu. Essa conta nunca se pode fazer dos princípios. Com dissolução ou sem dissolução, com o Sr. Nabuco e sua ninhada ou sem êle e sua ninhada, tudo vem a dar no mesmo: nossa posição em presença dos cartagineses da situação não se altera em nenhuma dessas hipóteses. Poderão os emissários da sinagoga, dispondo dos meios do poder, arrancar-nos, quando se dê a dissolução, os nomes das urnas, falsear o voto das simpatias nacionais a favor das crenças e aspirações vitorizadas sempre que elas poderão manifestar-se livremente. Talvez se reproduzam então as

bacanaís dos cinco anos em tôda a amplidão da miséria; os eleitos da coragem cívica nos comícios invadidos pelas baionetas sejam expelidos da Câmara pelos eleitos da fraude, da corrupção e da violência. Tudo pode ser; os sinais do tempo nada têm de prazenteiros, o ôlho da tormenta espreita os horizontes. Paciência! Ainda assim nossos princípios não sucumbirão: só êles podem ser poder estável e bem aceito nesta terra do Brasil, porque só êles sabem o que querem, toleram e esperam; contam com adesões de uma grande sociedade, cujo bom-senso admirável a tem levado a não separar a liberdade da ordem. Deus nos dê vida para admirarmos as transformações dos tribunos da véspera em estadistas empavezados, apenas dominarem a situação; para ouvirmos os Gracos denunciando sedições, chamando-nos revolucionários, como já principiam, porque combatemos o Ministério da Coroa; para nos rirmos dos truões das massas convertidas em truões do poder. Calcularemos então as vantagens do silêncio; o mérito dos párias que governam e dirigem maiorias; profligaremos os atentados do poder em nome da liberdade, exclamando desde já, com Benjamin Constant: "Ódio e desprezo aos opressores, qualquer que seja sua denominação, seja qual fôr o estandarte que arvorem! E se há graus em nosso desprezo e ódio, seja o que há de excesso nêles reservado aos que se cobrem com as côres da liberdade para o fim de a profanarem." 272

Não deixa de explorar as profundas contradições dos adversários. A nota ferina, tão incômoda, é a aceitação de parte dos liberais do comando dos antigos conservadores: "Ao cabo de 14 anos de opposição, os liberais de nossa terra passaram debaixo de tôdas as fôrças caudinas, por debaixo das quais pode passar um

272. *O Constitucional*, de 1 de novembro de 1862.

partido. Abdicaram sua personalidade, simbolizada no nome que repudiaram, aceitaram os chefes que lhes impuseram no momento do combate; resignaram-se ao mais completo silêncio de suas doutrinas, para não arredar de suas fileiras os que lhes faziam o favor de comandar. Obedeceram a tôdas as ordens; não houve humilhação a que se não sujeitassem. Caminhavam à dominação por via do servilismo. Vêde agora quão diversa não é a situação dos conservadores depois de 14 anos de poder, cujo exercício por via de regra estraga os partidos. A larga dominação que nos atribui não exauriu nossa fôrça, e quando alguma diminuição ela tivesse sofrido, bastaria pormos pé em terra, como ora fazemos, para em um momento repararmos nossas perdas. Ainda no fim de 14 anos de poder, temos nossas falanges tão condensadas que podemos mandar um destacamento de conservadores para dirigir os liberais, discipliná-los e governá-los. E à frente de vossas divisões, batalhões e companhias, podemos dizer quando atentarmos nas brilhaturas dos que os dirigem: como se batem os nossos inglêses! Escolhei, vêde o que melhor vos sirva; queremos combater-vos na posição que preferirdes: aceitai o lado da argumentação que vos fôr mais vantajoso." Reclamava o combate, queria a luta. Sabedor do que mais irritava os adversários, volta ao célebre discurso de Nabuco: "Se o *uti possidetis* existe realmente, apesar da conciliação dos partidos extintos, cujo segrêdo o Sr. Nabuco aferrolha na sua carteira, então sêde lógicos, e se o não quizerdes, o país sê-lo-á por vós; confessai que estais fora das condições regulares de todos os partidos políticos, ou não o sois nenhum, mas um pugilo de aspirações egoísticas, sem convicções, sem fé nos princípios, e por isso, sem adesões, porque não podeis transmitir à sociedade o que não possuís. Sois enfim um partido, liberais da nossa

terra, que nas condições em que todos os mais lucram, vós perdeis. Um partido que, depois de 14 anos de opposição, não absorve em si parte de seus antagonistas convencidos de suas doutrinas, mas é governado, dirigido, absorvido por aquêles que se destacam do grosso de seus adversários; que, depois de tão prolongada luta, acaba por abdicar sua personalidade; reflete as côres de todos os prismas, aceita tôdas as imposições, vai adiante de tôdas as exigências; dos pasquins da estátua, da circular do ferrenho despotismo, precipita-se de um modo medonho em comparar aos revolucionários de abril os oposicionistas do 24 de maio. Ou antes, não sois um partido, não sois nada. Sois os liberais da nossa terra.”²⁷³

Sofrer calado as bordoadas era duro. A exposição de tantas contradições dilacerantes, de permeio com os desafios atrevidos, acabaram por exasperar a imprensa da Liga. Saldanha Marinho, no *Diário do Rio de Janeiro*, esbraveja contra o *Constitucional*: “Chamou para junto de si os Tôres Homem, os Rodrigues Silva, os Paranhos, e todos os práticos da imprensa em outro tempo desabrida.” Adiante diz: “Homens de excessos no poder não desmentem a sua índole estando na opposição. Eram déspotas, são desabridos; eram audazes, são temerários; eram desembaraçados no abuso dos seus recursos officiais, são hoje cínicos até no abuso dos seus rancores de oposicionistas.”²⁷⁴ Como doíam os vesicatórios do *Constitucional*! Uma expressão atirada contra os liberais — “piranhas do poder” — particularmente os enfurece e provoca a reacção do colérico Saldanha.

273. O *Constitucional*, de 8 de novembro de 1862.

274. *Diário do Rio de Janeiro*, de 17 de outubro de 1862.

Nabuco, que nêles entrava como motivo constante, reclamando de Firmino, havia 20 anos passados, seu parecer sôbre a política do Império, asseverara-lhe: "sua opinião é para mim de grande pêso". Se-lo-ia agora, quando tão claramente punha à mostra o desar da atitude dos antigos companheiros?

A diversidade da história do Partido Liberal e do Partido Conservador, a forma pela qual um e outro conquistavam o poder, eram postas à vista de todos numa análise percuciente: "É assim como caminham sempre os liberais de nossa terra; jamais alcançam o poder levados pela onda que sobe; apanham-no por surprêsa, como em 1840, como em 1844; e depois atribuem a triunfo da opinião aquilo que não foi senão o resultado de sua subserviência, a disposição de paixões egoísticas. Mas uma vez nas alturas, pedem ao poder seus meios de consolidação, ocupam com gente sua dedicada tôdas as posições, desde a mais humilde até a mais elevada, e quando a opinião robustecida pelos seus desatinos, enjoada do espetáculo aflitivo de suas dissensões eternas, consegue atirar sôbre êles a animadversão de todos os homens honestos, as antipatias muito pronunciadas de tôdas as classes de cidadãos, e os enxota com indignação, apelam para a revolta, que os ímpios denominam o juízo de Deus, como se o juízo de Deus se não pudesse manifestar senão nas lutas sacrílegas da fôrça bruta. Como hoje, protestavam em 1840 e 1848 a sinceridade de seus sentimentos ordeiros. Em 1840 iam muito além dêsses protestos; diziam que eram êles os verdadeiros monarquistas, porque haviam proclamado a maioria, e nós os republicanos, porque nos havíamos oposto a ela, e nem por isso a revolta surgiu menos ameaçadora, apoiada nas resistências que êles haviam criado no pouco tempo que se tinham demorado no poder. É essa a mesma

linguagem que já usam hoje, como em 1840. Como sempre, necessitam protestar ao país que não querem mais desordem, que estão tomados de santo horror contra a causa da revolução. E protestam principalmente fingindo que nós somos êles, que mudamos de fato como êles de pele em cada evolução política, conservando todavia a mesma essência, para açoitarem em nós as idéias que proclamavam, para o país acreditar que êles as renunciaram de uma vez para sempre.” 275



O rompimento precipitado do Ministério Olinda com os conservadores fundara-se na persuasão de que os moderados e os liberais atados pelo fio do interesse de momento, o sustentariam, e que os conservadores puros continuariam a apoiá-lo, porque outro remédio não tinham. “É singular” — comenta o *Constitucional* — “como homens encanecidos no traquejo dos públicos negócios não previssem as conseqüências que imprete-rivelmente deviam seguir-se dêsse rompimento. Dado aquêlê primeiro passo, a intervenção do Gabinete desapareceria na ordem dos acontecimentos. Era chegada a vez da lógica, e a lógica é inexorável como o destino nas suas conclusões. As águas que jorram do cimo das montanhas, se não são absorvidas no seu curso, hão de necessariamente despejar-se no oceano. A sinagoga que havia aconselhado a declaração inopinada de hostilidade contra os amigos da véspera, que feriu no íntimo do coração, no seu melindre, nos seus brios, um grande partido, julgou-se uma vez, adotados seus conselhos, o árbitro supremo da situação. Acreditou piamente que em cada ministro tinha um instrumento,

275. O *Constitucional*, de 21 de novembro de 1862.

e como o Diretório francês colocava um agente seu junto de cada general em ação para dirigi-lo e espreitar-lhe as intenções, colocou também ao lado de cada membro do Gabinete um de seus chefes mais extremados para indicar as providências que mais conviessem. A sinagoga, a Liga, o liberalismo vermelho, ou como melhor nome haja, preparava-se assim para governar sem responsabilidade, dominar em nome dos ministros, atirar sobre êles a impopularidade de uma *razzia*, colhendo os tutôres ministeriais todos os proveitos que os não inibiam de amanhã condenar os dóceis e submissos, que lhos haviam preparado.”²⁷⁶

Batiam queixo de raiva as fôlhas liberais. “A fôlha rubra dos publicistas da Rua dos Ciganos”²⁷⁷ — rompia a *Atualidade* com furor sobre o *Constitucional*. “Há esperança bem fundada de que os chefes do partido puritano lhe dêem uma direção mais razoável e moderem a linguagem e as tendências da sua opposição”²⁷⁸ — ecoava o *Correio Mercantil*.

Como incomodava a linguagem de Firmino!

Veemente, sem dúvida. Mas não chegaria nunca ao extremo a que foi Tito Franco, êle, um liberal histórico, de qualificar a Liga de “aliança hipócrita e adúltera”.²⁷⁹

276. *O Constitucional*, de 27 de novembro de 1862.

277. *A Atualidade*, de 23 de setembro de 1862.

278. *Correio Mercantil*, de 14 de outubro de 1862.

279. TITO FRANCO DE ALMEIDA, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, pág. 126.

CAPÍTULO XIV

“... Hoje a fronte
lhe cinge de coroa imarcescível.”

A grande e a pequena imprensa. Curiosidades da seção de anúncios. A propaganda. Doença do Imperador. FRUTAS DO TEMPO. El-Rei do Fogo. Escaramuças no Senado. As alcunhas dos partidos. O CONSTITUCIONAL e o nacionalismo. Atentado contra o jornalista.

Nas províncias seus artigos eram transcritos pelos jornais conservadores. O *Diário de Pernambuco*, a grande fôlha do Norte, os reproduzia. Monsenhor Pinto de Campos, polemista desabusado, de Recife escrevia a Firmino: “O *Constitucional* tem sido devorado aqui! Não imagina o alvoroço com que foi recebido!...” Acrescentava ainda: “É preciso que digamos a quem parece recrear-se com os nossos males: *Dá, mas escuta*. Temístocles não tinha mais fortes motivos para dizê-lo.” Diria, ainda, o erudito tradutor da *Divina Comédia* e autor de *Jerusalém*: “Tardou, mas chegou com as mais preciosas mercadorias. Refiro-me às circunstanciadíssimas notícias, que me transmitiu em sua importante carta de 6, cuja leitura, con-

fiada aos amigos íntimos, foi de grande prazer para todos, que, a uma voz, o proclamam *benemérito* do Partido Conservador! O Camaragibe, principalmente, é o homem que mais reconhece os seus bons e relevantes serviços, ao passo que deplora a desídia, ou indiferença com que tantos aí se têm portado nestes maus dias do Partido Conservador.”

Se o jornalismo não mais conservava o tom de diálogo personalíssimo característico dos idos de 1836, do tempo do *Cronista*, e que atingiu o ápice na campanha da maioria em 1840, quando circulava o *Brasil*, mantinha todavia a mesma linha divisória que separava as fôlhas exclusivamente políticas e as fôlhas político-informativas. Estas últimas constituíam o que então se chamava a grande imprensa.

Eusébio de Queirós, em discurso no Senado, em 1861, defendendo-se da acusação de pertencer à oligarquia, a que atribuíam o domínio do Governo, e que êle declara ser um mito, põe em relêvo a disparidade de forças da imprensa conservadora e a liberal.

“O SR. EUSÉBIO DE QUEIRÓS: Se acaso a oligarquia tivesse realmente, já não digo o mando, mas a aspiração do mando, deveria necessariamente ocupar-se dos meios de obter essa influênciã, e em um Governo como o nosso, um desses meios é seguramente a imprensa; mas perguntarei a todo homem imparcial: qual é a imprensa da oligarquia? O Senado vê que duas fôlhas importantíssimas que se publicam no Rio de Janeiro não poupam êsse mito...”

O Sr. D. Manuel: Nem devem poupar.

O SR. PRESIDENTE: Atenção!

O SR. EUSÉBIO DE QUEIRÓS: ... hostilizam abertamente a oligarquia. Entretanto qual a fôlha de

circulação análoga que sustenta os interesses, as doutrinas, ou o que quiseram dessa oligarquia? De certo me responderão citando o *Regenerador*: mas perguntarei: somos tão néscios que ignoremos que o meio de combater uma imprensa, grande, em circulação, não é concorrer para a sustentação de uma fôlha de pequena dimensão puramente política?"²⁸⁰

O *Regenerador* havia desaparecido com Justiniano. Restava o *Constitucional*, inteiramente votado ao trato das coisas políticas. Não possuía o porte, nem os recursos do *Correio Mercantil*, do *Diário do Rio de Janeiro* e da *Atualidade*, os dois primeiros de grande tiragem, parte informativa esmerada, seção financeira, comercial, forense, correspondências do estrangeiro, e a substancial seção de anúncios. Com o veterano *Jornal do Comércio*, eram os de maior circulação, preferidos dos homens sisudos, como se dizia. Os pronunciamentos políticos nêles insertos logravam maior penetração, e daí, no dizer de Eusébio, a grande influência que possuíam.

O gôsto das fôlhas políticas, entretanto, não havia desaparecido. De 1836 até 1862, do aparecimento do *Cronista* ao do *Constitucional*, nada menos de 503 novos jornais vieram à luz do sol na capital do Império. De vida efêmera. Mas o número elevado atesta o interesse do povo por êsse gênero de jornalismo.



Na seção de anúncios e de *Apedidos* encontravam os grandes jornais a fonte de receita substancial. Bem curiosa esta seção. As discussões das demandas jurídicas, com sabor de escândalo, transpunham-se para ela.

280. *Anais do Senado*, 1861, tomo I, pág. 178.

Cobravam-se dívidas mediante comunicados onde o credor pedia o pagamento do débito sob ameaça de publicação do nome do devedor. Denúncias contra a administração, autoridades, direção de colégios, contra os políticos, os vizinhos, as desavenças pessoais, tudo sob o anônimo, achavam ali seu desaguardo. Eram as célebres mofinas, de que Machado de Assis dizia tanto gostarem os fluminenses.

Fazia-se propaganda: de mercadorias, das virtudes milagrosas de remédios, de processos curativos infalíveis, de sangue-sugas impolutas para as sangrias, então em grande voga. Não se usavam títulos gritantes, ocupando colunas de jornal. Desconheciam esse meio de chamar a atenção dos leitores. O processo era outro, mais sutil, mais penetrante.

Veja-se, como exemplo, a carta de um Sr. Antonio Nunes de Sousa, morador na Rua São Diogo, dirigida ao médico Dr. A. J. Peixoto, enaltecendo-lhe a perícia e gabando-lhe as excelências de sua técnica operatória, publicada no *Correio Mercantil*. Sob o título — “Estreitamento da Uretra” — rezava o primeiro de captação: “Il.^{mo} Sr. Dr. A. J. Peixoto — Sofrendo há 16 anos de estreitamentos do canal da uretra, nenhum tratamento empreguei porque nos primeiros tempos essa enfermidade pouco me incomodava; mas de há quatro para cinco anos, principiei a sentir os efeitos de tão terrível mal, a ponto de urinar com dificuldade e muita dor. Então recorri a um médico estrangeiro que anunciava curar os estreitamentos radicalmente e por método que chamava seu. Com efeito, consultei ao dito médico, e tão desajeitado e brutal se mostrou esse senhor, que nenhuma confiança me inspirou; porque mostrando-me o instrumento com o qual me devia operar meteu-me horror ver a enorme algália com uma fenda em todo o comprimento, na qual estava

oculta lâmina cortante, com que, dizia êle, operaria radical e instantâneamente os meus males. Confesso que saí desanimado, e preferi antes continuar a sofrer do que sujeitar-me a uma operação que, não sei com que fundamento, se me antolhou dolorosíssima. Vendo depois quase diâriamente os anúncios das curas feitas por V. S.^a e tendo-me informado de pessoas insuspeitas que tinham sido operadas com o instrumento que V. S.^a inventou, principiei a nutrir fortes desejos de consultar V. S.^a, visto como os meus padecimentos aumentavam de dia para dia. Não faltou quem de tal propósito me quisesse despersuadir, pois V. S.^a sabe que tem muitos *amigos* nesta cidade, os quais não podendo negar o seu grande merecimento, fazem-lhe uma guerra surda e pérvida, confessando o seu talento, mas sempre fazendo reticências. Falaram-me também na exorbitância do preço de suas operações, mas nada me demoveu. No dia 10 de fevereiro do corrente, afoito me dirigi ao seu consultório, e sem V. S.^a trocar comigo uma palavra sôbre o *quantum* da operação, disse-me que ia proceder a um ligeiro exame, o qual pouco durou. Depois do exame feito, perguntei-lhe: Sr. doutor, quando me faz a operação? Ao que V. S.^a respondeu-me, rindo-se: já está operado. Não acreditei; pois *nada tinha sentido, nada absolutamente*; e só me convenci que tinha sofrido uma operação quando V. S.^a introduziu-me no canal uretral uma sonda do diâmetro do mesmo canal, quando vi duas calosidades expelidas pelas urinas, e quando finalmente urinei tão perfeitamente como não tenho lembrança de haver urinado! Há sete meses que isto se deu, e como até hoje nenhuma novidade tenha ocorrido, julgo-me completamente bom, e por isso tomo a liberdade de dar à luz esta carta, porque é um documento público que dou a V. S.^a do meu reco-

nhecimento, e é também um desmentido que dou a muitos dos seus *amigos e colegas* que dizem ser a sua invenção um *charlatanismo*. A êsses, meu caro Sr. Dr. Peixoto, responda-lhes, que o pior cego é aquêlê que não quer ver.”²⁸¹

Quem, padecendo do mal, depois de ler depoimento tão convincente, não abalaria afoito, como o Nunes, para o consultório do Dr. Peixoto?

O trato público de questões de enfermidades, com as particularidades mais cruas, vinha de longe. Quando, em março de 1840, o Imperador, então com 14 anos, sofreu um ataque, o médico de semana do Paço, o Dr. Soares de Meireles, deitou grave boletim, publicado no *Jornal do Comércio*, com pormenores curiosíssimos. O boletim médico, longo, começa por dizer que S. M. I., “possuindo uma cabeça assaz desenvolvida e bem organizada”, começou em muito tenra idade sua educação literária, adquirindo o conhecimento de línguas francesa, inglêsa, alemã, latina, e o de história e geografia, e muito adiantamento em geometria, retórica e botânica. Nenhuma espécie de passatempo o atraía mais do que a leitura ou a conversação com pessoas cultas. “Este ardor pelo estudo” — prossegue o relatório — “fêz com que S. M. I. não achasse tanto prazer nos brincos de sua idade, como acontece às outras crianças, e se desse aos trabalhos literários apenas acabava de comer. Daqui entrou a resultar uma digestão tardia e constipações do ventre, como succede às pessoas cujo cérebro se exerce mais do que os outros órgãos, ou aparelhos orgânicos de economia, e maiormente com S. M. I. cuja massa encefálica é tão desenvolvida.” O Imperador, depois de uma volta pela cidade, sentira-se indisposto do estômago. Passados uns dias, S. M. I., “comendo fora de hora um

281. *Correto Mercantli*, de 26 de novembro de 1862.

acoepipe pouco digerível”, teve a digestão perturbada. ~~Daí~~ ~~em~~ ~~por~~ ~~diante~~ ~~diminuiu-se-lhe~~ o apetite. Voltaram as ~~as~~ ~~indisposições~~ com dores de cabeça e dificuldade de ~~su-~~ ~~portar~~ a luz. “No dia seguinte” — continua o boletim — “como já de dois dias havia constipação de ventre, ~~Si-~~ ~~Mul-~~ ~~lotomou~~ uma dose de pós de seidlitz que produ- ~~ziram~~ pouco efeito.” O medicamento não foi eficaz por- ~~que~~, depois do jantar, que foi de dieta, e pouco abun- ~~dante~~, o imperial enfermou, após queixar-se de uma dor ~~no~~ ~~olho~~ esquerdo, “perdeu os sentidos e movimentos ~~convulsivos~~, particularmente dos músculos da face e ~~olhos~~, e assaltaram, conservando-se os da extremidade ~~inferior~~ em espasmo”. Fizeram-lhe fricções de água ~~da~~ ~~colônia~~, com o que voltou a si instantes depois, queix- ~~ando-se~~ de dor e peso na cabeça. Sinapismos foram-lhe ~~aplicados~~ nos pés para derivar o incômodo. Mas o ~~pulso~~ cheio e quente, a face colorida, os olhos brilhantes, ~~as~~ ~~conjuntivas~~ injetadas, e calor aumentado na cabeça; ~~tudo~~ ~~anunciava~~ uma congestão cerebral.” A junta mé- ~~dica~~, composta dos doutôres Peixoto Bastos, Sá Jobim, ~~Tôrres~~ ~~Gunha~~, Fonseca, Freire e o signatário do boletim, ~~aconselhou~~ sangria, e cerca de seis onças do imperial ~~sangue~~ foram retiradas. Passado o estado febril, adian- ~~ta~~ ~~o~~ ~~relatório~~, “empregaram-se laxantes, que foram se- ~~guidos~~ ~~da~~ emissão de fezes abundantes”. Mas temia-se ~~a~~ ~~reaparição~~ do ataque e receava-se a volta da febre. A ~~junta~~ ~~acordou~~, então, na administração de antiperróticos ~~exteriormente~~. Continua o esculápio: “Dêste modo, ~~administrado~~ foi o sulfato de quinina. Este meio, au- ~~xiliado~~ ~~com~~ a continuação dos evacuaamentos, e diluentes, ~~trouxo~~ ~~pronto~~ restabelecimento a S. M. I., que desde o ~~dia~~ ~~24~~ até hoje (28) tem passado excelentemente bem, ~~sem~~ ~~apresentando~~ nenhum fenômeno mórbido.” Feita a ~~exposição~~, concluiu o Dr. Soares de Meireles: “Aten- ~~dendo-se~~ ~~à~~ constituição de S. M. I., e particularmente à

organização de sua cabeça, atendendo-se à idade crítica em que se acha, passando da infância à puberdade: os médicos de S. M. I. auxiliados com os conselhos de seus colegas os senhores cirurgiões da imperial Câmara, Otaviano Muzzi, e Pereira Reis, desde o dia do acidente, julgam conveniente que de ora em diante S. M. I. diminua um pouco sua aplicação aos estudos, abstendo-se inteiramente de o fazer imediatamente depois da comida, que faça exercício, particularmente ginástica, e a cavalo, equilibrando por êste modo as fôrças em todo o organismo." 282

Sem disfarces de linguagem, davam-se ao povo minudentemente as fases evolutivas da formidável infecção intestinal do Imperador. O pai, D. Pedro I, sofrera de epilepsia. O ataque do filho alarmara o povo. Daí o boletim derramado, mas tranqüilizador, quanto à natureza do mal.



Se assim eram exibidos nas colunas dos jornais, sem escândalo de ninguém, os pormenores, muitas vêzes vexatórios, de moléstias, não seria de espantar que os desacertos da política, exacerbados pela paixão, fôsem buscar ao vocabulário cru e agressivo a forma de expressão.

Irredutível permanecia a animadversão entre Firmino e Teófilo Ottoni. Uma de suas causas remontava aos ataques que em 1842 o *Itacolomi*, jornal do chefe da revolta liberal, fizera contra o jornalista. Não lhe pouparam, então, nem a dignidade de homem nem a de magistrado. Os atritos entre êles, refletindo o feitio autoritário de ambos, foram sempre descomedidos. Ottoni, em publicação no *Correio Mercantil*, designa o *Consti-*

282. *Jornal do Comércio*, de 30 de março de 1840.

tucional de "fôlha rubra".²⁸³ A resposta, logo no dia seguinte, em ferina alusão à revolta liberal, onde muito sangue correrá, é arrasadora: "O Sr. Ottoni quer levar os efeitos da anistia muito longe, ao ponto em que elles não podem chegar. As anistias políticas decretam o esquecimento do passado, mas não dão e nem podem dar aos anistiados o direito de attribuir aos outros aquilo que elles foram. O sentimento da própria dignidade, certo pudor inseparável de tôdas as situações, as conveniências públicas que aconselham não remexer nas cinzas do passado, vos inibem de chamar *rubro* a quem quer que seja, para que vos não respondam: — Rubra, Sr. Teófilo Benedito Ottoni, é a côr de vossa mão."²⁸⁴

Como obedecessem à palavra de ordem, entraram os outros jornais a designar o órgão dos conservadores de fôlha rubra. O apelido pegou. Mas Ottoni não se livrou de ganhar o seu. O *Constitucional* vinha de inaugurar a seção chamada "*Frutas do Tempo*", "onde" — registrou Taunay — "muitos escreviam pondo aí o Firmino em circulação os anexins, depois tão repetidos: *de cobra não nasce passarinho, pitangueira não dá mangas, etc.*"²⁸⁵ Confusão do memorialista, porque os adágios foram criados muito tempo depois e apareceram não na seção humorística do *Constitucional*, mas em artigos de fundo do *Correio Mercantil*. Em tom jocoso faziam-se comentários políticos. Uma das *Frutas* consistia em fantasioso diálogo entre o Marquês de Olinda e Ottoni, a propósito das eleições em que o candidato dêste obtivera vantagens sôbre o do marquês:

"— Tirar-me votos — diz-se que exprobrara o nobre Sr. de Olinda ao Sr. Ottoni, apenas o vira depois de tão negra traição — só para querer ombrear comigo!

283. *Correio Mercantil*, de 26 de janeiro de 1863.

284. O *Constitucional*, de 27 de janeiro de 1863.

285. VISCONDE DE TAUNAY, Memórias, pág. 100.

— E por que não ombrear com V. Ex.^a — bradou o conselheiro resignatário.

— Comigo, o ex-regente do Império, o Presidente do Conselho, que fêz tremer a Inglaterra?

— E eu o rei do povo!...

— Do fogo, diga, do fogo, do fogo — soluçava o nobre marquês, vermelho, amarelo de cólera.”²⁸⁶

El-Rei do Fogo! A *trouville* nascera de uma carta aberta de Ottoni a Sales Tôrres Homem, inserta no *Correio Mercantil*. Nela dizia Ottoni que Tôrres Homem, vendo-o à frente do povo quando arrebutaram os tumultos por ocasião da chamada questão Christie, lhe dissera:

“— Sempre o rei do Povo!

— Depois que V. Ex.^a deixou o bastão”²⁸⁷ — fôra sua resposta.

Com malícia falsamente simplória, sustentara o *Constitucional* que, retificando a asserção de Tôrres Homem para “rei do fogo”, nenhum dêles protestara. O título tinha raízes históricas. Pois não incendiara êle, em 1842, a ponte de Paraibuna? Eleito mais tarde para o Senado, a *Semana Ilustrada* aludia ao epíteto. Apresenta Ottoni dando entrada no recinto, conduzido pelo Visconde de Abaeté, e lamenta a próxima destruição pelo fogo de uma mobília tão bonita como a do Senado:

“— Queimada por quê?

— Pois não vai assentar lá o *rei do fogo*?”²⁸⁸

Na questão Christie, Firmino obteve de seu partido os mais decididos aplausos. Sampaio Viana, escrevendo a Cotegipe, dizia: “Felizmente o *Constitucional* teve o bom-senso de chamar as coisas a seus devidos

286. O *Constitucional*, de 27 de agosto de 1863.

287. *Correio Mercantil*, de 26 de janeiro de 1863.

288. A *Semana Ilustrada*, de 17 de janeiro de 1864.

eixos, expondo a verdade dos antecedentes e a parte que nêles tomara o Ottoni, parte que os seus jornais, *Mercantil*, *Diário* e *Atualidade*, haviam sublimado e en-deusado." 289

Estranho! No Senado, onde ambos tiveram as-sento, nunca surgiu entre êles qualquer debate.



Referência do Visconde de Jequitinhonha, no Se-nado, ao *Constitucional* provoca curiosa troca de apartes entre o orador e D. Manuel de Assis Mascarenhas. Vêm à baila, com laivos de ironia, os apodos com que a im-prensa crismava os partidos políticos antagônicos, e par-ticularmente o Progressista, em via de formação, com estatutos discutidos por associados e adversários. Mon-tezuma, aviscondado, não perdera a veia sarcástica e o espírito agilíssimo. Vejamos:

"O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: Também re-comendava ao nobre senador, permita que eu diga isto, um artigo que a êsse respeito vem hoje em uma fôlha que se publica nesta Capital, com o título de *Consti-tucional*, artigo importantíssimo.

(O Sr. D. Manuel ri-se.)

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: Perdoe-me, eu não falo da fôlha como pertencendo a êste ou àquele partido.

(O Sr. D. Manuel continua a rir-se.)

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: Veja V. Ex.^ª Sr. Presidente se pode conseguir do meu colega e de todos êstes senhores que me creiam isento completa-

289. WANDERLEY PINHO, *O Bardo de Cotegipe e seu Tempo*, pág. 681.

mente de tudo quanto é partido. Senhores, eu pretendo fazer um partido, como já disse aqui no Senado, mas esse partido é o da legalidade.

O Sr. Sousa Franco: E da constitucionalidade, não?

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: Quando este partido se puder fazer, e se fizer na realidade, V. Ex.^a verá como estou dentro dêle; então serei membro público e secreto, pertencerei à *junta central* ou às *filiais* do partido da legalidade.

O Sr. D. Manuel: E ao consistório, por que não?

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: V. Ex.^a não me quer lá.

O Sr. D. Manuel: O consistório é lá, não é cá.

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: Então lá é a *sinagoga* (Riso).

O Sr. D. Manuel: Pode ser.”²⁹⁰

O artigo provocador do debate versava a concessão de cabotagem a estrangeiros. Autorização contida na lei orçamentária lograra aprovação da Câmara. O *Constitucional* defendia a tese nacionalista. “Entregue-se às potências amigas”, bradava Tavares Bastos — “aos Estados Unidos, à Itália, à Dinamarca, à Suécia, o comércio costeiro.”²⁹¹ O autor das *Cartas de um Solitário* defendia a liberdade de cabotagem. Nesta atitude havia muito de emocional. A questão Christie acirrara os ânimos contra os ingleses, e o político via nos Estados Unidos o único poder capaz de contrastar, no mar, o dos súditos de S. M. Britânica. Perguntava o jornal de Lafayette: “Que mal haveria nisso se a navegação costeira

290. *Anais do Senado*, 1862, tomo IV, pág. 235.

291. *Correto Mercantil*, de 26 de janeiro de 1863.

seria perfeita e favoreceria a circulação da riqueza?" 292
Ao que retrucava o órgão dos conservadores: "Esse progresso material seria comprado por preço exorbitante, pelo futuro da Nação, porque destruída a marinha mercante nacional, a marinha de guerra pereceria. E aquêles que agora nos oferecem seus serviços talvez mais tarde nos imponham a lei; quando tiverem tôda a cabotagem nas mãos." 293



Nas primeiras sessões de 1863 Olinda dissolve a Câmara. Seguiu-se o costumeiro desfilar de demissões e remoções de funcionários e magistrados. Precisava o governo de vagas para distribuir com mão profusa entre os amigos. Dissolução tão esperada, tão anunciada, e tão adiada. Como se processara afinal? "Tudo se passou em silêncio" — comentava o *Constitucional* — "como se as práticas dos Governos absolutos pudessem caber nas formas representativas. Na Turquia não se efetuava, em outros tempos, com mais placidez a punição de um vizir e com êle a mudança de uma ordem de coisas; o sultão mandava ao vizir o laço com o qual êle se devia enforçar, e tudo estava feito." 294

As vésperas da dissolução, quando as demissões lavradas prenunciavam o propósito do Governo, acudia a fôlha conservadora: "Se tendes fôrça para dissolver a Câmara, com que fim pretendeis intimidar a maioria, arrastando a farrusca pelos corredores e antecâmaras do Parlamento; e se arrastais a farrusca, se procurais intimidar, é porque não tendes a fôrça de que necessi-

292. *A Atualidade*, de 17 de agôsto de 1862.

293. *O Constitucional*, de 20 de agôsto de 1862.

294. *O Constitucional*, de 15 de agôsto de 1862.

tais.”²⁹⁵ Enganava-se: O poder sempre tem força quando quer.

As eleições se processaram na forma do estilo: intervenção e tropelias do Govêrno, que, de acôrdo com a tradição, ganhou por larga margem. Denunciando, com seriedade, as violências cometidas, não deixava, porém, o jornal conservador de fazer espírito. Uma de suas “Frutas do Tempo” tem especial sabor:

“Ao voltar do escrutínio onde o Sr. de Sinimbu tinha ido depositar sua cédula com o nome do Sr. Saldanha Marinho, refere-nos que êste senhor lhe dissera sorrindo maliciosamente:

— Nunca pensei, Sr. Conselheiro, em 1861, que em 1863 um membro do Ministério Ferraz votasse em mim para deputado.

— Pois eu não acho nisso nada de estranhável — respondeu o nobre ministro — porque é convicção minha da qual não pretendo arredar-me nunca que *todos nós queremos o bem do país*.

— Quando no poder, está entendido, não é assim? — acrescentou o redator do *Diário*.

— Decerto; porque é também convicção minha que fora dêle nenhum bem se pode fazer.”²⁹⁶

Ora veemente, ora irônica, essa voz que se erguia na Côrte, ampliada pelas reproduções dos periódicos conservadores das províncias, repercutia em todos os quadrantes do Império, alentando os correligionários no ostracismo. O *Constitucional*, vibrante, a denunciar violências e a pôr a nu as contradições que minavam os grupos empoleirados no poder, incomodava. A pessoa de seu redator-chefe estava marcada.

• • •

295. O *Constitucional*, de 5 de maio de 1863.

296. O *Constitucional*, de 15 de setembro de 1863.

A sessão de julgamento do Tribunal do Comércio do dia 25 de novembro de 1863 terminou ao meio-dia. O Desembargador Firmino relatara vários processos. Após desvestir-se da toga e despedir-se dos colegas, toma a Rua do Hospício, dirigindo-se despreocupadamente para casa. Antes de atingir a Travessa da Candelária, alguém lhe embarga os passos e entre ambos trava-se o seguinte diálogo:

— Sei que o senhor — diz o desconhecido — é o principal redator do *Constitucional* e que nada se publica nesta fôlha sem o senhor ler.

— Pois o senhor sabe mais do que eu — responde sorrindo o Senador Firmino.

— Então há de dizer-me isto mesmo por escrito.

— Pensarei nisso.

— Não, quero que o faça.

— Quero não é palavra a que eu esteja acostumado — rebate o desembargador.

— Sou o Dr. Jacobina — apresenta-se o interpellante. No *Constitucional* foram publicados como mo-finos uns pasquins contra minha pessoa, e por isso venho tomar-lhe satisfações.

— Nem eu sei ao que o senhor se refere — diz Firmino, procurando prosseguir caminho.²⁹⁷

Deu-se, neste ponto, a agressão. O jornalista reviu-dou, engalfinhando-se ambos em luta corporal. Várias pessoas intervieram, apartando os dois.

Imagine-se o escândalo! A luz do dia, em rua mo- vimentada, tendo como protagonistas um desembarga- dor, senador, diretor de jornal, político de projeção, e o Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, ajudante do mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva,

297. O *Constitucional*, de 26 de novembro de 1863.

deputado à Assembléia Geral eleito pelo 4.º Distrito do Rio de Janeiro, atracando-se furiosamentê. Taunay registrou em suas memórias que o incidente teve na Côrte “repercussão imensa”.²⁹⁸

O mordomo Paulo Barbosa... O membro proeminente da antiga facção áulica desmantelada pelo panfleto do jornalista em 1847.

Que dizia a mofina provocadora da insólita agressão? Sob o título “Mr. Christie e o Sítio da Joana”, isto: “Ouvimos que um dos fatos, a respeito da moralidade no Brasil, cuja narração mais dêle lhe deleita é o de um pobre môço sem talento, o qual graças porém à proteção obtida em Paris de um personagem, ou antes de uma personagem igual a Elia da ode do Marquês de Paranaguá (vide *Parnaso Brasileiro*, vol. 2.º, pág. 44), goza de uma posição vantajosíssima aqui na Côrte; sendo até lente, mas sem ler, deputado, etc.”²⁹⁹

Publicada na parte ineditorial, e vazada em estilo pífiô, cheia de erros — via-se logo — não era de Firmino. Taunay, a propósito dêsses ineditoriais, depôs “terem sido escritos por outrem que não o Senador Firmino, completamente alheio àqueles escritos”.³⁰⁰ A mofina, que levava o ajudante do mordomo da Casa Imperial ao ato de desatino, já havia antes saído por várias vêzes no *Jornal do Comércio*, e nada acontecera a Emílio Adet, seu redator-chefe.

Havia, realmente, motivo para a indignação de Jacobina, mas não para o ataque de surprêsa a Firmino. Sob a aparência de uma brincadeira sem importância, a mofina, na referênciã à amante desprezada de uma ode do Marquês de Paranaguá, feria atrozmente os senti-

298. VISCONDE DE TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 100.

299. *O Constitucional*, de 24 de novembro de 1863.

300. VISCONDE DE TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 100.

mentos de Jacobina, que dedicava ao casal Paulo Barbosa afeição filial. Pessoal, embora, a causa do ataque, a condição política dos envolvidos no incidente fêz com que o espírito de facção o explorasse.

O *Constitucional* falava em cilada, acrescentando que o fato marcava o ressurgimento dos reposteiros da Joana, e seu fim era “impor silêncio ao único órgão da Côrte de uma opinião política”.³⁰¹

Estranho o procedimento, no episódio, da maioria dos jornais. O *Correio Mercantil*, mudo, o *Diário do Rio de Janeiro*, mudo, o *Jornal do Comércio*, a esta altura já integrado na corriola governamental, mudo. Só a *Atualidade* não emudeceu, qualificando o ato de autêntica “emboscada”.³⁰²

Em correspondência do Recife, certamente de monsenhor Pinto de Campos, se dizia que ninguém está livre de levar um coice no meio da rua. À guisa de consôlo, acrescentava o padre pernambucano: “Basta que nos lembremos de que o imortal Antônio Carlos foi *esbordado* nas ruas da cidade de Santos, sem que por isso ficasse rebaixado no conceito dos brasileiros.”³⁰³

Se o silêncio feito pela imprensa adversa, negando solidariedade ao colega agredido, visava, pela falta de apoio, a intimidar o principal responsável pelo órgão conservador, e fazê-lo cessar a campanha, antes provocou reação contrária. Além de desatar tôdas as fúrias contra o agressor, por muito tempo exposto no pelourinho, sofrendo os piores insultos, o *Constitucional* “com duplicada violência atacou o Govêrno do Marquês de Olinda, que estava preparando a evolução política para o lado liberal”.³⁰⁴

301. O *Constitucional*, de 3 de dezembro de 1863.

302. A *Atualidade*, de 3 de dezembro de 1863.

303. O *Constitucional*, de 29 de dezembro de 1863.

304. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 100.

Viria da província de Minas Gerais o gesto maior de conforto. De Ouro Preto os amigos, à frente Camilo da Cunha Figueiredo, enviam-lhe uma pena de ouro. De ouro maciço. Na extremidade superior, engastado, um brilhante límpido. E ao centro, no corpo da haste, duas mãos que se apertam, num símbolo de união e solidariedade. “Na adversidade do Partido Conservador” — diz a mensagem de oferta — “quando em todo o Império são seus membros vítimas da sanha feroz dos pseudoliberais, um brado de animação partindo da Capital do Império dava alento aos oprimidos, e fazia muitas vezes recuar os opressores. Esse brado, era V. Ex.^a quem o dava colocado no alto da atalaia do partido na imprensa da Côrte. Era V. Ex.^a quem pugnava com energia e dedicação pelos direitos dos seus correligionários, pelas idéias do seu partido. Os conservadores desta Capital, em cujos corações repercutiu aquêle brado, e que como os de todo o Império, contraíram para com V. Ex.^a uma dívida de eterna gratidão, tomam a liberdade de, por meu intermédio, oferecerem a V. Ex.^a uma pena de ouro, esperando que V. Ex.^a, não olhando para a modéstia do presente, tenha apenas em vista os sentimentos de adesão e profunda admiração que êle revela da parte dêles. Deus guarde a V. Ex.^a”

Mineiro por eleição, recebia da gente generosa da terra abençoada a manifestação de solidariedade e o reconhecimento de não terem sido inúteis seus sacrificios. Nenhuma homenagem se lhe poderia igualar. É comovido o agradecimento dirigido a Camilo da Cunha Figueiredo: “Acuso recebido o precioso mimo que V. Ex.^a teve a bondade de enviar-me em nome dos conservadores de Ouro Preto. Se além do cumprimento do dever alguma compensação pudesse ter aos martírios da luta travada com a política fatal, que só por via da

difamação respondia na imprensa ao brado unânime de tôdas as opiniões erguido contra seus desatinos, seria sem dúvida o testemunho de aprovação com que cordialmente me distinguem os amigos políticos de uma cidade, que me é tão cara. Conservarei sempre como relíquia inestimável a lista dêsses bons amigos que tão generosamente concorreram para honrarem em minha pessoa a paixão do bem, a fidelidade aos princípios, a abnegação do dever, a constância na adversidade. Sei que V. Ex.^a tomou parte muito distinta nesta manifestação de aprêço aos nobres sentimentos que são o mérito e a glória da natureza humana, por isso lhe dirijo com especialidade meus mais sinceros e cordiais agradecimentos enquanto o não faço pessoalmente, bem com a todos os nossos amigos que concorreram para o mesmo fim; e o que espero fazer em breve. Deus guarde a V. Ex.^a ”

Neste documento deixou Firmino gravadas as grandes linhas de sua personalidade: a paixão do bem, a fidelidade aos princípios, a abnegação do dever, a constância na adversidade.

CAPÍTULO XV

"Ei-lo, aí vai, aí vai tão desejado,
Qual bonança no meio da borrasca,
O porvir desvendar de tua glória!"

Os liberais consolidam sua posição no poder. Atitude da imprensa francesa em face do conflito armado. Elisée Reclus e seu rancor ao Brasil. O desastre de Curupaiti obriga o Governo liberal a entregar o comando a Caxias. Discussões azêdas no Senado entre Firmino e o Presidente do Conselho.

A guerra com o Paraguai não havia afetado a situação das fôrças políticas no poder. Antes, consolidara-a. O atentado à nossa soberania unira os brasileiros no esforço de repelir o invasor. Amorteceram-se as controvérsias. A presença do inimigo dentro do nosso território constituía o fato absorvente.

Firmino mantivera luta sem trégua. Sentiu ser hora de enrolar a bandeira. Estava sòzinho. De parte dos correligionários desanimados não lhe vinha apoio. E que auxílio poderia obter dos amigos? Caxias, votado ao ostracismo por questões partidárias. Uruguai, doente, não mais participava da vida política ativa.

Eusébio, também doente, se retirara para o Europa em busca de tratamento. Para quem apelar? A Eusébio, o antigo "Papa" da oligarquia conservadora, Firmino confiava os desgostos. E o amigo lhe escrevia em dezembro de 1864: "Para quem está doente e longe dos seus, Paris com tôdas as suas maravilhas não passa de um populoso deserto, como diz a Traviata, mas como vou melhor Paris me parece um pouco mais bonito do que antes." Em França o Segundo Império atingia o máximo do esplendor e Paris, então como nunca, exercia sôbre o resto do mundo o fascínio jamais perdido. "Senti muito" — continuava — "vê-lo amargurado pela imprensa que há de vingar-se da sua superioridade incontestável causando-lhe dissabores a quem, sem cumprimento, considero muito superior. Lamento e muito a resolução em que parece estar de retirar-se ao silêncio, mas como seu amigo quase me falecem as fôrças para dizer-lhe: Eia, avante! E então só lhe peço que me comunique a sua definitiva resolução." No isolamento pede notícias dos negócios públicos de casa: "Para não desobedecer aos médicos não leio os jornais daqui nem tampouco os de lá, por isso só sei o que me dizem, que assim mesmo é bastante para eu conhecer que vamos muito mal e com pilotos inexperitos na ocasião em que nunca sobram experiência e superioridade, que Deus dê aos seus escolhidos. Como sou egoísta peço-lhe que em alguma hora vaga que lhe restar dos seus muitos trabalhos lembre-se que é sempre com prazer que leio as cartas bem-escritas e que revelam a cada linha o hábil redator. O meu enfraquecimento não chega a ponto de não poder apreciar devidamente os seus incontestáveis talentos."

O raposão, aposentado, mesmo de longe e doente, não perdia o apetite pelos desaguisados da terra. Ainda de Paris, agradecendo as circunstanciadas notícias, es-

crevia a 5 de maio de 1865: "A sua carta mostra que está mais animado de espírito público de que eu, o que não admira, mas ao mesmo tempo revela que o silêncio do *Constitucional* em nada prejudica as longas vistas do seu antigo redator." Dá notícias: "Ainda não se sabe aqui com tôda a individuação o objeto especial da missão Penedo; uns dizem que é unicamente o desejo de dar uma direção mais ativa aos negócios do que o permitiu a saúde do Lisboa,³⁰⁵ outros pelo contrário supõem que o pensamento do Govêrno foi na abertura das Câmaras explicar melhor o ordenado que se paga ao Barão de Penedo. Em todo caso acham sempre como explicação o interêsse particular e não público, o que decerto não honra muito o Gabinete. Eu penso porém que o Penedo é um dos homens que têm merecimento real e agora na demissão do Paranhos, de quem êle aliás não gosta, lamentou que se tivesse feito essa demissão que êle acha injusta." Paranhos fôra exonerado da missão especial no Prata por imposição de Tamandaré, com quem tivera sérios atritos. O Imperador, na disputa, ficara com o marinheiro. A demissão ferira frontalmente os conservadores. Diz Eusébio a propósito: "Não sei se poderei escrever ao Paranhos e penso que não, por isso lhe peço que lhe dê recomendações minhas e lhe diga que apesar da distância inda conservo por êle os mesmos sentimentos e penso que a demissão, da maneira por que foi dada, deve antes fazer-lhe bem do que mal, mas de longe não aprovo a idéia de não ir êle a São Cristóvão, talvez por não saber dos motivos que a isso o induzissem e que devem ser fortes, porque confio muito no seu tino. O restabelecimento do Uruguai é notícia que últimamente mais prazer nos causou aqui porque apesar de estar êle um pouco retirado, ainda era uma perda nacional."

305. JOSÉ MARQUES LISBOA.

Na missiva seguinte, de junho, datada de Hamburgo, Eusébio fala na guerra: "O Governo francês" — diz êle — "mandou entregar o vapor encouraçado, que tinha embargado em Toulon, e que já partiu para o Brasil. Não é tanto a fôrça física de um encouraçado, que avulta, mas a fôrça moral é na verdade para nós de grande alcance, e permita Deus que aí saibam tirar dela vantagem." E sôbre a política de casa: "Também sabemos que caiu o Ministério e que o Nabuco organiza outro. Deus permita, que seja melhor do que o passado; mas não conservador. Dizem que o vapor francês já chegou a Lisboa, e que há um Ministério, que eu duvido que seja exato, pois na verdade é composto de elementos que, a serem verdadeiros, me põem boquiaberto. Mas eu hoje não vejo senão guerra estrangeira e faço votos para que ela seja conduzida a bom pôrto."

Embargo de navio encouraçado? E quando mais dêle necessitávamos? Qual o motivo da atitude do Governo francês? Apesar de vivermos em uma Côrte cujos soberanos eram vinculados pelo sangue às dinastias do Velho Mundo, a propaganda paraguaia contra o Brasil se irradiara com eficiência por tôda a parte. Para tanto contribuía a desigualdade frisante, perceptível ao simples relancear de vista pelo mapa: o pequenino Paraguai contra o vasto Império do Brasil, a grande República Argentina e o Uruguai conjugados. Habilmente explorada a circunstância geográfica, capitalizava a simpatia do mundo para a nação dos guaranis — apresentada como Davi lutando não contra um Golias, mas contra três a um só tempo. Na Europa, onde a ignorância das coisas da América do Sul, então, e como sempre, era impecável, o fato acidental assumia enorme proporção. Não se cuidava que Solano López, com ditadura férrea, levantara aguerrido exército de 30.000 soldados, bem municiado, concentrado em pe-

quena área, onde a população oprimida por anos só sabia obedecer. Não se atentava que o Brasil, sob regime parlamentar democrático, onde os Gabinetes, desde 1862, caíam pelo voto da Câmara, possuía à época da invasão apenas 17.000 homens em armas espalhados pelo território imenso. Fazer detonar o dispositivo militar para *El Supremo*, era facilimo. Tudo e todos lhe obedeciam cegamente. Sua vontade constituía lei indisputável no Paraguai. O Brasil, desprevenido ante o ataque, sem homens para enfrentar a invasão, com vocação pacifista, e despojado de veleidades de hegemonia, fôra tomado de surpresa. Tudo isso ignoravam as nações européias e particularmente a francesa, cuja imprensa, a mais difundida, defendia a causa paraguaia, graças aos bons serviços da propaganda guarani, hàbilmente dirigida pelo seu sagaz Ministro do Exterior, a pêso de dinheiro. “Os pagamentos” — nota Batista Pereira no seu estudo *Civilização Contra Barbárie* — “eram nas pesadas onças de oro amealhadas por Francia. A um jornaleco secundário Berges pagaria oito onças mensais.”³⁰⁶ Assim se moviam as antipatias da civilização.

Não se dava aprêço aos esforços do Brasil para enfrentar a luta e armar-se. Os mais pesados encargos da guerra recaíam sôbre o Império. Estava longe o teatro das operações. A arregimentação e remessa de tropas consumiam tempo e dinheiro. Transportes de abastecimentos, munições, armamentos, serviços sanitários, impunham imenso sacrifício. Sôbre isso os jornais franceses não diziam palavra.

Carta de João Manuel Pereira da Silva ao Marquês de Sapucaí, de Paris, datada de 23 de fevereiro de

306. BATISTA PEREIRA, *Civilização Contra Barbárie*, pág. 27.

1865, mostra a animosidade da imprensa francesa em relação ao Brasil. O autor da *História da Fundação do Império Brasileiro*, depois de referir-se à continua hostilidade dos periódicos de Paris, conta que somente o *Moniteur*, por influência de Aylie Langlais, sucessor de Reybaud, vez por outra, fazia publicação favorável. Informa que todos os demais dão notícias depreciativas, quando não violentas, “chamando-nos bárbaros, escravos, selvagens, etc.” Jornais e revistas afinavam pelo mesmo diapasão de insultos. A *Revue des Deux Mondes*, espalhando de 30 a 40 mil exemplares pelo mundo — adianta —, trouxera artigo assinado por Elisée Reclus, inspirado por Alberdi, de Buenos Aires, antigo diplomata de Urquiza em Paris, muito injurioso aos brios brasileiros. Tentara responder, mas Buloz, seu amigo, diretor da revista, dissera-lhe que êle podia escrever como um dos redatores, mas não para sustentar polêmica a favor do Brasil, observando já lhe ter patenteado sua simpatia quando em 1858 acolhera artigo seu em favor do Brasil, e entretanto, tendo falado na conveniência de fazer a revista defesa constante dos interesses brasileiros, e do Govêrno imperial tomar 100 assinaturas por ano, nada havia sido feito. Repentinamente, depois da recusa, viera ordem para a tomada de 12 assinaturas. O historiador, sabedor dos apetites dos homens da imprensa parisiense, mal-acostumados com os patações de ouro do Doutor Francia, adivinhava o comportamento posterior de Buloz e dos outros, se porventura o Govêrno brasileiro caísse na esparrela das 12 tardias assinaturas: “Assim executada a ordem” — diz —, “êle tomará por mêdo, e talvez eu nada consiga, e além de ser pouco, êle o publicará aos outros jornalistas, e incitará nêles o desespero e desejo de atacar-nos para receber alguma coisa. Cooperar antes do insulto é admissível. Depois é fraqueza, e nenhuma

vantagem nos traz.” Indica as medidas que tomou para neutralizar a propaganda contrária: “Tracei, ganhando relações com os redatores de *La Patrie*, um dos mais conceituados de Paris e mais lidos, chamá-lo a nós. Consegui. Já começou uma série de notícias pequenas a nosso favor, explicando os fatos da guerra. Hoje deve trazer um artigo de fundo que escrevi, dando as razões e justificando o direito e as vistas e projetos do Governo brasileiro. Abre-me as suas colunas, e nada publicará que não seja visto por mim e a nosso favor na fôlha. Para prova mando a V. Ex.^a pelo correio alguns sumários. E para corroborar esta prova verá V. Ex.^a dos documentos aqui juntos, que não só sou procurado pelos redatores, e lhes dou as correspondências como tirei e fiz não publicar esta que aí vai, e que êles me entregaram, e que lhes foi dada para imprimir, sendo como é desastrosa a nós.” Modelar o zêlo de Pereira da Silva na emergência. Ministra proveitosa lição de como lidar com jornalistas franceses: “Não é com dinheiro que se leva esta gente, é com jeito, solicitações, maneiras agradáveis, etc. Assim é que Portugal domina a imprensa francesa tôda, e outros Governos, para que seus agentes aqui saibam levar e encaminhar as coisas a seu jeito. Paga-se de quando em quando, com um Hâbitozinho, e isto satisfaz. Muitos dêstes redatores querem antes condecorações para amontoarem no peito, e êles as terão de muitas nações. Falar nestas coisas aos nossos ministros é trabalho perdido. Êles só tratam das intriguinhas do Rio. Não vêem que a opinião pública da Europa é uma grande fôrça moral para nós, máxime nas ocorrências críticas presentes. Ou lançamos dinheiro fora inútilmente, e mal despendido, ou nada fazemos. Eis o nosso costume. Levado unicamente pelo meu desejo de os prestar ao meu país, lembrei-me de abrir-me com V. Ex.^a pedin-

do-lhe muito confidencialmente que se entenda a meu respeito com o Imperador, que é o único que dá confiança a nós todos. Desejaria saber se S.M. aprova o que faço e que eu escreva a procurar ajeitar particularmente coisas da imprensa aqui, para o que desgraçadamente não vejo aqui quem as queira, ou quando queira, as saiba fazer e encaminhar. Ou são indiferentes, e estão entregues aos divertimentos e encantos de Paris, ou tratando de negócios de nossa Pátria, são então pouco zelosos do seu nome e da sua dignidade." Depois da restrição à capacidade de nossos agentes diplomáticos, insiste na distribuição de crachás: "Creio que com um Hãbitozinho para o diretor de *La Patrie*, Mr. de Lamare, e outro tanto a um dos redatores, *le marquis* de Laurière Tromière, ficaria ali a coisa sólida, e teríamos sempre êste jornal por nós, e qualquer brasileiro poderia ali fazer as publicações que quisesse. Se mais afeições quiserem ganhar, outro Hãbito a Mr. Schiller, que é um dos melhores escritores do periódico. O Marquês de Laurière prometeu-me outro sôbre apontamentos que eu lhe desse sôbre o Brasil e escreveu o seu artigo na *Revue Contemporaine*, que é a do partido do Governo atual contra a dos *Dois Mundos*. V. Ex.^a não me levará a mal que assim lhe fale como brasileiro e amigo, e a V. Ex.^a muito obrigado ficarei por qualquer resposta sua ou do Imperador, para animar esta gente. Estamos muito mal servidos aqui, Excelentíssimo, e por isso andamos desacreditados, e somos constantemente insultados, e para um brasileiro que se preza e tem pundonor e brios, é vergonha andar nas sociedades quase e no público, ouvindo só coisas desagradáveis à sua terra." 307

307. Arq. do Cast. d'Eu, maço CXXXV, Doc. n.º 6.847.

Já que não podíamos competir no mercado do dinheiro, que se fizesse o derrame de condecorações, êsse “meio sedativo de reparar os bufos da vaidade de palermas” na apreciação ferina de Alberto Rangel.³⁰⁸

O escrito de Reclus, geógrafo de fama universal, que provocara a ira do historiador, insultava freneticamente o Brasil. Apresentava-nos como os provocadores da guerra, levados pela nossa “*politique envahissante*”. Escreve: “*Néanmoins il est très improbable que le Brésil, ce pays de 8 millions d'habitants, sorte vainqueur de la lutte qu'il vient d'entreprendre contre le faible état voisin, dépourvu d'armée, de navires, de finances, et peuplé de 300.000 âmes à peine.*”³⁰⁹

O escrito ressumbra parcialidade cega. Enquanto deprime o Brasil e seu Governo, eleva o Paraguai e suas instituições às alturas. Atitude incompreensível de quem tanto horror nutria pelo despotismo que preferira voluntariamente exilar-se da França. O Brasil, “*le débile empire du sud*” — diz êle — “*n'est peut-être pas même en état de se mesurer victorieusement contre un seul des ses adversaires, la république du Paraguay*”. Bom geógrafo e péssimo aprendiz do oráculo de Delfos. O confronto das instituições políticas dos dois países revela a enormidade de sua falta de conhecimento: “*Quant à la force que donnent les moeurs e les institutions politiques, elle n'est pas non plus du côté de l'oligarchie brésilienne, classe encore barbare, comme l'aristocratie russe, malgré sons vernis de civilization.*”³¹⁰

308. ALBERTO RANGEL, *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, pág. 314.

309. ELISÉE RECLUS, *Revue des Deux Mondes*, 15 de fevereiro de 1865, pág. 987.

310. *Idem*, pág. 996.

Mais tarde Reclus diria ainda pior do Brasil. Qual a razão desta parcialidade? Aqui não era o ouro amealhado por D. José Gaspar Rodrigues de Francia y Velasco, mas o fascínio exercido por D. José Berges sôbre o escritor, declarando mesmo a Eduardo Prado que “poucas cabeças iguais conhecera”.³¹¹

Dois anos depois, em 22 de maio de 1867, Sérgio Teixeira de Macedo, servindo em Paris, dava testemunho de como era vista em França a nossa posição. Escrevia a Firmino: “A guerra do Paraguai até agora nos não tem tirado muita consideração, pelo contrário, o público europeu está-se acostumando a ouvir dizer a cada momento que o Brasil é a maior potência da América depois dos Estados Unidos, que tem a maior esquadra; que levanta exércitos, tem generais, tem engenheiros, marujos, etc., etc. Os partidistas do Paraguai antes exageram do que amesquinham nossos recursos, porque seu propósito é apresentar-nos como poderosos que abusam da fôrça, e aos paraguaios como um povo de heróis, que resiste a uma grande potência unida a duas outras; que bate exércitos e generais valentísimos e habilíssimos; e que nos impõe imensos sacrifícios.” Qual o conceito que os europeus faziam, então, do Brasil e de sua situação política? “A prolongação da guerra porém” — continua Macedo — “nos fêz muito mal e diminuiu o prestígio. Ninguém se ocupa; nem há idéia da nossa política interna nem da diferença que há entre a gente que está governando e a gente que governou anos atrás. Em geral se faz grande conceito do Imperador como homem de letras, trabalhador, *justiceiro*, e perspicaz. Pensa-se que êle governa por si, e que é por isso que o Brasil tem ido bem.”

311. BATISTA PEREIRA, *ob. cit.*, pág. 26.

Bem pesadas as coisas, não estavam longe da verdade. A atuação do monarca no trato da administração sempre foi preponderante. Havia, entretanto, mudado o ambiente da época das observações de Pereira da Silva. Teria o Governo brasileiro aceito as sugestões do historiador e feito, com mão larga, distribuição de comendas aos jornalistas parisienses? O fato de se encontrar a carta de Pereira da Silva no arquivo de D. Pedro II significa que Sapucaí, seu destinatário, considerou o assunto seriamente, e submeteu-o à apreciação do Imperador.

Certo é que pouco depois a própria *Revue des deux Mondes* publicava artigo de F. Duchesne de Bellemont favorável ao Brasil. As instituições do Império são elogiadas. E sobre o Paraguai diz que "*vit en réalité sous un pouvoir despotique*".³¹² Contraindando Elisée Reclus declara ter sido "*la guerre entreprise par le président du Paraguay*".³¹³



Caxias... O general naturalmente indicado para o comando das forças brasileiras fôra preterido. Chegara a ser convidado pelo Ministro da Guerra Beaurepaire Rohan para organizar o exército e com êle seguir para o Paraguai. Aceitara. Impusera uma condição: que fôsse nomeado Presidente da Província do Sul. A exigência entravara tudo porque sua nomeação "iria prejudicar a política do partido".³¹⁴

O Governo, liberal; Caxias, chefe conservador. Isto explicava a recusa da nomeação, mas não a justi-

312. P. DUCHESNE DE BELLEMONT, *Revue des Deux Mondes*, 15 de setembro de 1866, pág. 270.

313. *Idem*, pág. 281.

314. AFONSO DE CARVALHO, *Caxias*, pág. 308.

ficava. O estrategista com as qualidades do marquês, comprovadas no fogo de tantas campanhas, não podia ser pôsto à margem em momento tão sério. As injunções políticas tiveram primazia, e o escolhido foi um liberal, Osório.

Arrastava-se a guerra sem ações decisivas. Riachuelo e Tuiuti satisfaziam o orgulho nacional. Súbito, o estrépito sinistro de desastre de Curupaiti sacudiu o Império. É novamente posta em pauta a questão do comando. Não se podia disfarçar a gravidade da situação. José de Alencar clamava: "Mas essa guerra, imensamente popular no Brasil, essa guerra justa, útil e gloriosa, é porventura a ruínosa complicação que nos forjou o tino dos progressistas?"³¹⁵ O nome de Caxias volta à baila. Muitos outros generais possuíamos, com os predicados de autênticos cabos-de-guerra. Mas a estrêla do condestável do Império polarizava as esperanças. De todos, até mesmo de Osório, o bravo dos bravos, que em carta ao companheiro de armas pede-lhe vir assumir o comando do exército. Ao concluir o apêlo, com palavras de grandeza inigualável, acrescenta aos seus inúmeros louros mais outro — o da modéstia: "conheço que por minhas poucas habilitações não sou o homem para êste comando".³¹⁶ Não parece história; parece lenda.

Fica o Govêrno ansioso pela aceitação de Caxias. Autor do convite é Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente do Conselho de Ministros, que em 1862 fôra o principal artífice de sua queda da chefia do Gabinete, e que o substituíra no Govêrno, embora por três dias apenas. A roda da fortuna...

315. JOSÉ DE ALENCAR [ERASMO], *Ao Povo — Cartas Políticas*, pág. 12.

316. BATISTA PEREIRA, *ob. cit.*, pág. 89.

Procurar o adversário, com quem não mantinha sequer relações de cortesia, solicitar-lhe assumir o comando-geral, deve ter-lhe sido penoso.

Índole autoritária e orgulhosa, côncio de sua superioridade, espécie de reedição de Paraná, porém sem os grandes impulsos, as grandes dedicações que davam ao marquês o friso do que é humano, Zacarias era frio, inacessível, sem amigos, escravo do método, no proceder e no sentir. Possuía duas paixões: a política e a religião. Usava e abusava do sarcasmo, em que excellia, na tribuna e fora dela. Muitos experimentaram a ardência de suas farpas. Amigos e inimigos não lhe escapavam à veia ferina. E como sabia descobrir o ponto vulnerável do adversário!

Fortemente instalados os progressistas no poder, com o hissope nas mãos, a distribuir com a água benta as cômruas entre os da paróquia, lutando alguns chefes para manterem os restos do partido no ostracismo, Zacarias zombava da situação dos conservadores. Na sessão de 20 de julho de 1866, diz no Senado:

“O SR. ZACARIAS: Se olho para a bandeira do Partido Conservador, observo que a sua divisa está apagada; nas últimas lutas tem-se apresentado como partido constitucional...

O Sr. Rodrigues Silva: Constitucional é sinônimo de conservador.

O SR. ZACARIAS: Agora?

O Sr. Rodrigues Silva: Sempre.”³¹⁷

Na mesma esteira seguia D. Manuel de Assis Mascarenhas, parlamentar de recursos, figura curiosa do Império. Orador facundo, raro era o dia que não falava. Os anais da Câmara e do Senado estão pejados

317. *Anais do Senado, 1866, tomo III, Apêndice, pág. 23.*

de discursos seus. Nota curiosa: um e outro haviam pertencido às fileiras conservadoras.

"O SR. D. MANUEL: mas, senhores, quem é que não é liberal? Hoje os mais conservadores disputam-se o liberalismo; e têm razão, por quê? Quem não é liberal, é míope... eu deveria talvez usar de outra expressão... No estado do país todos são liberais, todos querem a Constituição executada literalmente, e quem a quer assim é liberal.

O Sr. Paranhos: E conservador (*Apoiados*).

O SR. D. MANUEL: Não sei se é preciso dizer isso...

O Sr. Rodrigues Silva: Assim pensam os conservadores.

O SR. D. MANUEL: Houve necessidade dessa palavra em algum tempo.

O Sr. Rodrigues Silva: Assim como depois houve a necessidade da palavra liberal.

O SR. D. MANUEL: Mas hoje não há mais necessidade.

O Sr. Rodrigues Silva: Então é porque todos são conservadores (*Apoiados*).

O SR. D. MANUEL: Ou porque todos são liberais, uma de duas: mas eu creio que todos são liberais...

O Sr. Sousa Franco: Apoiado.

O SR. D. MANUEL: ... porque o nobre senador já me disse que é mais liberal do que eu.

O Sr. Rodrigues Silva: Decerto, é por isso mesmo que sou conservador." 318

318. *Anais do Senado, 1868, tomo IV, pág. 197.*

Irreprimível em Firmino o impulso de apartear Zacarias. Audácia temerária. As reações do político baiano não tinham o sabor da água de côco. Se o Presidente do Conselho de Ministros não lançava mão dos sarcasmos, solicitava-lhe que, em vez de interrompê-lo, subisse à tribuna. Zacarias não ignorava o constrangimento de Firmino em pedir a palavra. Sôbre o ponto vulnerável pisava e repisava. Da arma do ridículo guardava-se de usá-la porque temia o jornalista, mestre no seu manejo em prosa e em verso. Poderia êle dar-lhe o trôco vantajosamente nas colunas do jornal. Dos choques entre ambos, dois exemplos: Na sessão de 26 de junho de 1868, Zacarias defendia o Govêrno dos ataques da imprensa e do que no Senado havia desfechado o Barão de Cotegipe.

“O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Ainda alcancei o tempo em que os ministros não falavam senão depois de três dias; antes disso eram as vedetas, as guardas avançadas que exploravam o terreno. Hoje não, a luta com o Govêrno nas Câmaras é corpo a corpo, e isto é uma condição de liberdade.

O Sr. Rodrigues Silva: Isto é um romance que V. Ex.^a está pregando.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: É um fato; se o nobre senador por Minas me quisesse fazer um obséquio...

O Sr. Rodrigues Silva: Ser guarda avançada?

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: É que me deixe falar. Quando o nobre senador se dispuser a ocupar a tribuna, asseguro-lhe que não darei um aparte. O nobre senador tem uma imprensa que todos os dias me maltrata; deixe-me ao menos falar.

O Sr. Rodrigues Silva: Faço apenas algumas observações.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Mas tão repetidas que emendadas dariam um discurso.”³¹⁹

Três dias após, na sessão de 30 de junho, novo incidente, êste mais colorido e movimentado:

“O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Note V. Ex.^a a contradição dessas insinuações; ora o Govêrno e seus amigos procuram, no dizer dos históricos, a conciliação, o acôrdo dos conservadores, ora os conservadores declaram na tribuna e na imprensa que o Govêrno quer o conchego, o acôrdo, a concórdia dos liberais dissidentes!

O Sr. Rodrigues Silva: Pelo contrário, nós todos queremos chegar para V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Como o nobre Senador pela província de Minas continua a dar-me apartes...

O Sr. Rodrigues Silva: Porque é também dissidente.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: ... eu renovo o meu pedido perante o Senado. O nobre Senador por Minas dispõe das colunas de um jornal que me insulta todos os dias...

O Sr. Rodrigues Silva: Não apoiado.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: ... e põe-me fora do direito comum.

O Sr. Rodrigues Silva: Será uma represália?

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Ainda há pouco se me atribuiu no jornal que publica os nossos debates,

319. *Anais do Senado*, 1868, tomo II, pág. 388.

que eu ameaçara o Senado, emitindo uma proposição que o redator foi verificar nas notas taquigráficas, antes de corrigidas por mim.

O Sr. Rodrigues Silva: É escândalo?

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: É escândalo; pelo contrato as notas taquigráficas são remetidas ao orador para corrigi-las. É isto ou não um direito dos membros de uma e de outra Câmara? É: logo, antes da correção, não é lícito a ninguém, e menos ao redator da fôlha que tem com a Casa um contrato, dizer, para incomodar o ministro (e dizer mal, porque a verdade não abonava a sua asserção), que foi verificar nas notas taquigráficas que a proposição saíra da bôca do orador um pouco diferente daquilo que appareceu publicado no discurso. Isto é de certo um escândalo.

O Sr. Rodrigues Silva: É a verdade!

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Entretanto, Sr. Presidente, não me incomoda isso; soffro com resignação evangélica...

O Sr. Rodrigues Silva: A verdade incomoda muito.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: ... o insulto, a injúria com que todos os dias o jornal que fêz um contrato com a Mesa para publicação dos nossos debates incomoda o Govêrno, principalmente na minha pessoa; é um fato sem exemplo. Mas, deixando plena liberdade ao nobre senador por Minas para assim prosseguir, peço-lhe que não me dê apartes.

O Sr. Rodrigues Silva: V. Ex.^a tem-se dirigido a mim em tudo quanto diz a respeito ao *Mercantil*?

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Acho que os apartes são prohibidos com razão por V. Ex.^a, a mim muitas vêzes não mos tem permitido; entretanto, se

algumas vêzes dou aparte é porque a isso me obriga a necessidade do debate, a fim de retificar uma proposição mal compreendida. E, pois, enquanto o nobre senador não pedir a palavra para discutir os negócios públicos, se quiser continuar a incomodar-me com seus apartes, há de me permitir que lhe repita o meu pedido: deixe-me a liberdade de falar.

O Sr. Rodrigues Silva: Não inibo a V. Ex.^a a liberdade de falar.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Não ma tolhe, não; apesar das suas interrupções, direi o que penso.

O Sr. Rodrigues Silva: V. Ex.^a refere-se a mim, quando fala do *Mercantil*?

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: Atenção." 320
Zacarias não quis responder à interpelação.

Dias antes, Zacarias, levado pelo calor da oratória, fizera da tribuna ameaça velada ao Senado, caso não fôsse aprovadas medidas solicitadas pelo Gabinete. Talvez as palavras tivessem, efetivamente, ido além do seu pensamento. A imprensa oposicionista esbravejara. As expressões temerárias constavam das notas taquigráficas. Daí dizer Zacarias não ser lícito publicar o que delas constasse antes de corrigidas pelo orador. O *Correio Mercantil*, com malícia, registrara: "O Sr. Zacarias ajeita seus discursos na revisão, com o mesmo carinho com que o urso lambe os filhos." 321



Ao partir para assumir o comando das forças brasileiras, Caxias quer que seja entregue a Firmino a direção do jornal que o Partido Conservador ia

320. *Anais do Senado*, 1868, tomo II, pág. 416.

321. *Correio Mercantil*, de 23 de junho de 1868.

adquirir, para, como dizia, lhe ficar garantida a retaguarda. Compreende-se: o homem conhecedor das manhas da guerra, conhecia também as da política. Tinha certeza de que em sua ausência não faltariam as intrigas, que em todos os tempos a inveja e o despeito engendram.

CAPÍTULO XVI

“...veste as galas
De mais alta valia...”

Na direção do CORREIO MERCANTIL. O recrutamento como arma eleitoral do govêrno. Entrelinhados do JORNAL DO COMÉRCIO. Definição da doutrina do Partido Conservador. Zacarias e a serventia da sinêta dos padres do Paraguai. Tentativa para calar o jornal conservador.

Por cêrca de 20 anos o *Correio Mercantil* sustentara as doutrinas e a política dos liberais. Passava a defender agora os interêsses e as idéias dos conservadores. A carta-circular enviada aos correligionários nas províncias comunicando a nova orientação da fôlha e solicitando assinaturas, vinha firmada pelos Viscondes de Itaboraí, de São Vicente, Barão de Muritiba, José Maria da Silva Paranhos, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato e Firmino.³²² O estado-maior do velho partido.

José de Alencar, de Santos, escrevia a Firmino em 25 de abril de 1867: “Antes de tudo, foi para

322. *Correio Mercantil*, de 3 de janeiro de 1868.

mim um momento de prazer aquêle em que li, no *Diário* de 18, a notícia de vossa resolução, que eu chamarei de heróica, nestes tempos. Tratando-se aí do fato mui positivo de vossa aposentadoria; e não havendo até 21 (última data) nenhuma contestação, induzi que é verdade achar-vos à frente do órgão conservador. Não esperava tanto e não poderia desejar mais. Quanto à vossa pessoa, me parece que o passo, tanto na política, como na vida civil vos há de ser vantajoso." Adiante: "Quem tem o vosso nome, vossa pena e vosso expediente, pode ser em pouco o primeiro advogado, como o primeiro publicista do Império." Apreciação rara em Alencar, conhecido, segundo Taunay, pela secura do gênio e pelos modos altaneiros e orgulhosos, "nada pródigo em elogios".³²³ Terminando, aduzia o romancista: "Nos princípios de maio conto aí estar; e então podereis dispor de meu tempo para o que fôr preciso, em benefício do novo jornal, se para tanto "me ajudarem o engenho e a arte"."

Engenho e arte possuía o pai do DEMÔNIO FAMILIAR em alto grau. Mas de gênio irritadiço comprava briga com os próprios correligionários. Sua estréia no *Correio Mercantil* assinalou-se pela acidez com que, em artigos sucessivos, combateu o projeto do então Visconde de São Vicente para que a Princesa D. Isabel tomasse assento no Conselho de Estado com seu consorte, o Conde d'Eu.³²⁴

Vários escritores de renome colaboravam. Assinando o folhetim dominical sob o pseudônimo de Osíris, França Júnior malhava espirituosamente os progressistas, no tom vivaz de Alphonse Karr.

323. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 133.

324. *Correio Mercantil*, de 3, 6, 7 e 9 de junho de 1867.

A frente da fôlha, ultrapassada em circulação apenas pelo *Jornal do Comércio*, Firmino diz logo ao que vinha: "A Liga, como os fatos o têm cabalmente demonstrado, e já não há ilusões possíveis a êste respeito, não teve origem em uma questão de liberdade, mas de poder e só de poder. Se pediu à liberdade meios de vida e duração, foi para mais facilmente combatê-la. Proclamou o bem público como a mira de seus desejos; assim caminham tôdas as usurpações. A história de tôdas elas é sempre a mesma. Só dizem o que querem quando contam seguro o que pretendem, quando não há obstáculos possíveis ao seu triunfo. O Partido Progressista surgiu naturalmente do seio da Liga, como a árvore da semente que a contém. Não se fêz uma coisa senão para se obter a outra. Foram muitos os chamados para que fôsem poucos os escolhidos, e nas mãos dêses poucos, sem o apoio da opinião, e unicamente pela fôrça e prestígio da autoridade tão preponderante no país, concentra-se hoje um poder que, abusando das circunstâncias extraordinárias da guerra estrangeira, tem assumido proporções tais, que os direitos individuais não podem ser considerados o fato da lei, a execução real de suas prescrições, mas pura e simplesmente uma concessão graciosa do Governo." Logo a seguir: "Dedicados aos princípios conservadores, isto é, aos princípios tais quais os consagra e define a Constituição do Estado, julgamos cumprir nossa missão, combatendo não só os excessos da liberdade, como as usurpações do poder. Estas, como aquêles, são igualmente fatais ao país, contrárias aos nossos princípios, porque tendem igualmente a destruir, embora por meios diversos, aquilo que temos o

dever de considerar — o estado político do país tal qual o constituiu o nosso pacto fundamental.”³²⁵

Como de praxe, a Câmara que se ia constituir fôra eleita pelo dedo do Govêrno. Os vestígios da intervenção do poder no pleito se patenteavam de modo avassalador. Progressistas no nome, usavam contudo a velha e correta maneira de se obter maioria maciça, que não entravasse os desígnios dos mandões. Tinham à mão expediente cômodo de coação. Qual? “Enquanto em redor da bandeira nacional” — denunciava o *Correio Mercantil* — “se reuniam para vingá-la tôdas as opiniões olvidadas, repelidas as antigas divergências partidárias, um Ministério preocupado obstinadamente com a organização de um novo partido, sem o menor apoio no país, julgava azada a ocasião para conseguir seus intentos, arredando das urnas, por via da compressão quantos o não auxiliavam em seus planos de dominação exclusiva. O recrutamento não cessou, apesar das terminantes prescrições da lei. Tomou apenas o nome de designação, e com êle e a favor dêle foram recrutados indivíduos que não eram guardas nacionais, declarando-se que como tais haviam sido designados. Províncias houve, como a de Minas Geraes, onde as designações se faziam em massa, contra tôdas as disposições da lei, mas eram imediatamente dispensados os guardas que votavam nas chapas da polícia. Para justificar a proscricção, declarou-se que os cidadãos, embora os mais dedicados à causa nacional, mas infensos à política do Govêrno, se opunham à marcha dos contingentes de guerra, e as delações surgiram de tôda parte contra as influências eleitorais de que a situação mais se temia. Todos quantos não proclamavam o Ministério um côro de anjos destinados a salvar

325. *Correio Mercantil*, de 24 de abril de 1867.

o Império, como mensageiros da Divina Providência, eram imediatamente declarados opostos ao triunfo da causa nacional e para logo fulminados pelos raios do poder. Por êste modo achou-se sôzinho em campo o Govêrno; e em todos os círculos do Império em que lhe pareceu conveniente designar deputados impôs às urnas os nomes de seus amigos.”³²⁶

Exagêro de partidário ressentido? O Conselheiro Francisco José Furtado, liberal, antigo chefe do Gabinete de 31 de agôsto de 1864, quatro meses depois da denúncia, depunha perante o Senado, na sessão de 24 de agôsto de 1867, com o apoio de Teófilo Ottoni:

“O SR. FURTADO: o Govêrno, esquecendo-se que a sua grande campanha era contra o Paraguai, entendeu que a grande campanha que tinha de fazer era a campanha eleitoral (*Apoiados*), era debelar seus adversários (*Apoiados*).

O Sr. Barão de São Lourenço: Apoiadíssimo.

O SR. FURTADO: Assim, Sr. Presidente, vimos que a designação da guarda nacional e o recrutamento, que deviam ser feitos com atividade e justiça, foram empregados com a maior parcialidade e violência. . .

O Sr. Teófilo Ottoni: Com o maior cinismo. . .

O SR. FURTADO: . . . para extorquir votos, e punir a quem os recusava, e nulificar a verdade das urnas (*Apoiados*). Dizia-se a cada um: “Dai o voto ou ireis para o Paraguai. Se não tiverdes isenções, sereis recrutado, se a tiverdes, sereis designado como guarda nacional.”³²⁷

O político liberal parecia ter bebido inspiração no artigo do jornalista conservador.

• • •

326. *Correio Mercantil*, de 25 de abril de 1867.

327. TITO FRANCO DE ALMEIDA, *ob. cit.*, pág. 391.

Espinhos cravados na carne do Govêrno a provocarem ardências, as denúncias das compressões. E êle as exprimia no *Jornal do Comércio*, do qual diria o órgão conservador ter sido sempre, em todos os tempos, “a fôlha do *Govêrno atual*”, geralmente denominada das “confidências íntimas”.³²⁸ Nêle escreviam e mandavam escrever os amigos do Gabinete artigos, chamados *entrelinhados*, sob os pseudônimos de Aristides, Graco, Demócrito, Diógenes, Cipião, Fócion, Aristarco, Licurgo, Agesilau, Demófilo, Sérvio Túlio, e outros gregos e romanos conspícuos.

Visando a Firmino, autor sabido dos editoriais molestos, caíam-lhe sôbre o estilo. Subscrito por Nemo, um dos entrelinhados ironizava: “Continuam as *nênias* e as criações poéticas dos tempos idos da mocidade, como única base dos nomes ganhos no passado.”³²⁹ A referência ao canto fúnebre, tentativa para inquiná-lhe os escritos da suspeita de frutos de tragédias imaginárias, fornece ao jornalista ensejo de revidar com sarcasmo, e tendo em mira o Presidente do Conselho: “Satanás envergou o hábito do capuchinho, mas tão desastrosamente que lhe ficaram de fora o pé de cabra e a ponta da cauda. Quem o não conheceu à primeira vista? Para maior disfarce bradou contra o estilo trágico que lhe irrita os nervos, os nervos de Satanás. Depois de praticar todos os atentados de que é capaz o espírito das trevas, sob a máscara do recrutamento, de designação, de afilhadagem, e da fraude, esfrega as mãos de contente na contemplação estática de sua vitória. Suas palavras são agora cândidas e singelas como a cana-de-açúcar, ou as mangas da Bahia. Só usa do estilo ameno e bucólico; e disfarçado em Títilo espres-

328. *Correio Mercantil*, de 24 de janeiro de 1868.

329. *Jornal do Comércio*, de 10 de maio de 1867.

guiça-se todo à sombra de copada mangueira, ensinando às selvas a repetirem o eco de suas venturas e exclamando às turbas que o observam: Gente, não me incomodem com exprobrações em estilo trágico, quando subirem façam o mesmo, e não briguem por tão pouco.”³³⁰

Proscritos dos conselhos da Nação, apesar dos serviços prestados, foram todos os que não abjuraram do credo político para entoarem a palinódia do Governo. “A divisão estava feita. As cabeças mais avantajadas das papoulas haviam sido decepadas, restando apenas as que se haviam curvado à ação do vento que soprava. A opinião estava desarmada, pois já não eram mais possíveis aquelas resistências salutares que impedem as usurpações do poder enquanto o obrigam a girar na esfera de sua atividade legítima.” Senhores exclusivos da situação, aboletados nas posições oficiais da influência, viam tudo côr-de-rosa, perspectivas sedutoras, enlevos de esperanças para a Pátria. “Razão, portanto, têm os Títiros e Malíbeos de tão suavíssimos tempos, quando com esmerado empenho condenam o estilo trágico; têm razão de sobra, porque o estilo da dor e das angústias amarguradas certo não pode ter cabida em uma quadra eminentemente virgiliana como a que atravessamos.”³³¹

Não seria tragédia o que ia pelos campos de batalha, lá no Sul, onde tombavam tantos brasileiros, empapando a terra com o sangue? Por que não promover, nessa hora do destino, a política de congraçamento, em vez de acirrar as divisões? “Quando a união era precisa, o Governo fomentou a desunião. Em vez de elevar as faculdades morais da Nação, semeou a discórdia que

330. *Correio Mercantíl*, de 2 de maio de 1867.

331. *Correio Mercantíl*, de 11 de maio de 1867.

as aniquila, colocando em face do apêlo às forças vivas do país a cabeça de Medusa da intolerância política. Fátua e imprevidente, não enxergou na guerra senão uma cavalcada das festas da roça, na qual todos se empenham em tirar a argolinha, e julgou que era mais conveniente a tirasse êle do que seus adversários. Não viu as coisas senão pela superfície." Qual o propósito inspirador dessa malfadada política? "Como o Ministério considerava a vitória infalível, entregou-se de corpo e alma aos arranjos da política interna, que para êle era tudo. Se esta fôsse tal qual devera ser, a vitória seria a vitória da Nação; mas o que se queria é que ela fôsse a vitória do Partido Progressista. Pretendeu-se então substituir a legitimidade das idéias e das crenças pela legitimidade dos grandes resultados, na persuasão de que a vitória viria ofuscar com seus esplendores a obra da intolerância, do egoísmo e do crime. Às acusações que se fizessem aos novos regeneradores da onipotência do poder em nome da liberdade a defesa estava pronta. Recordando as famosas palavras de Cipião, diriam às vítimas da iniquidade: salvamos a Pátria agredida pelo estrangeiro; vamos aos templos dar graças a Deus." ³³² A cratera que rugia...

Os que no tablado político davam as cartas, sentiam a urgência da resposta ao inventário sombrio das calamidades do presente, exibido aos olhos de tôda gente com vibração emotiva. Nos *entrelinhados* do *Jornal do Comércio*, em pura manobra diversionista, atiravam-se os defensores do Ministério ao passado para acusar a oposição conservadora. Voltava à baila a invenção do *uti possidetis* conservador pelo espaço de 14 anos. Que fizeram os beneficiários do bezoar descoberto por Nabuco? "Atiraram-no depois para um canto, como um

332. *Correio Mercantil*, de 14 de maio de 1867.

instrumento usado, que já não era mais necessário. A imortal Scheherazade, a sultana dos contos fantásticos das *Mil e Uma Noites*, havia conseguido o seu fim, levando mais de uma distração às inteligências ociosas. É hoje êsse alcaide velho e esfarrapado que o Ministério manda desenterrar da loja dos belchiores, escová-lo, remendá-lo, cerzi-lo para expô-lo aos olhos deslumbrados dos fregueses nas vidraças de seu bazar.”³³³

Na escolha do terreno escorregadio onde queria lutar — o ataque à política conservadora do passado — Zacarias, que nela tivera assinalada atuação, praticava erro tático elementar, sem se advertir de que a arma, que brandia, se voltava contra si mesmo. Expunha o flanco às investidas da oposição, que não perdia a vaza. Vinham candentes: “Embora destro e desemperrado, como todos os conhecem, não pôde evitar nem as queimaduras das brasas ardentes, nem as feridas dos estrepes que juncavam essas escabrosas veredas. Presidente de província, deputado, ministro no período que condena com tanto rancor, havendo compartilhado pelas suas adesões a responsabilidade da política então dominante, nenhuma invectiva sôlta por si, ou mandada soltar na imprensa contra o passado que, como as setas desajeitadamente atiradas para o ar, não se venham cravar na sua cabeça. Concebe-se que aliados de um partido o abandonem para se alistarem nas fileiras opostas, mas êsto procedimento impõe condições, que não podem ser preteridas, sem grave detrimento da dignidade humana. É preciso que nos respeitemos no respeito às opiniões que professamos, aos atos cuja responsabilidade compartimos. A ninguém assiste o direito de rejeitar a responsabilidade de seu passado.” E incisivo: “A sociedade quer ver nas idéias e ações dos homens polí-

333. *Correio Mercantil*, de 19 de maio de 1867.

ticos a revelação do que se passa em suas consciências, e logo que repudiáis o que ontem fizestes, ou aprovas-tes, sem primeiro confessardes vosso êrro, das duas uma: ou não seguistes os ditames de vossa consciência ontem, ou os abandonais hoje: em ambas as hipóteses não podeis contar com a confiança da Nação. Os homens políticos não se despem do seu passado como da roupa enxovalhada, nem o atiram à banda como o fato que passou de moda. Nos domínios da consciência, em matéria política, como em tudo o mais, não há lugar para os penedos erráticos, nem para os árabes do deserto.”³³⁴

Palavras que traziam as energias da paixão partidária. Mas possuíam a pureza de forma, que recorta com nitidez a idéia, dá clareza ao raciocínio e empresta vigor ao pensamento. Segundo Sainte-Beuve “a tempestade e o barulho da rua forçam cada um a engrossar sua voz”.³³⁵ As colunas do *Jornal do Comércio* não bastavam para dar vazão à ira dos progressistas. Saldanha Marinho, na presidência da província de Minas Gerais, respondendo à saudação dos progressistas de Ouro Preto, despejava em sustenido: “Sórdidos inimigos de homens e não de crenças, buscam na calúnia, no vitupério e na torpeza intencional o único elemento de sua vida de egoísmo.” Com mal disfarçado endereço a Firmino, ajuntava afogueado: “Arrepender-se-iam, se não fôsse mister para isso ter acordada a consciência; envergonhar-se-iam, se o pudor não repugnasse ao caluniador.”³³⁶ Com ironia, Firmino se limitava a ponderar em bemol: “Em verdade, tem razão de sobra o Sr. Barão de São Lourenço, quando declara que muito

334. *Correto Mercantil*, de 20 de junho de 1867.

335. SAINTE-BEUVE, *Causeries du Lundi*, 1º vol., pág. 3.

336. *Correto Mercantil*, de 21 de junho de 1867.

convém criar o partido do bom-senso. Nossas pretensões não chegam a tanto, pois já nos contentamos com a criação do partido do — senso comum.”³³⁷

* * *

A designação escolhida pelos que, vindos da Liga, se crismaram de Partido Progressista, era para opor-se à de Partido Conservador, como querendo marcar desde logo, pelo contraste, que um mirava ao progresso e o outro, não. Antes, era a de Partido Liberal, para insinuar que o outro era contrário à liberdade. Os adversários do velho partido de Bernardo Pereira de Vasconcelos sempre tangiam a mesma nota. Entretanto, ao partido da ordem coube converter em realidade vários dos projetos sugeridos pelo espírito do progresso.

Com a responsabilidade de definir os rumos do partido, Firmino repele a acusação e fixa, com propriedade, o conteúdo da idéia conservadora e o alcance de sua missão: “A idéia conservadora é inseparável de tôdas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela a sociedade giraria desnorteada, como no espaço os corpos privados do centro de gravitação. Na própria natureza humana encontraremos a sua origem. Para sustentar sua obra Deus deu às suas criaturas o instinto da conservação. Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não abandonarmos irrefletidamente o certo pelo duvidoso; de não caminharmos para o desconhecido senão à luz da experiência dos fatos sucessivos, das idéias encadeadas, como nas ciên-

337. *Correio Mercantil*, de 25 de junho de 1867.

cias exatas chegamos a apreciar o valor da incógnita. A idéia conservadora não é a imobilidade chim, nem a fatalidade islamita. Não exclui o movimento pela mesma razão por que o não considera a única condição do aperfeiçoamento do ente moral, indivíduo ou sociedade. O homem não é ostra nem árvore. Para viver, melhorar seu estado, aperfeiçoar-se, não pode existir sempre no mesmo lugar; necessita mover-se, desenvolver suas faculdades. O movimento é, portanto, uma lei de sua conservação, como de todo criado, e o progresso não é senão o movimento, na ordem moral e intelectual. É por isso que Guizot, o publicista tantas vêzes citado e tão pouco compreendido pelo Sr. Zacarias, dizia aos eleitores de Lisieux: — “Tôdas as políticas vos podem prometer o progresso, mas a única que vo-lo pode assegurar é a política conservadora.”

Não fôsse o jornalista católico de fé jurada, e assim exposta por êle a doutrina do Partido Conservador em relação ao progresso, poderia ser confundida com a concepção positivista, que faz derivar o progresso da ordem.

Situa a posição do Partido Conservador ante o problema da liberdade: “Considerar o partido que nas formas representativas se reúne em redor de suas instituições, para o fim de firmá-las pela sua doutrina e consolidá-las pelos seus benefícios, como uma entidade de ocasião, um núcleo poderoso de resistência contra as facções, é a condenação da inteligência e da história; é desvirtuar a missão que a êsse partido cabe desempenhar virtualmente no regime da sociedade. Debelar motim na praça pública, ou a revolução no campo das batalhas, é incumbência dos Corpos de Polícia ou do Exército. A missão do Partido Conservador é outra, mais nobre e mais elevada; cumpre-lhe combater no terreno das idéias, remover o mal no ponto onde êle

primeiro surge, pela discussão dos bons princípios, pela adoção de medidas que satisfaçam as necessidades públicas, pela garantia de todos os direitos; impedir que o motim apareça, e a revolução se organize, embotando-lhes os estímulos, neutralizando-os em suas origens. Se a sua má direção ou causas invencíveis permitem a explosão do mal, cumpre-lhe dirigir a resistência material, mas não é a necessidade de repressão que o cria, assim que embora esta cesse, o partido nunca deixa de existir. Como o Macabeu das Sagradas Escrituras — com a espada em uma mão combate os inimigos e com a outra não cessa de edificar o templo. Assim como o mal não é anterior ao bem, nem o crime existiu primeiro que a justiça, não são as perturbações da ordem pública a razão eficiente do Partido Conservador, mas a necessidade de evitá-las, extirpando-lhes as causas e incentivos.”³³⁸

O escritor viera da época em que preponderava o romantismo da forma e das idéias. Ainda conservava a primeira no modo de dizer com vigor e amplidão de frase. Evoluíra sensivelmente quanto às outras. Os atritos do mundo puíram-lhe a irredutibilidade dos princípios políticos. Nos tempos da Regência o Partido Conservador batera-se pela preservação, não da liberdade, que pelos seus excessos havia pôsto em risco a unidade da Nação, mas da ordem. A glória de Bernardo Pereira de Vasconcelos “foi ter reconstituído a autoridade”,³³⁹ quando os motins e as revoluções estalavam nas ruas e conduziam à anarquia. Dessa atitude é que lhe adveio a pecha, sempre revivida pelos adversários, de reacionário.

338. *Correio Mercantil*, de 27 de junho de 1867.

339. OLIVEIRA LIMA, *O Movimento da Independência*.
O Império Brasileiro, pág. 341.

A definição da linha política dos conservadores, menos rígida, mais conciliatória, tinha objetivos táticos. Discórdia lavrava entre os ministros, reflexo da luta das duas facções em que se cindira o grupo dominante, com os liberais históricos em aberta hostilidade ao Gabinete. É o momento de procurar atraí-los. Escreve Firmino: "Onde quer que o regime social permita a livre expansão do pensamento, a uniformidade das opiniões, que não pode ser senão o fato da tirania, será substituída pela luta incessante da idéia conservadora e da idéia liberal. O antagonismo que as separa, não é sempre o mesmo: cresce ou diminui nas modificações do tempo que altera os interêsses e muda as necessidades." Entre ambos já não existem as velhas divergências: "O antagonismo dos conservadores e liberais no tempo da menoridade, e do período que se lhe seguiu de 1853, não é o mesmo de hoje. Não há entre êles e nem nunca houve marcos nem estátuas."³⁴⁰ O aceno aos liberais dissidentes não podia ser mais claro.



Na discussão do voto de graças o Presidente do Conselho enfrenta a opposição. Joaquim Nabuco, dêle dizia que "não era senão um oposicionista à opposição que o combatia, à maioria que o acompanhava e à própria Coroa".³⁴¹ Zacarias, como de hábito, profere discurso cheio de epigramas e perfídias. "Quando êle se erguia" — anota Machado de Assis em suas recordações sôbre o velho Senado — "era quase certo que faria deitar sangue a alguém."³⁴² Fazia sangrar aos outros.

340. *Correio Mercantil*, de 20 de julho de 1887.

341. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 2º, pág. 67.

342. MACHADO DE ASSIS, *Páginas Recolhidas*, pág. 159.

Os outros também gostavam de ver-lhe a côr do sangue. Naquele discurso abre imprudentemente uma brecha. O *Correio Mercantil* se aproveita para atirar a estocada. A descrição do espadachim da tribuna tem a nitidez de uma água-forte e é de sabor picante: “Respirando o ardor dos combates só pelo desejo de combater; apanhando no ar qualquer proposição que soava mal aos seus ouvidos; agredindo a todos e a tudo, como nunca houve exemplo nas regiões do poder; criticando com acrimônia os discursos de seus adversários que de ordinário acusava de atrasados e a escola oratória a que pertenciam; devorado do desejo de ver todos os queixos caídos ante a variedade de seus conhecimentos, o aticismo de seus gracejos, a fôrça de sua dialética, e o dogmatismo impertinente de seus oráculos, esqueceu as conveniências de sua posição, os interêsses do país, para de tudo fazer um pedestal ao encarecimento de seus talentos, à glória de seu nome. Infelizmente não conseguiu o que pretendia. A lógica e o bom-senso crestaram as asas do novo fêcaro que se precipitou justamente na ocasião em que mais elevado se julgava. Não qualificaremos desta vez, imitando-lhe o exemplo, nem a escola de sua oratória, nem o mérito de sua erudição, nem a fôrça de sua dialética, notaremos apenas que para se mostrar sabido em tudo e até em *algumas coisas más*, desceu a ponto de certificar a Câmara que no Paraguai *todo serviço é recreio e até as funções de reprodução eram reguladas pela sinêta dos padres!*... Divagando sôbre tudo, ou para recrear o espírito dos ouvintes, a modo de Gladstone, orador que decerto pretendeu imitar, quando lembrou aquela serventia singular da sinêta dos padres, ou para intrigar conservadores e liberais, alvo principal a que atirava seus decantados improvisos, sem deter-se em assunto algum para aprofundá-lo, bem pode com alguma propriedade

ser comparado àquele pequeno bípede com penas, muito trêfego e buliçoso, do qual diz a canção popular :

“*Que anda de galho em galho,
Picando de pau em pau.*”

Desde que o Sr. Zacarias nos dá por modêlo de uma discussão política, digna de ser imitada, aquela em que os conservadores eram profligados com estas armas: *oligarquia, filhotismo, consistório, papa e cardeais*, não pode estranhar o comparemos a um inocente passarinho que brinca as suas coisas, pulando de galho em galho, picando de pau em pau; se não achamos por onde compará-lo, nem com o papa, nem com os cardeais, a culpa não é nossa; é porque nem todos podem ser comparados a tudo.”³⁴³

A sinêta dos padres do Paraguai volta e meia era agitada pelo *Correio Mercantil*. França Júnior, no seu boletim dominical, tilintava-a risonhamente.³⁴⁴ E êsse tilintar por certo não soava doce aos ouvidos do Presidente do Conselho.

Zacarias servia de alvo, porque êle, pela preponderância de sua personalidade, concentrara nas mãos todo o poder político da situação. Do Gabinete faziam parte Fernandes Tôrres, Paranaguá, Martim Francisco, Afonso Celso, Muniz Ferraz, homens de valor. Todavia ficavam completamente na sombra ante a autoridade do Presidente do Conselho. Sumiam-se perante o chefe, que se não satisfazia com as honras do comando, pois empunhava as armas e acudia, sôfrego, onde mais ardente ia a luta. Não perdiam tempo os adversários do

343. *Correio Mercantil*, de 26 de junho de 1867.

344. FRANÇA JÚNIOR, *Política e Costumes*, págs. 63 e 64.

Govêrno em combater ministros, meros reflexos da vontade de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Em seus artigos Firmino cunha frases que têm o relêvo de moedas: "Há alguma coisa pior que os Governos absolutos: são aquêles em que os povos não se animam a usar da liberdade concedida pela lei. A imprudência está no abuso do poder, e não na censura que o deve conter."³⁴⁵ Ou então: "Arcar contra a prepotência e a corrupção nas épocas de decadência moral, é arriscar tudo, a vida e a própria honra; mas o vínculo do dever não se mede nem pela facilidade de sua execução nem pela certeza dos resultados".³⁴⁶

Graças aos escritos do redator-chefe, lograra o *Correio Mercantil* impor-se à opinião pública. Wandlerley, o futuro Barão de Cotegipe, em carta da Bahia, dava testemunho ao colega do Senado, em 9 de novembro de 1867: "Nas províncias o efeito dos teus artigos é grande, e a guerra desleal dos *entrelinhados* demonstra que os dominadores doem-se. Os atos do Govêrno posteriores ao encerramento mostram, é verdade, pertinácia do Alto; mas com isso devêramos contar, e é razão de mais para persistirmos, porque a causa que defendemos é a do país, e não de pessoas." Falando sôbre a política em sua província, é ferino: "Isto por aqui vai de mal a pior. O pobre Azambuja servirá para copista da Secretaria; para Presidente, nem do Espírito Santo. O secretariado não poupa a ninguém, e assim mesmo manda-o fazer eleição, onde o Govêrno pode vencer, porque nas freguesias da opposição ficou adiada para as calendas gregas ou até que sejam eleitos os deputados provinciais."

345. *Correio Mercantil*, de 1º de agosto de 1867.

346. *Correio Mercantil*, de 9 de outubro de 1867.

Os dominadores doíam-se com o que escrevia o *Correio Mercantil*, dizia Wanderley. Como represália, o Govêrno passara a enviar-lhe os despachos da guerra sòmente depois de publicados no *Diário Oficial* e no *Jornal do Comércio*. Picuinha. Zacarias, além de especular com a prioridade das notícias, mandara assoalhar, com ar inocente, que o *Correio Mercantil* não os publicava com a presteza que o povo exigia. O revide é indignado. Os leitores do jornal conservador têm de esperar, acudia Firmino, porque o órgão da opposição “tem o mau gôsto de não compreender como a sinêta dos padres do Paraguai desempenharia o fim que o Sr. Zacarias lhe assinou em pleno Parlamento, nem como S. Ex.^a se possa julgar com direito de dizer quanto lhe vem à cabeça só porque entende que não há mais Aristóteles, ou de andar de tenda às costas em peregrinação constante no terreno político, só porque não há mais Catões. Ações desta ordem não podem ser estranhadas no Sr. Zacarias, o homem leviano, fútil, fátuo, considerado por excelência. Pelos frutos se conhece a árvore: pitangueira não dá manga.”³⁴⁷

Pitangueira não dá manga... Novo adágio, certamente inspirado no evangelho de São Mateus. Pouco depois, ao profligar as críticas feitas pelos escritores ministeriais à conduta de Caxias na direção da guerra, diria: “A necessidade da valente espada do nobre general vai desaparecendo; o ódio político incubado pelo mêdo começa a desabrochar e o Ministério progressista, receoso de seu futuro, manda à falsidade e à perfídia que abram os caminhos da ingratição. Assim deve ser, que de cobra não nasce passarinho.”³⁴⁸ De cobra não

347. *Correio Mercantil*, de 27 de agosto de 1867.

348. *Correio Mercantil*, de 3 de outubro de 1867.

nasce passarinho... Outro rifão que, com o primeiro, di-lo Almeida Nogueira, na época, "fizeram sucesso",³⁴⁹ sendo, mais tarde, ao que informa Taunay, "tão repetidos."³⁵⁰



Cheia de centelhas e de efervescências, a linguagem do jornal dos conservadores atingia o alvo: feria os adversários e falava à imaginação dos que o liam. Cumpria afastar de sua redação o jornalista-chefe. Surde a intriga. Os progressistas tentam criar dissensão entre os conservadores. Censuras são feitas à direção da fôlha. Investindo-se da tutela dos interesses do Partido Conservador, os escritores ministeriais deitam parecer sôbre a conveniência da substituição da redação do *Correio Mercantil*. São conselheiros. A atual orientação é prejudicial às conveniências do partido em opposição ao Governo. O grosso dos conservadores estava descontente com o rumo das coisas. Deliberara-se a compra da tipografia da fôlha, mas, dizia-se, por conselho dos chefes conservadores. O preço — 100 contos. Tudo isso se fazia a bem dos oposicionistas, unicamente para livrá-los do jornalista.

Falhou a intriga. Mas não esmorecem os que queriam o silêncio. Assoalham que o jornal está ameaçado de bancarrota. "Nunca neste país" — vibrava o *Correio Mercantil* — "um Ministério desceu tão baixo."³⁵¹

O plano, primário, não teve sucesso. Não foi de todo perdida a soma apregoada. O *Diário do Rio de Janeiro* é adquirido por 50 contos. Quatro meses de-

349. JOSÉ LUIS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *ob. cit.*, 8ª Série, pág. 128.

350. TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 100.

351. *Correio Mercantil*, de 27 de dezembro de 1867.

pois da transação, estoura o escândalo da guinada brusca de sua orientação. Denuncia a fôlha de Firmino que a compra fôra feita pelo Gabinete, “que além de outras vantagens, ofereceu um consulado ao ex-redator, com a condição de partir para a Europa, no paquête de 24 do corrente. Com que meios, com que favores granjeou o Gabinete o dedicado apoio da importante fôlha diária?”³⁵² No dia seguinte, precisamente no dia em que devia embarcar para o seu prometido consulado, Luís Antônio Navarro de Andrade, ludibriado pelo Ministério, confirma a denúncia, declarando ter sido “vítima de uma cilada infame”.³⁵³

A situação dominante estava com os dias contados. Sustentam os conservadores que o Ministério não tem apoio popular. Retrucando, afirma o Gabinete que a oposição quer subir ao poder pela espada do Marquês de Caxias.

A oposição dos barões no Senado — como eram chamados os conservadores que ali tinham assento — se convertia em guerra de epigramas, “na qual o Presidente do Conselho se sentia também à vontade”.³⁵⁴ Dizia o *Correio Mercantil* que Zacarias se contentava com o apoio da tolerância. Não lhe dava cuidado a razão, nem a consciência da Câmara; êle queria era o fato descarnado e o voto cru, fôsse como fôsse. Ilustrando a afirmativa, rematava: “Zaís, tua amante — observava certo indiscreto a um filósofo grego —, sei que não gosta de ti. — Que tenho eu com isso? — retorquiu-lhe o céptico. Como peixes, gosto muito dêles,

352. *Correio Mercantil*, de 23 de abril de 1868.

353. *Correio Mercantil*, de 24 de abril de 1868.

354. NABUCO, *ob. cit.*, vol. 2º, pág. 68.

sem me importar se êles gostam de mim. O Sr. Zacarias é o céptico grego, e os peixes a sua maioria." 355

A 16 de julho caíam os progressistas. O Visconde de Itaboraí formava o novo Ministério em que entravam José de Alencar, Paranhos, Cotegipe, Muritiba.

Cessava o ostracismo dos conservadores, velho de mais de sete anos.

355. *Correto Mercantil*, de 28 de maio de 1868.

CAPÍTULO XVII

"Onde nada floresce, nem vegeta,
Senão mágoas, misérias, infortúnios."

Pedido de demissão de Caxias do comando supremo, provocado pelos ataques da imprensa ministerial. Como o Visconde de Inhaúma reagia a êsses ataques. Zacarias contra o vencedor do Paraguai. A REVUE DES DEUX MONDES. Resposta de Firmino ao escritor francês Xavier Raymond. O desafio de Satanás.

No dia 20 de fevereiro de 1868 reuniu-se o Conselho de Estado para decidir questão grave. Chegara na véspera, pelo transporte do Sul, officio do Marquês de Caxias ao Ministro da Guerra pedindo para retirar-se da chefia das fôrças brasileiras no Paraguai. O motivo alegado pelo generalíssimo era doença. Em carta particular a Paranaguá dava as verdadeiras razões do gesto. "Acredita o Marechal, à vista dos jornais e de sua correspondência particular" — expunha o Presidente do Conselho de Ministros ao Conselho de Estado —, "que o Govêrno, longe de ter nêle a mesma confiança que a princípio manifestava, procura por diversos modos tirar-lhe a fôrça moral."

Zacarias declara continuar Caxias a merecer a confiança do Governo. Sendo da maior conveniência sua presença nos campos de batalha, preferia o Ministério retirar-se a usar do direito de pedir a exoneração do marechal.

Quase todos os membros do Conselho opinam contra a demissão, quer do Gabinete, quer de Caxias. Sugere-se que o Governo faça declaração peremptória, dissipando a suposição do marechal. O Imperador não se satisfaz com o alvitre dos próceres da Coroa. Declara que o Ministério não propusera alternativa sobre a sua demissão ou a de Caxias, mas, alegando ser mais necessária, no momento, a permanência do chefe militar à frente das tropas, pedira a própria demissão. E concluía o Imperador: “Qual julga o Conselho menor mal, a demissão do marechal ou a do Ministério?”

Olinda, Abaeté, Jequitinhonha, São Vicente, Sapucaí, são pela demissão do marechal de preferência à do Ministério. Nabuco, Paranhos, Tôrres Homem, opinam pela retirada do Ministério e conservação de Caxias. Bom Retiro opta pela saída do Gabinete, caso seja possível organizar outro Ministério do mesmo partido. “O Gabinete, porém” — escreve Joaquim Nabuco —, “saía ferido mortalmente pelo dilema imperial; pode-se dizer que desde essa reunião do Conselho de Estado êle vive à mercê do general em chefe.” Observa, ainda, o historiador: “O Ministério sentia a sua inferioridade na balança em que fôra pesada perante o Imperador a importância de sua conservação e a da renúncia de Caxias.” E explicando a explosão da divergência, que traria conseqüências desastrosas aduz: “Zacarias, porém, pronuncia em junho na Câmara a palavra fatal, *caudilhagem*: “A mudança de política interna não se pode operar por influência da espada e imposição da caudilhagem.” “Quem é o caudilho? pergunta o *Diá-*

rio do Rio. É o Marquês de Caxias! A caudilhagem é o exército e a armada!" O que o Conselho de Estado procurara impedir, em fevereiro, rompe com estrondo no Parlamento, na imprensa: a luta entre o Presidente do Conselho, *que se sabia condenado*, e o general em chefe vitorioso, porque, já agora, dominava com os encouraçados todo o Rio Paraguai e envolvia por terra Humaitá." ³⁵⁶



Houve quem visse na atitude de Caxias, a começar pela insinuação de Joaquim Nabuco, o propósito de derrubar o Gabinete progressista. Batista Pereira chegou a aventar a hipótese de um "golpe de estado". Passando em revista as relações, sempre tensas, entre Zacarias e o marechal, examinando as desfeitas do primeiro ao segundo, o assédio que lhe faziam os conservadores em oposição, pergunta o ensaísta: "Não era humano que o grande Caxias se deixasse levar pelo canto da sereia e supusesse seu dever derrubar o Gabinete?" ³⁵⁷

Nada mais inexato. José Maria dos Santos, apesar de sua incontida admiração por Zacarias, não aventa a hipótese. ³⁵⁸ Caxias aceitara o comando a instâncias de Zacarias. Ao lhe ser assegurado pelo Presidente do Conselho que se retiraria caso não lhe merecesse confiança, retrucara o marechal: "A minha espada não tem partido." Ser-lhe-ia fácilimo, naquela ocasião, se pretendesse derrubar a situação dominante, impor a subs-

356. NABUCO, *ob. cit.*, vol. 2º, pág. 74.

357. BATISTA PEREIRA, *ob. cit.*, pág. 44.

358. JOSÉ MARIA DOS SANTOS, *A Política Geral do Brasil*, pág. 103.

tuição do Governo. Não o fêz. Não o faria depois, no bivaque, face a face com o inimigo, levado apenas por motivos políticos. E muito menos por um *ultimatum*, que inegavelmente teria o sentido de golpe de estado. O procedimento seria contrário à sua índole e formação.

Nenhum traço de caudilho se poderá apontar em Caxias. Atuou na vida da Nação durante largo período. Repetidamente enfeixou considerável soma de podêres nas mãos. Poder político, como dos mais graduados chefes conservadores, poder militar, como comandante de fôrças em operações para jugular revoltas internas e guerras em território estrangeiro.

Os motivos do pedido de demissão filiavam-se aos ataques que, com a complacência do Governo progressista, algumas fôlhas da Côrte faziam à sua conduta e à de outras altas patentes na direção da guerra. O jornal *Anglo Brazilian Times* se permitira críticas tendenciosas e malévolas. Não teriam significação os comentários depreciativos se o jornal, como era sabido, não fôsse subvencionado pelo Governo, que, não o coibindo, permitia o insulto. O *Diário do Povo*, dos liberais históricos, embora sem o tom desabusado de Scully, fazia perfídias contra o marechal. Nos célebres *entrelinhados* do *Jornal do Comércio*, onde os ministros só diziam ou mandavam dizer o que não tinham coragem de estampar nas colunas do *Diário Oficial*, apareciam críticas abertas. Protestava Firmino no jornal: “O comunicado. . . . ontem publicado nessa fôlha. . . .” — registrava o *Correio Mercantil* — “não pode passar sem o mais enérgico protesto de nossa parte: a *responsabilidade das últimas delongas, nas operações militares*, diz o escritor ministerial, *cabe ao ínclito, ao invicto Marquês de Caxias que tanto esperou até que o general Mitre reassumiu o comando do exército, e não tem jul-*

gado conveniente fazer uso de todo o arbítrio que as suas instruções lhe facultam." ³⁵⁹

Jornais tão intimamente ligados ao Ministério, as opiniões que divulgavam traziam o timbre da convivência governamental. Se os que lhe haviam entregue, em hora atribulada, premidos pelos reclamos gerais, o comando da guerra, permitiam comentários dêsse jaez, se é que os não escreviam, é porque a confiança jurada já não era a mesma. Mais do que a um cargo político, imprescindível é ao comando militar a plena confiança do Govêrno. Passando a ação do comandante-chefe a ser objeto de críticas, numa luta onde corre o sangue e está em jôgo o destino da soberania, o afastamento torna-se imperativo.

Com exceção da carta a Paranaguá, não existe documento conhecido do marechal expondo mais miudamente os motivos das mágoas que lhe causavam as críticas. Na correspondência do Visconde de Inhaúma com Firmino, há, porém, cartas que mostram o estado de indignada revolta do marujo. Joaquim José Inácio fôra Ministro da Marinha do Gabinete de 2 de março, presidido por Caxias. Conhecedor da coragem e das qualidades militares do amigo, levava-o consigo Caxias para o Paraguai, confiando-lhe o comando das fôrças navais. Companheiro de armas, empenhados na mesma guerra, com formação militar idêntica, pertencendo ambos ao Partido Conservador, os sentimentos de um e de outro, na conjuntura, não podiam ser muito diferentes. E conseqüentemente suas reações. O almirante abria-se com Firmino sem subterfúgios. Chegava a criticar medidas relativas aos oficiais sob suas ordens e a queixar-se de não compartilhar das recompensas distribuídas. Diz em carta de Curupaiti, datada de 4 de

359. *Correio Mercantil*, de 3 de outubro de 1867.

junho de 1868: "Não tenho comando algum de que possa dispor: já pedi ao Sr. Ministro da Marinha que mandasse retirar daqui alguns oficiais, que têm obtido durante a campanha dois e mais postos, a fim de que se facilitem aos mais modernos as promoções e os comandos, habilitando-os também para os postos superiores, que não convém ser dados a oficiais sem prática. Se não tomar-se esta medida, ficarei aqui cheio de comendadores, que forçosamente serão feitos grãs-cruzes quando houver mais algum combate, e coronéis (capitães-de-mar-e-guerra) que não poderão passar a generais por não haver vaga na escala. É mesmo preciso que venha sangue novo. Os muitos premiados vão-se tornando uma espécie de generais de Napoleão; têm já aquilo a que podiam atingir, e por isso vão-se deixando afetar da nostalgia, moléstia que também tenho, apesar de me não ter tocado promoção nem condecoração, e que se me dá *ordem (ab alto)* para suportar. Goze o meu amigo perfeita saúde, e Deus o livre do Paraguai."

Ainda de Curupaiti, a 27 do mesmo mês de junho, o almirante, furioso com a imprensa, escrevia a Firmino com palavras rudes. A indignação estua em cada frase: "Aqui continuamos neste inferno cada vez mais insuportável pelos adventos de descomposturas que daí nos vêm. Só vendo-se é que se pode acreditar que o Brasil entregou a dois homens a desafronta do seu brio e pundonor nacional, que êstes dois homens têm dado uns poucos dias de glória à Nação, e que mais não fazem porque é-lhes humanamentè impossível fazer mais: entretanto consente-se que sejam êstes dois homens públicamente zurzidos como se fôsem infames cobardes e réprobos sem que a polícia imponha silêncio aos muito conhecidos e crapulosos foliculários que diãriamente os insultam, e lhes tiram o prestígio, sem o qual perderão tôda a fôrça moral entre os seus coman-

dados! Apesar de marinheiro, sei que coisa é liberdade; sei também que tem ela suas restrições, principalmente em tempo de guerra. Que idéia farão dos generais que a dirigem aquêles que fora do Brasil le-rem o que a seu respeito dizem *Diário do Povo*, *Messias*, etc.?! Digam o que quiserem os homens políticos, os diplomatas e todos os mais que *fingem* não fazer caso de descomposturas; cá por mim declaro que quando elas me tocam por casa, a minha vontade é largar amarra por mão, ir esconder-me na obscuridade da minha casa, e deixar que o diabo leve tudo para o seu santo reino, e que venha comandar a esquadra algum Subrá, ou outro que tal. Meu caro senador, desculpe-me; se não abro de quando em vez a válvula de expansão, arreberto.”

De Humaitá, no dia 11 de agosto, seis dias após a capitulação da guarnição da fortaleza, refugiada na Lagoa do Junco, outro relato de Inhaúma: “O triunfo de Humaitá foi seguido por outro materialmente muito importante, porque fêz perder ao inimigo mais de 2.000 dos seus, dos quais 1.327 prisioneiros, e os demais mortos. Entre os prisioneiros contam-se importantíssimos oficiais como o coronel Martínez e os capitães-de-fregata Cabral e Gil (êste primo de López). Além suicidou-se, temendo que a família pagasse pelo crime, que seria obrigado a cometer, mais tarde, ou mais cedo, de entregar a gigantesca praça de Humaitá! Hermoza morreu também num dos combates, corpo a corpo, da Lagoa. Depois da vitória do Chaco já nos abandonaram um reduto de duas praças, que tinham em frente ao nosso acampamento 2 de Maio. Agora tratamos do novo Estabelecimento ou Timbó, para que fique a margem direita limpa, poderemos ocupar Pilar, base das nossas futuras operações, e daí cair com tôda a fôrça sôbre o Tibiquari. Neste ponto, que a esquadra tem já

por diversas vêzes bombardeado, havia uma amarra feita de tocos de madeira de comprimento de 13 pés e três de circunferência ligados por manilhas de ferro feitas de trilhos de estrada. A esquadra, ou a corrente do rio, a arreventaram, e temos êsse elemento contra nós. O rio, porém, é que começa a conspirar a favor de nós, porque desce rapidamente; as nossas embarcações maiores só poderão ir ao Pilar, quando muito. Penso que o paquete de 15 levar-lhe-á notícia do abandono, ou tomada do Timbó, onde terminará um dos capítulos da nossa obra. O feito de armas do Chaco é um dos grandes acontecimentos da presente campanha: nêle figura o jovem Júlio de Noronha, que recomendei ao Govêrno na parte que lhe dirigi, e elogiei em ordem do dia. Pode fazer valer êsse serviço, que é relevante." E sôbre a ascensão dos conservadores ao poder, noticia que alegrara sumamente o comandante da esquadra, diz: "Felicito a V. Ex.^a pela subida de nossos amigos. Penso um pouco como o Sr. Visconde de São Vicente; mas enfim era tempo de moralizar êste pobre país. Nunca pensei que a degradação de costumes chegasse ao ponto a que chegou; se as coisas continuassem, era preciso riscar dos nossos dicionários as palavras *honra* e *dignidade*: devo algumas considerações ao Ministério que findou; mas como homem amante da verdade, e que deseja o bem dêste pobre país, não posso deixar de confessar que cõfrangia-me o coração por ver a ladroeira e o cinismo arvorados em sistema de Govêrno; era forçoso acabar com isto, ou riscarmos o Brasil da lista das Nações civilizadas. Deus ajude pois a nossa gente a reorganizar o país; a prática adquirida nos seus anos de adversidades deve ter-lhe servido muito: aproveite-a; o povo é dócil, e tirados os abutres do seu sangue, ama a probidade, e a justiça. Nós aqui iremos cumprindo a espinhosa missão que nos confiaram, tendo

ao menos os próximos oito meses para descansarmos das descomposturas.”

“As descomposturas...” Dois meses depois, a 11 de outubro, de Palmas do Paraguai, outra carta. O moral do almirante é outro. Ressombra confiança, otimismo. É o capitão devotado à peleja. Afronta com destemor a morte em navios de madeira, sob a metralha de Angostura. O fogo não o queimava como as “descomposturas” da retaguarda: “Não respondi pelo *Isabel* a estimada de V. Ex.^a datada de 6 do passado, porque mal tive tempo de mandar por aquêlê navio minha correspondência oficial, que um pouco se ia atrasando. A esquadra tem tido nesta última quinzena um *fervet opus*, e o bem do serviço tem exigido que seu velho chefe ande também fazendo filistrias em navios de madeira por debaixo dos afiados dentes de Angostura. Os navios de madeira caíram quase em desuso; é necessário que nós, os que a bordo dêles aprendemos aquilo que sabemos, não nos esqueçamos de reabilitá-los, tanto mais porque vai-se formando uma opinião de que só com encouraçados se faz calar baterias de terra. Esta opinião é um tanto ou quanto partilhada por mim, porém no 1.º dêste mês tinha à distância de meia milha de mim três navios, sendo dois das primeiras potências navais do mundo, e... *noblesse oblige*..., o pavilhão auriverde não ficou mal; dei e levei; mas o *Belmonte*, navio de madeira, mostrou para quanto prestavam seus cachorros de proa. Estamos novamente de Chaos! Se Deus fôr por nós, será o diabo pelo López. A coisa está para breve.”



Pelas reações de Inhaúma se poderá aquilatar quais seriam as de Caxias. O marechal, mais do que o

almirante, tinha motivos para desconfiar da convivência do Gabinete. Os antecedentes de suas relações com o Presidente do Conselho de Ministros, de quem havia recebido tantos agravos, a isso o conduziam. O procedimento de Zacarias, após retirar-se do Ministério, viria confirmar a suposição.

Zacarias fôra o autor da queda do Gabinete de 2 de março. Ferreira Caxias cruelmente nas discussões parlamentares. Por ocasião da guerra, seus correligionários não lhe confiaram o comando por motivos políticos. Nem sequer se cumprimentavam os dois. A nomeação para a chefia das forças não fôra livre escolha do Presidente do Conselho, mas imposição nacional. E qual a conduta de Zacarias depois que saiu do Governo? Responde Joaquim Nabuco: "Desde que deixa o Gabinete, Zacarias torna-se um censor infatigável de Caxias e da direção que êste imprime à guerra." ³⁶⁰ Censor só? Em três artigos sucessivos, publicados no *Jornal do Comércio*, após o regresso de Caxias, enfermo, à Côrte, faz-lhe as mais duras acusações. Condição-as com o tempêro habitual: o sarcasmo. Procura desacreditar o chefe vitorioso. Tenta diminuir-lhe a glória conquistada. Quer transferir os méritos do triunfo para o Conde d'Eu. O despeito guiava a pena do chefe progressista. Lendo-se, hoje, as verrinas subscritas pelo ex-Presidente do Conselho, tem-se a impressão, tanto transbordam de rancor, que fôra simples trégua ditada pela conveniência, o período em que seu Gabinete aproveitara os serviços do general. Hiato, de onde vez por outra surtia flecha envenenada na imprensa amiga dos donos da situação, para ir ferir os brios do comandante-chefe.

360. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 2º, pág. 75.

As catilinárias feriam sempre dois pontos: a ordem do dia dando por terminada a guerra e a retirada do general do Paraguai. Levado pelo ímpeto orgulhoso, Zacarias esquece as conveniências. A propósito da proclamação de 21 de dezembro, em que Caxias conclamava os soldados a marcharem para o combate, assegurando-lhes a vitória, "porque o general e amigo que vos guia ainda não foi vencido", motejava: "Explosão de falta de modéstia sem exemplo em documento dessa ordem! Do alto daquelas pirâmides 40 séculos *nos*³⁶¹ contemplam, dizia Napoleão ocultando nesse *nós* o eu, que o general brasileiro isola e põe em relevo, dando-se a si próprio o qualificativo de invicto! Como se *invicto* não fôsse também aquêlê que nunca venceu, ou como se *vencido* fôsse sinônimo de general mediano ou covarde. Há generais que nunca foram vencidos, mas também nunca sentiram cheiro de pólvora, entretanto que Napoleão, vencido e revencido, pagou no rochedo de Santa Helena os desatinos e temeridades de sua política sem deixar de ser o primeiro capitão de seu tempo."

Da proclamação visando a infundir nos soldados a confiança na vitória, se destacava um vocábulo para fazer crer imenso orgulho do general, que sempre se destacara, ao contrário, pela modéstia. Zacarias, na sessão do Senado de 18 de julho de 1870, ao referir-se a essa ordem do dia, recebeu do Duque de Caxias aparte expressivo na sua singeleza: "Foi uma estratégia de guerra."³⁶² Buscando nas comparações históricas, em que excelia, marear os louros do adversário, prosseguia: "A imprensa conservadora da Côrte que o saudou como distinto entre os grandes generais do

361. Erro histórico de ZACARIAS. Napoleão não disse: "*nos* contemplam", mas "*vos* contemplam".

362. *Anais do Senado*, 1870, tomo II, pág. 121.

•

mundo, e nomeadamente Cipião, esquecida de que se o nosso general é Cipião, López é Aníbal, com a diferença de que o Cipião africano venceu cabalmente o Aníbal cartaginês, deixando-o (no dizer de Plutarco) vivo como uma ave que a velhice despojou das penas e a que se conserva a vida sem perigo, ao passo que o Cipião brasileiro retirou-se dando a guerra por acabada, mas deixando o Aníbal guarani como ave de rapina bem empenada e prestes a exercer contra os aliados as suas garras. O povo-rei por certo não lhe decretaria triunfos.”

Ia mais longe. Armava a intriga entre os próprios militares: “O Ministério de 16 de julho enfim, que referendasse um decreto singular conferindo medalha de mérito militar ao nobre Marquês de Caxias, por *bravura distinta*, e ao mesmo tempo outro decreto *tibi quoque*, conferindo-a a Osório e a Argolo, de envôlta com um grande número de oficiais, *por atos de reiterada bravura*. De maneira que Osório e Argolo, Osório principalmente, não praticaram atos de bravura distinta, mas simplesmente atos de reiterada bravura! Assim se escreve a história, assim se remuneraram os serviços prestados ao país.”³⁶³

Não era tudo. Ao ato que exonerava Caxias do comando-chefe de tôdas as fôrças, e que o louvara pelos relevantes serviços prestados, explode: “*Louvando-o pelos serviços que prestou!* Pois ainda mais louvores do que tantos recebidos, do que os simbolizados na medalha e no título eminente de duque, forjado ou prestes a sê-lo? Ainda no vaso das complacências cabia mais esta gôta?”³⁶⁴

• • •

363. *Jornal do Comércio*, de 3 de março de 1869.

364. *Jornal do Comércio*, de 30 de março de 1869.

Assim iam as coisas dentro de casa. Fora não haviam ido melhores. Elisée Reclus, sanhudo, voltara à carga na *Revue des Deux Mondes*. No número de dezembro de 1867 furiosamente nos agredia. Chama Caxias de "*l'ancien adversaire de Garibaldi*",³⁶⁵ procurando, assim, mover as antipatias do mundo contra o nosso general. Fazendo o exame da situação após Tuiuti, afirma não se ter ela modificado, aduzindo "*le grand empire brésilien reste toujours impuissant contre ce petit pays du Paraguay, dont la population égale à peine celle de deux départements français*". Chamamos "*le jeune empire que se donnait à lui-même le non de "géant de l'Amérique du Sud"*".³⁶⁶ A admirável resistência dos paraguaios — diz êle — revela que não poderiam ser comandados por um déspota, porque tiravam sua fôrça do espírito nacional. Não quis lembrar-se que o povo paraguaio depunha na mão do chefe, por hábito velho, tôda a vontade, dobrado, por várias gerações, à obediência, pelos Jesuítas, pelo Doutor Francia, por D. Carlos López. Declara: "Os hispano-guaranis não querem por preço algum se deixar sujeitar por esta raça portugueza que êles combatem há três séculos, e que tenta agora conquistar seu território por escravos."³⁶⁷

Curiosa é a sua versão da conversa havida entre López e Mitre. Depois da tomada de Curuzu — escreve o geógrafo — López fêz uma tentativa de reconciliação. A 4 de setembro um parlamentar levando a bandeira branca saiu das linhas de Curupaiti para convidar o general Mitre a uma entrevista pessoal com o Presidente do Paraguai. Mitre, contra o parecer de Poli-

365. ELISÉE RECLUS, *Revue des Deux Mondes*, 15 de dezembro de 1867, pág. 938.

366. *Idem*, pág. 935.

367. *Idem*, pág. 957.

doro, aceita. No dia seguinte tem lugar a entrevista, nos bosques de palmeiras de Iatatai-Cora. Trataram-se com cortesia e gravidade, mas o resultado das palavras trocadas foi que os exércitos continuariam a se entredogolarem. “Segundo diversas informações obtidas sôbre a conversação dos dois generais em chefe, parece que López se empenhou sobretudo em demonstrar como era funesta e deplorável para a República de Buenos Aires essa aliança concluída *“avec l’empire esclavagiste du Brésil”* contra uma República irmã tendo a mesma origem, a mesma história, os mesmos interesses. Fala do escândalo a que a aliança tinha dado lugar em todo Novo Mundo, e relembra o protesto solene que o Peru vinha de lançar em nome da maior parte das Repúblicas hispano-americanas. Além disso, êle se declarava pronto a fazer aos argentinos tôdas as concessões compatíveis com a honra do Paraguai, uma vez que a aliança com o Brasil fôsse rompida. A êste preço, êle se encarregaria de ser o campeão de tôda a América espanhola e de triunfar *“à lui seul de l’ennemi héritaire”*. Sem dúvida o general Mitre devia compreender essa verdade tão evidente, ou seja que, aliando-se para *“une guerre de conquête avec l’empire brésilien”*, havia traído os interesses de tôdas as Repúblicas americanas; mas êle ficou na defensiva alegando os têrmos do Tratado da Tríplice Aliança, e declarou que a paz não seria concluída enquanto não fôsse vencido o Paraguai, e seu Presidente exilado.”³⁶⁸

A lealdade de Mitre aos compromissos assumidos saiu ilesa. Recusou negar fé aos têrmos do Tratado da Tríplice Aliança.

A *Revue des Deux Mondes*, pouco mais de um ano depois, a 15 de fevereiro de 1870, publica longo artigo

368. *Idem*, pág. 936.

sob o título *Don López et la Guerre du Paraguay*, da autoria de Xavier Raymond. A par de inexatidões e parcialidades das apreciações no tocante à guerra, o escritor tenta obscurecer o mérito de Caxias. Eram as nossas divergências internas, as nossas querelas partidárias, traduzidas em francês...

O apanhado do primeiro período da guerra é escrito com a justiça que Reclus não fêz. A narrativa de Raymond sôbre o período subsequente, a cargo de Caxias, é parcialíssima. Ao general Mitre atribui as palmas pelo movimento de flanco que estendeu a linha sitiante de Tuiuti a Tuiu-Cuê. É ligeiríssima a referência à passagem do Chaco. Censura a não perseguição de López depois da batalha de Lomas Valentinas e a falta de golpes decisivos depois de Humaitá. Um trecho do artigo parece versão de escritos de Zacarias: *“Peut-être, s'étant emparé du cours du fleuve et de tous les points fortifiés par l'ennemi, ayant détruit et dissipé son armée, ayant pris ou anéanti la plus grande partie de son matériel, le maréchal Caxias était-il convaincu que la guerre était finie. Toujours est-il qu'il s'empressa de la proclamer par un ordre du jour rendu public, et que, se contentant de faire une entrée solennelle à l'Assomption (2 janvier 1869), il s'embarqua pour Rio sans même attendre l'autorisation de son gouvernement.”* Revelando a fonte de suas informações, acrescenta: *“Si le maréchal Caxias s'attendait à être accueilli comme un triomphateur, il fût bien déçu lorsqu'il débarqua, le 11 février 1869, à Rio de Janeiro. L'opinion, et elle ne se trompait pas, refusait de croire que la guerre fût en effet terminée. Le bon-sens général se rendait bien compte qu'après tout, et malgré tant de victoires, on était seulement maître du cours*

du fleuve, que l'intérieur du pays n'était ni occupé, ni même entamé..." 369

Onde se evidencia que o escritor francês fazia o jôgo dos que, ao mérito de Caxias, contrapunham o do Conde d'Eu, é quando sustenta que o príncipe solicitara com instância, desde o início das hostilidades, ser enviado ao Paraguai, e que só não fôra êle atendido em vista do seu liberalismo francamente pronunciado e de seus sentimentos abolicionistas. Diz: "*Quoi qu'il en soit, lorsqu'on eût besoin de lui, on le trouva prêt.*" 370

Aqui está a chave das razões do jornalista da *Revue des Deux Mondes*. Essas razões coincidiam com os interêsses dos oposicionistas, embora por motivos diversos. A êstes, por questões políticas internas, não convinha o reconhecimento dos merecimentos militares de Caxias, chefe conservador. Ao francês seduzia reivindicar para um príncipe de França as glórias maiores da guerra. O intuito do escritor estrangeiro se evidencia logo no primeiro período com que abre o artigo: "*La lutte sanglante qui depuis cinq ans désole les rives du Paraguay semble terminée, les derniers succès obtenus par M. le comte d'Eu paraissent être définitifs.*" 371

É conhecida a animadversão de Gastão de Orléans aos generais brasileiros e particularmente a Caxias. Ao pai, Duque de Nemours, chegara a referir-se, em carta, a "*nullité des généraux*", estendendo seu desprêzo também aos civis. Sôbre Caxias escreve: "*..... se croyant un grand homme de guerre.....*" Chega mesmo a

369. XAVIER RAYMOND, *Revue des Deux Mondes*, 15 de fevereiro de 1879, pág. 1019.

370. *Idem*, pág. 1020.

371. *Idem*, pág. 988.

apontá-lo como “moroso, inativo, ignorante, sem imaginação, e até covarde”.³⁷²

A metralha que varria a ponte de Itororó era bem mais leve de suportar do que o fogo cruzado de despeitos pessoais e ressentimentos partidários. Quebrada a espinha dorsal do inimigo pelas punhadas que lhe assentara Caxias, aniquilando-o, restaria ao feliz espôso da Princesa Imperial a operação de limpeza das Cordilheiras, onde o destroçado López se arrastava. Para levá-la a cabo conformava-se o conde “com os conselhos de um paisano de talento e bom-senso — o futuro Visconde do Rio Branco.....”³⁷³



Incumbe-se Firmino de fazer a defesa de Caxias. Fá-lo de modo completo, analisando a atuação do general na guerra. Minucioso é o artigo que publica no *Jornal do Comércio* com o título *A Revista dos Dois Mundos e a Guerra do Paraguai*. Rebate as inexactidões de Xavier Raymond. Demonstra os erros em que incorrera. Aponta os episódios culminantes da ação. Mostra que a vitória fôra obra da bravura dos generais e da coragem do soldado brasileiro, sobretudo do gênio militar do marechal, que, em operações como a da passagem do Chaco, se sagrou dos maiores capitães de seu tempo, “a primeira das nossas glórias militares”. Enfrenta a intriga em que porfiavam os que pretendiam cõtrapor Caxias a outros generais. “O mérito de tão distinto cabo-de-guerra” — escreve Firmino — “não é nem pode ser deslumbrado pelo de nenhum dos illus-

372. ALBERTO RANGEL, *Gastão de Orléans* [apud AFONSO DE CARVALHO, *ob. cit.*, pág. 211].

373. AFONSO DE CARVALHO, *ob. cit.*, pág. 211.

tres generais que com êle serviram na campanha do Paraguai. Pelo contrário, mais se exalta e fulgura com os encarecimentos, por mais sublimados, dos feitos que praticaram, dignos sem dúvida de subidos elogios. Os cimos culminantes das cordilheiras não se rebaixam, por elevados que sejam aquêles que os rodeiam.”

Sem poder adivinhar que o artigo iria provocar o maior debate no Senado do Império sôbre a guerra do Paraguai, assim o termina: “Enquanto os admiradores, por convicção ou cálculo político, de qualquer de nossos mais distintos cabos de guerra, principiam sempre por menosprezar a capacidade militar do ínclito Duque de Caxias, os admiradores sinceros de S. Ex.^a nunca fizemos a menor exprobração aos heróicos companheiros de seus triunfos, pois antes de sermos homens de partido, somos brasileiros. Nunca acreditamos que as glórias alcançadas por um general em luta com o estrangeiro pudessem ser consideradas glórias de partido, mas da Nação. Se acaso a derrota nos compelis-se a aceitar a lei do vencedor, recairia a ignomínia sôbre todos; a todos se nos incendiariam de rubor as faces. Que partido ousaria jamais erguer o colo altivo no seio da Pátria envilecida? Mercê de Deus, venceu o Brasil, venceu a Pátria. Regozijemo-nos, ufanemo-nos todos por vitórias tão assinaladas. Cinja de louros a gratidão nacional, sem distinção de partidos, a fronte dos bravos que elevaram o pendão auriverde à altura, onde pode ser visto e aplaudido de todo o mundo. O exército brasileiro executou os planos, cumpriu as ordens do general que o guiou nas grandes batalhas em que sucumbiram o poder e o orgulho de López. Se êsse general não é um herói, se não reúne em si os predicados distintivos dos grandes capitães, o inimigo não era de temer nem por si nem pelos acidentes do terreno

que defendia; os reveses sofridos no Mato Grosso, em Curupaiti, a invasão do Rio Grande do Sul, só provam pusilanimidade de nossa parte; as dificuldades e perigos da campanha são imaginários; a glória do Brasil e das Nações aliadas não passa de mera fantasmagoria. Serão exatas estas conclusões? Não, decerto. Pois bem, sejamos lógicos e seremos justos. A fôrça dos Estados, diz Frederico Grande, consiste nos grandes homens que a natureza faz nascer a propósito. Em vez da natureza, diremos a Divina Providência." ³⁷⁴

O artigo foi transcrito, em cursivo perfeito, para um livro a que se pôs capa de prata com bordaduras em relêvo a ouro, ostentando no frontespício o brasão do duque. Assinaram-no inúmeros militares e amigos. Em primeiro lugar assinou Firmino. Foi ofertado à Duquesa de Caxias. ³⁷⁵

A defesa havia agradado aos conservadores. Exasperara, porém, a oposição. Zacarias, surpreendentemente, transpõe para o recinto do Senado aquela discussão da imprensa. Na sessão de 7 de julho de 1870 assume a tribuna e faz o elogio do artigo de Xavier Raymond. Diz que está plenamente de acôrdo com as suas considerações sôbre a guerra. Cai sôbre o escrito de Firmino, a que desdenhosamente dá o nome de apologia. O libelo de Raymond e a defesa de Firmino constituem o dorso da oração que profere contra o

374. FIRMINO RODRIGUES SILVA, *Jornal do Comércio*, de 22 de junho de 1870.

375. Pertence ao Museu Mariano Procópio. Diz a oferta: À Ex.^{ma} Sr.^a Duquesa de Caxias, oferecem os Officiais do Exército, da Guarda Nacional, Voluntários da Pátria e outros amigos, como tributo de respeito e reconhecimento pelos serviços prestados no Paraguai pelo Ex.^{mo} Sr. Marechal do Exército Duque de Caxias — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1870.

duque, sempre procurando minimizar seu papel como comandante das forças, imputando-lhe erros que não cometeu. Levando o assunto para o Senado, Zacarias obedecia a razões táticas: fugia à polêmica jornalística, em que não poderia competir com Firmino, e deslocava a discussão para o campo em que era mestre, o campo em que dificilmente o jornalista, arredio da tribuna, ousaria enfrentá-lo, e se o ousasse, seria esmagado.

Nenhuma parcialidade — proclama no Senado — se poderia inculcar ao escritor francês. O Conde d'Eu foi “aquêlê que guiou os brasileiros à vitória final”. Ao fazer a afirmativa, recebe de Firmino um aparte, que a taquigrafia não registrou. Friamente, com calculada perversidade, sardônico, deixa cair o desafio maldoso e premeditado, contendo, como de sua técnica, a infalível comparação histórico-depreciativa:

“O SR. ZACARIAS: Peço ao nobre senador por Minas Gerais que se resolva a subir à tribuna, e me deixar livre o fio de minhas observações; estimarei que o honrado senador tome a palavra em tempo, mas não me interrompa.

O Sr. Firmino: Dei o aparte com o mesmo direito com que V. Ex.^a os dá a todos os outros nesta Casa.

O SR. ZACARIAS: Sr. Presidente, não pense o nobre senador que o julgo incapaz de ocupar a tribuna; é engano em que se acha; aqui também já o ouvi falar. Espero que o nobre senador tome parte no debate, e será fortuna que o Senado o ouça de vez em quando, porque os seus discursos hão de ser tão bons como os que referi. A história parlamentar da Inglaterra aponta o exemplo de Hamilton que, tratando-se uma vez de um assunto grave, pediu a palavra, não o tendo feito jamais até então, e proferiu um discurso tão bri-

lhante que eclipsou todos os oradores, excetuando apenas o primeiro Pitt. E foi tal a impressão desse discurso, que êle mesmo nunca mais falou naquela Câmara, tendo estado ali 40 anos, e só veio a recuperar a palavra no Parlamento da Irlanda. A razão que se dava de tal silêncio era o mêdo de perder a reputação ganha com o seu único discurso. O nobre senador por Minas não está, porém, nesse caso; já discutiu muito bem uma questão com o aplauso de seus amigos, com o meu próprio aplauso na Câmara dos Deputados, creio que em 1856, e aqui já usou da palavra; portanto, peça a palavra, discuta, mas deixe-me, por ora, plena liberdade de falar; nem os seus apartes cabem enquanto não travarmos discussão.”³⁷⁶

Firmino não havia, pròpriamente, discursado no Senado. Na sessão de 14 de setembro de 1866 fizera simples protesto contra a eliminação, em Itajubá, de 300 e tantos cidadãos das listas de eleitores, verberando os juizes que não quiseram dar andamento no recurso dos prejudicados. A isso Zacarias chamava discurso... “Satanás com o hábito de capuchinho” pusera “de fora o pé de cabra e a ponta da cauda”. E ria-se da própria maldade.

Perante o Senado Firmino era desafiado pelo mais temido orador da época para vir enfrentá-lo na arena, onde não tinha competidor.

376. *Anais do Senado*, 1870, tomo II, pág. 30.

CAPÍTULO XVIII

"É a voz de um povo inteiro, de teus filhos
Que pressurosos correm a saudar-te."

O grande discurso de Firmino. Defesa da atuação de Caxias na guerra do Paraguai. O trôco às perfídias de Zacarias. Intriga dos que queriam atribuir ao Conde d'Eu as glórias da vitória. Ainda a REVUE DES DEUX MONDES. Contra-ataque aos liberais na pessoa de Nabuco.

Muito antes da hora de abertura da sessão do Senado no dia 13 de julho de 1870, já haviam chegado vários senadores. Bom Retiro, Cotegipe, Jobim, Caxias, Três Barras, Saião Lobato, São Lourenço, Camaragibe, Sapucaí, Muritiba, Itaboraí, foram dos primeiros. Amigos de Firmino apressaram-se para assistir à abertura da sessão em que êle, aceitando o desafio de Zacarias, iria assomar à tribuna do Senado.

Quando se levantou para falar, o Senado estava repleto, trinta e sete senadores presentes. Sob a presidência de Abaeté, austero, grave, silêncio completo. Cortando-o, a voz do jornalista souou clara, incisiva, fria: "Nunca pensei, Sr. Presidente, tivesse de responder no Senado por opiniões manifestadas na imprensa,

embora firmadas com meu nome. Nunca pensei fôsem elas trazidas à momentosa discussão do voto de graças, para sofrerem a mais severa análise em defesa de várias proposições, cuja exatidão contestei, expendidas por um escritor estrangeiro na *Revista dos Dois Mundos*. Tão contrário aos estilos parlamentares me parece êsse procedimento, que teria por impossível vê-lo realizado nesta tribuna. Se um momento sequer o supusesse possível, permita V. Ex.^a diga com tôda franqueza, não assinaria o artigo tão mal-apreciado pelo nobre senador que encetou o debate. E a razão é óbvia. Não tenho o talento da palavra (*Não apoiados*), falta-me o hábito da tribuna. Não me acostumei a pensar falando, predicado essencial, indispensável ao orador, como diz Thiers, mas a pensar escrevendo. Não fui eu quem escolheu a arena e as armas da contenda; mas o escritor estrangeiro, cujas apreciações contestei. Como êle exhibisse seu nome, não podia ocultar o meu. Entendi que assim praticava um ato de lealdade (*Apoiados*). Não devia atacar, envôlto nas sombras do anônimo, a quem entrava na arena de viseira erguida à luz do sol. Além disso queria tomar, perante meus concidadãos, tôda responsabilidade de meus juízos, expressão sincera de minha consciência esclarecida pelo conhecimento dos fatos. O paladino dos informantes da *Revista dos Dois Mundos* procedeu de modo diverso. Mudou a área da controvérsia. Não lhe falecem os meios de luta e com vantagem na imprensa, pois, é sabido, dissera êle, logo após a ascensão do 16 de julho, que para dar cabo dêste Ministério bastavam apenas seus *entrelinhados* do *Jornal do Comércio*; tanta era a confiança que depositava em sua maestria e proficiência! Seu intento era indubitavelmente outro. Acreditava que eu fugiria espavorido ante a estratégia de sua palavra, como López em Lomas Valentinas. O discurso proferido pelo nobre senador não pode ter ou-

tra explicação. Se S. Ex.^a estivesse convencido da exactidão dos fatos e procedência das apreciações que refutei na imprensa, sem dúvida alguma se apressaria a esmagar-me ali com tóda a fôrça de suas convicções, auxiliada pelos recursos de que dispõe. Ele que trouxe a questão para as discussões do Senado, a despeito dos estilos parlamentares, é porque não contava que eu lhe respondesse. Compreende o Senado os apuros de tão dura colisão. Ou deixaria de responder-lhe por faltarem-me os requisitos necessários...

O Sr. Duque de Caxias: Não apoiado.

O SR. FIRMINO: — ... para lutar com vantagem nesta arena, e do meu silêncio concluiria o nobre senador a justiça de sua causa, o poder irresistível de sua palavra; ou me animaria a subir à tribuna, expondo-me a grande fiasco no meio de hilaridade prolongada, a que lhe valeria talvez nova ovação capitolina à porta do Senado. Tendo de tomar um partido, preferi o do cumprimento do dever, da dignidade pessoal, deixando à margem tódas as considerações de amor-próprio. Cumprir o dever é uma obrigação moral a que todos somos forçados; o modo depende de circunstâncias muitas vêzes alheias à nossa vontade; nem sempre os meios de ação que possuímos estão na altura de nossos desejos. “Cada qual enterra seu pai como pode” — diz um adágio muito conhecido; mas todos somos obrigados a cumprir êsse dever filial. Peço, portanto, a V. Ex.^a, e a todo o Senado me animem e protejam com sua indulgência, com tóda a indulgência que me puderem dispensar. Reconheço minha insuficiência; pedi a palavra impellido unicamente por um dever, a cujo cumprimento não posso esquivar-me.”

O exórdio, elegante, prenunciava luta. Defende-se da acusação de injusto com o escritor francês. A apreciação do primeiro período da guerra só lhe mere-

cera encômios, mas: "A confiança e boa-fé aludidas só podem ter aplicação ao Sr. Xavier Raymond, e o abuso operado pela leviandade, pela malignidade ou pela ignorância dos fatos, não pode ser atribuído senão às pessoas que se incumbiram de ministrar-lhe informações. O Senado está agora mais que muito habilitado para avaliar a parte que à verdade cabe em censura tão inqualificável, e certo concordará comigo que o nobre senador se não animaria a fazê-la se contasse com uma resposta como a que acabo de dar. No intuito, não de justificar, pretensão impossível, mas de escusar ao menos a resolução de tomar-me contas no Senado do que eu escrevi em um diário desta Côrte, como se lhe fôra vedado recorrer à imprensa, alegou a necessidade de defender-se, porque seu nome fôra injustissimamente trazido à questão, bem como o Partido Liberal; entretanto não provou nenhuma destas alegações. Referi apenas os fatos como haviam acontecido. Se daí resultou a condenação do procedimento de quem quer que seja, a culpa não é minha. O nobre senador argüiu-me de haver escrito inexatidões relativas à guerra e ao Ministério de que fizera parte. Porque discorreu largamente sôbre êstes assuntos, julgou ter logrado seu intento, provado o que alegara, quando apenas criou nos ânimos sinceros e desprevenidos a convicção íntima de ter provado justamente o contrário do que pretendia, isto é, que não escrevi senão a verdade e só a verdade. A primeira inexatidão que exprobrei à *Revista dos Dois Mundos* ressalta da seguinte proposição: "Ao regressar de Buenos Aires, o general Mitre tomara à frente de 30.000 homens a direção de Tuiu-Cuê, deixando 12 ou 13.000 em Tuiuti." É isso falso ou não é? Quem há aí que não saiba ter o general Mitre regressado ao Paraguai no dia 30 de julho? O movimento de flanco que estendeu a linha sitiante de Tuiuti a Tuiu-Cuê foi operado no dia 22. Quando o ilustre

ex-Presidente da República chegou a este último ponto, onde assumiu o comando em chefe dos exércitos aliados, já aquêlê movimento estava concluído. Esta é a pura verdade. Mas, pondera o nobre senador, é mal cabida a censura, porquanto declara em outra parte o Sr. Raymond que o Marechal Caxias dirigira com mérito real o movimento que levou a Tairi o general Barreto. Observação improcedente, conclusão infundada. O movimento de Tuiuti a Tuiu-Cuê foi capitaneado pelo Sr. Duque de Caxias, e não pelo Sr. General Mitre, como assevera o escritor da *Revista*, e porque afirma depois o mesmo escritor que o general brasileiro, entregue o comando em chefe, dirigira com mérito real uma operação secundária, pois não era senão a continuação daquêlê movimento, segue-se que foi fiel à verdade na exposição do fato contestado e merece a censura de injusto e parcial quem argüiu de inexata a exposição? O Sr. Xavier Raymond, quando falo dêste escritor é sempre com referência aos seus informantes...

O Sr. Zacarias: É então um testa-de-ferro?

O Sr. FIRMINO: Oh! senhores, o que quer isto dizer? Entrego o aparte do nobre senador à apreciação do bom-senso do Senado. Pois um escritor estrangeiro, que não tem conhecimento das coisas de nosso país, cujas opiniões assentam em informações coligidas por outrem, pode ser razoavelmente considerado testa-de-ferro, por expendê-las na persuasão de haver obtido esclarecimentos completos e imparciais? Só quem se acha em condições diversas, inteirado por si mesmo dos fatos, habilitado a discriminar os verdadeiros dos falsos, a colhêr todos os dados precisos, só êste pode formar com seguridade juízos seus, não subordinados a opiniões alheias. O próprio artigo da *Revista dos Dois Mundos* sôbre a guerra do Paraguai prova que seu autor não se achava neste caso."



Fluía-lhe fácil e escorreita a palavra. Desfeito o acanhamento, relanceava o olhar pelo recinto e via seus pares atentos, ouvindo-o com interêsse, não destituído de surpêsa: “Antes de prosseguir, lembrarei ao nobre senador pela província da Bahia uma promessa que me fêz. Muito desejoso se mostrava S. Ex.^a que eu tomasse parte nas discussões, sem dúvida com o fim de mais ostentar a fôrça de sua palavra, esmagando-me, e, para animar-me a satisfazer seus desejos, asseverou que nunca me interromperia com apartes. Entretanto, note V. Ex.^a, como êle já principia a cumprir sua promessa. O nobre senador censura muito os apartes, e ninguém os dá mais do que êle. Uma vez teve a êsse respeito felicíssima inspiração, levantou um princípio muito curioso: disse — “quem não fala, não dá aparte”. A razão diz o contrário. O orador toma notas e responde depois; quem não possui o talento da palavra nem por isso deve considerar-se inibido de retificar em apartes um ou outro fato, de reclamar contra proposições inexatas. Reatando o fio do meu discurso, observarei ainda que o Sr. Xavier Raymond não podia confundir o movimento de flanco de Tuiu-Cuê, com a operação que deu em resultado a posse de Tairi, pois cairia em flagrante contradição, declarando em uma parte que êsse movimento fôra dirigido pelo Sr. Mitre e em outra pelo Sr. Duque de Caxias. A questão da iniciativa ou concepção daquela insigne operação militar, não foi suscitada pelo ilustre escritor da imprensa européa. Fui eu quem a levantou para render justiça devida às glórias militares do Império, afirmando que essa iniciativa era devida ao general brasileiro. Também fui contestado neste ponto. Entende o nobre senador pela província da Bahia que dessa evolução estratégica nenhuma glória podia resultar a quem a concebeu e dirigiu, porque em uma conferência do general brasileiro com o general argentino sôbre planos de campanha, de-

monstrando aquêlê a necessidade dessa importantíssima evolução, respondeu êste que também pensava assim. E desta resposta de um general tão distinto e ilustrado, como o Sr. Mitre, deduziu S. Ex.^a a conclusão muito singular que, sendo a coisa tão natural, qualquer a podia conceber sem ser Aníbal ou César. O movimento de flanco de Tuiu-Cuê foi uma operação militar de grande alcance, a primeira e capital do plano estratégico destinado a tomar Humaitá à viva fôrça, ou de isolar essa praça, aniquilando as fortificações de que era a chave, a fim de obrigar o inimigo a render-se como de fato aconteceu. A imprensa do Rio da Prata teceu-lhe os maiores elogios, bem como todos os espíritos sensatos e refletidos que no Império e fora do Império examinaram acuradamente as operações da guerra do Paraguai. Quando o nobre senador por Goiás observou que o movimento fôra estéril, ou antes, como depois explicou seu pensamento, fôra esterilizado, se a memória não me falha, por falta de cooperação da esquadra, o próprio senador pela Bahia elogiou essa operação considerando-a de grande alcance, pois levou os exércitos aliados a Tagi, ponto estratégico de suma importância. Mas disse-se: “Referiu o escritor estrangeiro que foi o Sr. Duque de Caxias quem comandou em Monte Caseros o contingente brasileiro.” Feita esta citação, exclamou o nobre senador: “Como, pois, censurais de parcial a êsse ilustre escritor se até atribui ao nobre senador pelo Rio Grande do Sul um mérito que lhe não era devido, o de ter comandado o contingente brasileiro na batalha de Monte Caseros, quando êsse contingente foi comandado por outro general, pelo Sr. Conde de Pôrto Alegre?” Eis aí uma compensação do que disse quanto à direção do movimento de flanco de Tuiu-Cuê. Não vejo, não compreendo, não sei onde está a compensação. Duas inexatidões não fazem uma certeza, nem duas falsidades podem ser iguais a uma

verdade. Ainda nesse ponto faltou-se ao Sr. Duque de Caxias com a merecida justiça; tiraram-lhe o mais para lhe darem o menos.”



Examina, desde suas origens, os reflexos da política do ditador Rosas, da luta que se seguiu, do papel que na organização do exército brasileiro e planejamento das operações tivera Caxias. Retomando o fio das considerações sobre a publicação estrangeira, aborda o momento épico da passagem do Chaco: “Além das inexactidões patentes e explícitas do artigo aludido da *Revista dos Dois Mundos*, há outras que ressumbram de omissões verdadeiramente inqualificáveis. É o que acontece acêrca da passagem do Chaco e combates de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. É impossível, Sr. Presidente, que um escritor, inteirado exata e cabalmente dos fatos e suas circunstâncias, se limitasse, quando teve de descrever o período mais importante da segunda fase da guerra, a referir o seguinte: “O exército brasileiro, tendo-se dirigido *par la route du Grand Chaco*, na margem direita do Paraguai, atravessou o rio no lugar denominado Santo Antônio, atacou os postos avançados de Vileta no dia 5 de dezembro, e travou uma série de combates sanguinolentos até o dia 27.” Se o Sr. Xavier Raymond não se cingisse unicamente às informações recebidas, se dispusesse de outros elementos de convicção, certo não ficaria a verdade oculta nas trevas da omissão; os fatos seriam narrados com a sua importância característica. Nada ocorreu em tôda a guerra do Paraguai, de mais notável, transcendente, extraordinário e honroso ao nome brasileiro do que as gloriosas batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, e mais que tudo a passagem do Chaco. Nada conheço na história das temeridades da

guerra que lhe seja superior. Pois, o denodado general que tomou a si a responsabilidade tremenda de expor nosso Exército a submergir-se inteiro, cavalo e cavaleiro, nessa região de tremedais, e efetuou a marcha memoranda considerada por López tão impossível que não lhe opôs o menor obstáculo; de que zombava a própria Lynch, enquanto declarava que havia só um Aníbal, e que Resquin qualificou de *golpe mortal no Exército paraguaio*, pois não é êsse general digno dos maiores elogios, elogios que se traduzem em honra do Brasil, de nossa pátria? Oh! meus senhores, nunca minha alma de brasileiro sentiu emoções mais ardentes, mais caras, mais nobres e elevadas que à notícia das esplêndidas vitórias do mês de dezembro, o mês do Império: 1.º de dezembro de 1640; 2 de dezembro de 1825; 6, 11 e 27 de dezembro de 1868.

O Sr. Cunha Figueiredo: Todos nós sentimos isto.

O SR. FIRMINO: Sem dúvida, creio muito. Não foi possível conter-me à vista da narração infiel dos sucessos tão gloriosos ao meu país, e tratei de restabelecer a verdade dos fatos, fazendo justiça a quem era devida, tecendo os merecidos encômios não só ao Sr. Duque de Caxias, como a todos os generais sob seu comando, ao Exército e Armada, que a todos cabe quinhão das glórias para que todos concorreram. O bom êxito dos planos de campanha, por mais bem concebidos que sejam, depende essencialmente de sua execução, da perícia e bravura no cumprimento das ordens recebidas. Estou intimamente persuadido que nós, brasileiros, não pertencemos a uma raça degenerada, que somos tão capazes dos grandes cometimentos, dos mais grandiosos atos de abnegação e coragem, como os naturais de outros quaisquer países. Não foram elevadas à sua verdadeira altura, estimadas como deviam ser, a marcha do Chaco e as gloriosas batalhas de dezembro, talvez

na persuasão de que, por ser brasileiro, o Sr. Duque de Caxias não poderia praticar feitos dignos de Aníbal, César ou Napoleão, quando é certo que êle os praticou, sem contudo concluir-se daí que possa jamais ser equiparado a êsses heróis. Não, esta comparação não importa identidade, mas a semelhança de atos praticados, existência apenas de um ou outro ponto de contato. Não sei que Bonaparte, na passagem da ponte de Arcole, tão decantada pela história, desse maior prova de bravura e tino militar que o Sr. Duque de Caxias ao atravessar a ponte de Itororó, com a notável diferença que o general francês tinha 27 anos de idade e o general brasileiro já ia muito adiantado na vertente ocidental da vida. Aquêlê comprometia a existência a bem de sua ambição, como o futuro se encarregou de provar; êste expôs a vida em cumprimento do dever. Quando reflito nas provas de coragem, dedicação e constância do soldado brasileiro, bravura e perícia de seus chefes na execução das ordens expedidas pelo general que dirigiu os combates de dezembro de 1868, outros tantos triunfos assinalados, que muito concorreram para a terminação da guerra, não posso, não está em mim conservar-me impassível ante o modo como os narra uma revista européia da mais larga circulação. Não se trata neste ponto de uma injustiça individual, dar a êste o que compete àquele; mas de verdadeira onissão prejudicial à glória militar do Brasil."



Com erudição militar ressalta a importância das últimas batalhas da segunda fase da guerra e responde, de encambulhada, ao plumitivo francês e a Zacarias, seu defensor: "O nobre senador não se limitou a justificar o escritor estrangeiro das censuras que fiz, também buscou justificá-lo das censuras que não fiz, apro-

veitando a ocasião para obscurecer o mérito do Sr. Duque de Caxias, a pretexto de defender o Sr. Xavier Raymond. E de fato, a que vieram os comentários a essa asserção: *as batalhas de dezembro custaram caro aos aliados?* Quando contestei êste asserto do escritor da *Revista?* Mas porque uma batalha custa caro, segue-se que foi mal dirigida e não redunde por isso em glória ao vencedor? E o que quer dizer grande mortandade? Quer dizer grandes exércitos, grandes resistências, grandes meios de destruição. Muito caro custaram aos vencedores as batalhas de Marengo, Austerlitz, Eylau, Friedland, Essling, Wagram, Leipzig, Waterloo, etc., etc., mas nem por isso é menos bem apreciada a estratégia dos planos, a perícia dos generais e a bravura dos combatentes, que decidiram da vitória.” Acrescentou o nobre senador: “Podia ser menor o morticínio se o general em chefe houvesse tomado outras providências, mandando ocupar com antecedência a ponte de Itororó”, e baseou esta opinião em artigos da imprensa, escritos em defesa do Sr. Duque de Caxias. “Não pode ser o nobre senador pelo Rio Grande do Sul responsável dos escritos de seus defensores, como não considero o nobre senador pela Bahia responsável das injúrias e calúnias atrocíssimas dirigidas por seus amigos políticos contra tão distinto cabo de guerra, só pelo fato de não pertencer ao partido, ora em opposição. Demais: tendo por vêzes S. Ex.^a asseverado que nada entende da arte da guerra, confessa-se inabilitado para julgar, como convém, das operações que censura. O nobre senador pelo Rio Grande do Sul se encarregará de responder, sem dúvida, a esta parte do seu discurso. A importância das últimas batalhas da segunda fase da guerra avalia-se, pela grandezza de seus resultados, pela desmoralização e enfraquecimento do poder de López, que pela primeira vez se confessou vencido, vendo-se obrigado a fugir

com 60 cavaleiros apenas, aniquilado o exército, perdido o material de guerra com que encetara a campanha. A prova dêsse enfraquecimento e desmoralização, ponderei eu no artigo controvertido, ressalta do limitado número de praças nossas que faleceram durante 11 meses nos combates das Cordilheiras. Citei êste fato unicamente para demonstrar que o número diminuto de mortos em combate importa precisamente o contrário do que ocorre para a grande mortandade, isto é, que na terceira fase da guerra López já não dispunha, como na primeira e segunda, de grandes fôrças, grandes resistências, grandes meios de destruição. A questão foi deslocada, recurso ordinário dos que argumentam contra a razão e a lógica. Arrancou-se de meu raciocínio uma premissa para ser incluída em outro, e deduzir-se consequência que não era minha, a fim de ser contestado o que eu não disse, nem tive em mente dizer. Nunca neguei os serviços relevantes prestados em Peribebuí, Campo Grande, etc., etc., nem o mérito do ínclito general, que dirigiu a campanha das Cordilheiras.”



A questão, tão explorada, da retirada de Caxias do Paraguai, e da qual a oposição e seu eco, o escritor francês, faziam a pedra de toque, vem a seguir: “Censurei também o artigo da *Revista dos Dois Mundos*, na parte em que estranhava a não perseguição de López após a batalha de Lomas Valentinas. Expus *a ratiõne* várias considerações demonstrativas da impossibilidade dessa perseguição. Nenhuma delas foi contestada; parece que o nobre senador nem sequer as leu. Não abusarei da paciência do Senado, repetindo o que escrevi, até porque espero que o meu artigo seja transcrito nos *Anais*, visto como o nobre senador pela Bahia

deu-lhe a honra de o tomar por base de discussão no Senado. Creio que procedo com tôda lealdade, proporcionando assim ao leitor o conhecimento de um como corpo de delicto por onde possa avaliar a justiça das acusações que me fêz o nobre senador, bem como o rigor lógico de suas conclusões. Como pode S. Ex.^{ca} qualificar de unânime a opinião que ousa condenar o Sr. Duque de Caxias por não haver perseguido López? Não manifestei acaso opinião contrária e largamente motivada? Além de outras considerações expendi esta: Não compreendo como o general em chefe, colocado muito distante do ponto por onde López se evadira com alguns cavaleiros, pudesse saber imediatamente quando e como êle fugiu. Mas houve quem o visse e contasse o número dos que o acompanharam, replicou o nobre senador. *Quid inde?* Ainda quando assim acontecesse, e não fôsse sabida a fuga do ditador senão ao dar-se depois pela falta dêle, e se concluísse daí a sua evasão no grupo de cavaleiros, que sumiram-se pela picada de um potreiro, segue-se que quem visse e contasse teria à sua disposição algum telégrafo elétrico por onde, em tanta distância, pudesse imediatamente comunicar ao general em chefe o que tinha visto e contado? Não sei em verdade qual o alcance desta observação. Contestei também a declaração feita pelo escritor da *Revista*, que o ilustre general brasileiro fôra comandar um exército já experimentado por três anos de trabalhos e combates, elevado a 50.000 homens, mediante reforços enviados pouco depois em proporção considerável. Baseei a contestação em fatos irrecusáveis. A mortandade dos combates anteriores, e principalmente da batalha de 24 de maio, desfaleceu em grande parte as fileiras do Exército, bem como as epidemias que depois lavraram. Os contingentes de voluntários, de guardas nacionais, de tropa de linha, os melhores e mais nume-

rosos, foram remetidos no primeiro período da guerra. No segundo avultaram recrutas, e os libertos, que de certo não podiam ser equiparados às praças das primeiras levas. O Exército não atingiu jamais o algarismo indicado, nem por aquêlê espaço de tempo lidara em trabalhos e combates. “Talvez o Marechal Caxias, diz o Sr. Xavier Raymond, tendo *destruído e dissipado* (cumpre não esquecer esta confissão), e tomado ou aniquilado grande parte do seu material, se convencesse que a guerra estava acabada. O certo é que se apressou a declará-lo em ordem do dia e contentando-se de fazer entrada solene em Assunção, embarcou-se para o Rio sem nem sequer esperar autorização do Govêrno.” Senhores, êste é talvez o ponto mais importante da questão. O nobre senador pela Bahia entende que o escritor estrangeiro expôs fielmente a verdade, e defende-lhe as asserções com todo o empenho, sem dúbida na suposição que êle reproduziria apenas o que a êste respeito se lê em uns célebres artigos, que o Sr. Duque de Caxias se retirara do Paraguai por ter dado a guerra por acabada, e sem autorização do Govêrno, chegando mesmo a aventar a questão se o nobre senador pelo Rio Grande do Sul devia responder a conselho de guerra, concluindo por declarar que havia meio-térmo entre conselho de guerra e ducado. Perdeu seu tempo; nada conseguiu demonstrar; nem era possível. Não se prova o que se quer, mas o que existe realmente. Na ordem do dia de 14 de janeiro de 1869, assim se exprimiu o Sr. Duque de Caxias: “Os importantes acontecimentos e vitórias as mais completas por nós alcançadas durante os memoráveis 25 dias de dezembro próximo passado puseram têrmo, em *minha opinião*, à guerra do Paraguai. O ditador López foge atônito e espavorido diante de nossos soldados triunfantes até que possa efetuar, se lhe fôr possível, sua fuga do Paraguai. Nas condições

críticas em que nossas manobras e a intrepidez de nossos soldados o colocaram, restar-lhe-ia a pequena guerra de recursos, se a República do Paraguai não estivesse, como está, exausta dêle.” Disse o Sr. Duque de Caxias que, em sua opinião, estava terminada a guerra dos grandes combates, e só podia restar a pequena guerra de recursos, se fôsse possível no estado a que se achava reduzido o Paraguai, mas nunca a deu por todo concluída, pelo contrário acreditou na possibilidade de sua continuação como se evidencia da ordem do dia datada de Assunção aos 18 de janeiro de 1869.”



Firmino lê a ordem do chefe do estado-maior, declarando que Caxias mandava fazer público que, achando-se doente e necessitando mudar de clima, segundo prescrição médica, deixava as fôrças sob seu comando entregues ao Marechal Guilherme Xavier de Sousa, até que, restabelecido, voltasse para o exército. Lê ainda a ordem do dia datada de Montevidéu aos 7 de fevereiro seguinte, esta firmada por Caxias, na qual diz que, estando gravemente enfêrmo e tendo obtido do Govêrno imperial licença para tratar da saúde no Brasil, despedia-se com dor dos camaradas. “Se porventura tiver ainda a fortuna de restabelecer-me nos lares pátrios, contem os meus bravos companheiros de glórias e fadigas que ainda voltarei um dia para continuar a ajudá-los na árdua campanha em que nos achamos empenhados.”

Pergunta Firmino: “Como, pois, deu a guerra por acabada? O Govêrno chegou uma vez a julgar finda a campanha do Paraguai ou prestes a findar, e mandou suspender a remessa de voluntários, mas o nobre senador pelo Rio Grande do Sul não praticou ato algum por ter considerado a guerra concluída. Manifestou apenas sua opinião, opinião de todos partilhada como

única possível na ocasião em que foi expendida. E como não pensar assim? O Sr. Duque de Caxias, quando a êste respeito falo em S. Ex.^a, refiro-me a todos os generais que serviram sob suas ordens no Exército e na Armada, a quantos concorreram para a boa execução de seus planos, o Sr. Duque de Caxias encontrara López em tôdas as eminências de seu poder, em tôda a plenitude de seu orgulho. Desde Tuiuti até Lomas Valentinas havia-lhe tomado para mais de 300 peças de artilharia, e de 20.000 armas de infantaria, apreendido e aniquilado todo o seu vasto material de guerra, acumulado com tanto esmêro e previsão. Desbaratará-lhe o grande exército, recrutado e instruído com muita antecedência no regaço da paz, e depois experimentado nas privações e perigos da guerra, com o qual ousara defrontar a honra e integridade do Império e da República Argentina, e o compelira a fugir do campo das batalhas com uma comitiva apenas de 60 cavaleiros. Em presença dêste resultado, era opinião unânime em todo o Exército, bem como nos Estados do Prata, que López se retiraria do Paraguai, atento o compromisso das nações aliadas de não fazerem com êle tratados de paz, e tanto que se retirasse estava finda a guerra. Não se realizou esta opinião, aliás tão bem fundada; houve para isto alguma razão que no momento não podia ser prevista; quanto a mim não foi outra senão a esperança de uma intervenção dos Estados Unidos a favor de López. Sinto não ter trazido entre meus apontamentos a *Estrêla*, jornal paraguaio publicado em Peribebuí, para ler integralmente a nota em que Mac Mahon, ministro plenipotenciário daqueles Estados, asseverava ao ditador que o Govêrno de Washington empenhava seus bons officios perante as nações aliadas no intento de obter o mais breve possível a terminação da guerra mediante uma paz honrosa. Há uma notável circunstância que robustece minhas convicções: a coin-

cidência do aparecimento em Washington de um filho de López na qualidade de representante do Govêrno paraguaio. A esperança da mediação norte-americana é a única razão a que attribuo não ter López abandonado o Paraguai, depois da batalha de Lomas Valentinas. Acredito que, fiado nessa promessa, só cuidou de ganhar tempo, enquanto lho permitissem as posições defensivas características da topografia do país, retirando-se para as Cordilheiras, onde por falta de recursos não lhe era possível emprender grandes operações, que pusessem em perigo o exército invasor e lhe assegurassem a vitória desejada. E de feito se, dispondo de tantos e poderosos meios de ação, esbarrou sempre nas mais completas derrotas, como pensar em novas probabilidades de triunfo, exausto de fôrças, perdido o prestígio do seu poder e influência nos ânimos de seus próprios súditos, como atestam as deserções posteriores? Não, não é crível se persuadissem jamais que, em condições tão críticas e desesperadas, pudesse ainda lutar vantajosamente com exércitos de coragem retemperada em tantas privações e perigos, ricos de todo o material necessário, capitaneados por insignes cabos-de-guerra, protegidos constantemente pela vitória, companheira inseparável de suas fadigas.”



Volta ao ponto por êle qualificado como o mais importante da questão: “O Sr. Duque de Caxias julgou que a guerra estava acabada, porque não podia julgar de outro modo; mas nenhum ato praticou, absolutamente nenhum, por assim pensar, ainda em detrimento do Exército. Apenas duvidou da retirada de López para fora do Paraguai, acreditou possível a continuação da guerra, assim que em suas ordens do dia dadas de Assunção e Montevidéu prometeu, como já

notei, voltar ao Exército se recuperasse a saúde. A verdade, portanto, a única comprovada por atos oficiais, é que o nobre senador pelo Rio Grande do Sul retirou-se do Paraguai, não por ter dado a guerra por concluída, como seus adversários políticos têm propalado, mas pura e simplesmente por efeito de grave enfermidade exacerbada pelo clima e pelas fadigas da campanha. “Não, esta não é a verdade, insiste o ilustre defensor dos informantes da *Revista*. Temos em contrário a opinião do próprio Governo. Lê-se no *Diário Oficial* que tendo o Sr. Duque de Caxias considerado a guerra acabada e achando-se doente, etc., etc.” Mas segue-se dessa declaração que o nobre senador pelo Rio Grande do Sul se retirasse do Exército, não por doente, mas por ter dado a guerra por acabada? Nunca neguei, nem podia fazê-lo, que S. Ex.^a, depois das vitórias de dezembro, considerasse, como todos, absolutamente todos, naquela ocasião consideravam, finda a guerra, pois era geral a crença que López abandonaria o Paraguai. Nego e negarei sempre, mas é o que assoalham seus detratores, que êle se retirasse por ter dado a guerra por terminada, e até por isso o apelidaram desertor. Oh! sim, desertor da vitória. Analisando a ordem do dia 14 de janeiro na parte que já li, o nobre senador pela Bahia fêz ao Sr. Duque de Caxias, na sessão do ano passado, uma censura que não sei como qualificar. “O Sr. Caxias, exclamou êle, supõe ter feito a grande guerra, quando afirma que só podia restar a López a pequena guerra de recursos.” E passou a demonstrar que o ilustre general não fizera no Paraguai a grande guerra, mas a tornara grande pelas delongas em bater o inimigo, e ei-lo a citar Thiers no intuito de provar o que se deve entender por grande guerra. Trabalho perdido. A citação que fêz do insigne historiador peca por sua nenhuma aplicação. Quando o Sr. Duque de Caxias referiu-se à pequena guerra de recursos foi em

relação à que elle tinha feito, às batalhas pelejadas sob seu comando, e não à classificação feita pelo autor da *História do Consulado e do Império*, que elle certamente não podia ter em mente. Porque disse que só restava a López a pequena guerra de recursos, não se segue que julgasse ter feito a grande guerra, no sentido considerado por aquêlê historiador. Lançando os olhos pelas batalhas da antiguidade e dos tempos modernos, bem como apreciando o mérito estratégico e meios de ação dos generais que as comandaram, observa Thiers que raras vêzes têm-se dado no mundo as grandes guerras, porque para isso são precisos a um tempo grandes nações, grandes sucessos, grandes homens, e apresenta Aníbal como tipo dos generais que as dirigiram na antiguidade. Pois bem! Adotada esta teoria com o fim de exprobrar ao illustre general êrro que não cometeu, passou o nobre senador pela Bahia a desconhecê-la immediatamente, declarando que a grande guerra era a que ia começar, a guerra das Cordilheiras. Esqueceu-se dos requisitos indicados por Thiers, e caiu em manifesta contradição assinalando como grande guerra aquella em que um dos beligerantes ofereceu tão fraca resistênciã que o outro teve mortas em todos os combates apenas 159 praças.”

* * *

Cuida novamente do escritor francês, agora indicado sem rebufos como tendo bebido as informações nos escritos do antigo Presidente do Conselho: “O escritor da *Revista* asseverou, tendo talvez presentes os artigos publicados no *Jornal do Comércio* com a assinatura do nobre senador, que o Sr. Duque de Caxias se retirara para esta Côrte sem licença do Govêrno. Ainda a êste respeito é elle defendido com o empenho com que cada qual defende o que é seu, e eu acusado por ter

negado a verdade reconhecida por tal. Entretanto, provei plenamente no artigo contestado por quem não se deu ao trabalho de o ler, e provei com documentos irrefragáveis que o digno general brasileiro foi a este respeito muito além dos deveres do seu cargo, mostrou-se nimiamente escrupuloso como sempre em matéria de disciplina. O general que comanda exércitos em lugares longínquos, fora da vista do Govêrno, não exerce um direito passando o comando por inabilidade de serviço em consequência de grave enfermidade, ou ferimento em combate, cumpre um dever por cuja falta não pode deixar de ser responsável. Os escrúpulos do nobre senador pelo Rio Grande do Sul foram tais, que representou, por vêzes, ao Ministro da Guerra, membro do Gabinete de 3 de agôsto, solicitando encarecidamente autorização para passar o comando em qualquer dos casos previstos, e depois pediu-lhe indicasse sucessor. Refutando a asserção do escritor estrangeiro, tive unicamente em mira defender um general, que tantos serviços havia prestado ao país, naquilo que êle tem de mais precioso: sua honra, seu espírito de disciplina. Em que, por isto, sou digno de censura, e merecem elogios os informantes do Sr. Xavier Raymond? Não é menos falsa a acusação de que o nobre general se retirara para Montevidéu, levando consigo o comando do Exército, impedindo assim o Sr. Marechal Guilherme de tomar as providências necessárias. Patenteia-se essa falsidade, não só das ordens do dia que já li, nas quais o Sr. Duque de Caxias passara o comando do Exército ao Sr. Marechal Guilherme, a primeira por ter adoecido e a segunda por ter obtido licença do Govêrno a fim de retirar-se para esta Côrte, como diz a ordem do dia que passo a ler, na qual o dito seu sucessor participava ao Exército ter assumido o comando, e é a seguinte: "Assunção, 25 de janeiro de 1869. Conquanto tenha o Exército já conhecimento pela ordem do dia do Ex.^{mo}

Sr. Marquês, Marechal e Comandante em Chefe, de 18 do corrente sob o n.º 273, de ficarem entregues aos meus cuidados as fôrças sob seu comando, até que, restabelecido, volte para o Exército, todavia julgo de imperioso dever dar publicidade por minha vez a esta ocorrência, certo do poderoso auxílio de todos os meus camaradas, tanto da esquadra, como do Exército, no desempenho de tão espinhosa tarefa. (a) *Guilherme Xavier de Sousa, Marechal-de-Campo.*” A prova de que exercia efetivamente o comando, aí está no seguinte ofício: “Comando em Chefe interino das fôrças brasileiras em operações contra o Govêrno do Paraguai, Quartel-General na Assunção, 26 de janeiro de 1869. Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tenho a honra de participar a V. Ex.^a que, por ocasião de uma das explorações mandadas fazer pelo C.^{el} Vasco Alves Pereira, Com. das fôrças destacadas na cidade de Luque, foi encontrado nas imediações desta um depósito abandonado pelo inimigo, no qual acharam-se dois canhões de ferro, calibre 24, bem como algum armamento e ferramenta, que mandei recolher ao depósito do Exército, fazendo embarcar as bôcas-de-fogo no vapor *Marcílio Dias*, que segue amanhã para essa Côrte. Deus guarde a V. Ex.^a — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro de Estado Barão de Muritiba, Ministro da Guerra — (a) *Guilherme X. de Sousa, Marechal-de-Campo.*” Tanto o ilustre marechal exercia amplamente as faculdades do comando, confiado aos seus cuidados que, estando ainda a 26 de junho o Sr. Duque de Caxias em Montevidéu, êle se dirigia diretamente ao Sr. Ministro da Guerra.”



Desaparecera todo o receio da tribuna. Sua lógica falada em nada ficava a dever à sua lógica escrita. Firmino olhava de frente o auditório ilustre e com

desembaraço discursava: “Há um tópico no meu artigo contra o qual o nobre senador pela Bahia levantou grande celeuma, e que me parece qualificou de absurdo, o que pouco importa, e é o seguinte: “Se ao nobre Duque de Caxias não compete a glória da derrota do ditador do Paraguai, cumpre sermos lógicos para sermos justos: esta glória só pode ser devida ao cabo Francisco Lacerda, *vulgo* Chico Diabo, se é verdadeira a aversão do alanceamento de López.” O sentido destas palavras é óbvio, evidentíssimo, não pode ser senão este: Se o digno general que humilhou o orgulho do ditador, compelindo-o a fugir espavorido de nossas vitórias, rodeado apenas de alguns cavaleiros, restos imperceptíveis de seus grandes exércitos, não merece a glória de o haver derrotado, é porque entende-se que a derrota só podia ser devida ao cabo Francisco Lacerda, se é verdade que foi êle quem o matou. Há aí nada mais lógico, nada mais razoável? Há um processo lógico muito conhecido e usado; é o que de absurdo, impossível intelectual, conclui a verdade. Se é absurda a consequência derivada necessariamente de um princípio dado, o princípio é falso. Eis o raciocínio que empreguei com o fim de demonstrar que a glória da derrota do ditador verificou-se na segunda fase da guerra, e é devida ao general que a dirigiu. E de feito, se essa glória não compete ao comandante em chefe do Exército e Armada que alcançaram tantas vitórias, também não pode competir ao Sr. Marquês de Herval, aos falecidos Viscondes de Itaparica e Inhaúma, ao Sr. Conde de Pôrto Alegre, a todos quantos comandaram fôrças sob suas ordens; ao Sr. Polidoro, que serviu sob o comando do ex-Presidente da República Argentina e aos generais dos exércitos aliados em idênticas circunstâncias. A quem, pois, deve ser atribuída? Há quem entenda que a guerra do Paraguai foi feita pela Nação brasileira contra um homem e só pela morte desse ho-

mem podia ser terminada. O nobre senador pela Bahia exclamou nesta Casa: "A afronta do Império só podia ser lavada no sangue de López." Nunca se rebaixou mais uma Nação, nunca se levantou tanto a um homem! Pois bem. Na opinião dos que assim pensam, quem derrotou a López, quem terminou a guerra, não foi, nem podia deixar de ser senão o cabo Francisco Lacerda, se é verdade a versão que correu a respeito dêle. Estabelecem os princípios e não querem que a lógica deduza as conclusões! Eis o sentido do meu escrito invertido para dar lugar a censuras, sentido óbvio e natural ao alcance da atenção a mais leve. E desde que dou esta explicação, ninguém pode arrogar-se o direito de dar-lhe outra, de atribuir-me pensamento que não tive. Não sei a que veio o ditado "César ou João Fernandes", nem como possa eu deslustrar o Sr. Duque de Caxias, com o sentido que êle encerra, se não fui eu quem o proferi. Usei, Sr. Presidente, a respeito da derrota de López, do mesmo processo lógico que Thiers acêrca da batalha de Marengo; demonstrei a falsidade do princípio pelo absurdo da conclusão. Detratores de Bonaparte haviam attribuído o triunfo dessa grande batalha a Kellermann. Então, pondera o insigne historiador, porque não attribuí-la também a Desaix e a Massena, cujos feitos gloriosos indica com a sua proficiência habitual! A ser assim, os verdadeiros vencedores de Marengo, conclui êle, são Kellermann, Desaix, Massena, são todos, exceto o General Bonaparte. Sinto-me triste, Sr. Presidente, por ter de dar perante o Senado explicações desta ordem."

• • •

Questão delicadíssima aborda em seguida. Fál-o com tato, mas com energia: "Sr. Presidente, não posso, não quero, não devo aceitar o paralelo que se quis

estabelecer entre o Sr. Conde d'Eu e o Sr. Duque de Caxias. As glórias da guerra do Paraguai são de todos os generais, que concorreram para o nosso triunfo.

O Sr. Duque de Caxias e outros Srs. Senadores:
Apoiado.

O SR. FIRMINO: Essas glórias são imensas, extraordinárias, delas cabe grande quinhão a todos (*Apoiados*). Nunca neguei o mérito de nenhum dos bravos que tanto se distinguiram, concorreram tanto para a desafronta da honra nacional tão atrozmente ultrajada pelo tirano do Paraguai. Nunca lhes deixei de fazer a devida justiça. Fui sempre o entusiasta de seus nobres feitos. Como, por que motivo, viria eu agora, como me exprobra o nobre senador pela Bahia, amesquinhar os triunfos de S.A.R., o Sr. Conde d'Eu? Quais palavras proferi enunciativas desse pensamento intencional? As glórias do nobre senador pelo Rio Grande do Sul, eu o disse com tôda isenção, não podem ser deslumbradas pelas de nenhum dos generais que serviram na campanha do Paraguai; pelo contrário, enquanto mais sublimadas forem, mais se há de exaltar e fulgurar o mérito do cabo-de-guerra da marcha do Chaco e combates de dezembro. Acumularam-se fatos para provar a inexatidão do expendido, mas, que fatos! que provas! "Quereis arrancar ao Sr. Conde d'Eu, exclamou o nobre senador pela Bahia, a glória da terminação da guerra quando aí está a Fala do Trono, o voto de graças do Senado, o entusiasmo popular demonstrando que foi êle o triunfador, o vencedor do Paraguai?" Não nego, nem nunca negarei, a glória que cabe ao Sr. Conde d'Eu, como a nenhum outro general, nesse memorando successo. Mas, devo observar que as ovações da guerra terminada foram, sem dúvida, dirigidas a S.A.R., como seriam ao Sr. Duque de Caxias, ao Sr. Marquês de Herval, ou a outro general

que ao findar da guerra exercesse o comando-geral de nossas fôrças (*Apoiados*). Afirmo o Sr. Xavier Raymond, na fé das notícias recebidas em dezembro de 1869, que no Paraguai já se considerava a guerra terminada de fato, e que nesta Côrte já se tratava da retirada do Sr. Conde d'Eu, cuja presença naquele país não parecia ter mais objeto. Li também em um artigo transcrito do *Rio-Grandense do Sul* que S.A.R. pedira licença a fim de regressar a esta Côrte. Se isto é verdade, e se efetuasse o regresso antes da morte de López, deveriam ser por êste motivo menos atendidos e vitoriados os relevantes serviços prestados por S.A.R. na campanha das Cordilheiras? Não decerto, que fôra grande injustiça, e o que fôra injusto para com êle, não pode deixar de sê-lo para com os outros generais. Nas ovações populares da guerra terminada, o Sr. Conde d'Eu representava não só a glória de seus feitos, como a de todo o Exército e Armada, de todos os generais que os comandavam. O júbilo e entusiasmo da Nação foram excitados sem dúvida pelos serviços relevantes de S.A.R.; mas tiveram também outras causas, a satisfação sem limites pela desafronta da honra e dignidade nacional, e o contentamento geral pela cessação dos sacrifícios enormes que haviam pesado sôbre tôdas as classes da sociedade.

O Sr. Francisco Otaviano: Apoiado.

O SR. FIRMINO: As manifestações estrondosas de júbilo e entusiasmo público também têm outra explicação. O Sr. Conde d'Eu é genro de S.M.I. e o povo viu e com razão em S.M.I. o instrumento da Divina Providência no triunfo da causa da razão e da justiça que pleiteamos contra López, assim que grande parte dessas ovações refletiam no Sr. D. Pedro II (*Apoiados*). Entretanto, pretendeu-se demonstrar que tôdas as manifestações de regozijo público eram unicamente dirigi-

das à pessoa de S.A.R., queriam dizer: Ao Sr. Conde d'Eu é devido tudo. É incompreensível essa explicação do júbilo e entusiasmo da Nação. O Sr. Conde d'Eu, observarei ainda, recebeu tôdas as ovações populares, porque...

O Sr. Cunha Figueiredo: Simbolizava as glórias do Brasil.

O SR. FIRMINO: ... Simbolizava as glórias do Brasil, era o general que comandava nossas fôrças ao terminar a guerra: as ovações populares não podiam, portanto, deixar de lhe ser dirigidas quando chegou a esta Côrte; mas dêsse fato não se pode concluir lógicamente que não fôsse o Sr. Duque de Caxias quem, no pensar da Nação, derrotou López na segunda fase da guerra."

* * *

Faz referência ao voto de graças que redigiu e alusivo à vitória. Defende-se da acusação de ser infenso ao consorte da Princesa Imperial, e prossegue: "Ostenta hoje o nobre senador muito entusiasmo pelo Sr. Conde d'Eu, entretanto se se conservasse no Ministério, quando o nobre senador pelo Rio Grande do Sul regressou do teatro da guerra, S.A.R. não teria sido investido do comando do nosso Exército. Vou demonstrá-lo com o próprio testemunho de S. Ex.^a, lendo o que êle escreveu a êsse respeito no *Jornal do Comércio*. Referindo-se a mim, disse o nobre senador que os artigos assinados eram muitas vêzes injustos como os anônimos. Julgou-me por si, pois nada há mais injusto que os artigos firmados com seu nome contra o ilustre general que, vítima de grave enfermidade, regressava ao seio da pátria, pela qual fizera tanto, em procura de algum lenitivo a seus cruéis sofrimentos. Vou citar

suas próprias palavras: “O segundo Decreto de 22 nomeia S.A.R. o Conde d’Eu comandante em chefe de *TODAS* as fôrças (fôrça do exemplo!) em operações contra o Govêrno do Paraguai. Que motivos determinaram a nomeação de S.A.? Razões políticas? Não; essas razões de Estado que o privaram de partir voluntariamente, há anos, para o teatro da guerra, parece que agora, que só por obediência militar parte, com mais razão o afastavam de lá...” Se o Gabinete de 3 de agôsto não fêz a vontade do Sr. Conde d’Eu, confiando-lhe o comando de nossas fôrças em consequência de razões políticas, e se essas razões como pondera o chefe dêsse Gabinete, ainda mais afastavam a S.A.R. do teatro da guerra ao tempo em que foi investido do dito comando, em março de 1869, segue-se que, se S. Ex.^a nessa ocasião ainda fôsse ministro, outro seria o successor do Sr. Duque de Caxias. Esta ilação mais se evidencia no período seguinte: “Impedimento de generais distintos? Além de pouco honroso para o príncipe dever a sua nomeação à falta de gente, *não está esgotada a lista dos officiais* capazes da tarefa de dar cabo a López, exceto se o Govêrno, pelo remorso de os haver preterido e maltratado, pensa que improficuamente os chamaria (nova ofensa aos merecimentos dêles) a servir ao país.” A intenção que ditou estas linhas não pode ser mais evidente. Além de *mais fôrça das razões políticas* ao tempo da nomeação, acrescenta-se que não estava esgotada a lista dos officiais capazes de dar cabo de López. Depois de pesquisar os motivos possíveis e alegados da nomeação de S.A.R., inclusive o receio de não poder o Sr. Marechal Guilherme, por doente, continuar, e depois de refutá-lo, só considerou um único provável: é o seguinte (*lê*): “A suposição de que só faz essa honra a um duque ter por successor um príncipe? Talvez.” Ora, desde que não

se quisesse fazer essa honra ao duque, não seria nomeado o príncipe.”



Não foram os sentimentos liberais e abolicionistas do Conde d'Eu os entraves à sua ida para a guerra no início da luta. Nem participação nessa deliberação tomara o Partido Conservador: “Demonstrei a inexatidão destas asserções pela simples confrontação dos fatos e das datas. O nobre senador pelo Rio Grande do Sul foi nomeado comandante-geral de nossas fôrças em outubro de 1866; o Gabinete atual traz a data de 16 de julho de 1869, e o Sr. Conde d'Eu foi nomeado para suceder-lhe no comando em março do mesmo ano. E acrescentei: “Quem não quis fazer a vontade a S.A. dando-lhe o despacho, não foi o Ministério atual, mas o de 3 de agôsto, cujos membros hoje se dizem liberais: Ministério que incluiu na Fala do Trono o tópicico relativo ao elemento servil.” Esta retificação que todos considerariam incontestável, inclusive o nobre senador, se contasse com a resposta de minha parte, foi todavia contestada, por inexata, em relação ao Gabinete progressista, e de modo tão singular que é preciso ver para crer. O nobre senador contou a história de todo o ocorrido, enumerou as razões políticas que inibiram o Ministério de fazer a nomeação desejada, razões aceitas pelos conservadores membros do Conselho de Estado consultado a respeito da pretensão do Sr. Conde d'Eu. Mas, a não ser com o fim de distrair a atenção do Senado de verdadeiro ponto controvertido, para que produzir considerações tão escusadas? Qual foi a proposição minha que o nobre senador teve necessidade de contestar e contestou? “É inexata, repetia êle, mas esquecendo-se sempre, e com tôda razão, de provar seu asserto, e indicar onde se dava a inexatidão. Não mo-

ralizei fato algum, não fiz a menor censura ao Gabinete de 3 de agosto; apenas referi as coisas como elas ocorreram.”



Não ficava pedra sobre pedra do libelo acusatório. Arrasava o artifício dos ataques de Zacarias e das afirmações do escritor francês. As circunstâncias que determinaram a nomeação de Caxias para o comando supremo: “Fui também acusado de haver *injustissimamente* trazido à questão o nome do nobre senador pela Bahia, motivo poderoso que o compeliu a vir discutir no Senado, em menoscabo dos estilos parlamentares, o artigo cuja defesa fui arrastado a fazer nas alturas desta tribuna. Eis aí a base da acusação (*lê*): “Depois do revés de Curupaiti, o Sr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, então Presidente do Conselho, que nem sequer cumprimentava o Sr. Duque de Caxias, foi procurá-lo com todo empenho à sua casa, a fim de convidá-lo a tomar o comando de nossas forças, que também compreendiam a esquadra, como plenamente foi demonstrado no Senado pelo Sr. Barão de Cotegipe.” Há nada mais verdadeiro do que o referido? Os fatos que narrei não aconteceram? Aconteceram realmente como se depreende da própria exposição feita no intuito de negá-los. Com efeito, depois do ataque de Curupaiti, o Gabinete de 3 de agosto fez da necessidade virtude, julgou indispensável confiar o comando de todas as nossas forças em operações no Paraguai à perícia, experiência e prestígio do nosso mais distinto cabo de guerra, e desvelou-se em satisfazer as exigências da opinião que desde o começo da guerra o indicava para tão árdua comissão. Resolvida a nomeação em Conselho de Ministros, foi o nobre senador pelo Piauí, então Ministro da Justiça, encarregado de entender-se a êsse

respeito com o Sr. Duque de Caxias. Depois o próprio Presidente do Conselho dirigiu-se à casa do nobre Marechal-do-Exército, e, como o não encontrasse por ter ido assistir ao funeral do Conselheiro de Estado Miguel de Sousa Melo Alvim, escreveu-lhe, pedindo, apenas chegasse êsse aviso, que S. Ex.^a desejava muito falar-lhe. Tendo os fatos ocorrido como vão narrados, em que fui eu injustissimo para com o nobre senador? Oh! sim, a injustiça foi intencional; referindo que o ex-Presidente do Conselho fôra à casa do illustre general convidá-lo a aceitar o comando do exército, pretendi acusá-lo de ter rebaixado o Poder Executivo! Quando se torna absolutamente impossivel demonstrar as inexatidões alegadas, o nobre senador empresta-me intenções que não tive, e combatendo essas intenções julga ter conseguido seu intento. Nada escrevi donde pudesse emanar o mais leve indício da intenção que me foi atribuída. Se o nobre senador quiser ler com cuidado o artigo que censura, verá que na enumeração dos fatos e circunstâncias indicados, só busquei atingir um alvo: demonstrar a alta confiança que o Gabinete de 3 de agosto depositava então no Sr. Duque de Caxias, a urgente necessidade de confiar-lhe a direção do nosso Exército e Armada, especialmente depois do revés de Curupaiti, origem da discórdia ateadá entre os generais aliados. Ao ler que nem cumprimentava nessa ocasião o Sr. Duque de Caxias, sem negar o fato, perguntou o nobre senador a que vem isso? A resposta é óbvia e intuitiva. Esta circunstância prova a consideração que tinha então pelo nobre general, o desejo ardente de enviá-lo para o teatro da guerra, o empenho em que êle aceitasse esta comissão, quanto antes, e por isso rompeu por tôdas as considerações de amor-próprio, indo procurá-lo à sua própria residência apesar de não entreter com êle relações nem sequer de simples cumprimentos. Eis como o nobre senador apre-

ciava a nomeação do Sr. Duque de Caxias na sessão de 1868. Vou ler as suas palavras: “Pouco depois da ascensão do Ministério atual, disse êle, houve o desastre de Curupaiti, convinha comunicar aos agentes do Govêrno (*no estrangeiro*) que êle estava resolvido a prosseguir na guerra com firmeza, e disto era sem dúvida *uma prova a nomeação* do Marquês de Caxias, porque indicava que o Gabinete vencendo *até* considerações políticas, que *durante dois anos não puderam ser vencidas pelos Ministérios anteriores*, dispunha-se a proceder com *todo rigor*.” Os Ministérios anteriores eram liberais; durante dois anos não puderam vencer as considerações políticas em oposição ao comando do Sr. Duque de Caxias; foi preciso dar prova de firmeza e vigor, decretando êsse comando. Entretanto, quem na sessão de 1868 fazia tais revelações ao Senado acusa-me hoje de injusto para com o Partido Liberal quanto a opor-se à nomeação do nobre senador pelo Rio Grande, attribuindo-me censuras que não fiz, pois a êste respeito limitei-me a narrar o que se dizia. Tal era, Sr. Presidente, o empenho do Govêrno, que na conferência com o Sr. Duque de Caxias o Presidente do Conselho insistiu com êle aceitasse a comissão quanto antes, para que o paquete do Norte, prestes a seguir viagem, levasse a notícia. Ainda mais lembrou-lhe indicasse pessoa sua de confiança para a pasta da Guerra, se assim lhe conviesse, como por exemplo o falecido Barão de Suruí, tio do nobre Marechal-do-Exército. Correu até em vários círculos desta Côrte, que o nobre senador asseverara ao Sr. Duque de Caxias que, se não quisesse aceitar a comissão por falta de confiança no Ministério, resignaria o poder com seus colegas. Esta prova de abnegação causou muita surprêsa. O nobre senador pela Bahia encarregou-se de a desvanecer, afirmando nesta Câmara, que em verdade fizera essa declaração, mas não antes, senão depois de aceito o co-

mando; isto é, foi feita a oferta quando já não corria o risco de ser cumprida. Não foi, Sr. Presidente, o espírito de partido, como alegou o nobre senador, que me induziu a tomar na imprensa a defesa de um concidadão que tanto fêz pela minha pátria, assumindo o comando de nossas fôrças, depois do revés de Curupaiti, e levando-as até Lomas Valentinas (*Apoiados*). Não sei que para se fazer justiça seja preciso o impulso, o móvel do espírito de partido. Obedeci a considerações de outra ordem; fui impellido pelo dever da gratidão. Não estava em mim conservar-me impassível no meio das injustiças sem-nome, com que as más paixões procuravam obscurecer, deprimir mérito o mais sublimado, serviços tão eminentes. Meu pesar subiu de ponto quando as vi transportadas além Atlântico para lá consumarem a obra da ingratitude que é obra da iniquidade. Paixão partidária existia, mas era aquela que se traduzia em injúrias e calúnias nas fôlhas da opposição, e insuflava êsses pequenos grupos que, nos dias de regozijo nacional pela terminação da guerra, respondiam aos vivas levantados ao Sr. Duque de Caxias com gritos de “morra” e “fora” o desertor. Desertor da vitória, di-lo-ei ainda.”



Prosegue, com o Senado ouvindo-o com a maior atenção: “Nunca em questões internacionais atendi conveniências de partido. Redigi o *Correio Mercantil* durante parte da guerra do Paraguai; os artigos denominados de fundo eram escritos por mim ou sob minha direção. Meus adversários na imprensa não cessavam de estabelecer paralelo entre os Srs. Duque de Caxias e Marquês de Herval, deprimindo, injuriando atrocemente aquêlê para elevarem a êste. Nunca aceitei a questão neste terreno. Nunca fiz a menor censura ao

general predileto de meus adversários, apesar dos insultos incessantes que dirigiam ao nobre senador pelo Rio Grande do Sul, só por não pensar como êles em matéria política. Quando o Sr. Marquês de Herval prestava tão relevantes serviços à causa nacional por atos de inqualificável bravura, inspirando às nossas tropas a coragem que na alma lhe incendia, não era de certo ocasião de perscrutar-lhe os defeitos, mas de encarecer-lhe o mérito (*Apoiados*). Não censurei a nenhum dos nossos cabos-de-guerra; exaltei o mérito de todos. Quem assim procede não se mostra alheio a paixões partidárias? Escrevia para o *Constitucional* ao tempo da questão Christie; o Ministério já era infenso ao meu partido; entretanto, desafio a que me cite um jornalista que mais a peito tomasse essa questão e mais concorresse para atear nos corações o entusiasmo pela causa pátria. De espírito de partido deu provas foi o nobre senador pela Bahia no modo diverso e contraditório com que tem avaliado o mérito do Sr. Duque de Caxias, como passo a demonstrar. Submeteu-se ao império das circunstâncias quando de acôrdo com seus colegas do Gabinete de 3 de agôsto teve de conferir-lhe o comando de nossas forças. Sustentou com vigor êsse ato contra os liberais em opposição, declarando *imprescindível* a nomeação que fizera. Dirigiu depois os mais alevantados e bem merecidos elogios ao illustre Marechal-do-Exército com quem se dizia, e creio muito, tão identificado, que queria viver e morrer abraçado com êle. Acreditava então o nobre senador que como ministro, que era, lhe cabia grande quinhão nas glórias da campanha. Em um artigo publicado no *Jornal do Comércio* com tôdas as aparências de official, lia-se que as glórias da guerra pertenciam ao Govêrno que era quem lhe dava direção, como se no seio do Gabinete houvesse algum Carnot que enviasse para o Exército planos de campanha, e a força militar era essen-

cialmente passiva e obediente. Tanto que retirou-se do Ministério e não pôde mais participar dos louros colhidos pelo Sr. duque, o nobre senador mudou inteiramente de opinião a respeito d'êlê. Embora nos artigos publicados no *Jornal do Comércio* e nos discursos proferidos nesta Casa dissesse que continuava a considerar do mesmo modo que dantes os atos por êle praticados até dezembro de 1868, salvo o juízo das pessoas competentes sôbre as batalhas pelejadas nesse mês, seus escritos e suas palavras afirmavam precisamente o contrário."

Depois de dizer que a mudança se operara na discussão do voto de graças, e, de defendê-lo, como seu autor, continua com altivez: "Quanto à bajulação, única razão explicável que o nobre senador pela Bahia achou em sua consciência, das expressões nímiamente modestas relativas ao Sr. Duque de Caxias no voto de graças do ano passado, direi apenas que sei respeitar a minha dignidade na dignidade alheia. Podia, com tôda vantagem, esgrimir contra S. Ex.^a a mesma arma com que êle, embalde, pretendeu ferir-me e a meus colegas da Comissão. O general benemérito da pátria, exonerado do comando, voltava já tão adiantado na carreira da vida ao seio de sua família; vinha descansar de tantas fadigas e perigos, na íntima satisfação de haver bem e lealmente cumprido seu dever; entretanto que o Sr. Conde d'Eu, ora tão entusiásticamente elogiado por S. Ex.^a, é o consorte da herdeira presuntiva da Coroa. Longe de mim fazer a menor insinuação, que não preza a própria dignidade quem não sabe respeitar a alheia. Estas considerações são apenas um argumento que produzo com o fim de convencer ao nobre senador da injustiça que fêz aos membros da Comissão de resposta à Fala do Trono na sessão do ano passado. Eu disse que o nobre senador não foi fiel ao protesto

de adesão aos atos praticados pelo Sr. Duque de Caxias, até de dezembro, com a cláusula já mencionada.”



A luta agora é corpo a corpo. Firmino contra Zacarias. O biombo do escritor francês é afastado. As verrinas do ex-Presidente do Conselho contra Caxias são trituradas no recinto do Senado: “Além da opposição que fêz ao período do voto de graças alusivo ao procedimento do benemérito general, tão-sòmente quanto à marcha pelo Chaco e combates de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, trago para testemunho os artigos firmados com o seu nome no *Jornal do Comércio*. Tão infenso se mostrou nesses artigos ao Sr. Duque de Caxias que até se incomodou com o qualificativo *invicto* com que era designado, fazendo a seguir observação: “*como se invicto não fôsse também aquêle que nunca venceu*”. Observação singular e curiosa, cujo sentido me tem escapado até hoje. Por mais que reflita não posso atinar com êle. Para exemplo do modo como cumpriu o protesto referido citarei dos ditos artigos o seguinte (*lê*): “A propósito da injustiça relativa à distribuição das medalhas de mérito militar, escreve o órgão semi-official: “Trata-se de semear dura e má cizânia, provocando ciúmes nos ilustres generais Argolo e Osório, por ter o Ministério conferido ao Sr. Caxias a medalha do mérito militar, por *bravura distinta*, quando a êles conferiu-a *por atos reiterados de bravura*.” Pela minha parte, longe de provocar ciúmes nos ânimos de Argolo e Osório, cada um dos quais sabe todo o Império que é inacessível a tão baixo sentimento, só tenho em vista estigmatizar a apreciação do Governo, comparável de certo modo à dos aduladores de Luís XIV. Luís (diz um historiador) jamais aparecia em um cêrco enquanto lhe não asseguravam os melhores oficiais ao seu serviço

ser infalível a queda da praça. Então, era visto o monarca, armado de elmo e de couraça, no meio das tendas, reunia conselhos de guerra, ditava a capitulação, recebia as chaves e recolhia-se a Versalhes a ouvir os seus aduladores repetir: que Condé fôra constrangido a levantar o cêrco de Arras, que Turenne fôra batido em Mergentheim, e que o único guerreiro invicto (*whose glory had never been obscured by a single check*) era Luís. E todavia Turenne e Condé hão de ser sempre considerados capitães de outra ordem que não a do invencível Luís.” A alusão não pode ser mais clara nem mais direta. O nobre senador pela Bahia julgava-se identificado com o Sr. Duque de Caxias, e lhe rendia a devida justiça precisamente na ocasião em que a imprensa liberal não cessava de insultá-lo e deprimir-lhe o mérito, atribuindo nossas vitórias unicamente aos comandantes de corpos do Exército, e com especialidade ao Sr. Marquês de Herval. Assoalhavam nossos adversários que o comandante em chefe só aparecia em campo para colhêr os louros conquistados por outros generais. Ora, na guerra do Paraguai em que se dizia dos *aduladores* do comandante-geral das nossas fôrças, o mesmo que o historiador citado dizia dos aduladores de Luís XIV, não havia nenhum Luís XIV, mas o Sr. Duque de Caxias chama-se Luís. E desde que o Govêrno é censurado por conceder medalhas de mérito com mais distinção ao Sr. Duque de Caxias do que ao Sr. Marquês de Herval e ao falecido Visconde de Itaparica, pode haver nada mais abusivo que a seguinte citação: “E todavia Turenne e Condé hão de ser sempre considerados capitães de outra ordem, que não a do invencível Luís?” “Quer-se que o Marquês de Caxias, continua o nobre senador, responda a conselho de guerra? Não se agite questão de palavras (*Pois uma questão desta ordem, é questão de palavras?*) O Sr. Caxias deixou o Exército partindo de Assunção sem licença do Govêr-

no: isto é fora de dúvida (*é falso*). E partiu levando consigo o comando e prendendo, portanto, as mãos do Marechal Guilherme, a quem só muito depois transmitiu o poder: também isso é incontestável (*Também isso é falso, como tudo já está demonstrado*). Agora pergunta-se: conselho de guerra ou ducado? Pois entre conselho de guerra e ducado não haveria ao menos um meio-térmo a que o Govêrno se acolhesse, salvando a disciplina e preservando o Exército de tão funesto exemplo? (*Como fazê-lo senão mediante a aplicação da lei?*) Essa é a questão que o Govêrno resolveu pelo absurdo, como pelo absurdo e pelo arbítrio tudo resolve e dirige (*O nobre senador supunha referir-se ao Gabinete de 3 de agosto*). Se o Marechal Caxias, prosseguiu êle, fôsse comandante em chefe das fôrças brasileiras, não só terrestres, senão também marítimas, o general argentino, a quem o Marechal Caxias era subordinado, seria por isso mesmo comandante da esquadra, o que muito discreta e politicamente se quis evitar." A conclusão é inteiramente falsa. Segundo estipulação do Tratado da Tríplice Aliança, o comando da Esquadra ficou separado do comando do Exército que foi confiado à direção do Presidente da República Argentina. E pois, se o Govêrno imperial nomeasse o general brasileiro também comandante da Esquadra, não podia a Esquadra ficar pelo fato dessa nomeação, sujeita ao general argentino. Tratados são lei entre as partes contratantes, e as nações aliadas não podiam deixar de cumprir o da Tríplice Aliança na parte relativa à separação dos comandos, como em tôdas as outras estipulações. Assim foi entendido e praticado. A respeito dessa questão citou o nobre senador uma anedota muito curiosa e engraçada. Peço licença ao Senado para referi-la. Ei-la (*lê*): "O Sr. Caxias queria chamar-se comandante de *tôdas* as fôrças. Pois bem, disse o Govêrno de 16 de julho, assim seja, e exonere-se

não só do poder que se lhe deu, mas do que por suas mãos tomou. Faze o que eu fizer, dizia um pai inculito ao filho, ainda mais inculito, levando-o a visitar a primeira autoridade do lugar, e sucedeu que, tropeçando e caindo o velho na escada, fêz o filho outro tanto." A aplicação não é lá das mais fáceis. Parece que o pai inculito é o Sr. Duque de Caxias e o filho ainda mais inculito o Ministério atual. O benemérito Marechal-do-Exército assumindo o comando da Esquadra, embora o fizesse sendo Presidente do Conselho o nobre senador pela Bahia, tropeçou e caiu; o Ministério fêz outro tanto quando o demitiu do mesmo comando. Nada mais engenhoso. Na parte relativa à nomeação de S.A.R. o Sr. d'Eu para comandar tôdas as fôrças, o Exército e a Esquadra, lê-se entre parênteses "Fôrça do exemplo". Parece que na opinião do nobre senador repetiu-se o caso do pai inculito e do filho ainda mais inculito. Tropeçaram e caíram ambos. Nutro, Sr. Presidente, a íntima convicção de ter cabalmente refutado tôdas quantas censuras me foram dirigidas pelo que escrevi e firmei com meu nome, já em relação às inexactidões dos informantes do Sr. Xavier Raymond sôbre a guerra do Paraguai, já em relação ao Gabinete de 3 de agôsto e à pessoa do nobre senador pela Bahia, que confirmou, embora diga o contrário, os fatos alegados a seu respeito, e cada vez mais me persuado que se o nobre senador contasse com resposta da minha parte não diria jamais o que disse. Combateu a verdade na suposição de não haver quem a defendesse. Tenho por mim haver conseguido o fim por que tomei parte nesta discussão (*Apoiados*). Cumpri meu dever e disto só fico contente."



Terminara a defesa de seu artigo e de Caxias. Mas não era homem de se contentar com a simples defensiva. Sempre emendara a defesa com o ataque imediato e fulminante para não deixar respirar o adversário. Na sessão anterior falara Nabuco sôbre a necessidade de certas reformas na legislação, expendendo considerações que Firmino explora com habilidade, a ponto de desencadear, no fim, grande agitação no plenário. Matéria puramente política. O debate é vivo, com apartes de Sousa Franco, Nabuco, Saraiva, Otaviano.

As reformas propostas pelos liberais — diz — devem ser sempre encaradas com desconfiança. Os conservadores, quando sentem necessidade delas, fazem-nas. O velho tema da Lei de 3 de dezembro, da revolução liberal contra ela, e da acomodação dos insurretos no poder com essa ordenação, vêm à tona. Defende o Senado, que Nabuco acusara de ser o obstáculo às reformas. Depois de apreciar com ironia o proceder dos liberais no poder, faz desabar a tempestade: “Tenho muito receio de nossos adversários políticos no poder; sei como êles executam as leis que chamam de compressão pelo modo como as executam. Dão-se tão bem com elas que não cuidam de reformá-las. Exigem, portanto, os interêsses bem entendidos do país e os da opinião política a que pertença, nos esforcemos em cercar-lhes os meios de abuso que essas leis lhes deparam. Façamos no Govêrno o que êles reclamam em opposição, e esquecem apenas sobem ao poder. Afirmou o nobre senador que as reformas reclamadas pela opposição não podiam ser realizadas por conservadores nem liberais, e destas premissas deduziu a conclusão seguinte: “Logo só o poder pessoal é capaz de as realizar.” Tenho notado, Sr. Presidente, no Partido Liberal de meu país uma feição muito característica: é o partido que menos confia no critério do poder da democracia. Vou demonstrá-lo. Durante a minoridade, o Poder Executivo

não dispunha de meios de ação que depois lhe foram facultados. Não havia ainda a Lei de 3 de dezembro, nem a da guarda nacional como hoje vigora. Vivíamos em pleno domínio da legislação estabelecida pelo partido vencedor em 7 de Abril. As localidades governavam-se por si mesmas, nomeavam suas autoridades administrativas, policiais e judiciárias. O Govêrno não podia falsear o voto das urnas, porque nas mãos das influências locais estava a autoridade que manda e a fôrça que executa. Não podendo contar com o apoio da opinião livremente manifestada, sem a mínima coação do poder, o que fêz o Partido Liberal? Descré da democracia, caminha apressado para São Cristóvão e pede ao princípio monárquico, a pretexto de salvação pública, o poder que a própria democracia lhe havia recusado.”



Aponta a ameaça que transparece na frase de Nabuco: “Pretende agora recorrer aos mesmos meios a ver se alcança o mesmo fim. Intenta dirigir-se de novo a São Cristóvão e pedir ao poder, a que chama de pessoal, faça as reformas quanto antes, embora por meios irregulares, ofensivo de nossas instituições. Quer que se repita neste país o que se está fazendo em Portugal. Não haverá aqui um Marechal Saldanha, que se encarregue de semelhante missão; não faltará, porém, um marechal da pena, um marechal da palavra, da administração, da jurisprudência, e do trabalho... como o nobre senador pela Bahia...”

Um Sr. Senador: Um dos cidadãos mais aptos para fazer a reforma.

O Sr. Francisco Otaviano: Um dos homens mais eminentes e mais ilustrados dêste país.

O SR. FIRMINO: Sem dúvida alguma. Mas depois de haver o nobre senador reconhecido a necessidade de serem feitas as reformas pelo poder, que denomina pessoal, deve ser êle sem dúvida alguma o marechal encarregado de as executar, como quem iniciou a idéia.

Um Sr. Senador: Êle não é capaz disto.

O Sr. Nabuco: Não me compreendeu.

O SR. FIRMINO: Se não compreendi a V. Ex.^a como muitos outros Srs. Senadores, estimo estas observações para que tenha ocasião de explicar-se.

(Há diversos apartes.)

O SR. FIRMINO: Pouco me importa saber quem deva ser o Marechal Saldanha. Seja quem fôr, liberal ou conservador, é para mim indiferente. Sou conservador porque sou liberal, e sou liberal porque entendo que a ordem indispensável ao engradecimento e prosperidade da Nação, depende essencialmente das instituições livres que possuímos. A Constituição do Império compreende perfeitamente em seu justo equilíbrio o poder e a liberdade. Não desejo nem mais, nem menos do que ela contém em relação a êsses dois elementos essenciais à nossa forma de govêrno. Por isso me oporei sempre a todos os desvios do sistema adotado, seja qual fôr a sua origem. Repelirei com todos os esforços de minha alma a revolução, tanto a que vem de baixo como a que vem de cima.

O Sr. Sousa Franco: Menos a do 16 de julho.

O SR. FIRMINO: Em 16 de julho não houve revolução alguma, mas o exercício muito regular e legítimo dos poderes constitucionais."

E afinal termina o discurso: "Quando é dissolvida a Câmara temporária e sobem ao poder os liberais,

as expansões de júbilo não têm limites; não há elogios nem aplausos que se não dirijam à sabedoria da Coroa. Quando se efetuou a penúltima dissolução, chefes liberais distribuíam por tôda parte circulares, em que muito se elogiava a Coroa por ter salvado o país, no exercício de uma atribuição constitucional, condenando os conservadores que por isso deviam ser repellidos das urnas eleitorais. Quando a dissolução é feita contra as maiorias liberais, não há censuras por mais graves e desarrazoadas que se não façam no ato que a decretou. Não a reconhecem mais como resultado de uma prerrogativa confiada pela Constituição ao Poder Moderador: é o despotismo que aí vem, exclamam. Até chegou-se a estabelecer, para condenar o decreto da última dissolução, uma célebre distinção entre o que é legal e o que é legítimo. Admito em tese esta distinção, mas não quando se trata de analisar atos permitidos pela lei, de apreciar o exercício de uma atribuição conferida pela Constituição. Neste caso, o que é legal não pode deixar de ser legítimo, porque a legitimidade resulta da lei. Não compreendo como possa haver revolução nos limites traçados pela Constituição. Nunca pensei que o espírito de partido chegasse ao extremo de confundir entidades tão distintas, lei e revolução. Como se animarão a justificar a dissolução que possa ser decretada contra maiorias conservadoras aquêles que no exercício dessa atribuição do Poder Moderador vêem hoje a revolução e o despotismo? Tenho concluído."

A taquigrafia, saindo de sua costumeira sobriedade, registra: *Muito bem, muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado por muitos Srs. Senadores.*

* * *

“Quem tem o vosso nome, vossa pena e vosso expediente” — afirmara-lhe José de Alencar — “pode ser em pouco o primeiro advogado do Império.” O discurso — disse-o Almeida Nogueira — foi, “segundo a opinião geral, a mais completa e a mais cabal exposição e glorificação dos feitos de Caxias na campanha do Paraguai”. O memorialista registra ainda: “Dos aplausos que recebeu ao terminar o seu importante discurso, não foram os menos calorosos os do Conselheiro Zacarias, que acrescentou: Eu sabia que o senhor falava bem e com a eloquência que nos acaba de revelar; foi por isso que o provoquei, para forçá-lo a vir à tribuna e a conquistar triunfos oratórios.”³⁷⁸

Joaquim Manuel de Macedo, a propósito da oração, disse que Firmino “falou senhoreando a atenção do auditório mais sábio, que aplaudiu a palavra sonora e fácil, a frase correta, o estilo atrativo e a argumentação enérgica e cerrada do já famoso publicista conservador”. Sobre o voluntário afastamento do senador da tribuna diria ainda o romancista: “Aquêlê que tinha desdenhado as coroas de poeta, desdenhava os triunfos de orador parlamentar.”³⁷⁹

Três horas ficara na tribuna. Após êle houve tempo, apenas, para outro orador, Francisco Otaviano. Os dois jornalistas, nesse dia, fizeram a sessão.

A oração serviu como bombardeio de proteção e cobertura. Para que o Duque de Caxias, dois dias depois, daquela mesma tribuna, proferisse o seu impressionante discurso de 15 de julho.

378. JOSÉ LUÍS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *ob. cit.*, 8ª Série, pág. 162.

379. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 338.

CAPÍTULO XIX

"Mas que é dêle? Não vai na vossa frente!
Oh! que é feito do rei da mocidade!"

*Formatura do filho em São Paulo.
Reminiscências... O poeta. Romantismo e Classicismo. Gonçalves Dias, o "Astro Luminoso". A nênia "Niterói".
Precursor da poesia americana.*

São Paulo, 1873. Francisco Bernardino Rodrigues Silva vai colar grau na Faculdade de Direito. O pai, que viera assistir à cerimônia, está beirando os 60 anos. Fios brancos nos cabelos e na barba atestam a passagem do tempo. Mas conservava ainda os "olhos castanhos muito lípidos", observou Almeida Nogueira.³⁸⁰ O filho tem 20 anos.

Cêrca de 40 anos atrás, na friorenta e enevoadada São Paulo, às vésperas da própria formatura, a morte fulminara Francisco Bernardino Ribeiro, o amigo dileto, na flor da juventude. Que turbilhão de recordações aquêle ambiente estudantil fazia emergir de um passado já tão distante, e tão perto ainda! Os antigos companheiros de Academia... Poucos venceram a luta para um lugar ao sol. A maioria dêles vivendo em tranqüila obscuridade. Os dois grandes amigos da mo-

380. JOSÉ LUIS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *ob. cit.*, 8ª Série, pág. 142.

cidade, o que dera o nome ao primogênito, e Justiniano, êstes, os melhores, haviam partido. Quantas reminiscências...



As poesias... Fizera-as. Haviam constituído parte de sua juventude. Na Academia, em seu tempo, tivera início a fase de transição entre a escola clássica e a romântica. Procurava-se romper o círculo dentro do qual se encastou o classicismo com seus assuntos, idéias e linguagem consagrados. O movimento literário, sacudindo os figurinos postiços, voltava-se para as criações populares, valorizava as coisas da nova pátria, politicamente emancipada, despertando sentimento nativista, quase eliminado pela longa sujeição colonial. Com que ardor Augusto de Queiroga, João Salomé, Francisco Bernardino e êle haviam dirigido a revolução romântica! Em seus primeiros versos procurara quebrar a rigidez do padrão clássico, sem contudo conseguir imprimir-lhes o sôpro da poesia nacional e o cunho da originalidade. Conseguira-o pouco depois. Mas oh! Deus! à custa de quanto sofrimento, ao pêso de quanta dor, que lhe rasgaram a alma.

A tragédia parecia ter ocorrido ontem, e lá se iam perto de 40 anos! Quase de sua idade, amigo íntimo, Francisco Bernardino cedo alcançara tôdas as glórias. Acode-lhe à memória a revista da *Sociedade Filomática*, dirigida por Bernardino, com a colaboração de Justiniano José da Rocha, Silveira da Mota e Carneiro de Campos. Que apoteose quando o amigo, com 20 anos, conquistara em concurso a docência de direito criminal, sem encontrar competidor! Professor mais môço de que muitos dos alunos.

O trágico dia da partida precipitada de Bernardino para a Côrte, gravemente enfêrmo, em busca de tratamento; a falta de notícias; a expectativa angustian-

te; a antevisão de sua morte, traduzida em versos, na noite de São João, em meio à alegria dos festejos — tudo isso acode-lhe em tropel à lembrança com uma intensidade que o próprio tempo não pudera ainda amortecer. Mergulhara numa dor que fazia com que êle, um enamorado da natureza, não mais encontrasse encanto nas exuberâncias dos trópicos, envoltos no negror do luto:

“Hoje os céus pr’a mim não mais se anilam,
O sol empalidece,
Perde o verde a floresta, murcha o íris
Viçoso que nas flôres se debuxa;
As aves não gorjeiam seus trinados,
A brisa não suspira dentre os bosques.”

Sentira fanar-se no peito enfraquecido a voz dos cantos. Mas antes que o último suspiro exalasse:

“Ternas saudades cantarei do amigo,
Qual sabiá que em meio dos cantares,
Vendo ao lado jazer frio, sem vida,
O triste companheiro,
Com lúgubres acentos fere os ares,
Enternece as campinas, e os outeiros,
Gemendo melodias
Até que a morte esvaia-lhe no peito
Branda voz dos últimos gorjeios.
Assim, ó lira minha,
Pelo prazer outrora abandonada,
Aos sibilos dos ventos na palmeira,
As cordas tuas vibrarei saudoso
Até que a última estale,
E o último gemido de harmonia
A flor dos lábios sussurrando expire.”³⁸¹

“Bosques”, “Flôres”, “As Aves não gorjeiam”, “Sabiá”, “Palmeira” — não se acham aí muitos dos ingredientes da *Canção do Exílio*?

381. FIRMINO RODRIGUES SILVA, *Elegia*, in *O Cronista*, de 16 de setembro de 1837.

Ah! A *Canção do Exílio!* Quando Gonçalves Dias, 10 anos mais tarde, publicara os *Primeiros Cantos*, êle o saudara efusivamente em longo artigo no *Jornal do Comércio*, estampado em seu número de 10 de maio de 1847. E o poeta, satisfeito, escrevera a Alexandre Teófilo que lesse naquele número do jornal "as Áfricas que o teu amigo anda fazendo".³⁸² Muito antes que Alexandre Herculano o fizesse, havia êle revelado o mérito do jovem poeta. Fizera-o com entusiasmo e ternura, porque via completar-se no môço maranhense o poeta que êle quisera ser, um como seu filho espiritual. Que havia mesmo escrito do poeta e de seus versos? Sim, lembrava-se bem: "Inspiração, sentimento, colorido, tudo êle reúne em sumo grau. Seus versos são melancólicos ou folgazões, simples ou majestosos, conforme as exigências do assunto, mas sempre tão repassados de harmonia que se gravam de per si mesmo na memória de quem os lê. A rima é fácil; sem que ninguém o sinta, o consoante aí vem colocar-se no fim do verso como com seu acento próprio, e com tanta propriedade que ninguém se animaria a substituí-lo por outra palavra." Havia ainda o período final: "Se quiséssemos transcrever tudo quanto nos parece primoroso nos *Primeiros Cantos*, fôra mister dar dêles uma nova edição nas páginas dêste jornal. Não há nesse belo ramalhete das mais peregrinas flôres, uma só que não seduza, nessas flôres uma pétala que não traga o cunho da perfeição. Seja bem-vindo o novo vate do amor e da melancolia, venha ocupar entre seus colegas o lugar que tão merecidamente lhe compete. Nós o saudamos como um astro luminoso que desponta no horizonte literário da época."³⁸³

382. LÚCIA MIGUEL FERREIRA, *A Vida de Gonçalves Dias*, pág. 90.

383. *Jornal do Comércio*, de 10 de maio de 1847.

Versos... Os que fizera à morte de Francisco Bernardino, a nênia *Niterói*, que lhe dera renome como poeta, irrompem do fundo de sua memória, e fazem-no estremecer levemente à lembrança do que passou. Como todos elogiaram a composição! Rejubilara quando José de Alencar dela dissera ser "Uma flor que uma pena de escritor político fêz desabrochar nos seus primeiros ensaios, e que para mim ficou como verdadeiro tipo da poesia nacional; há aí o encanto da originalidade, e como o eco das vozes misteriosas de nossas florestas e de nossos bosques."³⁸⁴ E Joaquim Manuel de Macedo afirmara que ela era "Uma das mais admiráveis nênias que se podem ler na língua portuguêsã."³⁸⁵ Melo Moraes Filho transcrevera-a no *Curso de Literatura Brasileira*.³⁸⁶ O mineiro Xavier da Veiga, apreciando-a, escrevera: "Pela voz do poeta falam os gênios de nossas florestas; há nos seus gemidos êsse acento de angústia selvagem que é como o eco dorido das tristezas do êrmo e dos lamentos da solidão. *Sublime*."³⁸⁷ De Portugal, não notara Inocêncio Francisco da Silva, em seu *Dicionário*, que o canto passava "por ser uma das melhores poesias brasileiras?"³⁸⁸

No poema, cujos versos irrompiam em tropel do fundo da juventude que o ambiente fazia recordar, é a mãe amargurada que em pranto se queixa do golpe, que lhe matou o filho. Niterói é o seu nome. Em seus cruéis tormentos nem se lembra, tão formosa que é, a quebra e a escuridão de sua beleza. E êle, o poeta, apenas se mostrava, interrogando-a:

384. JOSÉ DE ALENCAR [IG.], *Cartas Sôbre a Confederação dos Tamoiôs*, pág. 32.

385. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 336.

386. MELO MORAIS FILHO, *Curso de Literatura Brasileira*, pág. 490.

387. XAVIER DA VEIGA, *Efemérides Mineiras*, vol. 3º, pág. 132.

388. INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 9, pág. 233.

"Niterói, Niterói, que é do sorriso
Donoso de ventura, que teus lábios
Outrora enfeitiçava? Côr de jambo,
Pelo sol dêstes céus enrubescidas,
Já não são tuas faces; nem teus olhos
Lampejam de alegria...."

Assim romperá a nênia pungente, subindo em seguida na escala do sentimento e do gemer aflitivo maternal. Os gritos de desespero da mãe amargurada atroam pela floresta. Ela, a princesa do vale, majestosa e bela, se ergue. Crava os olhos nos céus, e aos céus levanta as mãos, com as tranças luzidias espargindo-lhe pelo formoso colo moreno. Parece o gênio da maternidade ante a eternidade:

"Ó meu filho,
Entre milhares, filho o mais prezado;
Ó meu anjo, por que me abandonaste?"

Ele estava no raiar da juventude. Era mais belo do que o sol de julho, puro como os desejos da inocência. Sua fronte traía o gênio:

"Ó de meus filhos ufania e glória,
Ó meu anjo, por que me abandonaste?
Que é feito do condor que o vôo ardido
Arrojava por cima dêsses Andes?
Dos céus nas sendas transviou-se acaso?"

Ai! quão triste,
Quão sòzinha deixou-mê na floresta,
Gemendo de saudade! Vem, meu filho,
Consôlo de meus males, minha espr'ança;
Oh! meu anjo, por que me abandonaste?"

Niterói tem outros filhos. Acercam-se dela no meio da floresta. Semblantes pálidos, olhos cintilantes. E ela, ao vê-los, por um momento orgulhosa dêles,

incita-os à glória, mas, ao notar a falta do filho eleito, desespera:

“— Marchai avante, prole de esperança,
À glória, à glória, que o futuro é nosso... —
Mas que é dêle? Não vai na vossa frente!
Oh! que é feito do rei da mocidade,
Tupá, Tupá, que mal te hei feito?”

A formosa princesa quer chorar na solidão a sua desgraça. Nada mudou na alegria agreste da floresta. Ela está sòzinha e balbucia o seu queixume:

“Sem dó, nem compaixão, roubou-me a morte
Do meu cocar a pena mais mimosa;
A jóia peregrina do meu cinto,
O lirio mais formoso das campinas,
O lume dos meus olhos! — Ó meu filho,
Inda canta a araponga, e o rio volve
Na ruiva areia a lóbrega corrente,
Inda retouca a laranjeira a coma
Verde-negra de flôres alvejantes;
E tu já não existes!! — Sol brilhante,
Nume de meus pais, que é do meu filho?
Ó! Tupá, ó! Tupá, que mal te hei feito?”

Não tem onde asilar-se em meio às tempestades na serrania imensa. Sente-se perdida nas florestas gigantes, onde nas brenhas silvam serpes. No auge da angústia interroga a natureza impassível:

“Como estalaram tantas esperanças
Num momento de dor? Eia, dizel-mo,
Erguidas serras, broncas penedias...”

Cala-se a mãe ferida. Cessam os lamentos lancinantes. E o poeta, testemunha daquele desespero materno, a vê desaparecer na floresta, ouvindo os ecos dos queixumes:

“Não pôde mais dizer... por entre as matas
Como um sonho, ligeira, a vi sumir-se.
E o sibilo dos ventos nas florestas,
E o eco das montanhas e dos vales,
A modo que em um côro majestoso
Inda as últimas queixas repetiam:
— Ó nume de meus pais, ó sol brilhante,
Ó! Tupá, ó! Tupá, que mal te hei feito?...”³⁸⁹

Os acentos doloridos da poesia haviam brotado do seu estado emocional. Como a morte do amigo o perturbara! Justiniano José da Rocha confortara-o com palavras de fé. Dêle viera-lhe o consôlo e o incentivo para fugir ao acabrunhamento devastador. “Não uma dor estéril, mas trabalho...” — dissera-lhe. Em carta de 7 de outubro de 1837, que de tão lida sabia de cor, escrevera-lhe Justiniano: “Ainda te não agradei teus versos, êles estavam ótimos, sobretudo os de São João, eu os tenho publicado, e hás de os ter visto no *Cronista* e *Gabinete*. Espero que do nosso comum infortúnio estejas mais distraído, não digo consolado, porque coisas há no mundo que nada consola, e as chagas do coração não se cicatrizam. Mas o tropel da vida, as exigências da existência, a longa previdência do futuro arrastam-nos, e nos não deixam olhar continuamente para o passado, quer de mágoas, quer de prazeres. O homem, e especialmente o homem mção vive no futuro. Ninguém mais do que eu tem êste ano sido vítima do infortúnio, e todavia mal me ficaram alguns dias para as lágrimas. Minha mulher, minha filha, minha mãe, minhas irmãs, exigiam de mim não uma dor estéril mas trabalho, e lucro para as alimentar, e eu faço o que posso para satisfazer essa afanosa mas doce missão, e os cuidados do futuro me distraem das mágoas do pas-

389. FIRMINO RODRIGUES SILVA, *Nênia*, in *O Brasil*, de 16 de março de 1841.

sado. Por vêzes me surpreendo triste, melancólico, chegam-me lágrimas aos olhos, mas ouço minha filha chorar, e o seu futuro me preocupa, e me dá alento, e me tira a recordação do que perdi. O mesmo te há de ter acontecido; terminas êste ano tua formatura. Ah! que já a visse terminada, que já te veja de volta! Aqui encontrarás amigos: tens uma pena bem aparada, tens talento, tens boas inspirações, com tudo isso não se pode ser inútil na terra.” E no pós-escrito: “Manda mais versos para o *Gabinete* e *Cronista* que te pede nosso amigo Josino, e eu por êle.”

Procurara exprimir o sentimento sem deixar-se contaminar pela musa européia. Conseguira-o. Personalizara a natureza tropical sob as formas de uma selvagem que chora um filho civilizado, os apelos a Deus e as súplicas a Tupá, aliança de crenças que se traduzem espontâneamente diante da natureza americana. Criara o tipo de poesia tipicamente nacional. Iniciara o movimento, mas como a Francisco Otaviano, a política o absorvera. E o ideal acalentado na extrema juventude vira êle realizado por Gonçalves Dias, o “astro luminoso”.

E os contos... Ah! os contos... Escrevera-os no *Cronista*, quando êsse jornal, revolucionando o estilo do periodismo até então usado no Império, iniciou sua publicação, inspirado no modelo francês. Com Justiniano e Josino, também dedicados ao novo gênero literário, procurara retratar, em pequenas histórias, alguns costumes brasileiros.

Sacrificara a glória literária pela política, a Messalina de Otaviano, e lucrara com isso? Ao mesmo tempo que redigira o panfleto sôbre a *Facção Aulica*, que tanta influência tivera na derrocada da situação liberal, redigira também o artigo sôbre os *Primeiros Cantos*.

Política e literatura. Se ali ajudara a derrubar, aqui ajudara a elevar. Conceitos certíssimos dissera sôbre a nossa literatura. Lembrava-se nitidamente de uma passagem: "A poesia portugêsa foi o tipo estudado pelos nossos primeiros poetas; tudo quanto não era ela ninguém se animava nem a pensar. O prestígio das distâncias e a magia do desconhecido contribuïam poderosamente para persuadir a êsses gênios de um povo na infância, que nada havia poético senão o que passava além do Atlântico. E tão valente é a fôrça dêsse prestígio e dessa magia sôbre a imaginação, que os dois poemas mais notáveis por descrições peculiarmente brasileiras, o *Caramuru* e o *Uruguai*, foram meditados e publicados na Europa. Talvez nunca tivessem êles visto a luz do dia, se Durão e José Basílio se houvessem conservado no Brasil." O fio da memória trazia-lhe à tona outro trecho do velho artigo relacionado com a situação da poesia após a proclamação da Independência: "Sob o céu magnífico do Rio de Janeiro não se cantou mais a primavera revestindo de folhagem os esqueletos vegetais, mirrados pela fôrça entorpecida do inverno, nem o lavrador afadigado quebrando com seus socos a neve. Se um novo Gonzaga quisesse immortalizar outra Marília, certo a descreveria com tôda a cor local dessa original cidade de Ouro Prêto, tão singularmente situada, tão pitoresca nas irregularidades sem-nome e sem-número de seu solo; não a destacaria de sua paisagem natural, dos usos e costumes do seu país, para a descrever a si mesma, como um casal de pastôres tangendo a sanfona e apascentando o gado." ³⁹⁰

Ah! As reminiscências que a velha cidade dos bandeirantes, fria e triste, nostálgica e de tardes cinzentas, envolvida pela garoa, fazia emergir do fundo do passa-

390. *Jornal do Comércio*, de 5 de maio de 1847.

do! Entre os lentes do filho que terminava o curso, presentes à solenidade, três traziam nomes que lhe despertavam outras recordações: José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos. Sorria ao ver que os descendentes dos gloriosos, mas violentos irmãos, haviam trocado o uso do cacête pelo da cátedra. Amortecida na segunda geração a ardência do sangue, pacíficos, sabedores de Direito, aquêles Andradas haviam ensinado ao filho a *ars boni et aequi*. Que lutas, êle, môço, com Justiniano, durante a regência de Feijó e na crise da maioridade, tivera com os leões andradinos! Os duelos do *Cronista* com o *Parlamentar*, e do *Brasil* com a *Regeneração*, fazendo saltar centelhas... A ronda dos capangas ameaçando-lhe os ossos, tudo por causa da sua "pena bem aparada"... Abrira caminho correndo riscos e enfrentando dificuldades. Como lhe fôra penoso alçar-se na vida e romper a obscuridade! Sôzinho, sem desfrutar de influências de famílias, impusera-se pelo talento, pela honestidade, coragem, e inquebrantável fidelidade aos princípios políticos.

Como era bom recordar! Mas também como era triste...



Ouro Prêto, 1874. A 25 de outubro instala-se a 20.^a Legislatura da Assembléa Provincial. Francisco Bernardino, com 21 anos, havia sido eleito deputado provincial, vindo colocado em décimo primeiro lugar. Eleição tranqüila, segura. O pai, homem influente, desfrutava imenso prestígio em Minas.

Em 3 de fevereiro de 1844, 30 anos passados, Firmo tomara também assento naquela Assembléa. Como fôra diferente sua eleição! Lograra ser incluído na chapa de deputados, vencendo a resistência ponderá-

vel de Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da província, que queria excomungá-lo sob o pretexto de não ser êle mineiro. Alcançara a 29.^a colocação.

Francisco Bernardino primava em mostrar valor próprio. Entre os de sua turma na Academia de São Paulo, destacara-se como dos primeiros.³⁹¹ A despeito da pouca idade, ascenderia em pouco à liderança da bancada do Partido Conservador na Assembléia Provincial. Logo depois seria Presidente da Província do Piauí. Apesar da pressão exercida no pleito pelo Visconde de Ouro Preto, na Presidência do Gabinete liberal, sairia eleito deputado geral por Minas nas últimas eleições do Império. Na República teria atuação de relevo na política do Estado, cuja presidência, em eleição renhida, disputou com Crispim Jacques Bias Fortes. Por várias vêzes representaria o Estado na Câmara Federal.

Herdara do pai a fidelidade às idéias conservadoras, a pureza do estilo e o sentimento religioso. Almeida Nogueira, colega de turma, assim o retratou: "Em filosofia, idealista; em religião, católico; em política, conservador; em literatura, clássico."³⁹²



Para quem tem filhos, nem tudo, em relação a todos, corre bem. Antônio, o terceiro filho, menino inteligente, precoce, ao atingir 14 anos, fica tuberculoso. A tísica, na época, era fatal.

*"A flor da vida minha se há murchado
Como um botão de rosa na grinalda!"*

391. JOSÉ LUIS DE ALMEIDA NOGUEIRA, *ob. cit.*, 1.^a Série, pág. 282.

392. *Idem*, pág. 309.

Nem por isso os pais deixam de tudo tentar para salvá-lo. Baldados os recursos aqui utilizados, enviam-no a Paris, em busca de outros remédios, de outros processos de cura. Tudo inútil. Em 1875 ali falece, com 20 anos.

E não chegara, ainda, o tempo de o velho lutador descansar. Havia muito que pelear.

CAPÍTULO XX

"Clemente como um anjo de bondade,
Terrível como o bronze das batalhas."

Incidente com o Visconde do Rio Branco no Senado. Súmula do pensamento político de Firmino sobre o papel do Partido Conservador e do Partido Liberal. Discurso sobre a questão religiosa. O velho Saquarema e a maçonaria do Presidente do Conselho de Ministros.

O Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho, executava as reivindicações reclamadas pelos liberais: eleições diretas, emancipação, reforma judiciária da lei de 3 de dezembro de 1841. Mas sobre o Império desabava tremendo conflito entre a Igreja e o Estado, com prisão e processo de bispos.

Na divisão do Partido Conservador, ocorrida em virtude desses sucessos, Paulino de Sousa, filho do Visconde do Uruguai, lidera na Câmara os elementos descontentes com a atuação do Ministério. Na sessão de 21 de maio de 1872, derrota o Gabinete por 50 votos contra 49. O Ministério obtém do Imperador a dissolução da Câmara.

A questão não podia deixar de repercutir no Senado. Rio Branco, na sessão de 13 de fevereiro de 1873, profere palavras duras contra os conservadores

que não apoiavam as iniciativas do Gabinete, ou as apoiavam com restrições. Chega ao extremo de chamá-los "conservadores degenerados". Firmino o contesta, em apartes. A certa altura, volta-se o tribuno e diz-lhe ser lícito pensar diversamente, desde que provasse o contrário do que estava asseverando. Tanto não era necessário para Firmino acudir ao pregão.

O homem retraído, com aversão à tribuna por acreditar-se destituído do dom da palavra, às vêzes que a ela assumia, era para enfrentar os maiores oradores. Na Câmara, Melo Franco, desabusado, violentíssimo; Sousa Franco, ferino, zombeteiro. No Senado, Zacarias, sarcástico, agilíssimo, e agora Rio Branco.

Na sessão de 8 de março seguinte, na discussão do voto de graças, dá as razões de sua divergência, reclamadas pelo Presidente do Conselho. A dissolução da Câmara dos Deputados não fôra decretada de conformidade com os preceitos constitucionais. Estes sòmente a autorizam nos casos em que o exigir a salvação do Estado. Do terreno constitucional passa ao político. Se a Câmara se dividira, não se poderia concluir que se tornara ela impossível a qualquer Ministério. A divisão decorrera da questão de confiança, que o Ministério suscitara. Surge logo, aspérrimo, o atrito: "Dizia o nobre Presidente do Conselho que, se a Câmara dos Deputados negasse a confiança, e o Ministério fôsse demittido, haviam de subir os liberais ao poder."

"O Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho): Não disse isso a ninguém, não é exato.

O SR. FIRMINO: Repito apenas o que ouvi a muitas pessoas, até a vários Srs. Deputados.

O Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho): Não quero dar apartes, mas não posso deixar de contestar uma proposição destas.

O SR. FIRMINO: Eu o ouvi até a um membro do Ministério, ao próprio Visconde de Itaúna, muito distinto conservador de saudosíssima recordação. Disse-me que o nobre Presidente do Conselho lhe pedira com muita insistência, durante oito dias, para ser ministro, acrescentando que se êle não atendesse a êsse pedido, S. Ex.^a se retiraria do poder e subiriam os liberais. Viu-se então obrigado a aceitar a pasta da Agricultura e Obras Públicas porque não quis que por sua causa fôsse prejudicado o Partido Conservador.

O Sr. Ribeiro da Luz (Ministro da Marinha): É inexato, êle estava na Europa.

O SR. FIRMINO: Está enganado; aceitou a pasta, em que deu provas de muito mérito e dedicação ao serviço público, no dia 20 de abril de 1872.

O Sr. Saraiva: Somos tutus...

O Sr. Pompeu: Então é verdade o que se disse no outro dia que V. Ex.^a andava metendo mêdo ao Partido Liberal?

O Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho): Não é exato, aliás cada um podia pensar a seu modo, supor possível a ascensão do Partido Liberal e dizê-lo em conversação particular, é direito recíproco.

O SR. FIRMINO: Alguns dos senhores senadores e deputados que haviam assistido às Assembléias convocadas pelo nobre Presidente do Conselho me comunicaram haver êle por fim asseverado, e não me disseram se em conversação particular ou não, que a Câmara seria dissolvida ainda no caso de pequena maioria ministerial.

O Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho): É inexato.

O SR. FIRMINO: Vou apelar dêsse aparte para os fatos. A razão dessa dissolução foi explicada do modo seguinte: porque sem maioria composta e avultada era impossível contar com a aprovação da reforma eleitoral e de outras que tinham de ser propostas pelo Govêrno. Refiro agora os fatos para os quais apelo. Durante a crise foi de novo recomposto o Ministério, sendo nomeados o nobre Senador pela província de Minas Gerais Ministro da Marinha e um Ministro da Guerra. Convocou-se também o Conselho de Estado para ser consultado acêrca da dissolução, antes de findar a discussão, antes da decisão parlamentar. O único fundamento da dissolução seria a negação de confiança, portanto só devia ser requerida, e executado o processo respectivo, depois da votação da Câmara; mas se procedeu assim antes e por alguma razão, não há efeito sem causa, sem dúvida, para se dar a entender que o Ministério não seria demitido, mas dissolvida a Câmara, ainda no caso da concessão de confiança por poucos votos, a fim de ser ela concedida por grande maioria. Êste raciocínio me parece ter sido confirmado pelo nobre Presidente do Conselho quando, depois da consulta do Conselho de Estado, asseverou na discussão da confiança que o Ministério contava com a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado. Se contava com essa maioria, porque solicitou o decreto da dissolução? Sr. Presidente, a V. Ex.^a e ao Senado submeto a decisão da questão, combinados com o aparte os fatos alegados.”³⁹³

Rio Branco silenciou.

Prosseguindo, fala sôbre a proposta abolicionista: “Tratando-se de uma questão de tanta importância social, jurídica e econômica, todos não podiam pensar

393. *Anais do Senado*, 1873, tomo V, Apêndice, pág. 144.

da mesma forma. Reconheço êste mérito moral, e intellectual, tanto nos que votaram contra a proposta ministerial como nos que votaram a favor. É por via da argumentação e da discussão que se revela a verdade; a luta das idéias fortifica as convicções. A inteligência humana diversifica nas suas conclusões, porque nem todos encaram a questão do mesmo lado, e a liberdade de opinião é de tôdas as liberdades a mais sagrada.”

Com a objetividade aprendida do reorganizador do Partido Conservador sustenta: “Os inconvenientes da escravidão, quaisquer que sejam, não são devidos aos proprietários, mas à lei que a autoriza porque sem essa autorização não existiria o estado servil. A lei revoga com o mesmo direito o que determina. Assim como permitiu essa propriedade, podia suprimi-la, mas sendo satisfeitos os prejuizos, perdas e danos, resultantes desse fato; princípio incontestável de direito.”

Contesta a tese de serem declarados os deputados que não votaram a favor do projeto de lei de emancipação, de origem ministerial, deputados dissidentes. Tal atitude só poderia ter um fim: insinuar ao eleitorado que êles não eram mais do Partido Conservador. Lembra que, quando se tratou de substituir pela eleição por distritos a eleição provincial, o Senador Eusébio de Queirós combateu o projeto sustentado pelo Marquês de Paraná, tendo êle, Firmino, votado de acôrdo com Eusébio, bem como outros deputados conservadores. Nunca foram declarados dissidentes do partido. “Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para declarar que tenho pertencido ao Partido Conservador desde minha infância. Na situação atual sou tido em conta de dissidente do partido por uma única razão, por ser hoje o que tenho sido sempre, conservador de princípios e

não de posições pessoais.” O libelo o incriminara pela culpa da lealdade.

Dissidente, êle, do velho partido a que estava vinculado desde a juventude? Então o partido de Bernardo Pereira de Vasconcelos havia se transformado em cêra mole nas mãos do Gabinete? “A dissidência foi decretada por ministros, que se julgam chefes autocratas do Partido Conservador, como se a algum poder político competisse o direito de nomear chefes de partido. Entendem que os conservadores são obrigados a proceder sempre de acôrdo com êles ainda que pensem de modo diverso. Quiseram talvez exercer no partido a mesma influência que lhes compete na ordem administrativa. Recompensam os empregados que julgam cumprir bem seus deveres, e demitem aquêles que não lhes merecem confiança. Foi de conformidade com êsse princípio que declaram dissidentes, no intento de serem demitidos do partido, os conservadores que os não apoiaram na solução da reforma do elemento servil. Apenas organizado o Ministério me parece ter eu sido demitido talvez na suposição de por êste modo ser granjeada a benevolência dos adversários políticos com que lutei na imprensa. Nunca Ministério algum entendeu neste país que deviam ser declarados dissidentes, para serem excluídos do partido, os representantes da Nação que não aprovassem propostas ministeriais. Só os dissidentes do bom-senso e da lógica podem pensar de modo diverso.”

Denunciava, dêsse modo, a ditadura vigorante dentro do partido. Nem o voluntarioso Paraná ousara tanto. Nos países de forma representativa — sustenta — organizam-se natural e necessariamente dois partidos, o Conservador, para impedir os excessos da liberdade, que podem conduzir à anarquia, e o Liberal, para impedir os excessos da autoridade, que podem

proibir o livre desenvolvimento das faculdades naturais. Um na opposição deve ser o corretivo de outro no poder. Atingindo a sùmula do seu pensamento político, a que o conduzira o raciocínio lógico e a idade, que esfria as paixões e permite ver claro, aduz: "São portanto essenciais à nossa forma de Govêrno ambos êstes partidos (*Apoiados*). Procedendo, como devem, fiscalizam recìprocamente os abusos de que são susceptíveis, e promovem a discussão, luta de idéias, que revela a liberdade, produz convicções, e habilita a opinião do voto popular a influir razoavelmente na direção dos negócios públicos. Prestando dedicação às nossas instituições prediletas, não devemos desejar a ruína do próprio partido, nem a do adversário, porque a aniquilação dos partidos é a origem das facções, que tanto concorrem para o desprestígio deteriorativo das instituições representativas, como os partidos legítimos para a sua consolidação."

Doutrina improvisada para acudir a uma emergência política de momento, tal como ser êle considerado dissidente do Partido Conservador? A altura em que equacionou o problema, collocando-o em termos de equilíbrio, não permite resposta afirmativa. Mais do que isso, porém, responde a sua atitude no passado. Sempre primara pela coerência. É com orgulho que pode dizer, numa alusão indisfarçável àqueles que impuseram ao Partido Conservador a ditadura de cúpula: "Como já demonstrei no *Constitucional*, no *Correio Mercantil* e até nesta tribuna, a idéia conservadora não é a imobilidade chim nem a fatalidade islamita; identifica-se com a natureza das instituições que se esmera em manter, diversificando portanto segundo a forma de Govêrno. Sendo as instituições liberais, a idéia conservadora também por fôrça há de

sê-lo. Muito me empenho pela manutenção de nossas instituições, por serem as mais favoráveis à liberdade (*Apoiados*). Eis a razão por que digo: sou conservador em minha pátria, porque sou liberal-monarquista.”³⁹⁴



Nesse ano de 1873 Firmino vai com freqüência à tribuna. Dissipara-se o enleio de falar. E, à medida que se afastava do jornalismo, procurava exprimir suas idéias ante o plenário do Senado.

Aberto o antagonismo com Rio Branco, que atirara, êle, o antigo luzia convertido, o apôdo de *dégenerados* aos que compunham a velha guarda saquarema e que não cantavam a palinódia, não perde vaza para atacar o Presidente do Conselho. Chegara, no campo das doutrinas, à maturidade plena, a ponto de bem compreender a importância fundamental da sobrevivência dos dois partidos, alternando-se no exercício do poder, para o aprimoramento do regime. Conservava ainda o ímpeto do ataque no terreno pessoal. Como a maçonaria procurava reivindicar para seu grão-mestre, para o Messias, como chamavam a Rio Branco, os méritos da emancipação, declara, na sessão de 5 de julho de 1873, que ela foi decretada em consequência do sentimento moral brasileiro. E com ironia: “O Rio Branco não aumenta as águas do vale do Amazonas.”³⁹⁵

Outra intervenção sua nos debates verifica-se na sessão de 26 do mesmo mês de julho. Discorre sobre o projeto dispondo acêrca do sumário de culpa, modificativo do Código de Processo Criminal, e apresenta emenda aditiva revogando o art. 6.º da lei de 20 de

394. *Ibidem*.

395. *Anais do Senado*, 1873, tomo IV, pág. 181.

setembro de 1871, na parte relativa à competência dos desembargadores para a presidência das sessões do Tribunal do Júri.³⁹⁶



A questão religiosa iniciada com a desassombrada atitude do Bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, enérgico capuchinho de 28 anos, em sua luta contra a maçonaria, logo seguido pelo Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, sacudia o Brasil, contribuindo, afinal, para abalar a solidez da Coroa, que no episódio tomou partido contra a Igreja.

Interditadas as irmandades que não atenderam à intimação episcopal de eliminarem de seu seio os maçons, a Coroa, dando provimento ao recurso destes, interveio. Não conhecendo os bispos da intervenção do Estado, o Ministério enredou-os nas malhas de um processo criminal, sobrevindo pronúncia, prisão, julgamento e condenação dos altos prelados. “O direito do Bispo” — diz com espírito o historiador — “de privar da opa, na missa, os que insistiam em cingir à noite, nas lojas, o avental maçônico era perfeito.”³⁹⁷

Católico praticante e vigilante, Firmino não poderia ficar indiferente ao drama dos bispos encarcerados. Por outro lado, tratando-se, na essência, de disputa entre o catolicismo e a maçonaria, transformada em questão de Estado em virtude de ser o Presidente do Conselho o grão-mestre, seu espírito de combatividade pelas convicções que nutria explodia. A parte propriamente doutrinária do discurso que a respeito proferiu na sessão do dia 27 de junho de 1874, na discussão

396. *Anais do Senado*, 1873, tomo IV, pág. 230.

397. JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 2º, pág. 243.

do voto de graças, é serena e lógica, estribando-se em fundamentos de ordem estritamente jurídica. A parte política é, todavia, inflamada, agressiva. Parte direto sôbre Rio Branco e revela, à vista do Senado, os manejos do chefe do Gabinete para aniquilar a autonomia da Igreja, o conluio com a maçonaria interessada. Aplicava o velho princípio que sempre adotara nas lutas, e que parecia inspirado no conselho de Richelieu: *on ne frappe les grands que par la tête.*

Sustenta, desta vez com apoio de Zacarias, que pela Constituição o Imperador, o regente e os senadores têm que jurar manter a Religião Católica Apostólica Romana, e não pode ser deputado o eleitor que não professar a religião do Estado. Começam logo as farpas: "Para se deduzir do artigo da Constituição últimamente citado que compete ao Govêrno negar beneplácito às bulas referidas, é preciso que a excelentíssima hermenêutica jurídica, descendente da razão a mais sublime, nascida no direito romano, seja afogada nas águas do Rio Branco.

O Sr. Mendes de Almeida: Muito bem.

O SR. FIRMINO: Não se pode julgar o beneplácito aprovação indispensável do poder temporal para a execução de decisões religiosas, porque nesse caso seria suprimida, opinião antípoda da razão e do bom-senso, a independência do poder espiritual no exercício de sua jurisdição entendendo a impiedade o seguinte: *Quae sunt Caesaris Caesari, quae sunt Dei Caesari.*"

Quando o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, proferiu a excomunhão contra o padre Almeida Martins, que fazia ostentação de ser maçom — diz —, a maçonaria inundara tôda a imprensa da Côrte de improperios e calúnias contra o prelado. "No *Jornal do Comércio*, abril de 1872, foram designados os sacer-

dotes com os epítetos inqualificáveis de porcos, hienas, panteras, águias, rapaces, lóbos, sapos, ursos, leprosos, assassinos, incendiários, defloradores, imorais, ignorantes, imundos, diabos negros.”

Enquanto assim eram tratados os ministros da Igreja, que fazia Rio Branco? “Quando houve uma eleição maçônica, muito se empenhou o nobre Presidente do Conselho, durante êsse conflito, para ser de novo eleito grão-mestre da maçonaria, e, segundo foi publicado na imprensa, usou da preponderância de sua posição política, oferecendo condecorações, meio hoje muito empregado dos mais favoráveis à confiança ministerial, a fim de conseguir de novo essa posição suprema da sociedade maçônica. Eis a firmeza do Governador no propósito de manter ileso a soberania nacional. Foi reeleito.”

D. Vital padecia por defender, como lhe cumpria, as prerrogativas da jurisdição religiosa. “Muito me penaliza o encarceramento do Sr. Bispo de Olinda; essa pena temporal, porém, o glorifica e mais o honra por haver justamente cumprido seu dever eclesiástico na jurisdição espiritual, pelejado pelo mundo com suas vaidades, do que as concessões temporais mais distintas, como *verbi gratia* títulos honoríficos, que decerto receberia do Ministério se, dominado pelas vaidades mundanas, suprimisse a autoridade episcopal, subordinando na questão religiosa o poder espiritual ao poder temporal. Bem-aventurados são os que sofrem perseguições por amor da justiça, porque dêles é o reino do céu. A queda é majestosa, quando se cai com virtude.”

Engenhoso o rebote à expressão usual com que os maçônicos procuravam antipatizar os católicos: “Sr. Presidente, o maçonismo ministerial e seus entusiastas entendem que censuram muito bem, com tôda razão, os

defensores do episcopado, da religião do Estado, os chamados ultramontanos. Que disparate! Julgou-se em França que a infalibilidade essencial à Igreja devia ser atribuída ao Concílio Ecumênico e não ao Papa, considerado sucessor dos Apóstolos como todos os bispos; quando houvesse naquele país questão religiosa, devia ser decidida pelo seu Sínodo Episcopal e não pelo Sumo Pontífice da Cúria Romana. Em virtude dêsse princípio foi especificada a Igreja intitulada Galicana. Os católicos apostólicos romanos foram então denominados ultramontanos pelos membros dessa Igreja especial, *tropo* bem apropriado, visto ser Roma situada além da montanha dos Alpes. Ultramontano, portanto, mera expressão dêsse *tropo*, não é senão verdadeiro sinônimo de católico apostólico romano, como pela mesma razão cismontano seria o galicano. Quem censura atualmente seus adversários em matéria religiosa, nos julgados ultramontanos, pensa sem dúvida alguma a êste respeito como os galicanos, e nos censura por sermos, e não êles, católicos apostólicos romanos. É porém antiliterária a aplicação do mesmo *tropo*, porque a posição de Roma acêrca do Brasil não é a mesma relativa à França. Devíamos então em consequência dessa diferença e mais concernente à retórica sermos denominados ultramarinos ou transatlânticos. Sou verdadeiramente ultramontano, Sr. Presidente, mas por ser muito dedicado (sou mineiro de coração) à província de Minas Gerais, que é situada além das montanhas desta província. Também deve ser quem habitar ou preferir os municípios de serra acima, não sendo por isso cismontanos. A província de Minas Gerais é tão sublimada pelo seu sentimento religioso, que deve ser muito elogiada e aplaudida não só pelos católicos dêste Império como de todo o mundo.”

Num rasgo pessoal de mais relêvo termina o discurso: "Serei também denominado fanático, supersticioso, visto ter-se atribuído ao fanatismo e superstição a boa e magnífica índole da população católica dêste país. Fico então muito satisfeito, preenchida minha esperança. Desejo por amor de Deus sofrer tôdas as calúnias e adversidades, que contra mim se levantarem." 398



Obteve repercussão o discurso, principalmente em Minas. D. Antônio Ferreira Viçoso, virtuoso Bispo de Mariana, aguardando serenamente no leito a morte, que se avizinhava, manda-lhe dizer pelo padre Silvério Gomes Pimenta "que o traz dentro do coração e que envia a V. Ex.^a a sua bênção".

O Bispo de Diamantina declara-o ótimo e, depois de afirmar-lhe que a Igreja tem no senador um zeloso defensor, acrescenta: "Estou certo de que V. Ex.^a não espera a recompensa nesta vida, Deus o recompensará com a coroa da immortalidade como o servo bom e fiel, que não enterrou os talentos que de Deus havia recebido."

O então padre Silvério, mais tarde Arcebispo de Mariana e membro da Academia Brasileira de Letras, escrevia-lhe em 20 de fevereiro de 1875: "Sempre os católicos mineiros considerarão V. Ex.^a como um dos mais ilustres defensores da Igreja, e o *Bom Ladrão* tem afirmado tôdas as vêzes que acerta de falar nos representantes da Nação que propugnam pela causa do catolicismo. Foi V. Ex.^a um dos primeiros que levantaram a voz em favor da Igreja no Senado, e o tem feito sempre com a proficiência digna do nome de V. Ex.^a."

398. *Anais do Senado*, 1874. Apêndice, pág. 253.

Comungamos perfeitamente com as idéias de V. Ex.^a e para o não fazermos houveramos mister não ser católicos. Agora pedimos a V. Ex.^a que autorize com seu nome, e influa para a formação do Partido Católico, porque dos remédios humanos é o único que nos pode trazer alguns proveitos nestes miseráveis tempos. Já comecei a tratar do ultramontanismo depois de publicar o extrato do discurso de V. Ex.^a Tratarei também da tal *liberdade* de ninguém ser frade nesta terra. Sinto que a estreiteza do *Bom Ladrão* me tolha o inserir o que desejo com presteza.”

O *Bom Ladrão*, jornal do padre Silvério, defendia a Igreja perseguida na pessoa de dois de seus bispos. “Achei muito engenhoso” — dissera em carta anterior, de 6 de janeiro — “o jeito que V. Ex.^a deu ao termo ultramontanismo, é mais um penhor que V. Ex.^a dá de seu amor à província de Minas, e juntamente uma boa lição para os poucos ousados que pensam esmagar-nos com essa denominação.”

CAPÍTULO XXI

“Que é feito do condor que o vôo ardido
Arrojava por cima dêsses Andes?
Dos céus nas sendas transviou-se acaso?”

*Monarquismo constitucional do senador
por Minas Gerais. Convite para chefe
do Partido Católico. A enfermidade.
Partida para a Europa em busca de
cura. Dedicção da espôsa. O fim.*

Defendendo Caxias dos ataques dos liberais, votando contra o projeto de emancipação servil por não conceder completa indenização aos proprietários, o senador por Minas Gerais mantinha-se dentro da lógica do seu monarquismo constitucional. No primeiro caso percebera a profunda gravidade das conseqüências do incidente, que a paixão partidária na sua obnubilação criara. Caxias representava, efetivamente, o Exército. Era o general vitorioso. A tentativa de usurpar-lhe os méritos do triunfo e transferi-los para o Conde d'Eu, príncipe estrangeiro, provocara repulsa e revolta entre os que combateram no Paraguai. Começava, então, a questão militar, e com ela a estabilidade comprometida do trono. No caso da emancipação, compreendeu que a espoliação decretada tornaria indiferente, senão

hostil à Coroa, a poderosa classe dos senhores rurais. O Partido Republicano, que surgira com o manifesto de 1870, capitalizara o descontentamento causado pela lei de Rio Branco, encontrando nessa gente naturalmente irritada campo propício para a propagação de suas idéias.

Agora, na questão religiosa, pugnando pelas prerrogativas eclesiásticas, seguia a mesma linha de coerência, “estrênuo, firme e inabalável mantenedor das doutrinas conservadoras”.³⁹⁹ A Igreja, vítima do rigor da ação punitiva do Govêrno manárquico, por êle não se bateria quando da propaganda republicana.

No conflito entre o Estado e a Igreja não ficavam inermes os católicos. Os de Minas procuravam reagir. Em 25 de março de 1875, o padre Silvério Gomes Pimenta escrevia a Firmino: “Ex.^{mo} Sr., nós estamos de braços atados quanto ao Partido Católico, por não têrmos chefes que nos dirijam. Abundam-nos elementos para muita obra, pois temos o clero, se não composto, muito disposto em sua maioria a empenhar em bem dessa causa. Mas êsses elementos dispersos, sem ter uma fôrça que lhes dê movimento, para pouco prestam.”

A 5 de maio seguinte o futuro Arcebispo de Mariana dirigia-se ao senador: “A Associação Católica Mariana desejava escolher a V. Ex.^a com o Sr. Conselheiro Silveira Lôbo, e o Visconde de Abaeté, para dirigirem o Partido Católico em Minas, mas receosa de não ser recebido seu desejo, e passar por descalabro, incumbiu-me de escrever a V. Ex.^a e ao Sr. Conselheiro Silveira Lôbo para saber se se dignam de anuir a êsses votos, entendendo-se V. Ex.^a com o Sr. Visconde de Abaeté, porque com êle não temos relações para escrever-lhe.”

399. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *ob. cit.*, pág. 337.

Um mês após, nova carta: “Sinto profundamente que os incômodos de V. Ex.^a nos inibam de tê-lo à nossa frente na direção do Partido Católico, que ora surge, o qual se tiver de malograr-se será por falta de um centro que o encaminhe; porquanto elementos de vitória temos com suficiência. Estou certo que se V. Ex.^a não se visse com as forças desbaratadas pela doença, tomaria animosamente as rédeas desta causa.”



O jornalista que por mais de 40 anos se batera com os liberais, não mais podia ocupar posição de luta. Desde algum tempo começava a despertar na espôsa, e nos filhos, nos amigos que mais assíduos o frequentavam, tristes apreensões, que lhe escondiam. Como dizer àquele homem de inteligência viva, que uma nuvem se ia insinuando a embaçar as suas faculdades mentais? Aquêlê cérebro previra tanto, que principiava a amolecer.

A enfermidade, invencível, progredia: família, amigos, adversários políticos, sem exceção, todos estavam vendo e lamentando-o. Só êle não o sentia. Aos poucos foi perdendo a memória dos lugares e das pessoas. O homem que com os olhos da alma rasgava horizontes, já nem sabia o caminho do Senado e desconhecia colegas, que lhe apertavam a mão.

*“A sós co’a solidão desamparado
Neste mundo tamanho, tão imenso!”*

Escrevera os versos tão sentidos no verdor dos anos. E agora os vivia... D. Pedro Maria de Lacerda, Conde de Santa Fé, bispo do Rio de Janeiro, em abril de 1876 paternalmente lhe escrevia: “Soube que

V. Ex.^a tem passado mal de saúde, e isto me tem dado pena. Peço a Nosso Senhor, que quanto antes dê melhoras a V. Ex.^a e faça que V. Ex.^a fique inteiramente restabelecido em sua preciosa saúde, tão preciosa para a Ex.^{ma} Senhora e família, como também para o Estado, de que V. Ex.^a é bom servidor, e para a Igreja, que V. Ex.^a tanto tem defendido e amado. Mas é mister que V. Ex.^a de sua parte não embarace a cura, e atenda às prescrições dos médicos. Assim quando os médicos mandarem comer carne, V. Ex.^a coma-a ainda que seja Sexta-Feira, e para sossêgo de sua consciência, eu Bispo por delegação que tenho do Papa dispenso em favor de V. Ex.^a e embora a V. Ex.^a pareça que o caso não é para tanto, V. Ex.^a coma carne, lembrando-se que a Igreja bem pode dispensar nas leis que ela mesma estabeleceu. E como sei que V. Ex.^a prolonga de mais suas orações, digo que V. Ex.^a deve moderar-se nesse respeito. Pode orar muito, porém servindo-se mais de curtas jaculatórias, repetidas de vez em quando, sem que porém a mais prolongada oração passe de um quarto de hora seguido, e isto mesmo só de manhã e à noite, e na Missa, se a puder ouvir nos Domingos e Dias Santos. E como Deus deu a V. Ex.^a uma espôsa de bons sentimentos religiosos, V. Ex.^a deve prestar-lhe muita atenção, ouvir seus conselhos, e confiar nela. V. Ex.^a é espôso, e é pai, pois viva como espôso e como pai, e assim fazendo cumprirá com o que a Religião quer e manda. Agora resta-me pedir escusa de sair-me com êste sermão; e quer V. Ex.^a saber quem encomendou o sermão? Eu digo: foi a amizade não só minha, mas de quem ama a V. Ex.^a e felizmente são muitos. Concluo com alguns trechos do Ecclesiastes que servem melhor para V. Ex.^a: *Omnia tempus habent, et suis spatiis transeunt universa sub coelo. Tempus nascendi et tempus moriendi. . . . Tempus flendi et*

tempus vivendi.... Tempus amplexandi et tempus longe fiere ab amplexandi.... Tempus tacendi et tempus loquendi. E como o meu tempo de calar chegou, aqui ponho ponto, desejando a V. Ex.^a tôda sorte de bens, não só espirituais, mas também corporais.”



Progredia á moléstia em seu curso devastador. Em 18 de agôsto de 1876, depois de pedir licença ao Senado, Firmino embarca para a França, em busca de novos tratamentos. Deliberação da espôsa, D. Elisa, que se recusava a admitir o impossível. Agarrava-se desesperadamente à esperança. Com o marido doente e a filha, Elisinha, uma criança de apenas quatro anos, está sôzinha, em país estranho.

Ao filho Francisco Bernardino escreve de Paris, a 4 de janeiro de 1877: “Teu pai vai passando do mesmo modo que te escrevi, mas espero as melhoras que me prometem os médicos. O Ferreira de Abreu tem-me servido com a dedicação de um velho amigo, tratando teu pai com todo o mimo e cuidado.” E passando a outro assunto: “Apesar de ter tantas tristezas, a notícia do que fêz o Sr. Camargos me fêz chorar. Eu sabia que êle era pequenino, mas não pensava que fôsse miserável, para aproveitar-se da doença e ausência de teu pai para fazer em meu bom filho, o que nunca pôde fazer ao pai. Teu pai sentiu também e me disse que se estivesse lá para recomendar-te, acredita que serias eleito.”

Um mês depois as notícias são cheias de esperanças: “Felizmente teu pai vai muito melhor fisicamente, e em suas idéias mesmo um bocadinho mais atento, apesar dos corvos que esvoaçam atrás da carniça dando a falsa notícia de sua morte, ferindo com a maior

crueldade o coração de seus filhos. Isso me causou um grande abalo e tristeza, pensando o quanto terás sofrido. É horrível..... Teu pai foi sempre um homem do melhor coração, nunca fêz mal a ninguém. Não sei como explicar tanta maldade. Ninguém se lembra de nós para o bem. Deus me dê paciência e resignação..... Teu pai está como nunca estêve depois que adoeceu. Os lábios que eram roxos, hoje são côr-de-rosa. O médico me disse que é isto devido à circulação que era muito difícil e hoje é perfeita.”

Na Presidência do Conselho de Ministros, o Duque de Caxias fêz nomear Francisco Bernardino Presidente da Província do Piauí, em 4 de julho de 1877. Da Suíça, em 30 de agôsto, escreve-lhe a mãe: “Teu pai está no mesmo estado. Eu já estou sem esperança alguma de vê-lo melhor. Dei-lhe a notícia de tua nomeação. Êle ficou satisfeito, acrescentou depois: eu queria que êle fôsse deputado, vim para cá porque êle não me pediu para ficar para trabalhar por êle, por isso acreditei que êle estava muito bem, que não precisava de mim. Ficou olhando teu retrato muito tempo, chorou... depois disse êle: é muito bom, muito meu amigo, eu gosto muito dêle. Há pouco Elisinha começou a beijar-lhe a mão. Êle voltou-se para mim e lembrou-se que ela irá fazer cinco anos, que tu a levarias para o colégio de D. Marianinha, depois para as Irmãs de Caridade, para ela aprender bem a rezar.”

Paris, Silvaplana, Ragatz, a busca renovada da cura nas estações de água. Em julho de 1878, o desespêro da espôsa e da mãe é pungente: “Teu pai continua a emagrecer, muito pálido e abatido..... Elisinha continua com pequenas alternativas a estar doente. Ela teve em dezembro, fevereiro e julho três bronquites, que não sei como escapou. Enfim, meu filho, eu

tremo quando penso em meu futuro vendo o estado de teu pai e a fraqueza de tua irmã..... Sonhei há dias que tinha chegado lá com todos bons e muito senti quando vi que nada disso era real, que estava longe! Bem dizias que era muito triste meter o oceano entre a família. Quando percorro com a imaginação a distância que nos separa, me é impossível conter as lágrimas.”

Um ano inteiro de angústias, renovadas e terríveis, transcorre. Em 24 de junho diz ainda ao filho: “Ainda que doente e triste, vou vivendo. Teu bom pai sem se poder nem assentar-se na cama, em uma magreza extrema, está vivendo como por milagre. Há quase dois meses no mesmo estado, comendo pílulas de carne crua e caldos.”

É a última carta e é o fim. Dez dias depois, a 4 de julho de 1879, falecia Firmino em Paris, aos 64 anos de idade.



A imprensa da Côrte e das Províncias lamenta a perda de um dos mais completos jornalistas brasileiros.

No Instituto Histórico e Geográfico o Visconde de Bom Retiro pediu e obteve vênias ao Imperador para levantar a sessão em demonstração de pesar.

Na presidência da sessão, o Visconde de Jaguari, ao notificar o Senado, diz: “Julgo interpretar fielmente os sentimentos do Senado, declarando, para constar da ata dos nossos trabalhos, que esta notícia é recebida com o mais profundo pesar.” (*Apoiados gerais*)

O Barão de Cotegipe levanta-se e pede que a sessão seja suspensa. Justifica o requerimento, aprovado unânimemente, com palavras sóbrias: “O país perdeu

um dos seus melhores servidores (*Apoiados*), o Senado uma das suas ilustrações e o Partido Conservador um de seus mais prestantes aliados." E a seguir, como se a simples evocação do nome do jornalista lembrasse o restrugir dos combates, acrescenta: "Ante o túmulo cessam tôdas as rivalidades." 400

400. *Anais do Senado*, 1879, tomo III, pág. 218.

ALGUMAS POESIAS

NENIA

*Oh! Hra triste minha
Pelo prazer outrora abandonada
Ao sibilo dos ventos nas palmeiras,
As cordas tuas vibrarei saudoso,
Até que a última estale,
E o último suspiro da harmonia
A flor dos lábios sussurrando expire.*

DO AUTOR

Niterói, Niterói, que é do sorriso
Donoso de ventura, que teus lábios
Outrora enfeitava? Côr de jambo
Pelo sol destes céus enrubescidas
Já não são tuas faces, nem teus olhos
Lampejam de alegria — Que é da c'roa
De madressilva, de cecéns e rosas
Que a fronte engrinaldavam? — Ei-la de rôjo
Trespasada de pranto, e as flôres murchas
Mirradas pelo sôpro do infortúnio.
Uns ais tão doloridos, tão magoados
Quais só podem gemer dores maternas
Desumanos pungindo os selos d'alma
Franzem-te os lábios co'o sorrir d'angústia.
— De teus formosos olhos se desatam
Dois arrosios de lágrimas; — tu choras,
Desventurada mãe, a perda infausta
Do filho teu amado, e que outro filho
Mais sincero chorar há merecido?

Da noite o furacão prostrou tremendo
Audaz jequitibá que inda na infância
Co'a coma excelsa devassa os céus!
— Eu o vi pelos raios matutinos
Do sol apenas nado auritingido
Inda sepulta em trevas a floresta!
Eu o vi, e asilou-me a sua sombra.

Honra do vale, inveja das montanhas,
Para que no Eden fôsse transplantado
Cobiçosos os anjos te rouharam;
Que no vale das lágrimas não vinga
Planta que é do céu. -- Foi em teu seio
Que também, Niterói, meus olhos viram
Pela primeira vez a côr dos bosques
E o azul dos céus e o verde mar das águas;
Também sou filho teu, ó minha pátria,
E o melhor dos amigos hei perdido,
Da minha guarda o anjo... eia, deixemos
Amargurado pranto deslizar-se
Por faces onde o riso só folgara;
Que êle mitigue dor que não tem cura!

Eu disse; — e majestosa e bela ergueu-se
A princesa do vale... ei-la que os olhos
Crava nos céus, as mãos levanta;
De tanta desventura enternecida
A viração da tarde parecia
Com ela aspirar, gemer-lhe em tórno,
As luzidias tranças esparzindo-lhe
Pelo moreno colo, tão formoso.
E o sol já descambava p'ra o ocidente
E em cima das montanhas semelhando
Um cirio aceso pela mão dos séculos,
A fronte iluminava-lhe: — dirfeis
Que da maternidade o gênio augusto,
Ante do Eterno as aras majestosas,
Que a natureza por si mesmo erguera,
Sobrepondo a montanhas altos serros,
Lenitivo a seus males implorava.
— Oh! que mais lhe restava no infortúnio,
Senão volver p'ra o céu olhos maternos,
Para o céu, derradeiro, único abrigo
Onde a esperança de vê-lo se acoitava?
Mais infeliz que Agar no deserto,
Nem ao menos podia consolá-la
Um mágico lampejo de esperança,
Nem ao menos dizer entre suspiros,
Lágrimas: — Não verei morrer meu filho.
Ralado o peito de amarguras certo
Ouvi que ela dizia:

— Ó meu filho,
Entre milhares, filho o mais prezado;
Ó meu anjo, por que me abandonaste?

Ainda ontem pendente de meu seio
Com sorrisos aos beijos respondias
Que amor de mãe nos lábios te arrolava.
De mil aromas perfumada a brisa
Embalava teu berço na palmeira,
E as rosas das campinas desfolhavam-se,
Porque teu vimeio leito amaciassem;
Ó de meus filhos, filho o mais prezado,
Ó meu anjo, por que me abandonaste?!

Ao donoso ratar da juventude
Vi-o mais belo do que o sol de julho
Que, desfeita a neblina, alto respande!
De loiro mel os lábios borrifou-lhe
Mimosa jataí; — branca açucena,
Mais cândida não era que seu peito
Puro como os desejos da inocência!
Ingênua simpatia lhe esparzira
Um não sei quê de amável no semblante,
Que vê-lo era prezá-lo; — a fronte augusta
Traía o gênio que alma lhe incendia...
Ó de meus filhos ufania e glória,
Ó meu anjo, por que me abandonaste?!
E nunca mais o verei? Meu Deus, a morte
Pode dos braços arrancar maternos
O filho amado?... Nunca, mas que é dêle,
Que é feito do condor que o vôo ardido
Arrojava por cima dêsses Andes?
Dos céus nas sendas transviou-se acaso?
— Ai! quão triste,
Quão sôzinha deixou-me na floresta,
Gemendo de saudade! Vem, meu filho,
Consôlo de meus males, minha esperança;
Oh! meu anjo, por que me abandonaste?

Tal como o rouco som das rôtas vagas,
Que contra as penedias bramam fúrias,
Confuso borborinho ao longe ecoa
De gente que aproxima. — Ei-los, meus filhos,
Seus semblantes são pálidos, o gênio

Lampeja nos seus olhos cintilantes.

— Marchai avante, prole de esperança,
À glória, à glória, que o futuro é nosso... —
Mas que é dêle? Não vai na vossa frente!
Oh! que é feito do rei da mocidade,
Tupá, Tupá, que mal te hei feito?

Não guiarei a turma das donzelas,
Quando coréas rápidas tecendo
Por princesa dos jogos me aclamarem.
— Minhas irmãs, eu lhes direi, deixai-me
Na solidão lamentar as inhas desgraças;
Sem dó, nem compaixão, roubou-me a morte
Do meu cocar a pena mais mimosa;
A jóia peregrina de meu cinto,
O lírio mais formoso das camp'inas,
O lume de meus olhos! — ó meu filho,
Inda canta a araponga, e o rio volve
Na ruiva areia a lôbrega corrente,
Inda retouca a laranjeira a coma
Verde-negra de flôres alvejantes;
E tu já não existes!! — Sol brilhante,
Nume de meus pais, que é do meu filho?
Ó Tupá, ó Tupá, que mal te hei feito?

Primeiro volverão sec'los e sec'los
Que outra palmeira tão gentil se ostente
Nestas florestas altas, gigantescas!
A tempestade se erguerá bramindo
Nessa dos Órgãos serrania imensa,
E, ai de mim! Não terei onde asilar-me!
Nas brenhas silvarão mosqueadas serpes,
E, ai de mim! não terei quem me defenda!...
... Como estalaram tantas esperanças
Num momento de dor? — Eia, dizei-mo,
Erguidas serras, broncas penedias...
Ó nume de meus pais, ó sol brilhante,
Ó Tupá, ó Tupá, que mal te hei feito? —

Não pôde mais dizer... por entre as matas
Como um sonho, ligeira, a vi sumir-se.
E o óco som das vagas nos cachopos,

**E o sibilo dos ventos nas florestas,
E o eco das montanhas e dos vales,
A modo que em um côro majestoso
Inda as últimas queixas repetiam:
— Ó nume de meus pais, ó sol brilhante,
Ó! Tupá, ó! Tupá, que mal te hei feito? (*)**

(*) Reprodução exata da poesia publicada pela primeira vez no *O Brasil*, de 16 de março de 1841. Outras versões desta Nênia existem, porém mutiladas, como a que consta do *Curso de Literatura Brasileira*, de Melo Moraes Filho, 3.ª edição.

CONSELHO

O formosa... nimium ne Crede...

VIRG. — ECL. 2.^a

Como estás tão risonha, ó minha amada!
Inda tão môça, na manhã da vida,
Tudo pr'a ti é gôsto, tudo encantos!
Nada parece te causar pesares.
Como um tranqüillo córrego do vale
Que entre flôres serpeia murmurando
De tua vida os dias se deslizam.
Ó sócia inseparável da alegria!
Sempre um sorriso poisa-te nos lábios,
Sempre em teus olhos o prazer resplende.
De teu semblante angélico e formoso,
Como êstes céus diáfanos, sem nuvens
Em dias de verão, nunca o infortúnio,
Nunca a tristeza desbotou-lhe o viço.

Ah! não te enganes, Lília, minha amada,
Tão cândida que és, tão inocente,
Co'os risos da ventura; o paraíso
No vale d'amargura não demora;
A bonança é traidora; é do seu seio
Que surge a tempestade.

Ó Lília, vê? — A lua solitária
Lá vai no firmamento recamado
De brilhantes estrêlas; — uma nuvem
Tenuíssima sequer lhe não ofusca
O brilho prateado. — Ela impera
No meio do silêncio. — Ela sòzinha.
Olha a floresta... nem um bafo apenas
De grata viração lhe agita as fôlhas.
O mar as crêspas ondas não empina
Contra estas rochas, nem ali murmura

Resvalando lascivo sôbre a areia!
Vê como em vasto espelho êle reflete
Da noite tôda a pompa majestosa!
Oh! sim, tudo é silêncio, tudo é mudo,
A natureza repousa como o homem!

Mas não te enganes, Lília, minha amada,
Tão cândida que és, tão inocente,
Co'os risos da ventura; o paraíso
No vale d'amargura não demora;
A bonança é traidora; é do seu selo
Que surge a tempestade.

— Ei-la. Não ouves
Como ao longe ribonba tremebundo
O brado do trovão? — Vamos, ó Lília,
Os ecos das montanhas se despertam,
A lua vai fugindo. Eis brama o vento,
E a floresta se agita... Olha que vagas
O mar irado impele contra as praias.
Desgrenhada se arroja a tempestade
Por cima dessas serras, seus mil braços
Por todo o firmamento se prolongam;
Sua voz é terrível, seus olhares
De entre as trevas lampejam cintilantes;
Que horrível confusão, que caos é êste?
O vasto mar parece enraivecido
Romper os diques, que lhe opôs o Eterno.
Que horrível confusão! Que é do silêncio
Que melancólico vagava sôbre as águas,
Que emudecia os ecos das montanhas,
Que ainda há pouco nestes Céus reinava?
Bem vês, Lília, não te enganes,
Tão cândida que és, tão inocente,
Co'os risos da ventura; o paraíso
No vale d'amargura não demora;
A bonança é traidora; do meu seio
Lá surge a tempestade. (*)

(*) J. M. Pereira da Silva, *Parnaso Brasileiro*, Tomo II,
pág. 199.

ELEGIA

Ainda ontem, Niterói, teu céu brilhante
Feriu meus olhos pela vez primeira,
Ainda ontem, minha mãe, teu puro leite

A vida me alentava,

E aos carinhosos maternais afagos
Os sorrisos da infância sussurravam:
E já meu coração transuda mágoas,
Vergando ao duro desmedido peso

De eternas amarguras.

Nem segrêdo de dor há que não saiba!

Eu vivia contente, era ditoso!

Porque no vasto oceano da vida

Doce amizade ao pôrto me guiava,

Ao suspirado pôrto da ventura:

Estrêla do norte, guia de minha alma

Aos olhos meus a cerração vendou-te!

Transviado de dor asilo imploro

Sem da vida saber onde a derrota;

Densas trevas me cercam, paro, hesito

E no meio do horror que a mente alheia

Esbarro — como é fria! ó céus! — co'a campá,

Qual em meio das ondas topa o náufrago

Co'o grato lenho, que à existência o chama,

Eu te saúdo, ó campá!

Porque és única espra'ança de ventura

Que a meus olhos resplende.

— Quando nas trevas lampeja da desgraça

A lembrança da morte — eu sou ditoso.

— Esse fantasma que ao feliz tortura,

Suspirando espero como o amante

Pelo dia das bodas!

Quando da lira pela vez primeira

Sedento de harmonia as ténues cordas

Inexperto vibrei, — a lira triste,

Melancólica gemeu ternas endechas;

Aos nubes de minha alma, ao pranto, às lágrimas,
Despertei o infortúnio, e em breve ergueu-se,

Mais breve que eu pensava.

— Ah! deixa-me! — embalde me debato,

Co'a mão de gêlo o coração me aperta,

Meus cabelos se eriçam — olha-me, aponta...

..... — É morto meu amigo

— Bem mo dizia o coração pressago

Que em dias de prazer cantava mágoas!

— É morto meu amigo! — Adeus, ventura,

Adeus da vida mágicos encantos,

Ilusões do prazer, flôres que esparzem

Perfumados aromas na existência,

Adeus, doce consôlo da amizade,

Que como a estrêla da manhã luzias

Por entre as densas nuvens do futuro;

Adeus, esperança, o peito amortecido

Co'o fogo teu divino, ai! nunca mais

Aquecerás um dia!

— E a vida o que é sem ti? — veiga extensíssima

Embrechada de abrolhos,

Regada pelo pranto,

Onde nada floresce, nem vegeta.

Senão mágoas, misérias, infortúnios,

O que há menos sofrido, — êsse o ditoso;

Ai! que bem cedo descerei ao túmulo!

— Hoje os céus pr'a mim não mais se anilam.

O sol empalidece,

Perde o verde a floresta, murcha a íris

Viçosa, que nas flôres se debuxa;

As aves não gorjeiam seus trinados,

A brisa não suspira dentre os bosques,

— Teus encantos, que é dêles, natureza?

Acaso hoje não brilha em tuas galas

Tôda a pompa dos Trópicos?

Mas por que estou eu triste? — Mentirosa,

É só nossa alma a fonte da ventura!

Que bálsamo, que alívio, que consôlo

Num peito esparzir órfão de esperanças

A sós co'a solidão desamparado

Neste mundo tamanho, tão imenso!

— Oh! a dor é o sustento de minha alma,

E o pranto único arrolo onde sacio

A sêde de meus males.

Então nas amarguras de meus dias
Volto rosto ao passado, e solto a língua
Contra mim mesmo, e digo a sós comigo:
Por que, meu Deus, teu servo veio ao mundo?
Devia acaso a maldição bater-me
As portas da existência? — A morte pálida
Nas veredas da vida ser meu guia?
— Oxalá, minha mãe, que no teu seio,
Mirrado houvesse o germe desditoso
Que entre cardos, espinhos, desabrocha!
Oxalá que teu leite qual veneno
Nas veias minhas, derramando a morte,
Estagnasse a fonte da existência!
Ó minha ama, por que não me deixaste
De teus braços cair na sepultura?
Que o sol desde que nasce até que morre
Vira o mundo um infeliz de menos!

Ai! que bem cedo descerei ao túmulo!
Não fenece do vale o branco lírio,
Quando inda as fôlhas enveluda o viço!
E do cálix apenas desponta,
A flor da vida minha se há murchado
Como um botão de rosa na grinalda!
E eu já sinto no peito enfraquecido

Fanar-se a voz dos cantos;

Mas antes que o suspiro derradeiro exale,
Ternas saudades cantarei do amigo,
Qual sabiá que em meio dos cantares,
Vendo ao lado jazer frio, sem vida,

O triste companheiro,

Com lúgubres acentos fere os ares,
Enternece as campinas, e os outeiros,

Gemendo melodias,

Até que a morte esvaia-lhe no peito
Branda voz dos últimos gorjeios.

Assim, ó lira minha,

Pelo prazer outrora abandonada,
Aos sibilos dos ventos na palmeira,
As cordas tuas vibrarei saudosos

Até que a última estale,

E o último gemido de harmonia
À flor dos lábios sussurrando expire. (*)

(*) O *Cronista*, de 16 de setembro de 1837.

MANÉ-SAPO, UMA COBRA E UM CISNE

Mané-sapo, oh! que sapo que não era!
velho como os trezentos,
Impertinente, ratão, e até chifrudo!
Em charco imundo ao despontar da noite
Dos cantores sapais rouca sonância
Ele regia; — e bem acreditado.

Astuta cobra há muito que o bifara,
Se o corpo tachonado aos curvos botes
O destro maganão lhe não furtara
Com rara habilidade;
Pois êle quase sempre, em vendo a cuja,
Na lama se sumia,
Ligeiro como a seta.

De ameno lago as águas cristalinas
Um dia esbelto cisne ia fendendo,
E a cândida plumagem sussurrando,
Recamada de aljôfres resplendia
Por entre as ondas que enrespava o zéfiro.

E nhô-sapo, que há pouco escafedera
As traças viperinas,
Vendo o cisne nadar com tanto garbo
Consigo diz: — aposto que tão belo
Não é como eu por certo — ora já viram!
Mas não sei como foi — sôbre um regato
Lançando a tôrva vista incontinentemente,
Fita os olhos em si — era tão feio
Que êle próprio o conhece: — coisa rara!

Então a inveja surge-lhe no peito,
E não podendo equiparar-se ao cisne,
Intenta aos menos conspurcar-lhe as plumas
Co'a lama em que continuo se chafurda.
Eis remexe no lôdo e mais se afunda,

Els intenta voar, e as pernas prêsas,
Os braços encolhidos, corpo guenzo,
Tudo ajuda lhe nega!
A bÍlis se exaspera,
Sai-lhe da bôca em gosma atro veneno,
E nos olhos vidrados lhe chameja
A ira endiabrada;
E o papo se dilata, e a voz se estende,
E o rouco eco dos paus vizinhos
Atordoa as florestas.

Tamanho espalhafato, tanta bulha
Não podia deixar de pôr alerça
Quem por sapos se lambe.
Dona cobra que à esprelta só bispava
Ensejo de papá-lo,
Forma o bote veloz, e o bom do sapo
Presto, presto na bôca se lhe encaixa.

Quanta gente conheço como o sapo
Que não podendo — mísera!
O vôo altivo desferir nos ares
Como o gênio celeste,
Abocanhando-o, pérfida se vinga!
Como se enganam — néscios!
Serena a lua vai do céu caminho,
Enquanto ao brilho seu late o molosso.

Quanta gente não morre pela bôca
Como o pobre Mané enfatuado!
Se certos malandrinos
Não dessem tanto emprêgo à taramela,
Ninguém lhes reparara nas orelhas. (*)

(*) *Gabinete de Leitura*, de 23 de março de 1838; *O Cronista*, de 31 de março de 1838.

A SAUDADE

Já de novo verdor se esmalta o prado,
As aves trinam, as flôres desabroçam,
O céu é mais anil, o sol mais ouro,
— E o meu prezado amigo ainda não veio.

Debalde lá de cima dos outeiros
Os tristes olhos pela várzea alongo;
Interrogo debalde os viandantes
Se viram meu amigo no caminho.

E o dia morre, e o tempo vai passando,
E a saudade cruel me punge o peito.
Eu sou como do vale o branco lírio,
Que n'ausência do sol triste definha.

Ele disse, quando ao desperdir-se
Ardente pranto as faces me banhava:
— Não chores, meu amigo — o mês das flôres
Cedo virá, e nós seremos juntos.

Disse, e batendo as rodas compassadas
Já rápido vapor o conduz longe.
Adeus eu disse de minha alma à esperança,
Qual estátua fiquei na praia imóvel.

Em breve o não vi mais — só divisava
Listrão de fumo os ares serpeando;
Do íngreme Cubatão subi ao cimo:
Ao longe os olhos meus só fumo viam.

Bem queria chorar, mas na candura
Ingênua do seu peito não me disse
— Não chores, meu amigo — o mês das flôres
Cedo virá, e nós seremos juntos!

Sim, mas de novo o campo se matiza,
As aves trinam, as flôres desabrocham,
O céu é mais anil, o sol mais ouro;
— E o meu prezado amigo ainda não veio!... (*)

(*) O *Cronista*, de 31 de março de 1853.

A COROAÇÃO

Domine, salvum fac regem.

Salmo XIX

Eia, acorda, ó Brasil, eia, levanta-te!...
Crava os olhos no céu: — é dia, é dia!
— Oh! quão longo dormir! Sono de séculos
Nove, que p'ra teus filhos no infortúnio
Era um sec'lo cada ano que dormias!
Já de pompas etéreas rodeado,
Oceanos de luz no espaço esparge
O nume de teus pais; olha em triunfo
Como as nuvens espanca, e lá se ostenta
Tão puro e majestoso!... é dia, é dia!
— Eia, acorda, ó Brasil, eia, levanta-te!

Oh! quão longo dormir! Inda não ouves
Os brados dos canhões que lá ribombam,
Os ecos dos clarins e das trombetas,
O tropel dos corcéis, imensa grita
Que do seio das turbas apinhadas
Aos ares se levanta? — Não te abala
Essa voz, um composto de mil vozes,
Esse brado que estronda, como o grito
Do trovão nas cavernas das montanhas?!
É a voz de um povo inteiro, de teus filhos
Que pressurosos correm a saudar-te
No alvorecer do dia da ventura.
— Eia, acorda, ó Brasil, eia, levanta-te!

Hoje pr'a ti resplende no oriente
O monarca da luz, o rei dos astros,
E as florestas recendem seus perfumes
E os rios do teu solo gigantescos
Rolam soberbos suas massas de águas.
A era da ventura hoje desponta
Tão rica de esperanças; veste as galas
De mais alta valia, cinge a fronte

De teu belo cocar, e o arco empunha
De mimoso lavor... Qual som confuso
Das vagas irritadas nos cachopos,
Bradam teus filhos, de prazer estáticos:
— Eia, acorda, ó Brasil, eia, levanta-te!

Não vês êsse que assoma majestoso
Em carro de triunfo, radiante
Como o Sol no zênite, puro, inocente
Como um anjo do Céu? Alegres hinos
Que a mente enlevam, dão rebate n'alma,
Co'a voz do coração lábios entoam
De um povo inteiro que o saúda ufano
Contente como em dias de vitória.
— Do Onipotente, ó mimo! salve, salve!...
Ê de teus reis o filho bem-querido
Cujo berço embalado nas tormentas,
Junto ao trono parou, que ergueste ousado
Nas terras de Tupá. Em tôda a pompa
E sublime esplendor da majestade
Aos olhos deslumbrados se apresenta,
Clemente como um anjo de bondade,
Terrível como o bronze das batalhas
— Eia, acorda, ó Brasil, ah! vem saudá-lo

Aquêlê que nascido sôbre um trono
Como o sol lá no cimo das montanhas,
Das facções na tormenta desabrida
Foi estrêla polar que a pôrto amigo
Te conduziu, ó Pátria; que, inda envolto
Nas faixas infantis, firmou co'o cetro
A liberdade e a ordem — hi vai seu preto
E homenagem render ao Rei dos Reis.
Santa Religião, filha dos Céus,
Com sêlo divinal firma o consórcio
Do trono e da nação, que ímpios outrora
Em mal divorciaram. Hoje a frente
Lhe cinge de coroa imarcescível
Que dezoito princesas lhe doaram,
Soberbas pelo dom que lhe fizeram
— Ei-lo, aí vai, aí vai tão desejado,
Qual bonança no meio da borrasca,
O porvir desvendar de tua glória!
— Eia, acorda, ó Brasil, Ah! vem saudá-lo!

E o gigante colossal dos Trópicos
Eu o vi, ou no ardor do entusiasmo
Me ijude a mente arrebatada? — Ei-lo
No Amazonas c'um braço, outro no Prata,
Nos Andes reclinado, os pés no Atlântico,
Pouco a pouco se agita e o colo eleva...
Convulsa a terra freme em suas bases,
Os ares estremecem, oh! portento!
— Ergue-se em pé o colossal gigante!
Devassa os Céus co'a fronte majestosa,
A brisa lhe meneia as verde-negras
Madeixas de florestas. Ante enorme
Estatura tamanha o sol se eclipsa,
E nas campinas aéreas azuladas
O Cruzeiro do Sul alto resplende!
Então lhe ouvi bradar de entusiasmo:

"Oh! salve, salve, PEDRO O DESEJADO,
Descendente de reis, filho d'América.
Ungido do Senhor, oh! salve! salve!
Em hora boa venhas, ó meu príncipe,
Ante as aras prostrar-te do Deus vivo,
Para que seja feliz o teu reinado."

Protegido do Céu, ditoso impera
Sôbre êsse povo generoso e livre.
Que aquecido co'o fogo da esperança,
Te proclama seu rei e te saúda.
O teu cetro sustente inabalável
Êsse império gigante, que nas bases
Da justiça e razão teu pai fundara.
Dos males que inda sofre a piedade,
Monarca, ah! não consintas que as entranhas
Paternais me lacere prole ingrata.
Nome, futuro, existência, tudo
De tuas mãos confio, ó PEDRO! — SALVA-ME! (*)

(*) J. M. Pereira da Silva, *Parnaso Brasileiro*, tomo II, pág. 209.

FANTASIA POÉTICA

São João, São João — este é teu dia,
Misterioso dia em que o destino
Por tão várias maneiras milagrosas
Aos mortais se revela!

O Santo bem-querido, eia desperta
Dêsse fatal letargo, desce ao mundo,
Vem ver a mocidade contente
Como alegre circunda essa fogueira
Que invade os céus co'a flama crepitante:
Milhares de rojões serpenteando
Aos ares se arremessam — lá disparam
— E a tímida moçoila empaldece —
Routco estourar das bombas — só lhe agrada
Gírar e regírar na tênue flecha
— Tão bonitas que são! lindas rodinhas.
Aqui de guapos moços, lindas donas,
Festivo bando aposta qual mais alto
Pulará o brasido!

Ah, entre esperanças e temores,
Remoques, anexins, risos de gosto,
A embusteira capricha em desatinos.
— Não hei de ser feliz com quem desejo?
Por certo não serás, que diz a Talia,
— Em má hora que fui, vamos avante:
— Serei sempre solteira? — Lance os dados;
Belo amante terás minha menina.
— Que officio exercerei? — Serás carrasco!
Não quero mais!... Assaltam-no de chofre
Tantos gracejos — que o parceiro enfia
E val-se escafedendo.

Bendito São João — eia desperta
De tão fatal letargo, desce ao mundo
Com teu cajado e lindo cordeirinho
Vem gozar do folguedo!
Mas não, tu dormes té que meia-noite
Repetindo as esferas te anuncie

Haver o teu bom dia já passado,
Senão... senão deixavas alto empíreo
E co'os moços também vinhas folgar!

Hoje... oh! sim que também fui teu devoto!
Outrora, o Niterói ledo brincava

Por entré alegres bandos
De tuas lindas filhas... Cinco vêzes
O céu na esfera percorreu seu giro,
Mas eu inda me lembro!... Cosme Velho!
Suavíssima soidão deliciosa,
Onde o peito repousa docemente,
Deslembrado de angústias e pesares;
Ameno vale, asilo de frescura,
Quantas vêzes o sol já não dourava
Do velho Corcovado a basta coma,
E branda aragem meneando as cimas
Dos entonados verde-negros bosques
Nas avezinhas despertava o canto,
E minha alma — não triste, nem cansada

Por tão longas vigílias —

Por teu aniversário suspirava,
Bendito São João, santo bendito!

Ditas que foram, gozos que não tornam,
Quão amargo de angústia embevecido

Não é memorá-los!

Se fôsse dado desandar na vida,
Eu quisera volver da infância aos risos!

Mas por que não me alegre, nem festejo
Hoje teu dia, santo bem-querido?
Alegres turmas as praças não alastram
De alegria e prazer embriagadas?
Aterradoras bombas e rouqueiras,
Imensos busca-pés emaranhados
— Uso de canibais, gôsto satânico! —
Não ferem êsses ares? não estrugem
Inofensivos ouvidos inocentes?
A desgrenhada alegria, qual Bacante,
Co'a tocha em punho não percorre as ruas
Quatriformados troncos abrasando?
Oh! sim, mas a tristeza me acabrunha,

E a saudade do amigo há tanto ausente
Em tórno me vagueia — tal a morte
Do moribundo em roda.

Como marmórea estátua, frio, imóvel
Contemplo estes festejos,
Que azlaga interrompe taciturna
Procissão de finados.

Que horrível impressão! que triste agouro!
Mortuários brandões, extensas filas
De enlutados mancebos, canto fúnebre
E ao cabo lá negreja um ataúde.
— E a noite ia calma e o céu sereno
Tachonado de estrêlas,
E as chamas em pirâmides se ergulam
Dentre as fendas dos toros incendidos;
E nas tôrres os sinos ecoavam
Desentoados dobres dentre vivas,
Que em honra do bom santo aos céus subiam!

Que horrível impressão! — juntos estavam
A mocidade e a morte:
No meio d'alegria, ei-lo, um cadáver!
— Ó contraste da mísera existência
Em pintar-te não sei — que o façam outros!

Com meus olhos eu via êsse espetáculo,
Mas quão longe que a mente vagueava!
— Ó meu amigo, ó vida da minha alma,
Oxalá que estas lágrimas ardentes,
Que arróiam-me do peito involuntárias
Não queiram dizer nada — sejam mudas!
Mas quem sabe?... — terrível incerteza!

Tu que primeiro no Jordão sumiste
Da fronte humana a nódoa do pecado,
Bendito São João, ouve meus rogos!
Ao Deus de piedade ora, intercede
Pela vida do amigo meu prezado,
Faze ao menos luzir uma esperança
Neste teu dia, ó santo bem-querido:
São João, São João, ouve meus rogos! (*)

(*) *O Gabinete de Leitura*, de 8 de outubro de 1837.

A PARTIDA

*Navis...
Reddas incolumen, precor
Et serves animae dimidium meae.*

HORAC.

Aí vai... aí vai aquê! que me leva
o coração no seio!
Aba do negro véu levanta a noite
Lá por cima dos montes;
Renasce o bafo que aviventa os mares,
Na manhã mais serena
A aurora despontou... ei-lo que parte
Partam com êle as ditas!
Tufando as velas de baixel ingrato
Um sôpro de delícias
Te leve a essas, quanto invejo, praias
Do tão famoso Sena.
Os braços abre, Niterói, e deixa-o
Gênio da pátria terra,
Seguir seu norte em busca de tesouros,
Que não possuis ainda.
Sócio tão caro desta vida ingrata
Que mágoas entretecem,
Na rocha atenta que altaneira se ergue
Do fundo dos abismos,
Emblema grato da constância eterna
Do amigo há tanto ausente.
Olha sem leve lhe imprimirem mossas
As ondas recuarem;
Assim recua o tempo e deixa intatas
As afeições que nutro.
Mas quando voltarás?... Já tu não ouves
Galerno sopra o vento
Ai de mim! que só ouço o vão quebrar-se
Das vagas extensíssimas,

Que a curva Niterói cercam bramindo,
 Que férvidas se atiram
 Quebrando-se nas praias, arrojando-se
 Contra os penedos loucas,
 Um dia... uma noite... quando praias
 Não mais virem teus olhos,
 Junto à amurada as vistas vagueando
 Co'o pensamento ufano
 Ante êsse emblema do domínio vasto
 Qual o que em sorte coube-lhe;
 Quando dos céus em gala a majestade
 Em trêmulo revérbero
 N'água espelhar lucitemente a Lua,
 E a viração da noite
 Pejar as têsas velas, que curvadas
 No azul do espaço alvejam,
 E singrar o baixel tão docemente
 As águas que se esquivam;
 Quando o silêncio que domina os mares,
 Só na mudez do oceano
 Quebrar o rouco som do tôsco leme,
 Cadenciando pausas.
 Nos confins porventura dos dois mundos,
 Recorda aí memórias
 Dos tempos que passaram tão ditosos
 No seio d'Amizade.
 Ah! sim, talvez simpáticas, voando
 De tua, de minha alma,
 Nossas idéias — sôltas de nós mesmos
 Nesse instante se encontrem!...
 — Saudade, ó saudade, tu que imperas
 No domínio das vagas
 Sem dó o coração lhe punge acerba
 Qual agora me pungenes. (*)

(*) Dedicada a José Maria do Amaral, por ocasião de partir para a França, em 1835, a fim de all continuar seus estudos.

OS DOIS LÍRIOS

No alegre jardim da vida
De lindas flôres juncado
Despontou mimoso lírio
De seu companheiro ao lado.

Ambos êles se nutriam
Da mesma seiva abundante,
Ambos êles embalava
Doce ar refrigerante.

Se a chuva do céu caía
Em despenhadas torrentes,
Ambos pr'a terra inclinavam
As corolas rescendentes.

Se em bela tarde de agôsto
Pelos bosques e campinas
Brincava travessa brisa
Co'os jasmíns, rosas, boninas,

Esses lírios de contentes
As longas fôlhas cruzavam:
Parecia a quem os via
Que ditosos se abraçavam.

Mas ai! também negro fado
Persegue as pobres plantinhas,
Pois também de seus prazeres
São privadas as florinhas!

Por mais garboso, e mais belo,
Foi um dêles cobiçado,
E para vergel distante
Devia ser transplantado.

Sem dó desprende-o da terra
Inexperto jardineiro.

— E o cruel deixa de fora
A raiz do companheiro.

Pobre lírio coltado
Que ficaste tão sòzinho!
Se a brisa embala teus ramos
Não encontras teu vizinho.

Tu já não bebes a selva
Que a terra dantes te dava,
Nem o celeste rocío
Que a doce vida alentava.

Já não beija teus estames
A borboleta inconstante
— Estavas tão desbotado!...
Foi buscar um novo amante.

O viço de tuas fôlhas
Descoradas amortece,
E o branco lírio do vale
Quase inanido emurchece.

Então se o vento sibila
Dentre as fôlhas ressequidas,
Parece que elas suspiram
Com estas vozes sentidas:

“Quem na campina deserta
Tem dó de minha aflição,
Quem se arranca destes sítios
E tem de mim compaixão?

Longe de meu companheiro
Só me é dado ainda viver;
— Pois que é longe dêle a vida
Pr'a mim continuo morrer.” (*)

(*) *Gabinete de Leitura*, de 18 de março de 1836.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ALENCAR, JOSÉ DE [IG.] — *Cartas Sôbre a Confederação dos Tamóios*, Rio 1856.
- ALENCAR, JOSÉ DE [ERASMO] — *Ao Povo — Cartas Políticas*, Rio, 1866.
- ALMEIDA NOGUEIRA, JOSÉ LUIS DE — *A Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências*, 1ª e 8ª Séries, São Paulo, 1907 e 1910.
- ALMEIDA, TITO FRANCO DE — *O Conselheiro Francisco José Furtado*, São Paulo, 1944.
- ARMITAGE, JOÃO — *História do Brasil*, Rio, 1943.
- BARROS VIDAL & LICURGO COSTA — *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, Rio, 1940.
- BATISTA PEREIRA — *Figuras do Império e Outros Ensaos*, São Paulo, 1934.
- BATISTA PEREIRA — *Pelo Brasil Maior*, São Paulo, 1934.
- BATISTA PEREIRA — *Civilização Contra Barbárie*, São Paulo, 1933.
- BURMEISTER, HERMAN — *Viagem ao Brasil*, São Paulo, s.d.
- CALÓGERAS, PANDIÁ — *Estudos Históricos e Políticos*, São Paulo, 1930.
- CARVALHO, AFONSO DE — *Cartas*, Rio, 1940.
- CASCUDO, LUIS DA CÂMARA — *O Marquês de Olinda*, São Paulo, 1938.
- CLAUSEWITZ, KARL VON — *De la Guerre*, Paris, 1955.
- COSTA, LICURGO & BARROS VIDAL — *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, Rio, 1940.
- COSTA, CRAVEIRO — *O Visconde de Stinibu*, São Paulo, 1937.
- CUNHA, EUCLIDES DA — *A Margem da História*, Pôrto, 1941.
- DEIRÓ, EUNÁPIO [TIMON] — *Estadistas e Parlamentares*, Rio, 1883.
- ESTÊVES, ALBINO — *Mariano Procópio*, Rio, 1956.
- FLETCHER, J. C. & D. P. KIDDER — *O Brasil e os Brasileiros*, São Paulo, 1941.
- FONSECA, GONDIM DA — *Biografia do Jornalismo Carioca*, Rio, 1944.
- FRANÇA JÚNIOR — *Política e Costumes*, Rio, 1957.
- GOULART, MAURÍCIO — *A Escravidão Africana no Brasil*, São Paulo, s. d.

- KIDDER, D. P. & J. C. FLETCHER — *O Brasil e os Brasileiros*, São Paulo, 1941.
- LEAL, ANTÔNIO HENRIQUES — *Panteon Maranhense*, Lisboa, 1874.
- LEITE, SOLIDÔNIO — *Uma Figura do Império*, Rio, 1925.
- MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA — *Páginas Recolhidas*, São Paulo, 1938.
- MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA — *Relíquias de Casa Velha*, São Paulo, 1942.
- MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *Prefácio à Circular de Teófilo Ottoni*, Rio, s. d.
- MAGALHÃES, BRUNO DE ALMEIDA — *O Visconde de Abaeté*, São Paulo, 1939.
- MAGALHÃES JÚNIOR, RAIMUNDO — *Três Panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, 1956.
- MAGALHÃES JÚNIOR, RAIMUNDO — *D. Pedro II e a Condessa de Barral*, Rio, 1956.
- MAGALHÃES JÚNIOR, RAIMUNDO — *Antologia de Humorismo e Sátira*, Rio, 1937.
- MARINHO, CÔNEGO JOSÉ ANTÔNIO — *História do Movimento Político que no Ano de 1842 Teve Lugar na Província de Minas Gerais*, Rio, 1844.
- MELO FRANCO, AFONSO ARINOS — *Um Estadista da República*, Rio, 1955.
- MELO MORAIS (FILHO) — *Curso de Literatura Brasileira*, Rio, 1895.
- MELO MORAIS (FILHO) — *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio, s. d.
- NABUCO, JOAQUIM — *Um Estadista do Império*, São Paulo, 1936.
- NOGUEIRA DA GAMA, VISCONDE DE — *Minhas Memórias*, Rio, 1893.
- OLIVEIRA LIMA — *Memórias*, Rio, 1937.
- OLIVEIRA LIMA — *O Movimento da Independência — O Império Brasileiro*, São Paulo, s. d.
- OTTONI, TRÓFILO — *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores Pela Província de Minas Gerais no Quatriênio Atual e Especialmente Dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados Pelo 2º Distrito Eleitoral da Mesma Província Para a Próxima Legislatura*, Rio, s. d.
- PARANAPIACABA, BARÃO DE — *Prometeu Acorrentado*, Rio, 1907.
- PARANHOS, HAROLDO — *História do Romantismo no Brasil — 1500-1830*, São Paulo, 1937.
- PEREIRA, LÚCIA MIGUEL — *A Vida de Gonçalves Dias*, Rio, 1943.
- PEREIRA DA SILVA, JOÃO MANUEL — *Memórias de Meu Tempo*, Rio, s. d.
- PEREIRA DA SILVA, JOÃO MANUEL — *Parnaso Brasileiro*, Rio, [1843-1848].
- PINHEIRO CHAGAS, PAULO — *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo*, Rio, 1943.

- PINHO, WANDERLEY — *O Barão de Cotegipe e seu Tempo*, São Paulo, 1937.
- RANGEL, ALBERTO — *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, Tours, 1928.
- RANGEL, ALBERTO — *Rumos e Perspectivas*, São Paulo, 1934.
- RESENDE, FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE — *Minhas Recordações*, Rio, 1944.
- RIBEIRO, JOÃO — *História do Brasil*, Rio, 1953.
- RIO BRANCO, BARÃO DO — *Efemérides Brasileiras*, Rio, 1918.
- ROCHA, JUSTINIANO JOSÉ DA — *Ação, Reação, Transação*, Rio, 1855.
- ROCHA POMBO — *História do Brasil*, Rio, 1942.
- RODRIGUES SILVA, FIRMINO — *O Gabinete de 5 de Maio e a Facção Aulica*, 2ª Edição, Rio, 1901.
- ROMERO, SILVIO — *História da Literatura Brasileira*, Rio, 1903.
- SACRAMENTO BLAKE, AUGUSTO VITORINO ALVES — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio, 1893.
- SAINTE-BEUVE — *Causeries du Lundi*, Paris, s. d.
- SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *A Política Geral do Brasil*, São Paulo, 1930.
- SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA — *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1870.
- SOUSA, JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE — *A Vida do Visconde do Uruguai*, São Paulo, 1944.
- SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *A Vida de D. Pedro I*, Rio, 1952.
- SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Rio, 1937.
- TAUNAY, VISCONDE DE — *Homens e Coisas do Império*, São Paulo.
- TAUNAY, VISCONDE DE — *Memórias*, São Paulo, 1948.
- TIMON [EUNÁPIO DEIRÓ] — *Estadistas e Parlamentares*, Rio, 1883.
- TORRES HOMEM, FRANCISCO DE SALES — *A Coroa e a Oposição*, Rio, s. d.
- TORRES HOMEM, FRANCISCO DE SALES — *Libelo do Povo*, Rio, 1849.
- URUGUAI, VISCONDE DE — *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, Rio, 1862.
- URUGUAI, VISCONDE DE — *Estudo Prático Sobre a Administração das Províncias*, Rio, 1865.
- VEIRA FAZENDA — *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, Rio, 1924.
- XAVIER DA VEIGA — *Efemérides Mineiras*, Ouro Preto, 1897.

REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

- BELLEMONT, P. DUCHESNE DE — “La Guerre du Paraguay et les Institutions des Etats de la Plata.” *Revue des Deux Mondes*, Setembro de 1866.
- MACEDO, JOAQUIM MANUEL DE — “Discurso Proferido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 42, Parte II, 1879.
- RAYMUNDO, XAVIER — “Don López et la Guerre du Paraguay.” *Revue des Deux Mondes*, Dezembro de 1869.
- RECLUS, ELISÉE — “L’Uruguay et les Républiques de la Plata.” *Revue des Deux Mondes*, Fevereiro de 1865.
- RECLUS, ELISÉE — “La Guerre du Paraguay.” *Revue des Deux Mondes*, Dezembro de 1867.
- RODRIGUES SILVA, FIRMINO — “Literatura. Primeiros Cantos do Senhor Gonçalves Dias.” *Jornal do Comércio* de 5 de maio de 1847.
- RODRIGUES SILVA, FIRMINO — “A Revista dos Dois Mundos e a Guerra do Paraguaal.” *Jornal do Comércio* de 22 de junho de 1870.
- *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Fascículo 1º, Ouro Prêto, 1896.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 230, 1956.
- *Semana Ilustrada*.
- *Anais da Câmara dos Deputados*.
- *Anais do Senado*.

JORNAIS DE MINAS GERAIS

O *Astro de Minas*, São João del-Rei
A *Ordem*, São João del-Rei
O *Itacolomá*, Ouro Prêto

O *Publicador Mineiro*, Ouro Prêto
O *Itamontano*, Ouro Prêto
O *Conciliador*, Ouro Prêto

JORNAIS DO RIO DE JANEIRO

<i>Aurora Fluminense</i>	<i>O Fuzil</i>
<i>O Cronista</i>	<i>O Cidadão</i>
<i>O Brasil</i>	<i>O Artista Brasileiro</i>
<i>Gabinete de Lettura</i>	<i>O Teatrinho</i>
<i>O Sete de Abril</i>	<i>A Filha de Timandro</i>
<i>Jornal de Debates</i>	<i>O Povo</i>
<i>O Parlamentar</i>	<i>O Constituinte</i>
<i>O Filho do Sete de Abril</i>	<i>O Catucá</i>
<i>Jornal do Comércio</i>	<i>A Contrariedade Pelo Povo</i>
<i>A Regeneração</i>	<i>A Marmota</i>
<i>O Despertador</i>	<i>O Sino da Lampadosa</i>
<i>O Maiorista</i>	<i>O Pato Macho</i>
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	<i>A Borboleta Poética</i>
<i>A Sentinela da Monarquia</i>	<i>O Moleque</i>
<i>O Marimbondo</i>	<i>O Marimbondo</i>
<i>O Cascalho</i>	<i>O Caboclo</i>
<i>O Farricoco</i>	<i>O Correio Mercantil</i>
<i>O Sino dos Barbadinhos</i>	<i>O Constitucional</i>
<i>O Guarda Nacional</i>	<i>A Atualidade</i>
<i>O Pica-Pau</i>	<i>A Pátria</i>